OSVALDO ADÃO GABRIEL SINGUI

MIGRAÇÃO E TRABALHO INFORMAL EM LUANDA

O CASO DOS JOVENS ROBOTEIROS

Periodicojs
EDITORA ACADÊMICA

OSVALDO ADÃO GABRIEL SINGUI

MIGRAÇÃO E TRABALHO INFORMAL EM LUANDA

O CASO DOS JOVENS ROBOTEIROS

Periodicojs
EDITORA ACADÊMICA

Conselho Editorial

Abas Rezaey
Ana Maria Brandão
Fernado Ribeiro Bessa
Filipe Lins dos Santos
Flor de María Sánchez Aguirre
Isabel Menacho Vargas
Izabel Ferreira de Miranda
Leides Barroso Azevedo Moura
Luiz Fernando Bessa
Manuel Carlos Silva
Renísia Cristina Garcia Filice
Rosana Boullosa

Projeto Gráfico, editoração, capa
Editora Acadêmica Periodicojs

Idioma
Português

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M636 Migração e trabalho informal em Luanda. O caso dos jovens roboteiros/ Osvaldo Adão Gabriel Singui – João Pessoa: Periodicojs editora, 2025.

E-book: il. color.

Inclui bibliografia
ISBN: 978-65-6010-167-8

1. Migração. 2. Trabalho informal. I. Correia Filho, João Manuel. II. Título

CDD 304.998

Elaborada por Dayse de França Barbosa CRB 15-553
Índice para catálogo sistemático:
1. Migração interna: Sociologia 304.998

Filipe Lins dos Santos
Presidente e Editor Sênior da Periodicojs

CNPJ: 39.865.437/0001-23

Rua Josias Lopes Braga, n. 437, Bancários, João Pessoa - PB - Brasil
website: www.periodicojs.com.br
instagram: @periodicojs

Prefácio

A coleção de ebooks intitulada de Humanas em Perspectiva tem como propósito primordial a divulgação e publicação de trabalhos de qualidade nas áreas das ciências humanas que são avaliados no sistema duplo cego.

Foi pensando nisso que a coleção de ebooks destinou uma seção específica para dar enfâse e divulgação a trabalhos de professores, alunos, pesquisadores e estudiosos das áreas das ciências humanas. O objetivo dessa seção é unir o debate interdisciplinar com temas e debates especificos da área mencionada. Desse modo, em tempos que a produção científica requer cada vez mais qualidade e amplitude de abertura para diversos leitores se apropriarem dos estudos acadêmicos, criamos essa seção com o objetivo de metodologicamente democratizar o estudo, pesquisa e ensino na área da ciências humanas.

Esse novo ebook produzido apresenta uma discussão essencial sobre o processo migratório e o trabalho informal. Esse texto aprofunda a questão e levanta reflexões fundamentais sobre o tema.

Filipe Lins dos Santos

Editor Sênior da Editora Acadêmica Periodicojs

Sumário

INTRODUÇÃO

8

Capítulo 1

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

22

Capítulo 2

CONTEXTUALIZAÇÃO DO CAMPO DE INVESTIGAÇÃO

241

Capítulo 3

CARATERIZAÇÃO SOCIOECONÓMICA E LABORAL DOS JOVENS ROBOTEIROS

296

Caítulo 4

TRAJETÓRIAS DOS JOVENS ROBOTEIROS NO MERCADO INFORMAL EM LUANDA

351

Considerações finais

431

Referências bibliográficas

450

INTRODUÇÃO

O presente trabalho dedicou-se a estudar os roboteiros, grupo formado por jovens migrantes de diferentes regiões de Angola, que trabalham com o transporte manual de cargas em Luanda. Neste sentido, trata-se de um grupo com grande relevância social na capital do país, vivendo em situação de vulnerabilidade, precariedade e marginalização, de forma que defendemos a necessidade de compreender mais profundamente tanto sua origem quanto sua organização.

Nos últimos anos, o trabalho informal tem sido a principal opção para muitos grupos sociais que migram para a cidade de Luanda em busca de alternativas de sobrevivência. A esta recorrente informalidade tem consequências significativas no tecido social das metrópoles. Estes jovens migrantes, diante da forte crise de emprego existente, vêem-se obrigados a criar estratégias para sobreviver. Assim, no âmbito destas rotinas de sobrevivência, tais atores sociais criam mecanismos de adaptação e de assimilação. O processo de guerra, que abalou o país durante trinta anos, encontra-se na origem do aparecimento de muitas atividades

informais, entre elas as dos roboteiros, em função do êxodo populacional e da incapacidade do Estado em satisfazer as necessidades laborais da população recém-chegada à capital.

Diante desse fenómeno social, este trabalho de investigação conduziu-se pelas seguintes interrogações: o que está na base do ingresso de um número elevado de jovens migrantes no sector informal em Luanda? Que causas podemos apontar para o abandono das suas terras em momentos de paz? Como compreender o quotidiano destes jovens em Luanda? Quais as expectativas e sonhos em relação ao futuro? Até que ponto o nível de escolaridade e a formação profissional desta geração de jovens influencia na trajetória das suas vidas?

O objetivo geral desta investigação é compreender a trajetória de vida dos roboteiros, jovens migrantes no mercado de trabalho informal em Luanda, por meio das políticas públicas ou ações afirmativas e de assistência e proteção social para esse grupo, bem como para permitir mais estudos sobre o tema. Procurou ainda, no plano dos

objetivos específicos, perceber o percurso e as condições de vida destes jovens roboteiros, identificar as razões que levaram estes jovens a migrar para Luanda e a se dedicarem a este tipo de atividade, distinguir os tipos de riscos a que estão submetidos esses jovens e mostrar suas rotinas quotidianas, bem como constatar a importância da solidariedade entre estes jovens migrantes na capital do país.

Neste estudo, voltado aos roboteiros, partimos da hipótese de que o ingresso destes jovens no mercado de trabalho informal em Luanda é resultado da falta de oportunidades de emprego nas zonas de origem, do baixo nível de escolaridade que faz com que estes jovens exerçam atividades que não exigem elevada qualificação técnico-profissional e, por último, da falta de políticas públicas voltadas a diminuição do fenómeno das migrações internas.

A escolha de um tema de investigação é sempre um processo sinuoso para o qual concorre uma pluralidade de fatores. Neste caso, vários foram os elementos que determinaram a escolha deste tema de investigação a que

nos propusemos realizar, e cada um deles desempenhou o seu papel relativo, tendo-se mesmo encadeado durante este período. O interesse pela temática surgiu a partir das observações feitas pelo autor, mais concretamente a partir do alcance da paz (2002), em que o número de jovens migrantes a exercer esta atividade informal nos principais mercados da província de Luanda cresceu consideravelmente. Assim, o interesse tem a ver com a própria história pessoal e o percurso profissional enquanto docente, e com a vivência de situações profissionais ligadas às formas de sobrevivência.

Deste modo, a relevância do tema em análise justifica-se pelo papel ocupado pelo trabalho informal nos debates teóricos da atualidade, como resultado das mudanças que vão surgindo no mundo global. Neste sentido, em Angola existe assimetrias entre os centros urbanos e os espaços rurais. Nesta perpetiva, observa-se uma lacuna na literatura sobre investigações desse grupo específico, uma vez que os trabalhos publicados sobre a informalidade laboral em Luanda, debruçam-se maioritariamente sobre as zungueiras, kinguilas, candongueiros entre outros e pouco

ou nada encontra-se sobre os roboteiros.

Deste modo, acreditamos que esta investigação apresenta uma importância académica e científica, na medida em que serve de contributo para os académicos que queiram aperfeiçoar os seus conhecimentos em relação à temática do trabalho informal e/ou sobre os roboteiros, assim como daqueles pesquisadores que queiram assumir este desafio de trabalhar com esta parcela da população. Nesse sentido, esperamos contribuir significativamente para o conhecimento deste fenómeno em estudo.

Para cumprir com os objetivos da pesquisa, utilizou-se uma abordagem mista quali-quantitativa, com maior ênfase na abordagem qualitativa, uma vez que esta demonstrou atender melhor os objetivos da pesquisa.

Quanto à abordagem quantitativa, segundo Ragin (1994), Bryman (2008) e Jacob (2018), manifesta-se pelo uso de técnicas quantitativas, o que pressupõe a recolha de informação sobre um número alargado de casos e a procura de regularidades e de relações quantificáveis entre às variáveis. Desta forma, usamos a técnica de inquérito por

questionário nesta pesquisa, por constituir uma das técnicas essencial de colheita de informação apropriada para este tipo de investigação. Para tal, procedemos a distribuição de 212 questionários, nos três grandes mercados da cidade de Luanda, com maior concentração dos jovens roboteiros.

Quanto à abordagem qualitativa, reside no fato de apreender a situação em sua realidade dinâmica e admite o contato direto do pesquisador com as motivações, atitudes, valores, crenças e disposições dos sujeitos (Triviños, 1995:34). Esta abordagem abarca aspetos concretos e abstratos da existência dos indivíduos como crenças, espectativas, sentimentos, opções de vida e rotinas quotidianas (Berthoud, 2004: 66). Neste sentido, realizou-se 16 entrevistas semi-estruturadas, com os jovens roboteiros que vivem e trabalham em Luanda.

Realçamos que, no presente trabalho, as entrevistas realizadas foram geradas e empregadas como ferramentas para apreender os relatos que formam as experiências vivenciadas por estes jovens roboteiros no seu dia a dia, por compreender ser esta uma forma de obtenção de

conhecimentos que permite maior interação do pesquisador com os sujeitos de pesquisa e possibilita apreender às subjetividades das vivências dos sujeitos em análise.

As entrevistas foram feitas em Língua portuguesa, para os casos em que os respondentes manifestassem complicações, alguns inquiridores estavam prevenidos no sentido de traduzirem as referidas questões aos inquiridos que declarassem impedimento em participar em português. Contudo, na aplicação dos referidos instrumentos de recolha de informações, não foi necessário recorrer a uma outra língua se não o português, todavia, achamos importante esta precaução levada a cabo neste trabalho, uma vez que grande parte dos integrantes deste estudo serem oriundos das zonas rurais de Angola, onde a língua portuguesa não é tida como a língua de berço, principalmente quando falamos destes jovens.

Dentre os principais aspetos tratados no decorrer das entrevistas realizadas, temos a destacar: a trajetórias desses jovens para Luanda, principais motivos para o abandono das suas terras, o ingresso para esta atividade

de roboteiros, as dificuldades no exercício desta atividade, redes de apoio entre os respetivos jovens e perspetivas para o futuro.

Após a construção do guião da entrevista, de forma a garantir a sua legitimação, decidiu-se levar a cabo um pré-teste com quatro entrevistas exploratórias, para certificar a fiabilidade dos instrumentos de recolha de informação, tendo em conta os objetivos que se desejava alcançar neste trabalho. Sendo assim, esta ação nos possibilitou fazer algumas correções pontuais no documento.

No que diz respeito a revisão do material, podemos dizer que foi um exercício profundo que nos levou a assinalar os pontos relevantes da temática em análise, por meio de instrumentos concebidos pelo pesquisador para o referido trabalho. Desta forma, a informação obtida por meio do levantamento bibliográfico que sustentou o presente trabalho em curso, foi complementada e confrontada pela observação realizada no campo.

Com este procedimento, procurou-se evidenciar maior pragmatismo ao estudo, efetuando leituras profundas

sobre a temática em abordagem, apegando-se assim aos pontos considerados pertinentes que ajudaram nas nossas apreciações. É de realçar ainda que as leituras feitas contribuíram significativamente na construção dos instrumentos de recolha de dados, fundamentalmente do guião que conduziu as entrevistas e o processo de observação realizado no campo.

Por outro lado, estabelecemos vários contatos informais com os jovens roboteiros, nos mercados definidos para a realização do presente trabalho através da observação nos lugares de grande aglomeração de jovens migrantes que se dedicam a esta atividade de roboteiros. Para o êxito desta observação, concordamos com a ideia de Samba (2018: 126), quando escreve que "observar não é um simples olhar, mas destacar do conjunto aquilo que é específico, prestando atenção nas particularidades."

Neste trabalho, as observações possuíram a intenção de apreender a realidade e, desta forma, orientar os assuntos das entrevistas realizadas nos diferentes mercados escolhidos para a efetivação do nosso estudo.

As entrevistas e os inquéritos via questionários foram realizados no período de março a maio de 2021, na província de Luanda, isto nos três mercados de grande concentração desta atividade de roboteiros. Tal como referido anteriormente, para este estudo foram realizadas dezasseis entrevistas semi-estruturadas, bem como aplicados duzentos e doze questionários, que contribuíram significativamente na compreensão desta atividade informal levada a cabo por estes jovens em Luanda. É de realçar que as mesmas foram realizadas aos sábados, pelo fato de ser o dia de maior movimentação por parte dos roboteiros.

A aplicação dos referidos instrumentos, mais concretamente a entrevista e os questionários, decorreu num ambiente de trabalho por parte destes jovens, razão pela qual tivemos de aproveitar os pequenos intervalos de espera de potenciais clientes para a realização das mesmas.

O principal problema enfrentado durante a realização das mesmas foi, em primeira instância, o momento pandémico em que nos encontrávamos neste período, tendo limitado o contato com os nossos entrevistados,

o que contribuiu tanto pela extensão do tempo previsto inicialmente, bem como na redução considerável do número de entrevistas e dos questionários aplicados.

Houve também alguns constrangimentos para a realização dos inquéritos pelo facto de não haver em Angola a tradição de pesquisa, de modo que estes jovens sentiram um tanto quanto a sua privacidade invadida por uns indivíduos que lhes são absolutamente estranhos. Quanto a essa situação houve a intervenção imediata do pesquisador, tendo este garantido o anonimato das suas identidades, o que deixou os sujeitos mais tranquilos e mais abertos na participação das entrevistas.

Quanto à amostra do nosso trabalho, recorremos à amostra não probabilística. Sendo assim, os jovens entrevistados neste trabalho foram selecionados com base na técnica de amostragem em bola de neve. A escolha por uma técnica de amostragem não probabilística deveu-se pelo fato da carência de dados gerais sobre os jovens que se dedicam a esta atividade de roboteiros na cidade de Luanda, que nos permitisse construir uma amostra probabilística

e que nos possibilitasse a generalização dos dados destes jovens.

O presente livro está dividido em quatro capitulos. O primeiro capítulo desta obra, apresenta uma ampla revisão de literatura, passando por vários pontos de relevância para o tema, nomeadamente, trabalho informal e informalidade, trabalho informal e exclusão social, juventude e o trabalho informal, o trabalho informal como estratégia de sobrevivência dos jovens imigrantes, dinâmicas do mercado de trabalho e suas implicações para os jovens, e políticas sociais de formação e geração de emprego para os jovens. Essa base permitiu tanto construir uma narrativa fundamentada em diversos estudos, e relacionar os dados recolhidos em campo com a literatura relacionada existente, como perceber as lacunas e demandas desta literatura. A seguir, o segundo capítulo da presente obra, apresentou-se uma série de informações preliminares sobre o campo de pesquisa, primeiro sobre Angola em geral, e depois sobre Luanda em específico.

Nos capítulos terceiro e quarto, temos os

dados recolhidos e sua análise, primeiramente dos dados quantitativos, e a seguir dos qualitativos, encaminhando para as conclusões apresentadas nas considerações finais.

Capítulo 1

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

O conceito de trabalho informal versus informalidade

O estudo sobre a problemática da informalidade tem merecido uma grande atenção ao longo da história, pelo facto dessa condição socio laboral ganhar grandes proporções na vida das populações, tendo despertado um número elevado de investigadores e políticos. Trata-se de uma condição socio laboral precária e vulnerável, encontrada pela maioria da população, sobretudo aqueles que se encontram em situação de desemprego visando a garantia da sua sobrevivência.

Relativamente à sua origem, grande parte dos estudiosos desta área apontam os estudos levados acabo (OIT), isto na década de 1970, como pioneira na abordagem desta problemática. Por exemplo, no início da referida década, o antropólogo económico Keith Hart constatou que nestes estudos realizados neste país africano o "setor informal" não só persistia, como se tinha desenvolvido (OIT, 2012).

Os estudos de Hart, especificaram as bases

principais de rendimento numa sustentação de produção inábil em apreender o número de indivíduos que saiam da zona rural para o espaço urbano. Para entender esta situação, ele teve de identificar os meios principais de rendimento no setor formal, num contexto em que o rendimento é adquirido com base nos recursos normalizado pelo Estado, nomeadamente: subsídios, pensões, reforma, salários, na qual o informal absorve as alternativas de conseguir rendas informais.

O termo "setor informal" generalizou-se a partir do momento em que a OIT o utilizou na análise das atividades económicas no Quénia, realizada por especialistas da Missão para o Emprego naquele país, em 1972. A equipa da OIT analisou sistematicamente essas atividades, tendo finalizado que elas não eram normalizadas muito menos contabilizadas, visto que este setor incluía diversas atividades, desde o trabalho marginal de sobrevivência até empresas rentáveis (OIT, 2012).

Na perspetiva de Cacciamali (1982:15), o relatório do Quénia é adoptado como marco para a discussão

do conceito da informalidade, por detalhar com maior precisão quais condições caracterizariam as atividades e os trabalhadores informais e pela sua influência sobre a maior parte dos estudos efetuados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), tiveram como ponto de partida a realidade dos países africanos e asiáticos, seja em trabalhos realizados pela PREALC e pelo Banco Mundial.

Ainda nesta ordem de ideia, em 2002 a OIT propôs o termo "economia informal", em substituição do termo "setor informal", outrora usado. Mas, com o termo economia informal, adotado em 2002, a OIT, pretendia "descrever melhor o grande alcance e a complexidade deste problema. Neste sentido, em vez de uma definição específica, estabeleceram-se parâmetros para entender a economia informal como todas as atividades que, na legislação ou execução, não se englobando na esfera dos mecanismos formais ou estão insuficientemente abrangidas por estes.

Segundo Vianna (2006), "O enfoque da informalidade, em sua origem, tinha como ponto central

desvendar a estratégia de sobrevivência utilizada por uma camada da população que se encontrava em condições sociais e econômicas desfavoráveis, situação esta que dificultava a sua inserção no processo produtivo, acrescia-se que, em muitos países, o assalariamento não era majoritário no mundo do trabalho" (Vianna, 2006:14). Nesta perspetiva, podemos entender que às ações empreendidas visaram compreender de que maneira se deveria dar respostas a um número elevado de trabalhadores não incluídos no campo formal da economia.

No entender de Samba (2013), "o trabalho é considerado como uma categoria socialmente construída, com significados determinados em diferentes contextos históricos, apresentando-se na modernidade como uma dimensão característica da ação humana, que se estabelece em sua relação com a natureza, modificando-a, e em simultâneo, modificando-se" (Samba, 2013: 74. Podemos encarar o trabalho como um recurso pelo qual se ganha vida - e, apesar do seu aspeto difícil, pode-se dizer que ele permite a realização pessoal e social do indivíduo, neste

caso, do trabalhador, embora muitos destes se encontrem inseridos de forma precária.

Existe no jovem uma expectativa de vida e de futuro diferente de seus pais, ou seja, uma superação da realidade vivenciada no seio da família. Entretanto, essa expectativa acaba também de alguma forma a não se materializar devido a falta de emprego de muitos deles, colocando muitos deles em situação de risco, que consiste no envolvimento de práticas de delinquência, furto, uso excessivo de bebidas alcoólicas atos que se consideram prejudiciais não apenas a sua saúde, mas também a sua própria vida e de seus dependentes. Neste sentido, pela sua relevância, o trabalho é visto pelos jovens como meio de ascensão na vida, de alcance de outros patamares de uma vida mais digna e melhor, de aquisição de um estatus e de ser aceite na família, comunidade e sociedade, sobretudo na sociedade capitalista que vivemos em que o valor da pessoa é medida pelo ter em detrimento do ser.

No entendimento de Rocha (1999), o trabalho informal pode ser entendido como o "conjunto de atividades

praticadas em meio urbanizado, com finalidade de superar a incapacidade da economia formal, de responder as solicitações de emprego e de cobrir as necessidades de sobrevivência" (Rocha, 1999: 4).

O trabalho informal é definido por apresentar condições precárias, baixa produtividade, marginalização em relação às políticas governamentais, escassa qualificação e ausência de vínculos de trabalho formalizados legalmente (Samba, 2012:11). Visto nestes moldes, o trabalho informal acaba sendo fruto da desigualdade social, do desemprego e da pobreza, situações que, além de colocarem o indivíduo à margem da sociedade, o impulsionam a encontrar tais alternativas e estratégias para garantir a vida.

O trabalho informal é resultado da desproporção social, da desocupação, da pobreza e de conjunturas que, para além de levarem o indivíduo à margem da sociedade, o obrigam a encontrar novas formas de sobrevivência e muitas vezes em condições menos dignas, ou seja, de realização de trabalhos precários, que infelizmente não o dignificam como ser humano.

Na perspetiva defendida por Barbosa e Carvalho (2006:120), julgamos que: "Este trabalho põe em causa a garantia do emprego, o direito de agregar-se a um sindicato, as condições de trabalho, a remuneração, os direitos à segurança social e a proteção ao emprego". Portanto, é uma situação que degrada o emprego constante, impossibilita os indivíduos e as respetivas famílias de projetarem o seu futuro e aumentando assim a desigualdade no seio da sociedade.

Assim sendo, a informalidade pode ser percebida como uma realidade presente na dinâmica da sociedade, daí Lopes (2007:43) considerar a informalidade como uma configuração social, que surge num certo período histórico da sociedade, que reconhece e demarca o processo formal, continuando sempre oculto o processo informal, efetuando adaptações consecutivas do processo formal. Nesta óptica, Tavares (2004: 32), ao abordar sobre está problemática, assegura que estas modalidades de trabalho têm denotado precarização e mais deterioração das situações laborais, em lugar de traduzirem alguma independência perante os

impulsos do capital. Existe na ideia do autor, muitos pessoas desempregadas procuram nas ocupações mais precárias um modo de assegurar a alimentação dos seus dependentes.

Segundo Cacciamali (2000) afirma que:

> "o processo de informalidade decorre por intermédio de dois fenômenos principais, associados ao mercado de trabalho, a serem objetos de estudo: o primeiro diz respeito à reorganização do trabalho assalariado, ao envolver as relações de trabalho criadas, ampliadas ou recriadas nesse âmbito, ou seja, refere-se à reformatação das relações de trabalho nas modalidades de organização da produção e do mercado de trabalho do setor formal da economia em territórios e espaços específicos; e o segundo fenômeno é o auto-emprego e outras estratégias de sobrevivência empreendidas pelas pessoas que, por apresentarem dificuldades de reemprego, ou de ingresso no mercado de trabalho, ou por opção, auferem renda através de formas de trabalho por conta própria ou em microempresas" (Cacciamali, 2000: 163).

Nesta perspetiva, tendo em conta as mudanças estruturais na produção e nos estabelecimentos que estão se expressando no contexto atual, o sistema de informalidade deve ser articulado às diversas formas de integração do trabalho que se produzem dos sistemas de reformatação das economias nos diferentes lugares. Esses moldes, quer sejam eles recentes ou não, devem ser caracterizados, para o efeito a toda uma necessidade de articulação com universidades no intuito de se realizar estudo sobre o processo e desenvolvimento do trabalho e suas diversas formas no atual contexto de expansão econômico, social e político em curso.

Ainda no entender de Caciamali (2000:164), o processo de informalidade, podem ser apreendidas tanto inserções relacionadas a determinadas formas de organização da produção, o trabalho por conta própria e a microempresa, por exemplo, como podem ser captadas diferentes formas de assalariamento ilegal. Neste sentido que, a presença de grupos diferentes de trabalhadores facilita a elaboração de meios de constatações advindas

da observação, neste caso concreto, da informalidade, a análise de sua evolução, comportamento e níveis de renda que podem ser adquiridas através da suas ligações com as transformações das etapas de crescimento em curso numa determinada sociedade.

Tal como se referenciou ao longo deste trabalho, o mundo atual do trabalho vive um forte processo de mudança, no qual temos presenciado um agravamento da deterioração das relações e condições de trabalho, resultando num aumento do desemprego, principalmente nos países subdesenvolvidos. Neste panorama encontram-se outros mecanismos de geração de empregos e renda, para responder a este problema de desemprego.

Lopes, baseando-se em Laguerre (2000: 81), realça que "o surgimento da informalidade se efetua em situações diferentes. Na sua linha de pensamento, a informalidade antecede a formalidade, ou seja, as rotinas informais são anteriores às rotinas formais.

Silva, citado por Vianna (2006:12), já destacava o surgimento deste setor, através da análise de "mercado

formalizado" e "mercado não-formalizado", abordando, na época, um tema de presença constante no pensamento sociológico latino-americano, qual seja, a marginalidade ou o processo de exclusão. A partir deste, o modo de inserção dos trabalhadores envolvidos no sistema global era visto segundo as condições do mercado de trabalho. Aqueles trabalhadores que não conseguiam ser inseridos no processo produtivo eram vistos como alijados desse processo produtivo, denominados de marginalizados e, nesse sentido, eram vistos como os não-integrados à sociedade.

Ainda na perspetiva de Vianna (2006: 14), o enfoque da informalidade, em sua origem, tinha como ponto central de conhecer as diferentes formas ou estratégias de sobrevivência utilizadas por uma camada da população que se encontrava em condições sociais e econômicas desfavoráveis. Aliado a este facto, que dificultava a sua inserção no processo produtivo, acrescia-se que, em muitos países, o assalariamento não era maioritário no mundo do trabalho. Neste sentido, procurou-se entender como se estabelecia o ingresso de uma parcela de trabalhadores não

englobados no contexto "formal" do mercado de trabalho.

É de realçar ainda que foi a partir da 15ª. Conferência Internacional de Estatísticas do Trabalho, realizada em Genebra em 1993, que este sector importante da economia ganhou reconhecimento como uma área de emprego, pela Organização Internacional do trabalho (OIT).

Segundo Rocha (2016:32), o relatório do Quénia inscreve uma análise detalhada sobre o emprego informal e propõe medidas estruturais para integrar o sector informal da economia nos programas de desenvolvimento económico dos países em desenvolvimento.

Partindo desta análise, produziu-se posteriormente uma abundante literatura sobre o sector informal de economia nos países em desenvolvimento, abordando matérias como a economia informal, os sectores de atividades económicas abrangidos, os métodos de avaliação e qualificação e os estudos localizados de experiências em vários países de África, América Latina e Ásia.

O grande contributo do relatório do Quénia no tratamento teórico da economia informal foi a demonstração

da complexidade e heterogeneidade dos fatores associados a este fenómeno e, em função disso, a conclusão de que qualquer estudo que pretenda debruçar se sobre a economia informal não pode ignorar os aspectos sociais e culturais com ele relacionados.

Estudo realizado no Quénia em 1972, referenciado por Vianna (2006: 21), enfatiza, de forma marcante, a alardeada importância da ligação entre as atividades informais e formais. No entanto, a perspetiva patente de que estas atividades ditas informais não estão confinadas à periferia das grandes cidades, mas correspondem a ocupações específicas, ou mesmo a determinadas atividades econômicas. Neste sentido, mais do que atividades informais que representam um modo de produzir, estas apresentam as seguintes características: (a) facilidade de ingresso; (b) ajuda em meios próprios; (c) empresas de propriedades familiares; (d) operação realizada em pequena escala; (e) trabalho intensivo e tecnologia adaptada; (f) habilidades adquiridas fora do sistema formal de ensino e (g) mercados não regulados e competitivos.

Em relação às características das atividades do setor formal, são apontadas: (a) dificuldade de entrada; (b) frequente apoio com recursos externos; (c) propriedade corporativa; (d) operação realizada em grande escala; (e) capital intensivo e, frequentemente, tecnologia importada; (f) habilidades adquiridas formalmente, frequentemente repatriadas e (g) mercados protegidos (por meio de tarifas, quotas e licenças comerciais).

Ainda segundo a autora, "O relatório busca realizar uma estratégia de redistribuição de crescimento com o propósito de estabelecer laços que estão atualmente faltando entre os setores formal e informal. Uma transferência de rendas de grupos de rendimentos mais elevados para os pobres que trabalham poderia resultar em novos tipos de investimentos de trabalho intensivo em ambas as áreas, cidade / campo. Isto deve não somente gerar demanda de produtos do setor informal, mas também encorajar inovações em técnicas de trabalho intensivo neste setor. As recomendações constantes deste relatório têm intenção de reduzir o risco e incerteza dos que estão engajados no setor

informal e assegurar um crescimento dinâmico deste amplo segmento da economia do Quênia" (Vianna, 2006:22).

Segundo Siede (1994:46), é fundamental realçar o fato de não existir exclusão entre as formas possíveis de inclusão no mercado de trabalho, visto que uma pessoa que trabalha no mercado formal, pode também levar a cabo a sua atividade independente no mercado informal. Todavia, esta situação é frequente no contexto angolano, onde as baixas remunerações auferidas pelos funcionários públicos não lhes permite dar resposta às várias necessidades fruto do custo de vida bastante elevado no país.

Segundo Samba (2018:80), a informalidade abarca "uma grande diversidade de situações, podendo ser identificada como uma combinação de atividades informais tradicionais com formas recentes de trabalho vulneráveis sem acordos de trabalho normatizados". A autora, ao refletir sobre as diversas formas de informalidade, realça a existência de diferentes modalidades de trabalhadores informais, tais como: trabalhadores informais tradicionais, trabalhadores assalariados sem registos e os trabalhadores

autónomos e por conta própria e o pequeno proprietário informal.

Na perspetiva da autora (Samba, 2012: 39), os trabalhadores informais tradicionais são aqueles que se encontram incluídos nas atividades que exigem pouca capitalização, procurando adquirir um rendimento para o consumo quer individual ou familiar. São indivíduos que dependem da sua força de trabalho ou de apoio familiar. Neste grupo podemos encontrar trabalhadores informais seguros que desfrutam de instrumentos de trabalho ou um pequeno domínio profissional, que em determinadas circunstâncias, desempenham as suas tarefas na área de prestação de serviços, tais como pedreiros, jardineiros, costureiros, vendedores ambulantes, sapateiros, técnicos de reparação, entre outros.

Por outro lado, são também considerados trabalhadores informais os indivíduos que desempenham atividades consideradas instáveis. Estes trabalhadores dependem de afazeres ocasionais com recurso à força física e de vontade para fazer pequenas e diferenciadas tarefas

de baixa qualificação, tais como os vendedores de rua, os roboteiros, guardadores de carros, entre outros.

Nesta ordem de ideia, os trabalhadores informais ou ocasionais ou temporários são aqueles que se dedicam às diferentes atividades informais quando estão desempregados, mas que almejam voltar ao trabalho assalariado, isto quer dizer que quando estes indivíduos se encontram desempregados, de maneira a dar resposta às suas necessidades, dedicam-se a atividades informais provisórias e tendem a labutar como assalariados.

Relativamente aos trabalhadores assalariados sem registo, dentro do tipo 2 de informalidade, encontramos aqueles que, na sua maior parte, são contratados à margem da organização deste mercado, tendo em conta os mecanismos de controle dos contratos estabelecidos, bem como a estruturação dos movimentos de defesa destes trabalhadores (Caciamali, 2000: 134).

No que diz respeito aos trabalhadores autónomos, ou por conta própria ou o pequeno proprietário informal, segundo a autora supra citada, nesta categoria encontram-

se aqueles trabalhadores mais habilitados, que desfrutam os meios de produção e empregam a própria força de trabalho ou então de sua família. Normalmente, estes trabalhadores compõem parte do segmento médio da sociedade, uma vez que têm um capital mínimo, caracterizado pelo pequeno estabelecimento comercial e instrumentos de trabalho que lhes garantem uma certa segurança de ocupação.

De acordo com Samba (2012: 21), este grupo abarca também os trabalhadores que em diversas situações são incentivados pelo grande capital a se incluírem nas categorias de trabalhadores independentes que prestam seus serviços às grandes empresas, com objetivos de obter vantagens da mão de obra.

Os aspetos referenciados demonstram, de certa forma a realidade vivenciada pelos sujeitos inseridos no mundo do trabalho informal, tal como é o caso dos jovens roboteiros, objeto do presente trabalho de investigação, que, não tendo encontrado opções de trabalho na capital, por razões várias, de forma a satisfazer as suas necessidades, partiram para esta atividade de carregamento

de mercadorias, fazendo recurso da força física, como uma estratégia de sobrevivência.

Ainda nesta linha de pensamento, Silva (2010: 26) afirma que "o setor informal, em suas difíceis e diferentes maneiras, é visto como uma das formas mais recentes dele. Neste sentido, a diversificação e complexificação das formas de trabalho trazem novos dados para a relação homem/ trabalho, sendo uma das características o facto de todos os trabalhadores informais estarem expostos a contextos de reforma, invalidez, bem como outras garantias trabalhistas.

Segundo Lopes (2014: 135) realça, o aprofundamento das investigações à volta do problema da informalidade tem sido mérito da Organização Internacional do Trabalho, que, com os seus financiamentos, contribuiu significativamente, na forma de abordagem desta temática, levantando, assim, a discussão abrangente à volta do trabalho decente na perspetiva da proteção social.

A falta de proteção social constitui um dos grandes problemas dos indivíduos que se encontram no mundo do trabalho informal, pelo fato deste trabalho estar propenso a

um elevado risco, perante as situações de exclusões a que estes indivíduos estão inseridos. Sendo assim, a ausência da proteção social caracterizada por este setor informal, tem grandes implicações para a vida dos indivíduos, principalmente em contextos de doença, envelhecimento ou ainda outras situações, coloca-os numa contrariedade, observando-se desta maneira, uma insuficiência na prática de direitos de cidadania, que se encontra aliados com as políticas de trabalho e emprego.

O setor informal na visão dos autores referenciados até aqui, apontam este setor como aquele que apresenta baixos rendimentos, tempo de trabalho elevado, ausência de proteção e com grande probabilidade de ocorrência de danos, quer físicos quer sejam psicológicos. Nesta ordem de ideia, a ausência dos elementos acima mencionados, representam um dos aspetos importantes na análise dos trabalhadores mergulhados na economia informal, representando desta forma um dos mecanismos de exclusão social.

Ainda nesta linha, Afonso et al (2015: 8), afirmam que o crescimento da economia informal representa

milhões de pessoas, em todo o planeta, que não beneficiam de nenhuma forma de proteção social, ou se encontram no processo de perder a proteção que tinham. Nesta vertente entendemos que estes trabalhadores, pela situação em que os mesmos encontram-se, seriam dentro das políticas de proteção os mais beneficiados, fruto da vulnerabilidade social dos mesmos.

Pelo facto das pessoas envolvidas no trabalho informal estarem frequentemente mergulhados em situações de marginalização e outras práticas de exclusão, a OIT, no âmbito das suas responsabilidades em torno desta problemática, tem empreendido um grande esforço, de maneira a dar resposta a este dilema.

Nesta ordem, o Trabalho Digno tornou-se um ponto de referência internacionalmente aceite e é reconhecido não só como um fim em si mesmo, mas como um meio essencial de alcançar metas de desenvolvimento global, incluindo a erradicação da pobreza (OIT, 2012).

Na sua Resolução relativa ao Trabalho Digno e à economia informal, de 2002, ficou estabelecido que a

informalidade é, acima de tudo, uma questão de governação incluindo quadros normativos para dar respostas a este problema. Conseguir que os numerosos trabalhadores e empresas existentes na economia informal sejam protegidos pela legislação seria um passo fundamental para atingir o objetivo do Trabalho Digno (OIT, 2012).

Fruto do seu grande interesse sobre a problemática, a OIT voltou a debater na conferência de 2002, os défices de condições de trabalho digno na economia informal, apelando a uma ampla estratégia (de) concretização dos linhas e pressupostos essenciais no trabalho, de maneira a garantir maiores e melhores oportunidades de emprego e de rendimento; promovendo desta forma os mecanismos proteção social, bem como fomentando o diálogo entre as partes.

Podemos entender que o refúgio ao trabalho informal destes jovens migrantes é resultado de uma necessidade, causada pelo retraimento da economia dita formal, que não garante novas oportunidades de emprego decente. Nesta perspetiva, o Relatório sobre o Trabalho

Decente e Economia Informal, concentra-se em quatro áreas específicas, nomeadamente:

- Emprego particular a ausência de emprego formal que impele os trabalhadores informais para atividades menos remuneradas e menos produtivas, inúmeras vezes realizadas por conta própria;
- Direitos: já que a economia informal é o mercado de trabalho onde se regista o maior déficit em termos de liberdade de associação, de poder de negociação, de trabalho forçado e de discriminação no trabalho; isto resulta da quase total falta de aplicação da legislação e regulamentação laboral;
- Representação: porque se constata a inexistência ou a fragilidade organizativa das instituições de representação dos trabalhadores informais, o que determina a sua exclusão ou sub-representação no diálogo social com as

instituições formais e com os decisores;

- Proteção social: os trabalhadores informais confrontam-se quotidianamente com múltiplos riscos em relação aos quais não dispõem de mecanismos de proteção, com a agravante de, muitas vezes, não se encontrarem também contemplados pelos benefícios da proteção social pública.

Para Carvalho (2008:312), o trabalho informal caracteriza-se fundamentalmente pela facilidade de acesso e pela ausência de burocracia. É pertinente destacar que o trabalho informal é uma realidade presente em todo o sistema capitalista, sendo consequência deste sistema em evolução, conforme os diferentes momentos históricos. Na atualidade, as mudanças e as modificações tomadas neste sistema de produção têm contribuído no aumento considerável de trabalhadores informais nas sociedades capitalistas.

Nesta perspetiva, o relatório final elaborado pelo

CEGEA da Universidade Católica Portuguesa aponta que: "A existência da Economia Informal reflete um desajustamento entre os interesses coletivos da sociedade, visão esta percebida pelo Estado, bem como nos estímulos observados do ponto de vista individua" (p.24).

É notória a relevância que os fatores acima mencionados jogam na interpretação da motivação ou não pelo trabalho informal, mas é importante que se encontrem, para além de sanções fortes, respostas credíveis a esta situação em que grande parte dos indivíduos que lá se encontram, deve-se de certa forma a fatores associados ao próprio sistema capitalista, que a um certo momento da sua história, não conseguiu satisfazer a necessidade crescente de criação de empregos dignos para a população, o que levou muitos destes a se enveredarem pela informalidade. A informalidade resulta também da ineficiência da intervenção do Estado, sobretudo no que diz respeito aos seguintes aspectos, tal como: a reduzida capacidade do Estado em criar empregos na economia; a ausência de subsídios de desempregos; mecanismos de legalização

demorados; encargos fiscais elevados; modelos económicos não ajustados nos contextos de tais países; regulamentação desajustada ou rigorosa para o efeito; dificuldades de acesso iniciativas pequenas e médias empresas; falta de divulgação da informação relacionada com os serviços públicos; corrupção; bem como aspetos ligados a pobreza no seio da população, o baixo nível acadêmico entre outros.

O trabalho informal em África

O trabalho informal no continente africano apresenta uma particularidade em relação aos outros continentes em que esta realidade se faz presente, pelo facto desta atividade se revestir de grande importância para a vida das populações, que no seu quotidiano encontram no trabalho informal o seu principal recurso de existência e sobrevivência.

O problema da informalidade em que se encontra mergulhado o continente africano, não é simplesmente um problema do presente, uma vez que as situações políticas e

económicas adotadas e vivenciadas pelas populações deste continente no passado, contribuíram significativamente para o quadro atual da informalidade na sociedade africana.

De maneira a compreender a problemática do trabalho informal neste continente, foram efetuados vários estudos em países, de maneira a constatar a real dimensão desta prática na vida das populações. Sendo assim, países como Senegal, Mali, Burkina Faso, Níger, Togo, Benim e Costa do Marfim foram objeto desta constatação.

Nesta linha de pensamento, Fauré (2007) citado por Lopes (2007: 25) constatou na referida pesquisa um envolvimento prematuro de crianças no ambiente de trabalho, bem como a discordância entre a vontade dos jovens e as possibilidades existententes de mobilização, a separação sobreas mulheres neste processo de recrutamento, a ineficiência dos órgãos atuando na procura em encontrar respostas para a geração de empregos, bem como a grande importância desempenhada pelo sector informal nestes países.

Com base neste estudo comparativo, podemos

aferir a existência de um grande envolvimento das populações no trabalho informal, por outro lado as características em volta destas atividades informais são idênticas, onde há uma grande existência de jovens no mercado de trabalho informal, demonstrando realmente a situação de vulnerabilidade social em que os mesmos estão envolvidos na luta pela sobrevivência.

Na análise efetuada sobre o setor informal da economia nos países da África Subsariana, Ilídio Amaral, realça que na realidade destes países em análise, o setor informal desempenha um papel importante na vida das populações, por visto que o mesmo vem dar respostas a incapacidade do Estado em responder as demandas da população, uma vez que estes países depois de terem alcançado as suas independências do ponto de vista políticos, mergulhara-se em conflitos provocados por vários motivos, não permitindo assim que estes dar respostas aos graves problemas vivenciados pela população. Neste sentido, a falta de grupos fortes na vertente empresarial capaz de proporcionar uma geração de empregos, tem contribuindo

para o crescimento do setor informal nestes países.

Tal como foi referenciado pelos autores, a problemática do trabalho informal não é uma situação particular dos países subdesenvolvidos, uma vez que esta realidade também é vivenciada pelos Países desenvolvidos, apesar de níveis bastante reduzidos em relação aos países subdesenvolvidos.

Torres, citado por Silva (2010) afirma no seu artigo intitulado «África: Desenvolvimento adiado e crise económica», que:

> "Os obstáculos destes países africano e por um lado asiáticos, demonstram falhas nas suas políticas que remontam aos primeiros anos de Ajustamento Estrutural nos anos de 1980 do século XX, onde, debaixo da pressão dos grandes bancos, as culturas alimentares foram preteridas em função das culturas de exportação" (Silva, 2010:14).

Nesta linha de pensamento, o mesmo autor ressalta que o resultado não tardou a chegar, ou seja, a agricultura

fracassou, sob a incapacidade das políticas de ajustamento estrutural levados acabo nestes países africanos. Assim sendo, o mercado informal aparece como uma alternativa viável, capaz de empregar e garantir a sobrevivência da maior parte dos habitantes desta região da África.

Segundo dados da OIT (2012, p. 6), a economia informal tem continuado a crescer em todo o mundo. Em 2002, a OIT estimou que a economia informal constituía aproximadamente 72% do emprego não agrícola na África Subsariana, 71% na Ásia, 51% na América Latina e 47% no Médio Oriente e no Norte de África. Estas percentagens acima referenciadas, não englobam as atividades desenvolvidas no setor agrícola, caso se contabilize, claramente a percentagem do setor informal será maior.

Por outro lado, o mercado informal, pela sua grande capacidade de empregabilidade, desempenha um grande papel, razão pela qual, várias instituições internacionais colocaram este setor na base dos seus planos de desenvolvimento.

Nesta perspectiva, Silva (2010, p. 11), dentre as

principais características comuns das formas e práticas do setor informal nos países da África subsariana aponta a existência de um mercado legal, com práticas económicas ilegais; uma economia informal praticada maioritariamente por mulheres; uma economia informal baseada no garante da sobrevivência; uma economia informal a volta de atividades domésticas, bem como uma economia em que as rendas obtidas não são declaradas.

A necessidade de rendimento suplementar constitui uma das razões fundamentais para recorrer ao setor informal (Ismail e Horn, 1997, citado por Silva, 2010 :11). Entre as várias razões para o aparecimento dos setores informais, destacam-se:

- Oferecem meios de subsistência e sistemas de sobrevivência económica e de redes de apoio. A maior parte dos países africanos não dispõe de sistema de previdência e segurança social, portanto os rendimentos do mercado informal podem funcionar como “almofada”

nas situações de doença, desemprego, pobreza e marginalidade.;

- Os setores informais tendem a ser de grande dimensão sempre que os mercados formais se apresentarem recheados de exigências, burocracia e opacidades. Os setores informais revelam-se muito liberais, sendo que, por exemplo, o mercado de trabalho possui uma enorme capacidade de criação /destruição de emprego (a chamada flexissegurança);
- Ainda que a taxa de lucro empresarial seja mínima, o não pagamento de impostos (fuga e evasão fiscal) potencia os ganhos dos agentes económicos (mesmo dos trabalhadores) na base dos quais se realizam as funções microeconómicas do consumo familiar, da poupança e do investimento;
- São setores de refúgio para os migrantes não só provenientes do setor agrícola, e que não encontram emprego nas faixas industriais

> urbanas, mas também do desemprego industrial das cidades, quando as dinâmicas de crescimento e de transformação do sector industrial formal são insuficientes para gerarem empregos nas quantidades requeridas.

No nosso entender a proliferação das atividades informais no contexto africano, estão fortemente associadas à incapacidade dos Estados e respetivos governos em satisfazer as necessidades essenciais das populações nos seus vários domínios, sobretudo no que concerne a questão relativa à criação de emprego e renda para a população economicamente ativa.

Trabalho informal no contexto angolano

O trabalho informal no contexto angolano é uma realidade presente no cotidiano da população, visto que em toda a circunstância é visível a manifestação destas atividades informais, constituindo de facto num recurso

fundamental para a satisfação das necessidades das populações, face a impossibilidade do governo em gerar empregos decentes.

Esta problemática do trabalho informal em Angola foi adquirindo proporções diferentes com o passar dos anos. Neste contexto, no período colonial, estas atividades informais foram fortemente levadas a cabo por mulheres, que se dedicavam à comercialização de certos produtos em alguns pontos das cidades. Monteiro (2012:63) realça que "na sociedade colonial urbana, a mulher serviçal cumpria por norma os trabalhos domésticos ou exercia a profissão de lavadeira, costureira, peixeira ou quitandeira".

Por outro lado, a obra "Uanga", do escritor angolano Óscar Ribas, traz grandes subsídios para a compreensão do percurso histórico e social desta problemática do trabalho informal, praticado exclusivamente pelas mulheres.

Essa exclusividade não corresponde mais a realidade. Na perspetiva de Lopes (2004: 42), os estudos existentes sobre as atividades informais atualmente em Angola, no caso concreto de Luanda, "mostram que grande

parte destas atividades são efetuados por trabalhadores por conta própria, obtendo assim lucros canalizados fundamentalmente para o sustento das famílias". Ainda segundo o mesmo autor, uma vez que os salários não tem peso suficiente para garantir o essencial, isto leva com que grande parte dos funcionários inseridos no setor formal, exercerem também atividades complementares no setor informal.

Atendendo a explanação acima citada, podemos aferir que no contexto angolano esta realidade é consequência dos baixos salários auferidos por estes funcionários, que em função da subida constante do preço dos produtos da cesta básica, não conseguem com seu salário formal cobrir as várias necessidades do agregado familiar. Perante esta situação, grande parte destes funcionários acabam por recorrer então às atividades informais, como forma de garantir recursos alternativos de maneira a garantir a subsistência familiar.

A dimensão do trabalho informal no contexto angolano, no caso concreto de Luanda, de acordo com

Adauta (1998, citado por Lopes (2014: 17), com base nos dados de um inquérito levado a cabo pelo Instituto Nacional de Estatística, a economia informal de Luanda assegurava, de forma exclusiva, a subsistência de 42% das famílias luandenses, representando 56% da população economicamente ativa (população de 10 anos de idade ou mais), na capital angolana. Ainda nesta perspetiva, o relatório do PNUD (1998, citado por Samba (2018:83), aponta a importância do sector informal como fonte e alternativa de emprego, contribuindo com 20% a 3% para o Produto Interno Bruto não-petrolífero. Ainda segundo este mesmo autor, a importância dessa informalidade também esteve assente no Programa de Recuperação e Estabilização de Médio Prazo, elaborado pelo Governo Angolano, para 1998/ 2000, em que citava a sua relevância como sistema de sobrevivência económica e de reprodução social, além de reconhecer o seu acentuado processo de crescimento (Samba, 2018 :90).

Ainda neste relatório, destaca-se também o expressivo peso das atividades comerciais, no contexto

do sector informal, com 87%, e o papel deste sector como recurso de sobrevivência das populações urbanas, principalmente daquelas vindas do interior do país; ou seja, a informalidade constitui-se numa estratégia de sobrevivência das populações urbanas mais necessitadas.

Os relatórios acima referenciados apontam o crescimento acelerado da população no espaço urbano, fruto do deslocamento constante de indivíduos saindo do campo para estabelecerem–se na cidade, a situação do desemprego que tem se agravado na nossa sociedade, o baixo nível de escolaridade, bem como os baixos salários auferidos, como sendo a principais causas para a entrada ao mundo do trabalho informal.

Ainda no contexto angolano, o trabalho informal está na base de vários fatores, indispensáveis para o entendimento desta atividade no seio dos jovens migrantes no país. A guerra que destruiu o setor industrial do país e imobilizou o seu funcionamento, pode ser encarada como sendo um fator determinante, visto que contribuiu para que inúmeros cidadãos perdessem os seus postos de trabalho,

principalmente entre a camada juvenil. Por outro lado, o aumento populacional que viveu e vive a cidade de Luanda, reduziu consideravelmente a possibilidade de oferta de emprego formal a estes jovens recém-chegados, levando-os a encontrar no mercado de trabalho informal a última alternativa para garantir a sua subsistência.

É importante compreender com que profundidade o conflito armado que assolou o país provocou também a paralisação da economia, reduzindo desta maneira a capacidade de oferta de empregos no setor formal. É essencial também destacar que, para além desse conflito, concorreu também para esta situação a falta de vontade política para a execução de políticas económicas credíveis, de forma a contribuir na criação de emprego para os mais jovens.

É de realçar ainda que a presença esmagadora de jovens no mercado informal em Luanda, é também resultado do crescimento da população ativa e das assimetrias locais, que têm motivado as grandes migrações do interior para o centro. Sendo assim, em consequência da grande limitação

da empregabilidade do setor formal, o setor informal da economia nos últimos tempos transformou-se num escape para a grande maioria das populações, principalmente os mais jovens, que encontram aqui alternativas para garantir a sua sobrevivência face ao desemprego. Trabalham, portanto, em condições insalubres, sem direitos, porque não lhes é deixada uma alternativa para sobreviverem.

Ainda no tocante às causas do trabalho informal no contexto angolano, o relatório da PNUD (1997), citado por Carvalho (2008), aponta as seguintes causas para o aumento acentuado da importância do mercado informal em Angola:" o conflito armado que reduziu a possibilidade de desenvolvimento económico; políticas de gestão macroeconómicas ineficaz; transição para um sistema de economia de mercado, em contexto de guerra; destruição e funcionamento deficiente de mecanismos redistributivos de riquezas, devido as reduzidas fatias orçamentais destinadas a educação, saúde, e assistência social; hiper-inflação, baixos salários e elevadas taxas de subemprego; desenvolvimento assente na dependência da importação de

produtos acabados com ausência de investimento na criação de emprego; desestruturação e informalização do próprio aparelho de Estado" (Carvalho, 2008: 224).

Os resultados deste relatório vão de acordo com as causas apontados pelos vários autores mencionados ao longo deste trabalho, demonstrando que o trabalho informal em Angola desenvolveu-se numa conjuntura política económica favorável para tal expansão, uma vez que as políticas levadas a cabo pelo governo não foram capazes de inibir esta situação, levando desta forma grande parte da população a encontrar no trabalho informal, recursos para garantir a sua subsistência, bem como dos seus familiares.

Nesta linha de pensamento, autores como Silva e Alves (2008), Monteiro (2012), também confirmaram que o aumento das atividades informais nos últimos tempos como sendo resultado da reorganização do mercado laboral, tal como temos referido ao longo desta abordagem. Esse crescimento deve-se também, segundo Samba (2018), nas recentes exigências de acesso ao mercado de trabalho. Dentre essas exigências, está a experiência profissional,

exigência que é prejudicial principalmente para os jovens, pois:

> "Há uma certa incoerência do mercado ao cobrar a tão falada prática profissional daqueles que estão justamente buscando a sua primeira oportunidade de emprego, mostrando desta forma a insuficiência das políticas de inserção dos jovens no mercado de trabalho tanto por parte do governo como das empresas" (Samba, 2018 :83).

Sobre os aspetos principais a volta do mercado de trabalho e a informalidade como consequência dessas, analisa Pamplona (2000):

> "Numa situação de reorganização produtiva e os reduzido desenvolvimento, que aceleram as percentagens do desemprego aberto, reduzindo também os melhores postos de trabalho, baixando consideravelmente os rendimentos menos especializados, que acabam por reajustar –se as denominações., aumentando as obrigações de acesso, contribuindo assim no aumento do

> desemprego, caindo assim para o setor informal, como garante da sua sobrevência" (Pamploma, 2000: 318).

Como já é sabido, Luanda é a capital e o maior centro político e económico do país, e tem verificado nos últimos tempos, no seu mercado de trabalho, um grau bastante reduzido de empregabilidade, como consequência do grande choque derivado da crise económica que tem afetado o país desde 2014, contribuindo significativamente no baixo crescimento da sua economia, impossibilitando desta maneira a geração de empregos. Sendo assim, os resultados do último censo realizado pelo INE, (2014), aponta que a taxa de desemprego ronda nos 31%, ou quase um terço da população em idade e condições de trabalhar, significando que quase um em cada três angolanos em idade economicamente ativa estavam desempregados naquele ano.

O que está na base desta situação, na perspetiva desses autores, são as transformações sucedidas no decurso

de reorganização produtiva que tem sido implementada pelo regime capitalista, tendendo à sua reorganização. Sendo assim, o desemprego é, sem sombras de dúvida, uma das consequências deste sistema de reorganização do regime capitalista, o que procuraremos ter em conta neste trabalho, como um dos fatores que explicam o ingresso destes jovens migrantes no mercado de trabalho informal em Luanda. É importante ter as causas do fenómeno profundamente analisadas e compreendidas, para que se possa abrir caminhos para mudanças.

Tal como Lopes (2000:4), compreendemos que para além desta vertente económica tida como primordial, a informalidade está patente nos diferentes domínios da vida, exercendo um papel importante. Diante disso, é que o trabalho informal no nosso país tem sido encarado como uma das principais fontes de sobrevivência da maior parte população em condição de desemprego, pobreza e outras situações de vulnerabilidades.

Também nesta linha de pensamento, Vieira, (2007:33), considera "que grande parte dos jovens vindos

de famílias vulneráveis encontram grandes dificuldades de entrar no setor formal de emprego, em consequência dos requisitos exigidos para o acesso aos postos de trabalho".

Tendo em conta a realidade angolana, para além do fator da guerra que destruiu o país por várias décadas, as causas do desemprego estão também ligadas a outros fatores, como o reduzido nível de formação académica e profissional da população jovem. É nesta linha de pensamento que Alves et al (2011 :53) analisando a realidade brasileira que consideramos quase que semelhante à realidade angola, apontam que caracterizar o ponto de vista social e educativo destes jovens inseridos em postos de trabalhos poucos qualificados e de baixa remuneração conduz-nos, por inerência de abordagem, a um contexto maioritário de reduzido desempenho escolar e profissional.

Por sua vez, Carmo e Matias (2019 :54), refletindo a realidade portuguesa, entendem que as estatísticas oficiais revelam que o trabalho precário se torna mais comum junto dos segmentos etários mais jovens, com baixas qualificações, afetando desproporcionalmente mais as mulheres, o que

como já analisamos possui também raízes históricas. Por sua vez, Lopes (2000:62), também afirma que grande parte dos desempregados do país é formada maioritariamente por jovens. A inclusão desses nos diversos espaços de trabalho informal em Angola, como por exemplo, a atividade dos jovens roboteiros, objeto da nossa pesquisa, tem sido a opção ao desemprego encontrado pela maior parte deste segmento social. Essa situação explica de certa maneira o crescimento vertiginoso dos jovens no mercado de trabalho informal em Angola, particularmente na cidade de Luanda.

Lopes (2001 :38), procurando compreender a economia informal em Angola, em particular a cidade de Luanda, identificou cinco fases deste processo:

1. Na sua primeira fase, o autor caracterizou as primeiras iniciativas a volta desta atividade antes da independência, onde a mesma era baseada em pequenas atividades artesanais tradicionais, bem como no âmbito da prestação de serviços, onde encontravam-se os serviços

domésticos, o comércio ambulante, bem como as atividades voltadas a construção.

2. Na sua segunda fase, Lopes aponta um crescimento das atividades informais na cidade de Luanda, com o aparecimento e expansão destas ao longo da cidade, abarcando assim os vários setores da vida económica.
3. Na sua terceira fase, o autor identifica um crescimento acelerado destas atividades, fruto da transição política que o país viveu, levando a cidade de Luanda a presenciar o surgimento de agentes económicos em quase toda sua extensão.
4. Tal como na terceira fase, nesta etapa marcada pela liberalização económica, assistiu-se um vasto processo de liberalização de tais práticas com projetos ambiciosos para a sua realização, mas que na realidade tais reformas não foram levadas acabo, o que permitiu ainda mais o aceleramento das atividades informais.

5. Na quinta etapa, marcacada com o alcance da paz em Angola, foram adotadas um conjunto de políticas que visaram equilibrar o mercado, que de certa maneira teve um ligeiro impacto em alguns setores da economia informal.

Ainda nesta tentativa de periodização da economia informal no contexto angolano mencionado, por Lopes (2001), Mateus (2020), no seu trabalho intitulado "O comércio informal ao abrigo da legislação angolana", apresentou aquilo que se pode considerar como sendo a sexta e sétima fase desta periodização:

1. Em 2015, com a Nova Crise no mercado mundial provocado pela queda abrupta do preço do barril de petróleo, principal fonte de receitas de Angola, este país entrou em crise económica e financeira, que ainda decorre e que tem provocado elevados problemas sociais e consequentemente um novo ciclo

de crescimento da atividade informal, com destaque para o comércio de rua. A economia informal em Angola, em momento de crise, atingiu níveis de implantação e de proliferação muito superiores aos registados no período de muitas empresas faliram, grande parte dos centros de produção foram desativados, o desemprego com níveis bastante altos - a volta de 26% em finais 2016, ou, seja mais de 2 milhões de pessoas economicamente ativas, a maioria deles jovens entre 18 e 30 anos, segundo dados divulgados recentemente pelo INE.

2. 2017-2019 – Sobra-nos um olhar para as ruas e quintais das cidades capitais de província, e vemos a olho nu como está densamente povoado o setor informal, onde jovens, adultos e até crianças, de ambos os sexos, se envolvem desordenada e freneticamente em atividades informais que vão desde a produção de bens

> artesanais, prestação de pequenos serviços (recauchutagem pneus, lavagem de carros, reparações várias), confeção de alimentos, comércio de bens de todo tipo e origem industrial e agrícola, piscícola e pecuária, entre outras. Tudo isso num ambiente inaceitável e prejudicial do ponto de vista higiénico, de segurança física e ecológico, mas que é indispensável para a sua sobrevivência, enquanto seres humanos. Vendem objetos na via pública, usando os métodos da zunga, da candonga, da Kinguila, das manicures e pedicures e cabeleiro a céu aberto, nas ruelas, quintais ou mesmo debaixo de árvores ou nos bancos de jardins.

A análise conjunta desses estudos sobre trabalho informal em Luanda, publicados ao longo de duas décadas, nos demonstra que o problema é antigo e tem vindo a crescer. Ainda anterior, o trabalho realizado por Adauta (1998),

sobre o mercado informal em Angola, apontou que o setor informal proporcionava 58% de emprego, em comparação com o setor formal que proporcionava apenas 12% da população angolana que trabalhavam no setor formal.

É de realçar que esta realidade ainda é patente nos dias de hoje, visto que os grandes problemas económicos e sociais que abalaram o mundo e a nossa sociedade em particular, tornando o mercado de trabalho informal um espaço relativamente acolhedor, enquanto opção desregulada, de um número significativo da população, que encontram nele o principal garante da sua sobrevivência .Além disso, o mercado informal em África, e em particular em Angola, joga um papel importante na vida da população, visto que grande parte da população ainda depende exclusivamente do setor informal para a sua existência e sobrevivência.

Recentemente, com a percepção de que a informalidade significa a perda de milhões de dólares em receita, foi proposto o Programa de Reconversão da Economia Informal (PREI), como parte do Programa de

Desenvolvimento Nacional (PDN) 2018-2022 do Governo de Angola, com finalidade de implementar o processo de formalização das atividades informais.

Sendo assim, este Plano surge para dar respostas às políticas de emprego, bem como as condições de trabalho em que se encontram os indivíduos no sector informal da economia no país, uma que vez visto que sendo a economia informal é empregador de 75% da população em idade ativa em Angola,, situação esta que poderá proporcionar ao governo mais receitas, bem como o centro económico das atividades empreendidas neste setor, de maneira a garantir um sistema de proteção social para os indivíduos que vivem da informalidade.

Neste quadro, as sociedades cooperativas constituem um tipo de organização empresarial que abrange as várias dimensões de redução da pobreza e exclusão social e que pode funcionar como uma transição para a formalização, designadamente nas áreas rurais (PND, 2018).

O PND e o PREI, ao levar a cabo à intenção

de formalizar o informal, chama atenção, uma vez que mostra alguma preocupação do Estado, relativamente aos problemas de fragilidade, descontinuidade e de direitos vivenciados pelos indivíduos que trabalham no sector informal. É indispensável a urgência de se investir na educação e na formação profissional destes indivíduos, de forma a contribuir nas mais diversas áreas da vida do país. Contudo, para o êxito desta empreitada, é fundamental a identificação dos indivíduos que se encontram envolvidos neste sector informal em Luanda.

É de realçar que um dos elementos de realce neste Programa baseia-se em estimular o cooperativismo nas áreas como dos transportes, comércio, agricultura, indústrias, pescas e agricultura, de maneira a dinamizar o processo de formalização das referidas atividades informais ao longo de todo o país

Na realidade angolana, compreende-se, a vontade de coletar dados relativos ao setor informal da economia, visto que tratasse de um aspeto que fortalece a necessidade de se levar a cabo estudos relativos a este problema, sem pôr

em causa o esforço empreendido pelo INE, na procura de dados estatísticos cada vez mais particulares e fiáveis.

Pelo número de indivíduos envolvidos no setor informal da economia, podemos dizer que este sector exerce um papel indispensável na criação de oportunidades de trabalho, permitindo assim o desenvolvimento da economia do país.

Outro programa levado a cabo pelo Governo trata-se do Angola Investe, programa este que tem como finalidade alavancar às micros, pequenas e médias empresas, com realce às ações ligadas a desafios do trabalho, tais como problemas voltados aos financiamentos, reduzir aspetos burocráticos para o seu acesso, promover a qualificação dos recursos humanos, entre outros incentivos constantes neste programa de âmbito nacional.

Neste sentido, Masongaye (Félix, 2021.162), define o setor informal "como um setor econômico que é amplamente isento de impostos, excluído do Produto Interno Bruto (PIB) e não monitorado de perto pelo governo".

A definição de setor informal varia de acordo

com a localidade, mas algumas características unem diferentes visões: é um setor da economia em grande parte não tributado e excluído do PIB, pouco monitorado pelo governo, no qual uma/um trabalhadora/r independente exerce a venda de produtos alimentares, eletrodomésticos, artesanato e outros, ou o uso da sua força física, como no caso dos roboteiros, em espaços públicos (Félix, 2021: 33). É de facto uma ideia que visa a fomentar o sentido de formalização da economia informal constante no Plano de Desenvolvimento Nacional, correspondente ao período de 2018 a 2022, que de certo modo vai em concordância como os pressupostos do nosso trabalho.

Sendo assim, a implementação de um plano alargado para a reconversão da economia informal, contemplando os recursos e atores neles envolvidos nesta problemática da informalidade, assente num estudo minucioso, representa uma das ações fundamentais do governo com este programa.

Contudo, o esforço levado a cabo pelo Estado angolano, tendo em conta os programas aqui referenciados,

manifesta a intenção do executivo angolano em aliviar a pobreza e garantir os problemas à volta do mercado de trabalho.

Migrações e Trabalho Informal

Falar sobre as migrações e o trabalho informal, é falar de um tema que tem merecido grande atenção por parte de sociólogos, antropólogos, historiadores e políticos, face aos contornos desta problemática na trajetória dos jovens migrantes.

O estudo do fenómeno migratório interno de Angola é analisado de diversas maneiras pelos vários estudiosos, que se interessam por esta temática, uma vez que estes apegam-se em diferentes perspetivas teóricas para melhor compreender o fenómeno, de complexa abordagem.

Tendo em conta as diversas abordagens a respeito das migrações, podemos observar que reside por parte desses estudiosos uma grande inquietação em perceber e compreender as razões e as motivações da ocorrência

dos movimentos migratórios, uma vez que este fenómeno não pode ser entendido como um fenómeno simplesmente local, mas sim como um fenômeno global e abrangente, que localmente possui características específicas merecedoras de particular atenção.

A migração faz parte da vida do homem desde os tempos remotos, uma vez que o homem, enquanto ser social, sempre teve dentro de si esta tendência de procurar em outros lugares melhores oportunidades que lhe garantissem viver da melhor maneira possível.

Nesta ordem de ideia, do ponto de vista etimológico, podemos definir migração como uma palavra de origem latina que significa ir ou passar para o outro lado ou lugar, alteração de moradia. É uma palavra utilizda frequentemente para analisar um conjunto de deslocações populacionais, tendo em conta os seus diferentes sentidos e permanência. (Lopes, 2016: 52).

Recorrendo aos ensinamentos adquiridos nos manuais de história do ensino primário e secundário, podemos constatar de que ao longo dos tempos os nossos

antepassados já se deslocavam de um lugar a outro, a procura de meios para garantir a sua sobrevivência.

Os propósitos do trabalho aqui desenvolvido, importa-nos uma definição que contempla o aspeto do padrão populacional da deslocação, tendo em conta as variáveis económicas e sociais. Desta forma, encontrar uma definição de migração capaz de nos clarificar não só os aspetos relacionados com os movimentos de saída e entrada da população, mas também os reais motivos que estão na base desta decisão de partir.

Segundo a OIM (2006), a migração é um movimento da população dentro do mesmo território ou para outro, envolvendo o movimento de pessoas, independentemente do tamanho, da composição, ou das causas destes movimentos.

Procurar uma definição de migração como tal, não é uma tarefa fácil no campo das ciências sociais, uma vez que vários são os pontos de vista relativamente a este assunto. Nesta ordem de ideia, Pires (2003), a partir de várias definições de migrações, busca uma clarificação tendo em conta aspetos de natureza espaciais e sociais. Nesta

conformidade, o autor traz para discussão as definições de migrações propostas por Lee (1969), Mangalam (1968) e Einsenstadt (1953). Sendo assim, Lee (1969) que define migrações, tendo em conta os aspetos da mobilidade espacial.

Na perspetiva de Pires (2003?), as respetivas definições apresentam vantagens pelo facto de delimitar o objeto sociológico designado pelo termo migração, destacando que a mobilidade espacial em estudo envolve também mobilidade entre espaços sociais.

Com base nas reflexões acima realizadas, podemos aferir de que a definição que se aplica à migração, contempla dois elementos fundamentais, tais como a saída bem como a entrada da população num determinado espaço ou seja, a emigração e imigração.

Relativamente às causas que estão na base das migrações, podemos apontar como sendo de várias ordens, motivando desta maneira os indivíduos a partir para outro lugar.

Se por um lado podemos apontar um caráter

voluntário da decisão de partir, por outro lado, podemos apontar um certo grau de obrigação nesta decisão do indivíduo emigrar, uma vez que podemos constatar um certo grau de escassez de recursos capaz de garantir a plena realização do indivíduo, tais como condições políticas, económicas e sociais, principalmente analisando a migração interna do campo para cidade em Angola.

Rocha-Trindade (1995:34), aponta diferentes motivações que estão na base deste movimento migratório, sendo elas económicas, políticas, emergencial e étnico-cultural. Dentre as principais causas referenciadas, as motivações económicas têm sido as mais predominantes, afetando os países mais pobres ou menos desenvolvidos, as regiões mais deprimidas, as classes sociais desfavorecidas. Como exemplos das motivações económicas podemos mencionar a falta de emprego, a insuficiência de recursos da terra e do mar e a falta de horizontes de bem-estar para si e para outros.

As motivações políticas, por sua vez, são consequências dos desajustes graves entre um sistema

político e a aceitação do mesmo pela generalidade dos cidadãos.

As migrações também podem ocorrer por causas emergenciais, as quais se referem a grupos de indivíduos que migram por estarem em situação de privação de recursos que assegurem sua sobrevivência. Exemplos são grupos vítimas de grandes catástrofes (guerra, fome, terremotos, erupções vulcânicas), como ocorreu em Angola durante a guerra civil.

Ainda na perspetiva da autora (Rocha-Trindade, 1995: 35), dentro das motivações étnico-culturais das migrações, devemos ter em conta dois aspetos fundamentais, nomeadamente o étnico e o aspeto cultural. O aspeto ético caracteriza-se pela ascendência comum, constituindo a inclusão de minorias étnica e culturais em sociedades maioritárias, por razões de guerras, tratados internacionais, invasões entre outras. O aspeto cultural, neste sentido, caracteriza-se pela língua, organização social, religião, valores, que atuam como fatores essenciais para a coesão do mesmo.

Relativamente as teorias sobre as migrações, podemos mencionar aqui o grande contributo de Ravenstein (1852), tendo se notabilizado no estudo das migrações, a partir da informação extraída do censo populacional realizado na Inglaterra, isto no século XIX. Este autor no seu estudo apontava determinadas variáveis quer na zona de origem quer na zona de destino.

Rocha-Trindade (1995) realça "que estas leis tentaram explicar as migrações através de fluxos condicionados por uma série de variáveis e articulam aquilo que hoje denominamos como fatores de repulsão e de atração ("push-pull")" (Rocha-Trindade, 1994: 43).

Ainda segundo a mesma autora, os fatores de repulsão e de atração empurram os indivíduos do seu local de origem, atraídos para outros locais, enquanto os fatores de repulsão são considerados como sendo de ordem económicas (escassez de terras, desemprego, baixos salários, seca, fome e explosão demográfica).

Foi com o trabalho de Ravenstein que se produziu inicialmente as leis da migração, uma vez que este, por meio

de estudo de campo, procurou compreender os fatores que estavam na base deste processo, bem como as tipologias de migração e de migrantes. Por outro lado, Ravenstein identificou vários tipos de migrações neste estudo, nomeadamente, migrações temporárias migrações por motivo econômico, migrações de longa e curta distância, bem como outras tipologias.

Nesta perspetivas, Ghizzo e Rocha (2008) realçam então o migrante local, em que o deslocamento ocorre de uma parte para outra da cidade ou local de nascimento; o migrante de curta distância em que, dado o local de nascimento, a opção seria por locais próximos; a migração por etapas, representada pelo migrante que viaja de cidade em cidade à procura de emprego, radicando-se em lugar distante; e migrantes que saem de seu município de origem a fim de morar em lugares distantes de seu país e em circunstâncias especiais (guerras, catástrofes climáticas, entre outros). Por fim, os migrantes temporários são considerados a "população flutuante", pois deslocam-se por motivo de trabalho ou estudo (Bassan, 2017).

Ainda segundo Bassan, outra observação feita por Ravenstein ao analisar as migrações da população inglesa foi de que as mulheres tendem a migrar mais do que os homens. As mulheres migram de zonas rurais para zonas urbanas, não somente por empregos domésticos, mas com frequência procuram municípios que possuam um setor industrial. Por outro lado, as mulheres procuram migrar para lugares próximos ao de seu nascimento, enquanto os homens migram para lugares mais distantes. Os lugares que conseguiram reter maior quantidade de migrantes mulheres foram aqueles que ofereceram empregos abundantes no setor industrial (Ravenstein, 1980, citado por Bassan, 2017).

De forma a compreender a problemática do fluxo migratório na época, Ravenstein, analisou os motivos que levavam as pessoas a abandonar os seus espaços de pertença, em busca de outros espaços. O autor aponta, de certa maneira, as motivações de cariz econômico como sendo decisivas nos movimentos migratórios, o que parece encontrar grande alinhamento com o estudo sobre a migração interna de Angola, em direção da capital.

O contributo do estudo de Ravenstein à volta do fenómeno migratório foi de grande importância e serviu de modelo para vários pesquisadores. Nesta ordem de ideia, os estudos levados a cabo pelo demógrafo americano, Evereste Lee (1966), tiveram como base os trabalhos de Ravenstein.

Com base na explanação de Rocha-Trindade (1995), podemos identificar alguns fatores determinantes do processo migratório apontados por Lee. Entre os quais temos a destacar: fatores ligados ao local de origem; fatores ligados ao local de destino; obstáculos intervenientes, bem como os fatores de ordem pessoal.

Esta ideia é igualmente apontada por Peixoto (2004), ao referir-se sobre as causas das migrações segundo Lee (1966). Na visão deste autor," os fatores que determinam a vontade de migrar são os fatores associados à área de origem, fatores associados à área de destino, obstáculos intervenientes e fatores pessoais" (Peixoto, 2004: 34).

O autor aponta como obstáculos intervenientes a distância envolvida na deslocação migratória, as barreiras físicas, as leis imigratórias, bem como os custos dos

transportes de pessoas e bens. Por outro lado, Lee, ainda citado por Peixoto (2004), aponta como fatores de ordem pessoal: as alterações no ciclo de vida, as capacidades pessoais, bem como os contatos e informações disponíveis relativamente ao meio social de destino. Rocha-Trindade havia produzido análises no mesmo sentido ainda na década anterior (Rocha-Trindade, 2004: 73).

Na perspetiva de Lee (1966) as migrações apresentam um caráter de seletividade, uma vez que os obstáculos peneirariam parte das pessoas que gostariam de emigrar, mas tem dificuldades de saúde ou outros desafios incapacitantes para tal processo.

De acordo com as hipóteses levantadas, Lee (1980), alguns anos depois, procurou responder perguntas sobre o volume de migrações, o estabelecimento de correntes e contracorrentes, bem como os problemas referentes às características dos migrantes. O interesse central deste autor está a volta dos efeitos das migrações nas áreas de origem e destino, bem como no processo de inclusão deles nas áreas recetoras.

Singer (1976) citado por Bassan (2017:70), por sua vez, entende que as "as migrações são historicamente condicionadas, uma vez que elas são produtos de um sistema total de mudança, pelo qual não podem ser separadas do mesmo".

Neste sentido, podemos aferir que a problemática migratória está completamente ligada ao crescimento do sistema capitalista, sobretudo com o processo de industrialização causado por este sistema.

Lee (1980) ao analisar o processo migratório, refere-se a fatores como a modernização e a industrialização, sendo uma ideia também partilhada por Singer.

Tanto Singer como Lee, concordam que a industrialização - centralizada - proporciona desequilíbrios regionais, possibilitando desta forma oportunidades de emprego nas zonas mais desenvolvidas, tornando as mesmas em zonas de grande interesse por parte dos indivíduos, transformando as zonas menos atraentes em como sendo de repulsivas.

Nesta linha de pensamento, podemos entender

que os fatores de atração aqui mencionados como sendo impulsionadoras, atraindo assim os indivíduos a procurar nestas zonas a possível solução dos problemas. Como exemplo de atração temos assim a destacar as oportunidades de trabalho, melhores condições de saúde, educação, bem como um salário melhor. Por outro lado, os fatores de repulsão vivenciadas nas zonas de partida temos a destacar, ausência de trabalho, escassez de serviços públicos, entre outros fatore.

Anos antes, Singer (1998) já havia analisado que os fatores de repulsão se caracterizam-se em dois tipos principais, os fatores de transformações e de paralização. Sendo os fatores de transformações de derivados da infiltração de relações capitalistas de produção nas zonas de origem, o que resultaria em um desemprego estrutural. Por sua vez, os fatores de estagnação seriam derivados da insuficiência dos produtores destas zonas de origem rurais aumentarem a produtividade marginal da terra e se adaptarem às recentes modalidades de trabalho ou de produção.

Pouco depois, Pires (2003: 32), escreveu que as versões clássicas sobre migrações poderiam ser explicadas de forma muito simples. Segundo este autor, há migrações porque dados os desequilíbrios sistémicos intra e inter sociedades, aqueles vivem em áreas desfavorecidas decidem deslocar-se para as áreas mais prósperas com objetivo proporcionar condiçoes dignas de sobrevivencia.

Para além das motivações acima referenciadas, a volta da decisão de emigrar, podemos afirmar que outros fatores também podem influenciar para que o indivíduo tome então a iniciativa de partir para outro lugar que não o seu lugar original, não resumindo-se exclusivamente as motivações de âmbitos económico, tal como se tem constatado nas várias abordagens à volta desta problemática. Neste sentido, Ruivo (2006: 114), apesar de não ver as migrações simplesmente voltadas a questões de sobrevivência, apesar de ser nesses termos que nos lembramos delas, principalmente em casos de imigração ilegal. Mas para além de fatores particulares, como questões familiares e conjugais, ou de desejo pessoal de viver em um determinado lugar, não resta dúvida que

as questões económicas são de importância fundamental para se compreender o fenómeno migratório, ainda mais quando nos referimos a migração interna de outras regiões de Angola, principalmente rurais, para a capital Luanda, espaço do presente estudo.

Na verdade, na atualidade de uma economia cada vez mais "global", onde continuamos a verificar um aumento do processo migratório, movido não só por fatores de emprego outros ligados a melhores condições de vida, mas também a volta de um processo migratório ligado ao turismo, mas concretamente de negócios, numa realidade marcada pela globalização.

Tendo em conta tudo quanto foi referido acima, podemos aferir de que são várias as motivações à volta do processo migratório, uma vez que esta diversidade de fatores, justificam-se plenamente na busca da satisfação permanente por parte dos indivíduos.

É de referenciar que o recurso ao processo migratório tem sido desde os tempos remotos, um dos mecanismos para dar resposta aos problemas vivenciados

por seres humanos, sendo então o recurso a deslocação para outros lugares, principalmente uma forma ou tentativa de se encontrar melhores condições de vida, dentro das mais diferentes possibilidades e interpretações do que poderiam ser estas melhores condições de vida.

É de realçar ainda, que embora os grandes constrangimentos enfrentados pelos homens nas suas deslocações em busca de novas oportunidades de vida, devido a importância que este desempenha e sempre desenhou nas suas vidas, procuraram vencer tais obstáculos ao longo dos tempos.

Apesar das várias motivações à volta do processo migratório, podemos aqui dizer que a busca de um trabalho que visa a melhorar as condições de vida dos indivíduos tem sido uma das motivações centrais apontadas neste processo de emigração. Sendo assim, podemos realçar que existe de facto uma relação profunda entre trabalho e migração.

Assim sendo, passamos a analisar alguns aspectos dessa relação, para compreender que tipos de trabalho encontram uma maioria dos imigrantes, principalmente

quando migram de regiões mais pobres para regiões mais privilegiadas economicamente.

Neste sentido, a busca de um trabalho por meio do processo migratório leva os indivíduos a deixar muita das vezes o seu município, a sua província e até mesmo o seu país de origem, na expectativa de encontrar no território de destino respostas de várias ordens, não respondidas no território de origem. Uma parte desse grupo, principalmente uma parte da parcela considerada mão-de-obra qualificada, consegue nesse processo alguma, por vezes considerável, ascensão profissional. Todavia, como nos aprofundaremos a seguir, mesmo uma parte dessa mão-de-obra qualificada - com especialização profissional em carreiras que o mercado define como qualificadas - acaba por trabalhar em funções abaixo da sua qualificação nos países de acolhida, e principalmente, uma imensa maioria acaba em subempregos e em diversas partes do espectro do trabalho informal. Nos aproximando novamente do caso específico em estudo, devido aos anteriormente apresentados níveis de analfabetismo e pouca ou nenhuma oportunidade de

qualificação profissional existente em algumas regiões de Luanda, esse grupo específico de migrantes, que se dirige para a capital do país em busca de sobrevivência, encontra-se nesse grupo numeroso dentre as pessoas que migram, para quem o deslocamento físico é uma necessidade de subsistência.

Retornando para o contexto geral, dentro do qual vamos localizando o caso em estudo, segundo Morais e Nascimento (2013) as populações migrantes, em sua maioria, saem de sua terra a procura de melhores oportunidades, essa é a definição mais simples de migração. O trabalho é, na maioria dos casos, o objetivo dessas populações, que buscam por qualidade de vida e julgam ser o trabalho a forma de conseguir alcançar os seus propósitos.

Sendo assim, podemos aferir que com base na migração o indivíduo almeja adquirir no local de destino uma ascensão a todos níveis, diferente daquela que o indivíduo ostenta no local de origem. Ou seja, o migrante procura no mercado de trabalho do local recetor, grandes possibilidades de integração social, em comparação com as

possibilidades que possuía no seu local de origem.

Nesta perspetiva, Rocha-Trindade (1995: 32) realça que "a saída de mão-de-obra excedentária se traduz em geral por um alívio da pressão exercida sobre o mercado de trabalho, em razão da falta de oferta de emprego". Ainda segundo a mesma autora, do ponto de vista do indivíduo migrante por razões económicas, a mudança do local de origem visa a solução de problemas de emprego, de salários, ou de melhorias de horizontes de futuro para si e para os seus (Rocha-Trindade, 1995: 33).

Tornando a aproximar o tema da migração e do trabalho, Piore (1979), um dos primeiros teóricos à volta da questão do mercado de trabalho dual, levanta preocupações centradas nas migrações entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Segundo Piore, citado também por Rocha–Trindade (1995: 42), apresenta como argumento central da sua obra que a problemática das migrações do ponto de vista global, devem ser compreendidas tendo em conta as possibilidades de emprego, bem como as razões que levam estes indivíduos a mudar para outras zonas.

Desta forma, o autor ao abordar este processo no ponto do trabalho, procura caracterizar as migrações como um sistema que se move em direção de um mercado dual. Ainda na visão deste autor, os imigrantes se encontram desigualmente distribuídos pelos vários sectores da estrutura económica. Defendendo ainda que as economias desenvolvidas possibilitam o surgimento de diferentes setores de trabalho, nomeadamente o primário mais voltado a mão de obra local, e por outro lado o setor secundário, voltado para uma mão de obra mais especializada, posto à disposição da mão-de-obra importada, por ser considerada a mais qualificada e competente em detrimento do nacional.

Esta abordagem apresenta uma importância elevada na integração dos imigrantes no mercado de trabalho na região de receção, sendo os trabalhadores migrantes integrados na sua maioria no mercado de trabalho secundário, fortemente vinculado ao trabalho informal. Logo, tendo em conta os contributos referenciados pelos vários autores ao longo desta abordagem, podemos caracterizar as migrações internas em Angola, tendo em

consideração os aspetos explicativos à volta deste processo migratório.

As problemáticas das migrações internas em Angola, datam desde os tempos passados, e elas têm ganhado um grande espaço, fruto de vários acontecimentos à volta dessas deslocações internas.

De acordo com o Dicionário Demográfico Multilingue das Nações Unidas, a migração é definida como sendo uma "deslocação com o translado/ mudanças de residência dos indivíduos desde um lugar de origem ou de partida a um lugar de destino ou de chegada e que implica atravessar os limites de uma divisão administrativa ou geográfica bem estabelecida e reconhecida" (ONU 1997 :119).

Na perspetiva de Luiekákio, ao analisar a definição da ONU para migrações, nem todas as deslocações são entendidas como migração. Para caracterizar o tipo de mobilidade que poderia ser considerada como migração, há que considerar pelo menos três aspetos, a saber: atravessar uma fronteira administrativa ou geográfica; fixar residência

no ponto de destino; permanecer determinado tempo no ponto de destino.

Ainda segundo este autor, uma das limitações desta definição é que não estabelece o tempo de permanência no ponto de destino para que um indivíduo possa ser considerado migrante. No entanto, entende-se que os movimentos turísticos ou por férias não fazem parte da migração, porque o indivíduo nessa condição não fixa residência.

Nesta ordem de ideia, concordamos com a definição de migração interna como um processo de mobilidade interna de pessoas ou grupos realizado num mesmo território, com finalidade de fixar uma nova moradia, sendo a mesma temporária ou duradoura.

Assim sendo, na lógica conceptual do IBEP citada por Lopes et al (2013) no ano seguinte aos estudos de Luiekákio, a migração interna, seja temporária ou definitiva, é um processo contínuo que ocorre com maior ou menor incidência em certas etapas da vida de um país ou região. Esta conceção está conforme ao conceito de migração

interna adotado pelas organizações internacionais: um movimento de pessoas de uma área de um país para outra área do mesmo país com o objetivo de estabelecer uma nova moradia.

É de realçar que os autores que analisam a problemática das migrações aponta a sua complexidade em termos de abordagem, o que nos leva a entender que este processo não pode ser explicado num único ponto de vista ou teoria, sendo a compreensão deste movimento populacional ligada a uma visão ampla ou global. Neste sentido, as migrações internas em Angola, podem ser entendidas na base destas abordagens analíticas, oriundas das teorias de atração repulsão, escolha racional, bem como a perspetivas e as teorias neoclássicas, entre outras que abordam esta problemática.

Relativamente a teoria da escolha racional, esta procura analisar o processo migratório com base nos pressupostos de que eles se movem na base dos custos a empreender e os ganhos a obter neste processo. Neste sentido, observam-se quer os fatores econômicos, quer os

fatores de pendor sociológicos na decisão de migrar.

Tendo em conta abordagem deste processo da migração na realidade angolana, podemos verificar que tal como acontece em outros espaços, com outros potenciais migrantes, em que a decisão de migrar não é apenas do indivíduo, mas si de uma rede, maximizando assim quer os benefícios quer então os riscos advindo deste processo.

Segundo Lopes (2013: 71), analisando as migrações internas na perspetiva da sociedade colonial, destaca que nesta altura um número considerável de pessoas foram transferidas das suas zonas de origem, situação esta que prevaleceu durante o processo excclavagista.

É de realçar ainda que, o fim deste regime que imperava na altura, não se reverteu na redução do processo migratório interno, uma vez a permanência do sistema de trabalho forçado, bem como a busca de condições melhores, contribuiu para o aumento deste processo migratório entre campo cidade.

Angola, com a Proclamação da Independência até aos tempos atuais, foi marcada por um processo elevado

de migrações internas que foram fortemente influenciados pelo surgimento da guerra civil que assolou o país, tendo causado grandes problemas em determinadas zonas do país, ocasionando assim o abandono massivo destas zonas, uma vez que a populações destas áreas procuravam refugiar-se em outras zonas tidas como seguras, e com melhores condições de vida. Neste sentido, a província de Luanda particularmente, foi sobretudo a mais visada.

Como podemos observar, o período do conflito armado em Angola marcou profundamente a situação das migrações internas, visto que o fator conflito armado jogou um papel de repulsão nas zonas onde este conflito teve grande impacto durante este período. Por outro, foi neste período da história angolana que se registou a maior deslocação da população das zonas rurais para as zonas urbanas, onde a província de Luanda foi o território que mais recebeu esta população que vinha das zonas rurais do país, procurando de segurança, face ao contexto de guerra que o país vivia, na esperança de que a situação se inverteria com o alcance da paz. Portanto, não é possível analisar a situação dos

migrantes internos em Luanda sem considerar que o país passou por essa guerra civil de quase três décadas. Mesmo o fluxo migratório interno que permanece após a cessação do conflito relaciona-se com a destruição em vários níveis deixada por este.

Neste aspeto, Lopes, Rodrigues e Simas (2013) realçam que:

> "Esta onda migratória urbana, contribuiu significativamente na multiplicação e alargamento de novas zonas de assentamento não projetados nas periferias dos grandes centros urbanos (musseques), ocasionando assim uma grande força nas estruturas sociais destas zonas urbanas, que ficaram sem capacidades suficientes para responder a demanda deste processo" (Lopes et al, 2013: 6).

Situação idêntica foi observada mesmo depois deste país ter alcançada a paz, isto em 2002, verificando assim um movimento intenso de alargamento das zonas urbanas, em detrimento das zonas rurais. Ou seja, o sentido

migratório mais verificado nesta realidade angolana até ao preciso momento, é o movimento campo- cidade, sendo causado assim pelos fatores repulsivos ainda patentes nestas zonas de origem.

As diferentes correntes migratórias internas ajudaram de forma decisória para a situação presente da realidade angolana. Ghuzi (2012:23), nos demonstra que os desequilíbrios econômicos regionais são, no caso da migração interna das zonas rurais de Angola para a cidade de Luanda, os principais fatores. Numa tentativa de abordagem das migrações internas atualmente em Angola, podemos apontar por um lado o modelo da economia neoclássica e por outro lado a abordagem histórico-estrutural. Neste caso, podemos apontar as desigualdades presentes entre as províncias como motivo principal das migrações no contexto atual angolano. Pode se constatar que no território de proveniência dos migrantes estariam motivos de expulsão, que poderiam ser transformações que originariam diminuição de emprego, afastando as populações camponesas destas zonas. Como resultado,

podemos ver uma expressiva redução da população rural, fruto desta onda migratória. Por outro lado, podemos apontar também o fator estagnação, que tem influenciado significativamente nos baixa produção dos migrantes nas zonas de proveniência. Como resultado, podemos constatar uma forte tensão relativamente aos territórios, usualmente conquistado por novos senhorios.

> "Os fatores de estagnação produzem a emigração de parte ou totalidade do acréscimo populacional, resultado do crescimento vegetativo" (Ghuzi, 2012:24).

Nesta ordem de ideia, podemos apontar que no local de chegada encontraram os fatores de atração, que por sua vez guiariam os movimentos e os sítios pelo qual se dirigiam. Neste contexto em análise, a procura por força de trabalho, seria a causa determinante da atração, por outras palavras, a procura de alternativas económicas. Temos, com a análise de todos esses estudos sobre migrações, que a compressão da mobilidade espacial na realidade angolana

atual não tem sido uma tarefa simples.

Segundo Ghuzi (2012: 23), as análises econômicas e sociológicas sobre a migração foram influenciadas por duas teorias: a do desenvolvimento econômico e a da modernização do país.

Atento a abordagem econômica, esclarece que o espaço rural aponta reduzida produtividade e ganhos, razão pela qual a população desloca para o espaço urbano grande parte do seu excesso, fruto deste espaço possibilitar uma grande produtividade bem como elevados resultados. Por seu lado, a abordagem da modernização, apesar de apresentar um modelo quase semelhante com a abordagem do desenvolvimento econômico, demarca se pelo fato de abordar aspetos de âmbitos sociológicos.

No contexto angolano, já vimos que a migração interna não é um fenómeno novo, visto que ela vem desde os tempos passados, ganhando espaços com a colonização, com a independência, e com maior ênfase durante e pós conflito armado. Neste sentido, a migração do espaço rural para as grandes cidades, em particular para Luanda,

tornou-se numa mola impulsionadora para se melhorar as condições de vida.

Trabalho informal, exclusão social e pobreza

Tal como referenciado anteriormente, o trabalho informal tem sido a principal alternativa de subsistência para os indivíduos e grupos que se encontram excluídos do mercado de trabalho formal, quem por vários motivos não conseguem ter acesso a este mercado formal, o que é comumente a situação de muitos migrantes, principalmente os do caso em concreto, que migram internamente dentro do território angolano para a capital Luanda.

Num passado relativamente recente, Angola foi um dos países africanos bastante referenciado na arena internacional, fruto dos seus indicadores económicos, propiciados durante um bom período pela alta do preço do petróleo, um dos principais catalisadores da economia angolana. Todavia, tal prosperidade económica não foi aproveitada no sentido de se produzir políticas credíveis

para a geração de empregos dignos para a sua população, principalmente para a camada jovem, que hoje perante as fracassadas políticas de empregabilidade levadas a cabo ao longo destes vários anos de governação, vivem e sobrevivem do trabalho informal, onde o seu quotidiano é marcado com situações de desigualdades e de exclusão.

É de realçar que as profundas transformações que ocorreram no mundo do trabalho se traduziram num conjunto de situações de várias ordens, com especial realce ao aumento da pobreza, desemprego, bem como a emergência do trabalho informal. Esta linha de pensamento é partilhada por Pastorini (2010), que também serve de referência para Samba, (2018: 97), ao apontar que estas transformações não se observam apenas nos métodos de produção, mas acontecem simultânea e principalmente na criação de novas formas de trabalho, na concentração de mão-de-obra através de novos requisitos, nos níveis de desemprego, na organização dos trabalhadores, nas negociações coletivas e no aumento dos níveis de pobreza.

Analisando a realidade atual, podemos observar

que estas transformações no mundo do trabalho agudizaram as relações coletivas no mundo do trabalho, empurrando desta forma um número considerado de trabalhadores ao trabalho informal, como consequência da exclusão destes no mercado de trabalho formal, com grandes reflexos no aumento das desigualdades, deterioração das condições de trabalho, da ausência de proteção social, entre outros problemas.

É nesse contexto que encontramos o caso dos roboteiros em Luanda, jovens que se oferecem para transportar, com a força do próprio corpo, diversas cargas, recebendo por isso majoritariamente remunerações baixas, pagas por serviço, não podendo contar com uma renda mensal previsível ou com a possibilidade de dias de descanso, já que o valor que recebem é tão baixo que muitas vezes ganham por dia o suficiente para sobreviver aquele dia e pouco mais. Também, realizam um trabalho de grande desgaste físico, sem condições de segurança, muitas vezes transportando lixo ou cargas possivelmente cortantes ou perfurantes, sem que quem os contrate tenha qualquer

responsabilidade sobre eventuais ferimentos e sem terem recursos caso desenvolvam problemas de coluna ou outras consequências físicas do trabalho pesado que exercem.

Na abordagem da questão da informalidade realizada ao longo deste trabalho, constatou-se de que grande parte da população envolvida no trabalho informal, vivenciam no seu quotidiano experiencias ligadas a exclusão social nos vários domínios das suas vidas. Nesta perspetiva, Carvalho (2008: 133), realça que existem mecanismos sociais que levam diversas pessoas para a exclusão social, visto que essas sociedades criam um conjunto de obstáculos para estas pessoas.

Ainda na perspetiva deste mesmo autor, o processo de marginalização a que estão submetidas estas pessoas excluídas socialmente, está relacionada também com a privação dos direitos deles, proporcionando uma série de dificuldades para estes indivíduos. Neste sentido Carvalho (2008: 38), aponta seis dimensões de exclusão, nomeadamente a exclusão económica; a exclusão de tipo social; cultura; política; patológica e a exclusão por

comportamentos autodestrutivos, como por exemplo (os casos de alcoolismo, toxicodependência e a prostituição).

Tendo em conta as dimensões acima referenciadas, podemos realçar que os sujeitos da nossa pesquisa se encontram excluídos numa ou em mais destas dimensões da exclusão social. Podemos também observar um sistema de retroalimentação entre elas. Por exemplo, a pobreza extrema guarda relações com o desenvolvimento de doenças mentais, as doenças mentais dificultam o estabelecimento de laços sociais.

Sendo assim, tendo em conta os pressupostos que norteiam o nosso trabalho, concordamos plenamente com a ideia de Samba (2018: 133), de exclusão social como falta de acesso à segurança, à justiça, à cidadania, à representação política, a ausência de proteção social e de trabalho remunerado e/ ou de recursos.

É de realçar que as questões da exclusão social se manifestam pelas privações nas várias dimensões da vida social, principalmente naqueles serviços que são importantes para o bem-estar do indivíduo, tais como falta

de trabalho, saúde, proteção social, moradia, bem como a educação. Sendo assim, o impacto destas privações sentidas no quotidiano destas pessoas marcam profundamente a trajetória de vida destas populações.

Nesta linha de ideia, Capucha (1998: 34), aponta as consequências da exclusão no percurso dos indivíduos, realçando de que viver em situação de exclusão implica não ter emprego, possuir uma remuneração baixa, não estar abrangido no mecanismos de proteção social, habilitação acadêmicas baixa entre outros aspetos.

Com base ao pensamento da autora acima citada, podemos compreender o grau de exclusão a que estão submetidos os indivíduos que se encontram no mundo do trabalho informal, principalmente os jovens roboteiros, sujeitos da nossa pesquisa, visto que grande parte das situações aqui mencionadas são sentidas e vivenciadas nas trajetórias das suas vidas.

Segundo Ferreira et al (2014: 17), considera que do ponto de vista micro, os indivíduos inseridos nas atividades informais vivenciam situações de vulnerabilidades nos

mais vários aspetos. Ainda na perspetiva dos mesmos autores, para um trabalhador da economia informal, a ausência de proteção face ao desemprego, à doença, mas também face a situações como a parentalidade ou o envelhecimento, constitui frequentemente uma fonte significativa de adversidade, verificando-se, neste sentido, uma incapacidade de exercício de direitos de cidadania fortemente correlacionados com o trabalho.

Tal como referenciado pelos vários autores ao longo desta abordagem, podemos aferir de que um dos fatores principais do trabalho informal é, sem sombras de dúvidas, a ausência de proteção social a que estão submetidos os indivíduos que nele se encontram, representada desta maneira uma das causas de exclusão social desta população. Por outro lado, pelo número de pessoas que o trabalho informal absorve na escala mundial, podemos deduzir que muitas pessoas têm sido excluídas destes serviços de proteção social. Sendo assim, podemos dizer que pelas circunstâncias em que o trabalho informal é levado a cabo, manifestam de uma grande prioridade nos mecanismos

formais de proteção social, fruto da vulnerabilidade social a que os mesmos estão sujeitos.

Perante esta situação de vulnerabilidade a que estão expostos os indivíduos inseridos no mundo trabalho informal, urge a necessidade de os governantes colocarem nas suas agendas de governação políticas de proteção social para os mais vulneráveis, minimizando desta maneira as grandes situações de exclusão a que estes indivíduos estão submetidos.

Nesta linha de pensamento, a OIT, dentro das suas medidas progressiva para se inverter esta situação, destaca o trabalho digno que consiste em:

- Dar prioridade imediata à redução dos déficits de trabalho digno na economia informal, garantindo que as pessoas que estão na economia informal sejam reconhecidas pela legislação e tenham direitos, proteção jurídica e social e representação;
- Assegurar que, a curto e médio prazo, as

pessoas à procura de trabalho e os possíveis empresários possam ingressar na economia formal, protegida e estruturada;

- A longo prazo, criar oportunidades suficientes de emprego formal, protegido e digno, para todos os trabalhadores e empregadores

É neste sentido que o quadro abrangente em torno das discussões sobre a economia informal, levado a cabo pela Organização Internacional do Trabalho, remontam desde o ano de 2002, isto na Conferência Internacional do Trabalho, tendo envidado um conjunto de estratégias conjuntas à volta desta problemática. Dentre os esforços empreendidos não só em 2002, como também em 2007, com a realização do simpósio Inter-regional Tripartido relativamente a comissão de emprego e política social do Conselho de Administração da OIT, o quadro reconhece que:

> "Para promover o trabalho digno é necessário dispor de uma estratégia integrada de grande alcance, que englobe várias áreas de políticas

> para erradicar os aspetos negativos da informalidade, preservando o importante potencial de criação de emprego nesta economia em análise, possibilitando os mecanismos de proteção, bem coma a integração dos trabalhadores e das unidades económicas da economia informal na economia estruturada". (OIT, 2012:5).

Como podemos ver, a preocupação da OIT consiste em inverter o quadro de marginalização que muitas pessoas estão submetidas no mundo do trabalho informal, através de um conjunto de esforços expressos em conferências e outros meios, visando a encontrar saídas para os problemas à volta do trabalho informal.

A exclusão social pela sua complexidade é vista pelos vários autores como sendo um fenómeno multidimensional, pelo facto de abarcar vários problemas sociais, que influenciam para o processo de exclusão, como é o caso da pobreza entre outros fenómenos sociais.

A exclusão social pode ser vista como um problema grave para a sociedade, uma vez que provoca rutura no

seio das relações produzidas no interior da sociedade, possibilitando uma diminuição do bem-estar social.

Neste sentido, a pobreza é vista como sendo uma das formas mais notáveis do processo de exclusão social, uma vez que o estado de alguém que se encontra na condição de pobreza é marcado fortemente pela exclusão, visto que aos indivíduos nesta situação lhes são delimitados o acesso a determinados recursos essenciais, por razoes de exclusão.

Podemos dizer que entre pobreza e exclusão social existe uma certa ligação, pelo fato da pobreza ser vista como um estado de privação, carência, de não satisfação de necessidades humanas básicas, derivado de falta de recursos.

Um indivíduo que não dispõe de recursos para fazer frente às suas necessidades humanas básicas mostra um contacto fraco ou uma situação de rutura com os diferentes sistemas sociais.

Segundo Tavares (2013: 17), quanto mais profunda for a privação mais profundo será o estado de exclusão social, e maior será o número de sistemas sociais envolvidos.

Por sua vez, Siqueira (2013:124), pensa a pobreza não apenas como um baixo nível de renda (ou pobreza absoluta), entendo a pobreza como não sendo mensurável apenas pelo nível de renda, mas como privação de capacidades básicas que envolve a acessos a bens e serviços. Inclusive, por isso lhe é atribuída a formulação de pobreza nas suas diversas dimensões. Para ela o analfabetismo, a doença, a miséria, a falta de acesso ao crédito, a falta de acesso aos serviços públicos e a exclusão da participação social e política, dentre outros, revelam-se como "privações de capacidades" que impedem a superação da pobreza.

Como podemos ver, a ideia de desigualdade na perspetiva de Sen e de Siqueira, abarca aspetos essenciais voltados a discrepância na distribuição dos recursos, bem como a falta dos recursos fundamentais. Nesta ordem de ideia, estes elementos são refletidos essencialmente em torno do indivíduo, que vive e sente em primeiro lugar, a falta dos meios necessários para a sua vida.

Samba (2012: 53), aponta dois tipos de pobreza, a pobreza absoluta e a pobreza relativa. Por um lado, a

pobreza absoluta define as mais baixas condições de vida das pessoas de uma sociedade, ou seja, estabelece o limiar inferior de uma sociedade. Nesta linha de ideia, uma pessoa pobre pode ser caraterizada pelo fato deste não possuir recursos suficientes para dar respostas as suas necessidades fundamentais.

São vários os fatores e causas que podem estar por trás da problemática da pobreza e da exclusão social. Neste sentido podemos identificar os fatores macro (de âmbito mundial), os fatores meso (de caráter local l) e os micro (que abrangem os indivíduos).

Como fatores macro ou globais, potencialmente associados à pobreza, consideram-se os que dizem respeito às configurações estruturais da economia mundial e dos modelos de desenvolvimento e de organização predominantes no mundo num determinado período, bem como aos valores, normas e princípios deles decorrentes. Como exemplos, podem-se citar, entre outros, os seguintes fatores: mundialização dos aspetos quer do ponto de vista financeiro e económico; modelos de desenvolvimento

economicistas, produtivistas, consumistas e quantitativistas predominantes em termos globais; dominação etnocêntrica desses modelos em relação aos países mais pobres acentuando os seus problemas tradicionais nestes domínios; flexibilização e precarização das relações de trabalho, com frequentes situações de desemprego, redução ou falta de rendimento e instabilidade social; utilização das novas tecnologias da informação e das comunicações, com efeitos negativos na polarização entre os que delas beneficiam e os que não lhes têm acesso (info-exclusão); bem como a deterioração do meio ambiente e do sentimento individual em detrimento do grupal.

Por sua vez, os fatores meso (locais ou setoriais) trata-se de um conjunto de fatores que podem ter origem nas políticas macro ou nos elementos culturais dominantes, e têm um impacto mais significativo ao nível local ou setorial. Aliás, a posição geográfica ou setorial pode atenuar ou acentuar a relevância do mesmo. Neste grupo podem ser considerados aspetos como atitudes culturais, preconceitos e comportamentos sociais de discriminação de base

local, políticas regionais e locais, práticas institucionais, existência de culturas locais fechadas que acentuem guetos e reestruturações setoriais.

Por último, fatores micro (pessoais e familiares) onde são englobados vários aspetos, tais como a idade, expetativa de vida, história do percurso dos mesmos, formação entre outros aspetos. Trata-se de um conjunto de elementos intensamente interligados cuja importância, enquanto fatores de pobreza e exclusão social, se faz sentir fundamentalmente através das interações estabelecidas ao nível pessoal e familiar. Importante lembrarmos que os fatores pessoais e familiares não se desenham fora dos contextos sociais onde estão inseridos os indivíduos envolvidos.

A pobreza e a exclusão social a nível mundial, apesar dos níveis de desenvolvimento que o mundo tem registado nos mais variados domínios, estes não foram eliminados, na realidade, temos verificado um aumento substancial dos mesmos, nos demais países do mundo, prejudicando desta maneira um número considerável de pessoas, vivendo e

convivendo em situações extremas de vulnerabilidade, e se encontrando fora do mercado de consumo e de produção, estando desta maneira impedidos de participar nos vários domínios da vida na sociedade. Nesta perspetiva, o trabalho levado acabo pelo Bureau Internacional do Trabalho em 2003 aponta a necessidade de se redobrar esforços para combater estas situações, tão graves quanto urgentes, criando condições para uma distribuição mais equitativa dos recursos à escala mundial, para melhorar os níveis de vida, para alargar os direitos dos cidadãos, para eliminar o racismo e a discriminação.

No mundo laboral, há que conseguir que todos tenham acesso a um trabalho mais decente. É de realçar que no âmbito dos esforços levados a cabo pela Organização Internacional do Trabalho temos a destacar um conjunto de esforços a volta da luta contra a pobreza quer material, quer a pobreza social, política e cultural, como mecanismos para afrontar a exclusão social, fazendo com que a luta contra a mesma seja de fato uma constante nas agendas políticas de governação, levando com que os vários atores sociais se

comprometam seriamente com a redução deste problema.

Trabalho informal e juventude

Compreender a associação entre trabalho informal e juventude é muito importante para o trabalho que aqui se propõe, já que os roboteiros são maioritariamente jovens, sendo 90% com menos de 35 anos e cerca de metade com menos de 25 anos dentre os 212 que responderam os questionários da nossa pesquisa, indicando-os como representativos de como a informalidade tem atingido os jovens migrantes em Luanda.

Para isso, iniciamos nos dedicando a compreender o conceito sociológico de juventude. Falar da juventude e do trabalho informal, é falar de uma problemática pertinente no campo das ciências sociais, sobretudo da Sociologia, uma vez que a abordagem da juventude enquanto grupo construído socialmente, leva-nos a fazer uma repercussão intensa do ponto de vista sociológico e histórico. Nesta perspetiva, os estudos efetuados pela Organização das Nações Unidas (ONU) descrevem a juventude como sendo

o período de vida compreendido entre 15 e 24 anos. A adoção deste parâmetro pela Organização Internacional do Trabalho, visava a criação de planos de intervenção social, com vista a realização de políticas públicas em torno desta categoria juventude. Não afastando-se desta visão, a juventude no contexto angolano tem o seu marco aos 18 anos de idade, faixa esta em que o indivíduo está apto para certas atividades, tal como ser admitido na função pública, exercer o direito de voto, casar, entre outras aberturas proporcionadas por atingir esta etapa.

A concepção da categoria juventude ao longo da história foi sempre compreendida tendo em conta o fator idade, principalmente na sociedade romana. Mas é de realçar que este critério de definir a juventude é de difícil consenso, tendo em conta a especificidade de cada sociedade e cultura. Nesta linha de ideia, Abramo (1994: 14) traz uma ideia abrangente ao abordar esta categoria jovem como sendo a fase da vida caraterizada por um nível de crescimento físico do indivíduo, registando assim uma série de mudanças psicológicas e socais.

Neste sentido, o conceito de juventude deve ser analisado tendo em conta as transformações que ocorrem nos mais variados contextos ou sociedade. É nesta perspectiva que Abramo (1994: 15) realça que essa definição de juventude é do ponto de vista social mutável no tempo e no espaço, cujo seu sentido altera-se com as transformações do próprio contexto.

Atendendo ao pensamento da autora acima citada, a definição do conceito juventude altera-se de uma perspetiva para a outra, atendendo assim as vantagens ou suporte teórico da qual se apoiam para a análise da referida ideia. Para Samba (2018: 54), ao tratar de juventude como um conceito construído em uma sociedade na qual as pessoas têm diferentes formas de pensar, sentir e agir, sob a influência de múltiplos agentes socializadores e de determinantes socais específicos.

Ainda na visão do autor, a juventude é um termo com significado complexo, que contém as múltiplas modalidades que levam a construir socialmente as condições relacionadas com essa faixa etária, tendo em conta não

apenas a diferenciação social, a inserção na família e, em outras instituições o género, o bairro e o pequeno grupo cultural, mas também ocorrem em determinado tempo histórico e localização geográfica da mesma.

Face a esta situação, a definição do termo juventude tem levado alguns autores a empregar o referido termo no plural, para considerar essa vasta categoria, por compreenderem que os mesmos não estão integrados na mesma posição, e nem tem as mesmas ideias e possibilidades no contexto em que cada um está integrado.

Tendo em conta ao que foi referenciado, não retira as críticas a volta da definição da juventude. Neste sentido, apontamos algumas perspetivas que apontam as demarcações do grupo para a reflexão. Na compreensão de certos autores estudados, a categoria é bastante universalizada, necessitando de melhor clareza.

Nesta ordem de ideia, Santana (2011:3), realça que a definição do termo Juventude, "envolve vários grupos e classes sociais entre as faixas etárias da adolescência e os primeiros anos da maturidade, mas sem limites precisos

de idade". Ainda segundo este mesmo autor, o conceito ocultaria realidades construídas por estruturas de classe ou estratificações sociais.

Com base ao exposto acima, podemos dizer que grande parte das definições produzidas para este segmento da população, não possibilitam um profícuo progresso na investigação empírica, uma vez que se organizam em torno de influências ideológicas de seus criadores.

Segundo Groppo (2000: 33), esses critérios etários expresso anteriormente - e que delimitam a juventude de acordo com a faixa de idade, está sempre presente, expresso ou subjacente, como base prévia de uma definição de juventude. Na perspetiva deste autor, a abordagem desta categoria juventude é levado acabo por dois fatores fundamentais, que o mesmo considera como sendo irreconciliáveis, entre os quais o aspeto etário e o sociocultural.

Na mesma linha de pensamento, Pais (2003), afirma que:

"A juventude é tomada como um

> conjunto social cujo principal atributo é o de ser constituído por indivíduos pertencentes a uma dada fase da vida, prevalecendo a busca dos aspectos mais uniformes e homogéneos que caracterizam essa fase de vida –aspetos que fariam parte de uma cultura particular de um grupo identificado do ponto de vista etário, sendo a mesma tomada como um conjunto social necessariamente diversificado, perfilando-se diferentes situações socioeconómicas, diferentes oportunidades ocupacionais, sendo a mesma pensada em nos mais variados contextos sociais." (Pais, 2003: 29).

O caráter da transitoriedade a atribuída a esta categoria da juventude tem sido profundamente analisada por parte de vários autores que encaram a juventude como uma fase de passagem. Nesta linha de pensamento, Melucci (1997: 64) realça que a ideia de juventude como uma etapa da vida traz implícito o sentido de transitoriedade. Neste sentido, esta categoria compartilha a um estado de mudança em que o indivíduo deixa a situação de infância e adolescência para entrar no mundo adulto. Na perspetiva

do autor, o conceito de juventude não é simples situação biológica, uma vez que abarca uma dimensão simbólica.

Analisamos, portanto, a juventude como categoria social. A juventude como categoria social construída, surge a partir do interesse que a sociedade teve em conhecer este grupo, promovendo assim um grande debate em torno dos aspectos próprios desta fase.

Sendo assim, é necessário entender que este segmento populacional está presente nas mais diferentes sociedades e de maneiras totalmente diferenciada, dependendo do contexto histórico atravessado por cada sociedades. Nesta ordem de ideia, as grandes abordagens a volta do debate sobre a juventude ocorreram na Sociologia, talvez pelo facto desta centrar-se na análise e explicação dos factos que ocorrem na sociedade. Sendo assim, fazer uma abordagem da juventude do ponto de vista sociológico, requer fazer uma análise prévia e manter um distanciamento do conceito juventude quanto visto como uma categoria natural.

Nesta perspetiva, não é nosso propósito neste item

abordar de maneira intensa esse desenvolvimento, mas sim esclarecer que se trata de uma divisão com um grande pendor social, que terá influência em como a precariedade e crescente informalidade do mercado de trabalho afetará esse grupo social em particular, para quem de uma forma geral não há empregos o suficiente no mercado formal. Como se nota a categoria juventude pode ser analisada a partir de um conjunto de características. Contudo, há uma expectativa de que jovem tenha certos traços por incompatibilidade a um adulto, e estas tal como referenciado ao longo desta abordagem, não são constantemente iguais. Nesta linha de ideia, Pais (1993: 24), realça que socialmente ao longo da história, esta etapa da vida é quase sempre relacionada aos diversos problemas que ocorrem na sociedade.

Entende-se que a juventude, enquanto categoria social em permanente construção, a sua definição como tal está longe de ter uma interpretação compacta. Neste sentido, podemos ver que a discussão desta problemática a volta da juventude, uns que concordam e outros que discordam esta categoria como fator de unidade social

Um sistema que, segundo o mesmo autor, ao impor-se a esse segmento da população a lógica da subalternidade nas relações sociais, coloca-os em posição inferior à de adulto, e lhes dá a perspectiva de que só será respeitado quando for capaz de garantir a sua vida e dos seus dependentes.

Analisamos agora a juventude vista como problema para a sociologia, uma vez que é frequente observar as variadas representações a volta de uma tipologia de juventude. Neste sentido, essas criações colocam os jovens a determinados comportamentos considerados anormais para a sociedade.

Nesta linha de pensamento, Samba (2018: 135) considera que essas construções são acomodadas ou acionadas segundo a adesão ou o distanciamento dos jovens em relação aos papeis sociais que lhes são delegados nos arranjos familiares, tais como trabalho, estudo ou os afazeres domésticos, estabelecidos de acordo com as condições de vida, valores culturais e expectativas dos grupos socioeconómicos aos quais pertencem.

Os jovens são encarados de forma geral como potenciais causadores de instabilidade social, sendo assim objetos de ameaça social e todas outras práticas consideradas desviantes no seio da sociedade. Esta visão foi defendida por vários autores, principalmente nos anos de 1990, fruto da subida vertiginosa da violência nas sociedades ocidentais, onde os jovens foram vistos como sendo os principais responsáveis de tais práticas. Nesta ordem de ideia, a alusão de juventude é encarada na vertente problema, conferindo lhes encargos nas infracções da ordem social estabelecida nesta mesma sociedade.

Por sua vez, Pacom (2001), referenciado por Araújo (2011: 92), realça que esta visão criminalizante associada ao poder político e à marginalidade, remetendo a sociologia da juventude para a sociologia do desvio, enfatizando assim o conceito de "pânico moral" utilizado pela sociologia britânica nos anos 70, precisamente nos estudos sobre desvio comportamental e criminalidade juvenil.

Sendo assim, ajusta-se neste pensamento, tendo em conta a analogia criada de que o resultado é a ameaça

aos propósitos fundamentais da manutenção da sociedade. Encarar a juventude nesta perspetiva, é um entendimento visível em determinados contextos da análise sociológica, onde quase todas as distribuições são encaradas como sendo resultados da organização da própria sociedade.

Todavia, é fundamental subverter um pouco a ideia de juventude. Ainda na visão do autor acima citado, realça que esta ideia construída a volta desta categoria, leva-nos a fazer uma a apreciação da caraterização da mesma na manutenção da ordem. Mas esta maneira de pensar a juventude alterou-se consideravelmente nos últimos anos do século XX e XXI, uma vez que a juventude neste período alcançou uma grande notabilidade em vários da vida política, económica e social, facto que motivou estudos alargados em torno desta categoria, ajudando assim na construção de um novo olhar sobre este segmento da população, encarando-a como força motriz para o desenvolvimento da sociedade. Este argumento fica patente no discurso de Samba (2018), ao referenciar que:

"Os jovens por muito tempo fica-

> ram fora do espaço da preocupação social pelo menos ate meados dos anos 90, altura em que se observa uma certa atenção ao tema com novas produções, principalmente relacionado aos problemas vividos ou apresentados pelos jovens, particularmente aqueles referentes às dificuldades de inserção e integração social numa conjuntura marcada pela extensão dos fenómenos de exclusão decorrentes da crise do trabalho, e do aumento da violência resultando em profundas dificuldades destes em estruturarem os seus programas" (Samba, 2018: 52),

Neste sentido, podemos entender que esse interesse crescente em torno da juventude, aparece como fundamento para a elaboração e execução de políticas públicas de maneira a dar respostas aos problemas vivenciados por estes jovens.

Esta realidade a volta do crescimento da preocupação para com a juventude, é também verificada na realidade do nosso país. No passado não se verificava no plano governamental políticas públicas concretas

voltadas para este segmento, situação esta que alterou-se na nova realidade do país e que se encontra consagrada na constituição aprovada em 2010, que dentre os vários direitos para os jovens, temos a referenciar aqui tal como prevê o artigo 81 desta constituição, o direito a proteção dos jovens; o direito ao emprego, educação entre outros que aqui estão devidamente plasmados. Ainda o mesmo documento, esclarece a sua aplicação, tendo como prioridade a elaboração de políticas que ajudem os jovens a integrarem-se de forma digna na sociedade.

É de realçar que a preocupação para com a juventude, demonstra o significado que este segmento populacional desempenha na sociedade, razão pela qual o seu significado foi mudando de uma sociedade para a outra ao longo da história, tendo em atenção aspetos quer políticos, económicos, culturais e sociais. Ou seja, o significado de juventude é criado no âmbito de certas condições que ocorreram nestes contextos, determinando assim o que é ser jovem para cada um destes contextos ou realidade.

Porém, como os depoimentos que recolhemos nas

entrevistas feitas com os roboteiros de Luanda demonstram, essas bonitas palavras constantes da Lei Constitucional angolana, não produzem nenhum efeito para esse grupo social. Os roboteiros, caracterizados - como veremos nos capítulos quatro e cinco desta tese, onde analisamos os dados quantitativos e qualitativos recolhidos durante a pesquisa - por serem maioritariamente analfabetos ou com baixa escolarização, sem qualificação profissional, muitas vezes sem documentos e migrantes das regiões mais economicamente desfavorecidas do país, sequer sabem que direitos supostamente teriam, e não tem nenhum acesso à proteção social ou as políticas públicas que a Constituição lhes garante. Que essa proteção e políticas públicas previstas na Constituição de Angola sejam de fato aplicadas para quem de direito, como os jovens roboteiros, é uma urgência para se diminuir a brutal desigualdade que sofrem, bem como sua condição de precariedade e exposição à violência. Nas nossas considerações finais, após o fim da revisão de literatura e após a análise dos dados dos questionários e entrevistas, voltamos a conclusão de que a ação do Estado -

que nada mais seria do que o cumprimento do mandamento constitucional - precisa ser efetivada. Por agora, nos importa perceber a juventude, caracteristíca da maior parte dos roboteiros, é sem sombra de dúvida a fase em que mais iniciam essa atividade, enquanto categoria sociológica complexa, particularmente sujeita às explorações e agruras do mercado de trabalho informal.

O trabalho informal como estratégia de sobrevivência em Luanda

Analisadas as diferentes teorias sobre migração e trabalho informal, bem como recolhidos dados sobre essa temática ao longo de mais de duas décadas, temos agora base material para nos debruçarmos sobre a situação dos jovens migrantes de Luanda que encontram no trabalho informal sua única estratégia possível para subsistência.

Tal como tem sido referenciado ao longo desta investigação, o trabalho informal no contexto angolano tem vindo a ganhar espaço significativo, fruto da situação

política, económica e social que o país tem vivido nos últimos anos, como consequência da crise económica enfrentada, bem como das políticas de empregabilidade que não tem surtido efeito na vida da grande maioria dos jovens, principalmente os das regiões menos favorecidas economicamente do país.

De acordo com os dados do INE (2021), a taxa de desemprego em Angola é de 34.1%, superando um terço da população total, e na cidade-capital (Luanda), essa taxa de desemprego é de 25%, logo de um quarto da população.

Nesta capital, o trabalho informal tem manifestado grande importância na existência e na sobrevivência dos jovens, pelo facto desta franja da sociedade ser a mais afetada com o problema do desemprego no país. Desta forma, a partir do estudo referenciado por Félix, (2021: 93), percebeu-se que a economia informal, em Angola, na década de 1990 empregava 58% da força de trabalho, em média, enquanto o setor formal empregava apenas 12%.

É de realçar que, no presente momento, os dados reais sobre o setor informal, em Angola, são anónimos, mas

calcula-se que a mesma apresenta dados altos da situação de desemprego no setor formal.

Perante o problema do desemprego no seio da maior parte da população angolana, principalmente na camada jovem proveniente do interior do país, há toda uma necessidade de estes procurarem um conjunto de estratégias de maneira a garantir a as suas vidas e de seus próximos, o que certa maneira justifica a presença considerável destes jovens no mundo do trabalho informal em Luanda.

É de realçar ainda que a presença considerável dos jovens nos trabalhos informais em Angola, principalmente na cidade de Luanda, demonstra uma permanente precariedade da qualidade do emprego, particularmente no que se refere aos salários, segurança, proteção e outros benefícios sociais. Tal como acontece em outras realidades, em Angola a questão do migratória entre os dois polos, isto é o campo e o os grandes centros, tem sido, tal como em outras realidades, o que de certa forma acaba sendo a principal responsável pelo aumento do número de desempregados.

Sendo assim, alguns autores mencionados ao longo

da nossa abordagem apontam, por um lado, que a solução do problema do desemprego que afeta grande parte dos jovens, passa por políticas estruturais, em que os seus efeitos podem não ser atingidos a curta duração. Por outro lado, a população que se encontra mergulhada no desemprego, procuram no seu dia a dia, engendrar estratégias para garantir a sobrevivência dos seus familiares.

Neste sentido, para compreender as estratégias, programas e mobilidade das pessoas no seio do mercado de trabalho - sobretudo, das pessoas que não se encontram dentro deste sistema - torna-se obrigatório entender os processos de representações que dominam estas mesmas estratégias, uma vez que são precisamente estes que vão comunicar as formas como as pessoas vão conseguir reenquadrar no mercado de trabalho, bem como garantir a sua existência ou sobrevivência.

Na perspetiva de Samba (2018:136), o trabalho informal, especificamente o comércio informal à porta ou em pequenas pracinhas, é o principal responsável pelo sustento familiar de um crescente número de pessoas. Ainda segundo

este autor, o trabalho informal no contexto luandense, tem contribuído fundamentalmente para a sobrevivência da maior parte das famílias angolanas, principalmente os jovens desempregados, inclusive de alguns que têm certa formação básica e fundamental. Parece haver indicações bastantes de que a crescente atividade dos roboteiros pode ser parte do esgotamento desse mercado informal mais tradicional, também profundamente precário.

A diversidade das referidas estratégias não se compreende simplesmente pelas condições concretas, ou seja, da viabilidade de se achar este ou aquele emprego numa determinada altura, ou dos diferentes tipos de mecanismos recrutáveis. A preferência de uma determinada estratégia assenta num complexo sistema amplo de reproduções.

Nesta ordem de ideia, o presente trabalho vai de acordo com o pensamento do autor acima citado, pelo facto de retratar as várias estratégias empregues pelos jovens migrantes de forma a garantir a sua existência e sobrevivência, face à reduzida política de empregabilidade presente no país. Sendo assim, os jovens migrantes, uma vez

excluídos do mercado formal, desenvolvem um conjunto de estratégias no mercado informal, pela sua relativa facilidade de integração, garantindo desta maneira a satisfação, ainda que parcial, das suas necessidades.

Tendo em conta os vários subsídios referenciados pelos autores à volta da problemática abordada neste item, podemos realçar que o trabalho informal se apresenta como um recurso de sobrevivência para os jovens migrantes e não só, que se encontram excluídos do mercado formal. Pode ser vista em certos casos como uma escolha de vida de certos indivíduos que optam por levar a cabo o seu empreendimento. Portanto, esta estratégia adequa-se naquilo que Samba (2018:136) veio a denominar de "estratégia perversa da vida". Sendo assim, esta situação resulta pelo facto de o trabalho informal ser uma atividade difícil de sobrevivência, levada a cabo por um número considerável de jovens desempregados, com poucas ou nenhuma perspectiva de conseguir outro trabalho ou algum trabalho com melhores condições.

O trabalho informal em Luanda, tal como

acontece em outros países africanos e não só, emergiu como alternativa de sobrevivência para as camadas populacionais mais pobres, em consequência da incapacidade do sector formal da economia em gerar empregos para abarcar o excesso populacional derivado, particularmente, e no caso da província de Luanda, do êxodo rural provocado pela situação de insegurança que a guerra fomentou durante décadas.

Por outro lado, podemos também realçar que a implementação e o crescimento do trabalho informal na cidade de Luanda não se justificam apenas pela presença considerável de populações desempregadas, mas sim, pela ausência considerável no quadro da distribuição de bens e serviços como preferência à economia formal.

Sendo assim, o trabalho informal vem proporcionando a sustentabilidade e a sobrevivência de um número considerável de jovens excluídos do mercado de trabalho formal. Nesta perspetiva, Lopes (2000) realça que:

> "Tal como nas outras cidades africanas, o sector informal produz,

> emprega, distribui rendimentos e assegura a sobrevivência da esmagadora maioria das populações, sendo Luanda, a capital de Angola, não constitui exceção" (Lopes, 2000:101).

O relatório sobre a evolução da economia angolana, realizado pelo PNUD em 1998 e citado por Lopes (2000: 33), atribuiu grande relevância neste setor, pelo fato de absorver um número elevado de pessoas, constituindo assim uma fonte alternativa de emprego. Ainda o mesmo relatório realçava o expressivo peso das atividades comerciais (87%) no contexto do sector informal e destacava também o papel deste subsetor como recurso de sobrevivência das populações urbanas, em particular para as mais recentemente deslocadas para as áreas urbanas.

A partir dessas informações, podemos realçar que no contexto luandense as práticas informais de grande vulto começaram a notabilizar-se com maior frequência na década de 1990, atingindo o seu máximo nos tempos atuais, onde a presença de jovens exercendo as mais variadas

atividades informais como alternativa de sobrevivência atingiu patamares nunca visto na história recente de Angola. Neste sentido, a base fundamental de sobrevivência destes jovens em Luanda está fortemente voltada ao mundo do trabalho informal, uma vez que constitui o principal, senão único, recurso de sobrevivência para muitos destes jovens excluídos do mercado de trabalho formal.

Por outro lado, podemos observar que grande parte destes jovens migrantes envolvidos no mercado de trabalho informal trabalham com finalidade de sobreviver, uma vez que são poucas as suas possibilidades para acabar com o período de sobrevivência a que estão submetidos. Segundo Carvalho (2008: 315), as atividades destes jovens são marcadas por uma série de fatores que determinam a estratégias a adotar, nomeadamente:

- Oportunidades que o meio oferece, em termos de procura e oferta de bens e serviços;
- Capital social de que o indivíduo dispõe;
- Meios financeiros disponíveis para montar um

negócio;

- Grau de instrução e qualificação profissional do indivíduo, que dependem da proveniência ou origem;
- Aptidão física;
- Disponibilidade de tempo.

Os fatores acima referenciados por Carvalho (2008:215), analisam a inclusão desses migrantes excluídos do mercado formal de trabalho no mercado informal, obtendo desta maneira recursos necessários para garantir a sua existência e sobrevivência no espaço urbano.

A questão levantada, remete-nos a uma breve análise da evolução do sector informal no contexto angolano, para se encontrar a resposta da referida inquietação, qual seja, como sobrevivem os jovens migrantes desempregados em Luanda, uma vez que este mercado informal que abarca grande parte das atividades produtoras de renda e produtos que este segmento populacional desenvolve com a implantação das várias políticas económicas implementadas

até ao momento atual.

Este exercício retrospectivo permite-nos compreender as mudanças de carácter económico que contribuíram para o surgimento de estratégias de sobrevivência adotadas por estas populações. As estratégias de sobrevivência que estes jovens criaram derivam de uma situação constrangedora da sua experiência no espaço citadino e com grandes reflexos na sua vida presente e no futuro.

É de realçar que as atividades informais na cidade de Luanda, estão dispersas em todo o lado da cidade, demonstrando até que ponto esta atividade jogam um papel importante na sobrevivência de um número considerável da população desta cidade capital,

Sendo assim, podemos realçar que o trabalho informal é levado acabo por grande maioria da população que encontra nesta atividade recursos necessários para a sobrevivência das suas famílias. Como já foi referido ao longo da nossa abordagem, as estratégias de sobrevivência adotadas pelos jovens migrantes face ao índice elevado de

desemprego na província de Luanda, baseia-se em várias atividades geradoras de rendimentos.

O estudo realizado pelo PNUD (1999) apontou dentre as principais atividades as mais comuns, por sexo ou género:

- Mulheres: Beleza feminina, cambistas de rua, confeição de refeições, guarda de mercadoria, guarda de valores, venda de água, venda de bebidas e petiscos, venda de bens alimentares, venda de gás butano, venda de materiais de construção e venda de roupa e calçados.
- Homens: Motorista de táxi, cantor de tasca, operário de construção, corretor de imóveis, guarda de viaturas, lavagem de viaturas, recauchutagem, transporte de cargas (roboteiros), venda de água em cisternas, venda de areia e cascalho, venda de sacos de plásticos.

Com o passar do tempo, grande parte das estratégias outrora desempenhadas única e exclusivamente por mulheres, no contexto atual, passaram a ser desempenhadas igualmente pelos homens, bem como algumas atividades que eram exclusivas de homens, igualmente passaram a ser efetuadas pelas mulheres.

Essa situação da atividade maioritariamente feminina, segundo Samba (2018), foi mudando no decorrer dos anos, registrando e acolhendo também um número significativo da mão-de-obra masculina, principalmente de jovens provenientes de várias zonas do país , com maior destaque para as províncias de Benguela, Huambo e Bié que, devido a um contexto de guerra, de busca de melhores condições de vida, de desemprego advindo da exigências atuais do mundo de trabalho, não conseguem o tão desejado primeiro emprego no mercado formal e precisam trabalhar para se sustentar e as suas famílias.

Sendo assim, este segmento da população luandense afetada pelo desemprego e pelos baixos salários em função das mudanças económicas registadas no país,

buscam novas alternativas ou estratégias de sobrevivência. Ainda nesta linha de pensamento, podemos ver que a expansão acelerada do setor informal se justifica pelas políticas económicas e de geração de empregos fracassadas, que não contribuíram na criação de postos de trabalho significativos para os jovens em particular.

A solução destes jovens face a esta situação, na ótica de Costa (2002: 67), incluiu, entre outras estratégias de sobrevivência, as seguintes: desenvolvimento de esquemas de angariação de rendimentos complementares aos salários (corrupção, subornos, desvios de produtos); desenvolvimento de atividades ilícitas (roubos, por exemplo); criação de esquemas alternativos de escoamento de produtos (comércio informal, vulgo dumba-nengues).

Sendo assim, a realidade moçambicana referenciada por Costa não se distancia com a realidade vivenciada pelos jovens angolanos, que na senda da procura de soluções para colmatar a falta de empregos, enveredam em determinadas estratégias lícitas e ilícitas, como forma de garantir a sua sobrevivência e das suas famílias.

Segundo a OIT (2002, citado por Lopes, (2004: 7), estas estratégias na cidade de Luanda são efetuadas nas casas, ao longo das ruas, nas praças, e estas atividades representam-se nos mais variados aspetos estando representado nos diferentes setores da atividade.

É de realçar ainda que os trabalhos realizados por Lopes (2004), Orlando (2010) e Samba (2018), revestem-se de suma importância na compreensão das estratégias empreendidas pelos jovens migrantes, no mercado de trabalho informal em Luanda. Sendo assim, dentre as principais estratégias de sobrevivência levadas a cabo por estes jovens migrantes na cidade de Luanda, temos a destacar inicialmente a atividade da zunga. É necessário compreender a importância central dessa atividade informal mais tradicional em Luanda para que possamos, a seguir, compreender melhor as atividades dos roboteiros.

A atividade da zunga enquanto uma das formas de estratégia de sobrevivência da grande maioria da população em Angola, não é uma atividade recente, mas que nos tempos atuais ganhou uma dimensão nunca vista na nossa

realidade. Nesta mesma perspetiva, Santos (2010, citado por Monteiro, (2012:106) realça que "não se trata de uma prática totalmente nova, embora reconheça nela muitos aspetos contemporâneos, como é o caso da popularidade que o termo ganhou desde a década de 1990".

Segundo Lopes (2010:176), o termo zunga etimologicamente provem do Kimbundu, significando assim rodar e girar. Neste sentido, o escritor angolano óscar Ribas, nos seus estudos sobre a cultura angolana, reconhecia este termo como venda ambulante, ou seja, alguém que vai vendendo ao longo das ruas. É de facto uma atividade em que na sua génese encontramos as mulheres como as principais precursoras desta atividade, mas nos tempos atuais, temos verificado no exercício desta atividade a presença considerável de homens, deixando de ser assim uma prática inteiramente ligada a mulheres.

Podemos observar que a venda ambulante alberga um número significante de mulheres e homens, contudo, seu cunho ilegal facilita fuga ao fisco, situações impróprias de conservação, armazenamento e transporte impróprio dos

produtos até ao cliente, bem como a não observância das advertências de higiene, segurança, saúde e proteção. Essa situação representa, em muitos casos, a comercialização de produtos de origens duvidosas e em muitos casos inadequados para o uso.

Figura 2.1. Vendedora ambulante - zungueira - em Luanda.

Fonte: fotografia do autor, 2022.

Esta atividade é tão marcante em quase toda a extensão da cidade de Luanda, onde o dia a-dia destas mulheres e homens que lutam pela sobrevivência marca profundamente o cotidiano da cidade capital, com a presença destes vendedores ambulantes. Neste sentido, é possível observar o corre-corre de mulheres e homens em diversos lugares, comercializando produtos alimentares e outros, colocados no chão em panos ou sacos, em várias situações transportados nas mãos. Circulam as principais ruas e espaços de grande movimentação de pessoas e veículos, bem como em situações extremamente complicadas.

É de realçar que esta população, que se afluiu intensamente para Luanda, de maneira a garantir a sua sobrevivência, bem como o sustento das suas famílias perante a falta de recursos de âmbito formal, principalmente as mulheres, acabaram por enveredar-se no mercado informal, praticando desta maneira um conjunto diversificado de atividades.

Com relação ao trabalho informal na África

Subsaariana, Sparks e Barnett (2010, citados por Félix, 2021), oferecem pistas de respostas aos desafios postos aos trabalhadores informais da venda ambulante no contexto angolano, no sentido do reconhecimento pelos governos provinciais da importância do trabalho desses sujeitos enquanto um meio de unir sinergias para a identificação de respostas integradas para a superação real de suas demandas.

É essencial que as pessoas que aceitam sobre os instrumentos de consolidação de suas opções de vida aumentem também os seus auxílios na proteção social, na mesma altura em que os mesmos procuram atenuar os impedimentos ao trabalho por si desenvolvido, possibilitando que elas descubram nessa atividade opções de trabalho. A proposta de mudança para o trabalho informal de venda ambulante inspirada em Sparks e Barnett (2010), sobre a qual trabalha Félix (2021), se direciona em cinco áreas centrais:

1. Estabelecer um ambiente favorável e um quadro regulamentar de apoio às/aos trabalhadoras/es informais da venda ambulante: organizar esses sujeitos vai além da criação de cooperativas, conforme propõem as atuais políticas governamentais, que precisam contemplar a diversidade de trabalhadoras/es da zunga. Por exemplo, as organizações de base podem representar empresas das/os ambulantes, formar cooperativas e fazer lobby em seu nome. Associações de compradores podem utilizar seu poder de compra para pressionar por melhores negócios para os membros.
2. Fornecer acesso a treinamento apropriado: a educação formal não atende às necessidades dos trabalhadores informais da venda ambulante e não é suficientemente flexível aos seus horários, proporcionando um sistema de formação integrado, voltados às/aos zungueiras/os são uma alternativa de

educação, essa surja inicialmente pela via da alfabetização (Sparks & Barnett, 2010, citados por Félix, 2021). Os governos precisam de vontade política para abraçar outras soluções; especificamente, as lideranças devem pressionar por mais programas voltados a educação e formação profissional, de maneira a dar resposta à demanda dos trabalhadores informais devem fornecer instruções para melhor direcionamento das atividades;

3. Melhorar as instalações básicas das ruas, facilidades e infraestrutura: como os trabalhadores da venda ambulante, geralmente, não pagam impostos, eles não são considerados elegíveis para muitos benefícios sociais. Os poucos banheiros públicos, existentes nas ruas, em Luanda, não são funcionais para essa população, pois é cobrada taxa para o acesso a esse direito;
4. Aumentar a capacidade de obter o título

de propriedade e admissão aos programas de crédito: devido à falta de título e outras provas de propriedade dos ativos, as empresas de venda ambulante não conseguem obter empréstimos por causa da falta de garantias (Félix, 2021). Sem essa garantia, os credores geralmente insistem em taxas de juros muito mais altas, dificultando que as/os zungueiras/os obtenham o financiamento necessário para iniciar novos empreendimentos ou expandir os já existentes.

5. A perfeiçoar os mecanismos de informação do país e deliberar modelos correntes: Devido à própria natureza do trabalho ambulante, as estatísticas estas que não são difundidas no nosso país. Os governos provinciais precisam encontrar maneiras que permitam que as/os trabalhadoras/es da venda ambulante, quer estejam organizadas/os em empresas ou individualmente, informem os dados sem

medo de represálias.

A maior parte das dificuldades sofridas pelos zungueiros e zungueiras em Luanda são também sofridas pelos roboteiros, como a falta de banheiros ou água potável, além da quase impossibilidade de acesso ao crédito e a invisibilidade nos dados nacionais que direcionam políticas para todos.

Porém, passemos ainda por outra atividade que surgiu no âmbito das estratégias de sobrevivência levadas a cabo pelos jovens face à escassez de empregos na cidade de Luanda, qual seja, a atividade dos candongueiros. Nesta ordem de ideia, a expressão candongueiros provém da língua nacional Kimbundu, candonga, significando assim negócios ilegais e clandestinos, no caso, designando transporte ilegal.

Figura 2.2. Transporte irregular em Luanda.

Fonte: fotografia do autor, 2022.

É de referenciar que o crescimento exponencial da cidade de Luanda contribuiu significativamente no crescimento desta atividade de táxi, tornando-se de certo modo indispensável na circulação da maior parte da população residente nesta cidade, uma vez que não existe transporte público capaz de atender toda a população ou que passe sequer pela maior parte das áreas da cidade. Na óptica

de Lopes (2007: 101), o aparecimento desta atividade em Angola, data dos anos 70, em função das dinâmicas que se operaram na política, proporcionando assim uma abertura para estas iniciativas de caráter privado. Ainda de acordo com este autor, a atividade dos candongueiros, também designados por hiasses, envolve diretamente diferentes agentes económicos, já analisados neste trabalho.

Esta atividade, pelo facto de funcionar com um grupo diferenciado de agentes económicos, reveste-se de grande importância para a vida destes grupos acima referenciados, uma vez que é a partir desta atividade que estes indivíduos procuram dar resposta às mais diversas situações ligadas à sua sobrevivência.

Nesta ordem de ideia, podemos realçar que esta atividade é de suma importância para a população angolana, particularmente a população luandense, que encontra nos candongueiros a principal alternativa de transporte para a sua mobilidade diária, face a escassez de serviços de transportes públicos que infermam a nossa sociedade. Por outro lado, esta atividade é de extrema importância para

o taxista e para o cobrador, que encontra neste trabalho o principal meio de subsistência para as suas famílias, numa sociedade em que o índice de desemprego tem apresentado valores bastantes elevados nos últimos tempos.

De acordo com as nossas investigações, realizadas juntos a Associação dos taxistas, bem como alguns proprietários dos veículos que realizam esta atividade de candongueiros, apontam como requisitos para o exercício desta atividade de taxista, vulgarmente chamado de candongueiro, o veículo deve possuir uma licença que lhe habilita a realizar esta atividade de táxi; o mesmo veículo deve ser pintado em azul e branco; o veículo deve possuir o seguro de obrigatório, bem como a inspeção da mesma.

Nesta ordem de ideia, o decreto presidencial n.º 128/10 de 6 de julho, no seu artigo 4, aponta que, a autorização de exercício da atividade de transportes rodoviários de aluguer de passageiros por conta de outrem consubstancia-se numa licença, intransmissível, a qual é emitida por um prazo não superior a cinco anos e é renovável mediante comprovação de que se mantêm os requisitos de acesso à

atividade.

Segundo Amaral citado por Domingos (2012), define licença como "o ato pelo qual um órgão da administração atribui a outrem o direito de exercer uma atividade privada que é por lei proibida". Ou ainda "a permissão, consentimento ou autorização para fazer ou não fazer algo" Nesta perspetiva, podemos considerar a licença como sendo a permissão que a autoridade competente, neste caso, a Direção Nacional dos Transportes confere ao dono do veículo a autorização de transportar pessoas no seu automóvel.

Tendo em conta ao autor acima citado, podemos dizer que a licença é a condição principal para o exercício da atividade de transporte de passageiros, trabalho este que é realizado pelos taxistas ou seja candongueiros. É de referenciar, que é em função deste requisito principal, que outros requisitos poderão ser executados.

Ainda nesta perspetiva dos requisitos para o acesso a esta atividade de táxis, temos a realçar a questão do seguro obrigatório de responsabilidade civil automóvel. É de realçar

que esta obrigatoriedade encontra a sua sustentabilidade no Decreto nº.35/09 de 11 de Agosto de 2009 (DR N:150, Iª Série).

Segundo este diploma legal, procede à regulamentação do Seguro Obrigatório de Responsabilidade Civil Automóvel, instituído pelo artigo 10º. Da Lei nº. 20/03, de 19 de Agosto, Lei de Base dos Transportes Terrestres, e fixa as regras e procedimentos a observar pelos vários intervenientes, com vista a satisfação da responsabilidade civil automóvel.

Desta forma, podemos entender como seguro de responsabilidade civil automóvel, como sendo aquilo que na linguagem comum chamamos de seguro obrigatório, é exatamente o seu elemento de responsabilidade civil. Por outras palavras, diante de um incidente que provoque prejuízos a outros veículos, seus ocupantes e não só, este seguro garante a liquidação dos danos causados. Sendo assim, é fundamental que o dono ou responsável do automóvel que pretende realizar esta atividade de táxi ou candongueiro, assegure o seu automóvel, mediante um

contrato com uma assegurada a sua escolha.

Outro elemento referenciado como um dos requisitos para o exercício da atividade de táxi ou de candongueiro, foi a pintura do automóvel em azul e branco, como uma forma de identificação da viatura que exerce esta atividade de táxi em Angola.

Figura 2.3. Veiculos pintados em azul e branco, fazendo atividade de táxi em Luanda.

Fonte: fotografia do autor, 2022.

Quanto ao requisito ligado a inspeção do veículo para o exercício da atividade de táxi, podemos dizer que esta é uma obrigatoriedade em quase todos os contextos, uma vez que graças a este procedimento técnico, uma viatura pode ser habilitada ou não tecnicamente para circular ou transportar passageiros. Uma vez que o trabalho dos taxistas reside no transporte de passageiros e bens, é fundamental que estas viaturas que realizam atividades de táxi ou candongueiro, pelo fato de transportarem vidas, sejem objeto de inspeção profunda, de maneira a evitar-se percas de vidas e bens materiais, tal como tem se verificado na nossa realidade, em que veículos sem condições técnicas e sem o cumprimento dos requisitos acima mencionados, exercem a belo prazer a atividade de táxi, vulgo candongueiro.

Outro aspeto importante na abordagem desta problemática dos candongueiros em Angola, tratasse das formas de contratos existente nesta atividade de táxi. Nesta perspetiva, Domingos (2012: 42), identifica três modalidades de contratos fundamentais nesta atividade: O contrato de táxi; o contrato de falida e o contrato de passageiros.

O contrato de táxi ou de taxista consiste em que um determinado sujeito (o proprietário do automóvel), devidamente legalizado, contrata um motorista (alguém habilitado para tal) para realizar o trabalho de táxi com a sua viatura, mediante um acordo entre as partes (proprietário e o motorista). Sendo assim, este acordo consiste em que as partes envolvidas tenham um certo benefício, uma vez que dos seis dias por trabalhar, cinco dos quais o rendimento é canalizado para o proprietário da viatura, e um dia é reservado para o taxista. Por outro lado, o contrato designado por falida, consiste numa forma de solidariedade entre os taxistas, em que o motorista contratado pelo dono da viatura, subcontrata um outro taxista, que geralmente sem encontra numa situação de desemprego temporário, fruto da viatura deste encontrar-se avariado ou ter terminado o contrato que mantinha, encontra na falida uma oportunidade para resolver algumas necessidades pontuais. Por último, o contrato com o passageiro que consiste em que o mesmo paga um certo valor pelo percurso da viagem efetuada, variando de acordo com a distância, a hora e a

situação climatérica.

A jornada de trabalhos dos candongueiros na cidade de Luanda começa logo nas primeiras horas da manhã, isto às 5h, com o término que vai desde as 20h até as 00 horas, dependentemente da rota realizada por estes. Por outro lado, o preço da viagem varia consoante o percurso, ou seja, da distância a percorrer, variando desta maneira de 100 Kzs a 200 kzs. Outro aspeto de realce é o encurtamento do percurso em função da demanda dos passageiros, bem como as condições climatéricas, mais concretamente a chuva.

Ainda no campo das estratégias de sobrevivência levadas a cabo pelos jovens na cidade de Luanda, temos a destacar a atividade de lavagem de carros que tal como outras estratégias de sobrevivência já mencionadas no decorrer deste trabalho, não é uma atividade recente no contexto luandense, uma vez a mesma remonta desde a década de noventa, onde a mesma era maioritariamente desenvolvida pelos jovens deslocados que naquela altura viviam na rua.

Sublinhamos que, com o andar do tempo, esta atividade de lavagem de carros foi absorvendo outros jovens, que encontraram nela o principal meio para garantir a sua sobrevivência e da sua família, fruto de um contexto político em que os principais decisores, não foram capazes de criar um ambiente de geração de empregos decentes para estes jovens, que acabam trilhando um caminho de luta e de persistência.

É de realçar, que aproveitar no máximo o dia a dia é o objetivo de alguns destes jovens, principalmente dos lavadores de carros, também mais associados ao consumo de drogas (liamba) e de bebidas alcoólicas. Neste sentido, com base nesta constatação, podemos observar ao longo da nossa pesquisa, grandes conflitos interpessoais no seio destes jovens, provocado frequentemente pela luta da lavagem de um carro, que muitas vezes essas disputas terminam mesmo em situações complicadas.

Tal como acontece com os jovens roboteiros, que merecem um subcapítulo próprio a seguir como foco central deste trabalho, os jovens lavadores de carros, começam

também a sua atividade muito cedo, sendo o fim de semana os dias mais lucrativos para esta atividade. É de salientar que grande parte destes jovens vivem distante do centro da cidade, mas têm a cidade como o lugar mais privilegiado para o exercício das suas atividades diárias, pelo facto desta, concentrar um número considerável de trabalhadores possuidores de viaturas.

Por outra, pode se constatar também que o preço da lavagem da viatura varia consoante o tamanho da mesma, sendo as ligeiras cobradas no valor aproximado a 1000.00 kzs, equivalente a pouco menos de dois euros, os jipes de 1500.00 a 2000.00 kzs e os camiões acima de 5000.00 Kzs.

Relativamente aos rendimentos desta atividade, pode se constatar de forma geral, que os ganhos são canalizados essencialmente para a alimentação, aluguer de casa, saúde e para a diversão.

Segundo os dados de um estudo levados a cabo pela Universidade de Luanda, concretamente a Faculdade de Serviço Social (2021), apontam que 40% dos lavadores de carros inquiridos afirmaram ter entre a 1ª a 8ª classe

de estudos; 50% entre 9ª e 13ª classe; e 10 % afirmaram nunca ter frequentado a escola. Ainda segundo esta mesma pesquisa, 60% dos jovens lavadores de carros inquiridos, possuem habilidades e competências técnico – profissional, com destaque para a pedreira, eletricidade, soldadura e informática.

Com base neste estudo podemos aferir que grande parte dos jovens lavadores de carros, exercem esta atividade não por causa do baixo grau de escolaridade, mas sim pela falta de alternativa de empregos formais em Angola, com maior realce para a cidade de Luanda. É sabido que os jovens que não se encontram absorvidos pelo mercado formal de trabalho acabam por se integrar no mercado informal, como forma de garantir a sua sobrevivência, mesmo com os baixos rendimentos usufruídos nestas atividades.

Nesta linha de pensamento, nas novas exigências do mundo do trabalho na óptica Samba (2018:135), a escolaridade é apenas mais um critério entre outros como idade, idiomas, conhecimentos específicos, conhecimento geral, competências para os processos seletivos, devido a

grande quantidade de mão-de-obra para poucos postos de trabalho.

Ainda na análise das diferentes estratégias de sobrevivência levadas a cabo pelos jovens na cidade de Luanda, temos a destacar o trabalho levado a cabo pelas kinguilas.

Segundo Santos (2010:84), tal como como a zunga, a palavra kinguila, também provém do kimbundu, significando assim, esperar alguma coisa, ou seja, alguém esperando por algo. É de fato uma atividade realizada na clandestinidade, uma vez que é uma prática ilegal na realidade angolana, visto que só os bancos tem esta função de troca e venda de divisas.

O surgimento desta atividade no contexto angolano data desde a década de 1980, quando ao longo dos vários pontos da cidade de Luanda começaram a registar-se um número considerável de mulheres exercendo esta atividade de troca de valores, como uma forma de estratégia utilizada pelas mesmas para garantir a sustentabilidade das suas famílias.

Na cidade de Luanda, bem como em outros pontos onde estas senhoras encontram–se, dificilmente passam despercebidas pela população em geral, uma vez que as técnicas utilizadas por estas mulheres despertas atenção de qualquer indivíduo, fazendo se acompanhar com grandes quantidades de valores na mão, bem como outros objetos de venda, e vão interpelando os potenciais clientes.

Diante do exposto acima é que Lopes (2004:37) afirma "que os comportamentos característicos das kinguilas, no sentido de despertar a atenção dos potenciais clientes, são: a onomatopeia «psssssst», geralmente acompanhada pelo gesto de roçar o polegar pelo indicador, simbolizando a disponibilidade para o comércio de moeda".

Quanto do surgimento da referida atividade, o mesmo autor realça que está relacionado com a falta de divisas, fruto das políticas de contenção implementadas pelo governo, bem como as probabilidades ou possibilidades que surgiram com o alcance de rendimentos elevados por meio da obtenção desta moeda estrangeira,

Tal como já referenciado, esta atividade tal

como outras já referenciadas acima, representa uma das estratégias de sobrevivência adotadas por um grupo de mulheres face ao contexto económico do país, levando desta maneira grande parte da população a manter as suas poupanças em moeda estrangeira do que na moeda nacional, que desvalorizava permanentemente, situação esta que foi prontamente aproveitada por estas senhoras, que passaram a garantir a sua sobrevivência por meio da comercialização de valores, nos mais variados espaços da capital.

Podemos constatar que na fase inicial, esta atividade era levada acabo maioritariamente por mulheres, não por coincidência, migrantes que chegavam à cidade de Luanda. Neste sentido, para garantir as suas responsabilidades de fornecedoras de subsistência da família, essas mulheres, perante a ausência de respostas reais do mercado formal, estabeleceram-se nos contornos do mercado informal, praticando aí a troca de valores. Nesta óptica Santos (2010:85) realça que "as kinguilas são na prática verdadeiras casas de câmbio modernas, com cotações atualizadas segundo a evolução dos mercados, de acordo com as leis da oferta e

procura".

Por outro lado, as dinâmicas que ocorreram no contexto desta atividade de troca de valores, contribuíram nas novas formas de lidar com esta atividade, que era de monopólio feminino, mas que com andar do tempo também passou a ser levada a cabo por homens, que passaram a ser designados por doleiros, para se diferenciar das kinguilas.

O trabalho das kinguilas/doleiros normalmente começa por volta das 8h da manhã, terminando a sua jornada de trabalho por volta da 17h da tarde, percurso este realizado normalmente de segunda à sábado. Segundo Lopes (2004: 8) pela atividade que realizam, elas, apesar de cada uma ter o seu negócio, trabalham em grupo, como forma de se protegerem dos assaltos. Normalmente este grupo é formado em função da proximidade e da amizade entre elas, respeitando assim as regras de convivência estabelecida para o exercício desta atividade. Ainda segundo este autor, a cooperação entre as kinguilas/ doleiros manifesta-se em vários programas:

> "Auxiliam-se uma das outras, em momentos de grandes dificuldades, formando assim um grupo solidário. Neste sentido, quando uma colega está ausente, o seu negócio não para, uma vez que as outras responsabilizam-se do mesmo, mostrando assim a prevalência do coletivo em detrimento do individualismo" (Lopes, 2004:9).

Com isso, podemos realçar que a cooperação existente entre estes indivíduos, torna esta atividade forte, capaz de manter os indivíduos ligados uns com os outros, mantendo assim a solidariedade, o respeito e o cumprimento cabal das regras de condutas estabelecidas pelo grupo. Como acontece em qualquer grupo social, nesta atividade também o incumprimento das regras orientadoras das boas práticas de trabalho e de convivência leva o grupo a excluir o potencial prevaricador das regras, de forma a manter a coesão no grupo.

No contexto luandense o número de pessoas presentes nesta atividade de trocas de valores é

consideravelmente elevado, uma vez que por meio deste negócio, está a base de sobrevivência de muitas famílias. Nesta óptica, Lopes (2004: 61) aponta que as trajetórias, bem como os incentivos que levam estes individuos a desempenhar esta atividade são muito diversificadas, sendo uma atividade que gera grandes lucros, realizada num ambiente calmo, e divertido, entre outras razoes apresentadas.

Na atualidade, tal como as zungueiras, as kinguilas/doleiros também tem sido objeto de repressão policial, uma vez que esta atividade é considerada ilegal por parte das autoridades, levando os mesmos indivíduos a manterem se vigilantes, de forma a não ver os seus valores apreendidos pelas autoridades, bem como a possível detenção da kinguila ou doleiro, complicando desta maneira a sua situação e da sua família, que tem muitas vezes neste negócio, o seu único meio de subsistência.

Por outro lado, as transformações ocorridas no mercado cambial angolano, reduziram drasticamente a procura pelos serviços prestados por estes agentes informais,

uma vez que os potenciais interessados na compra de divisas podem fazê-lo por meios formais, evitando assim situações indesejáveis aos clientes. Mas apesar de todas estas políticas e restrições à volta deste negócio de divisas, os seus fazedores continuam firmes e fortes nesta atividade. Sendo assim, como forma de persistência face aos acontecimentos latentes, estes encontram sempre formas de continuar com o negócio. Diante desta situação, pactuamos com Yazbek (2004), outro autor analisado por Samba (2018 :165), ao afirmar que não há ruturas no quotidiano sem resistência e sem enfrentamento.

Ainda na análise das diferentes estratégias de sobrevivência levadas a cabo pelos jovens na cidade de Luanda, temos a destacar o trabalho levado a cabo pelos mototaxistas, vulgarmente conhecidos como kupapatas.

Figura 2.4. Kupapatas em Luanda

Fonte: Fotografia do autor, 2022.

Atendendo o grande déficit dos transportes ao longo da cidade e até mesmo no acesso a periferia, tem influenciado no crescimento desta atividade no contexto angolano. Essa atividade é levada a cabo por certos indivíduos que fazendo o uso deste meio rolante, garantem

assim a mobilidade quer nas zonas urbanas quer nas zonas periféricas da cidade.

Figura 2.5. Transporte via kupapata (moto-táxi) em funcionamento em Luanda.

Fonte: fotografia do autor, 2022.

Segundo os vários autores consultados que abordam esta problemática dos motos taxistas, vulgarmente chamada de kupapatas na realidade angolana, apontam que esta atividade no contexto angolano teve o seu início província do Huambo, durante o período de guerra que assolou intensamente esta província, tendo destruído assim

grande parte das viaturas que garantiam a mobilidade das pessoas na referida província. Sendo assim, face à situação de escassez de viaturas, bem como o mau estado das principais vias causados pelo referido conflito, contribuíram para o surgimento dessa figura de moto taxistas, ou kupapatas, na realidade do cenário do trânsito desta província, em quase toda a sua dimensão.

Segundo Lopes (2010: 13), "Não existe um registo sistematizado sobre o número e as características dos motos taxistas que operam na cidade do Huambo" O mesmo autor realça que até agosto de 2008 a circulação de autocarros era praticamente inexistente, pelo que o transporte de passageiros era essencialmente assegurado pelos motos taxistas e pelos candongueiros.

Ainda nesta perspetiva, Luana (2010) e Timóteo (2014), realçam que a categoria mototaxista pode estar vinculada a fragilidade das políticas públicas voltadas para os transportes, e a uma "estratégia de reinvenção do trabalho como mecanismo de reprodução social por parte dos trabalhadores frente ao persistente desemprego" (Timóteo,

2014: 24). Atualmente os kupapatas desempenham um papel fundamental da vida das populações da cidade do Huambo, bem como da cidade de Luanda, principalmente daquelas pessoas que não dispõem de um veículo particular e precisam de deslocar-se com uma certa facilidade e rapidez para uma determinada localidade, uma vez que estes kupapatas ou mototaxistas, com as suas agilidades, conseguem ultrapassar o trânsito infernal que marca o cotidiano luandense em comparação com os taxistas ou então os transportes públicos.

Podemos ainda apontar que a expansão acelerada da atividade de mototaxista no contexto angolano deve-se ao baixo custo da aquisição da moto, bem como a existência de elevado de material para a reparação das mesmas, com uma certa facilidade, também no mercado informal.

Segundo Lopes (2010: 391), o significado da expressão kupapata é proveniente da língua nacional umbundu, "agarrar", "apalpar". É a expressão que a comunicação social angolana popularizou para identificar os mototaxistas.

É de realçar que grande parte dos indivíduos que exercem esta atividade de moto taxistas são maioritariamente jovens, encontrando-se na faixa etária dos 18 aos 35 anos de idade. Esses jovens, que se dedicam a esta atividade de moto taxistas em Luanda, preferem ser chamados carinhosamente de motoqueiros.

Tal como se verifica na cidade do Huambo, na cidade de Luanda a presença dos kupapatas ou moto taxistas é notória nas diversas artérias da cidade capital, onde os principais pontos de concentração estão dispersos ao longo dos bairros, preferencialmente em lugares estratégicos, ou seja, locais que possibilitam a concentração de potenciais clientes para uma determinada corrida. No caso concreto de Luanda, os motos taxistas/kupapatas estabelecem-se em áreas adjacentes aos ministérios, zonas comerciais, escolas, Universidades, bancos, entre outros locais, acrescentando desta maneira o número de pessoas que circulam nesses locais. No centro da cidade, podemos encontrar algumas ruas com grandes movimentos de pessoas, pelo facto de lá concentrar um número considerável de empreendimentos

(lojas, bancos, restaurantes, entre outras), possibilitando assim um clima favorável à prática desta atividade informal, levando assim os motos taxistas a fixar pontos ou placas.

Segundo informações recolhidas junto aos motos taxistas, ou seja, kupapatas, apontam os referidos pontos ou placas como o espaço onde eles entram em contacto com os potenciais clientes que desejam realizar um determinado percurso.

Figura 2.6. Placa dos motoqueiros.

Fonte: Fotografia tirada pelo autor, 2022.

No contexto angolano, a atividade realizada pelos moto taxistas ou kupapatas, foi presentemente normalizada pelo decreto 123/22 de 30 de Maio, que encara os moto taxistas como profissionais autorizados a conduzir motocicletas ao longo dos municípios e não só, transportando passageiros, mediante o pagamento de uma tarifa, quer seja particular ou de empresa prestadora de serviço de moto-taxistas.

Ainda segundo este mesmo decreto, os moto-taxistas ou kupapatas estão a partir deste momento sujeitos a ter uma carteira profissional, licença do veículo, capacete, colete, mas o seguro deixa de ser obrigatório. Por outro lado, a respetiva carteira profissional deve ser passada pelo INEFOP (Instituto Nacional de Formação Profissional), mediante um processo de formação para o exercício desta actividade.

Tal como acontece com o trabalho dos candongueiros, o trabalho dos kupapatas ou moto-taxistas também é regido por contrato, uma vez que grande parte dos moto-taxistas não sendo possuidores das respetivas motorizadas, estando assim sujeitos a prestar contas com

os respetivos proprietários dos meios, mediante um acordo em que quer o proprietário do meio rolante quer o moto taxistas, ambos saem a ganhar.

O contrato estabelecido entre o proprietário da motorizada e o moto taxista pode ser caracterizado da seguinte forma:

- O contrato em que o senhorio cede a motorizada ao moto-taxista, cabendo este a prestar contas diárias ou semanais ao senhorio;
- O contrato em que o moto taxista trabalha exclusivamente para o respetivo senhorio durante 6 meses ou mesmo um ano, terminado este período acordado entre as partes, a motorizada passa a ser propriedade do moto-taxista.

Dentre os aspetos marcantes no cotidiano do moto-taxista, quer em Angola quer em outras realidades em que esta atividade está presente, trata-se da onda de

assaltos a que eles são lesados. É de realçar que as situações de assaltos normalmente ocorrem, quando determinados indivíduos, fazendo se passar como passageiros, acabam pegando uma moto para um determinado lugar bastante isolado, e no percurso acabam por anunciar o assalto, perdendo desta forma a respetiva motorizada, bem como outros pertences do moto-taxista. É de referir ainda, que por meio destes assaltos, muitos moto-taxistas acabam por perder as suas vidas em situações de resistência em ceder o respetivo meio.

A onda de assaltos a motorizadas na conjuntura atual angolana, pode ser explicada pelo elevado custo de compra deste meio, bem como pela facilidade de se desfazer deste meio furtado, uma vez que a fiscalização destes meios parte das autoridades policiais não tem sido eficaz para pôr cobro a estas situações de roubos de motorizadas no país. A esta situação também está associado o comportamento não digno de grande parte dos moto-taxistas, que desrespeitam frequentemente as regras de segurança recomendadas pelas autoridades, o que tem se repercutido em situações

não aceitáveis. Ou seja, grande parte dos moto-taxistas não fazem o uso do capacete, transitam em excesso de velocidade, fazem ultrapassagens em sítios impróprios, usam motorizadas descaracterizadas e em mau estado de técnico de conservação, levando assim a situações de acidentes, seguido de mortes.

Apesar das várias dificuldades vivenciadas por estes profissionais que utilizam este meio como forma de ganhar a vida, pode-se observar uma certa alegria no rosto destas pessoas, que nas respetivas placas ou ponto de concentração, conversam sobre vários assuntos, principalmente os factos vivenciados ao longo das corridas realizadas por estes durante o dia. É de referir que a linguagem utilizada por estes indivíduos é muitas das vezes codificada, de maneira a não ser facilmente compreendida por indivíduos que não fazem parte do grupo. Neste sentido, estamos de acordo com Timóteo (2014: 57) ao afirmar que "esses trabalhadores acionam seus sentimentos de pertença à categoria, partindo das falas em que eles investem-se de discursos que reforçam que a categoria necessita ser mais

unida para que possam lutar pelos seus direitos".

Outra forma de estratégia de sobrevivência adotada pelos jovens migrantes de capital importância no campo da transportação de mercadorias dos clientes aos arredores dos mercados e nas diversas ruas da cidade capital é a de roboteiros, como eram chamados e que atualmente se consideram simplesmente por trabalhadores. Chegamos, portanto, no grupo central de trabalhadores informais de interesse elevado para a nossa investigação.

Segundo Lopes (2010:175), a origem da designação desta palavra, a fazer fé nas obtidas na realidade de Angola, mais concretamente da cidade capital, em que a palavra robot significa trabalho feito por meio de uma força braçal e física. Ainda segundo este mesmo autor, estes jovens, de maneira a executar o seu trabalho braçal, fixam-se em zonas de grande movimentação comercial.

Figura 2.7 Roboteiro num dos mercados em Luanda.

Fonte: Fotografia tirada pelo autor, 2022.

Os roboteiros em Luanda

A atividade de roboteiros, pelo grande esforço físico empreendido no exercício da transportação dos produtos, é de facto uma atividade quase exclusivamente realizada pelos homens, principalmente os jovens provenientes do interior do país, mais concretamente de Benguela, Huíla e Huambo.

Estes jovens roboteiros, se fazendo acompanhar com seu tradicional carro feito de madeira e um pneu em frente designado por cangulo , procuram interceptar o potencial cliente no mercado ou em frente a uma loja ou armazém, de forma a acompanhar o cliente ao longo das compras por realizar, ou ainda na descida dos passageiros de candongueiros acompanhados de mercadoria que na sua maioria são também vendedoras informais.

Figura 2.8. Roboteiro em Luanda, com o seu cangulo carregado

Fonte. Fotografia tirada pelo autor, 2022.

Esta técnica consiste em ocupar o cliente, de maneira a que outros roboteiros não possam retirá-llos. Nesta atividade, tal como em outras presentes no mercado informal, o processo de negociação do preço do trabalho a realizar é aberto, dependendo da quantidade de produto a transportar, bem como da referida distância a percorrer.

Segundo um estudo realizado por Lopes (2010 :175),

constatou-se de que muitos dos jovens que desenvolvem esta atividade são crianças de rua, órfãos e deslocados de guerra, tratando-se igualmente de um grupo alvo onde se manifestam casos frequentes de consumo de drogas, pois alguns dos comerciantes entrevistados referiram que os roboteiros andam quase sempre «ganzados» por cheirarem gasolina.

Apesar da situação vivenciada por estes jovens resumir-se a guerra que o país viveu, nos tempos atuais podemos afirmar de que esta situação também é reflexo da ausências de políticas que visam a atender as necessidades deste grupo, contribuindo assim para o seu bem-estar. Neste sentido (Samba, 2018:99), afirma que" em todos os espaços onde se dá a troca desigual de poder produzem-se riscos sociais devido ao tipo de regulação que é exercido".

Ainda nesta perspetiva de riscos a que estão submetidos grande parte destes jovens roboteiros, apontamos ainda que a ausência de cumprimentos dos direitos essenciais por parte da sociedade, tem contribuído significativamente no aparecimento destas situações

conflituosas, levando estes adolescentes e jovens a viver em ambientes sem proteção. Neste sentido, podemos constatar o baixo grau de escolaridade no seio deste grupo de roboteiros, o que de certa maneira contribui no problema do risco destes jovens e adolescentes, uma vez que a escolaridade é um fator determinante no sucesso do indivíduo, permitindo boas ações que possam assim alterar o risco a que estão expostos.

Sendo assim, o risco é também consequência das desigualdades produzidas na própria sociedade, tais como a má distribuição dos recursos, educação, saúde, justiça entre outras formas, levando assim estes jovens e adolescentes a enfrentarem tal situação.

É de salientar que grande parte destes jovens trabalham por sua conta, uma vez que os meios de trabalho usados por estes são de sua propriedade exclusiva e fabricação artesanal, muitas vezes a partir do lixo, sendo usualmente os ganhos provenientes desta atividade, ainda que escassos, inteiramente para si. Mas ao longo da nossa pesquisa podemos constatar também que um pequeno

grupo de jovens roboteiros recém-chegados ou integrados nesta atividade de carregamento de produtos, recorrem inicialmente ao aluguer dos carros de mão, até angariar valores suficientes para adquirir os seus próprios meios de trabalho. Logo, mesmo dentro da precariedade extrema é possível ainda encontrar níveis de precariedade diversos, entre roboteiros mais experientes e recém-chegados.

Pelo tempo de exercício desta atividade, certos roboteiros já são dignos de confiança por parte de alguns clientes, frequentadores do mercado, tal como no caso das lojas em que se encontram à volta dos mercados.

A jornada de trabalho destes jovens começa logo nas primeiras horas da manhã, retirando as mercadorias das vendedoras guardadas nas casas de processo à volta dos mercados. Logo a seguir, começa a intensa jornada marcada por grande esforço físico, que deambulando a pé a volta do mercado, estes jovens transportam produtos diversos de um lado para o outro, por vezes muito pesados, até ao fim do dia.

Pode-se constatar também que no fim da jornada

de trabalho esses jovens, cansados com a atividade realizada durante o dia, percorrem lentamente a pé o caminho de casa, normalmente em companhia de um pacotinho de "the best", como forma de manter energias, o grupo vai caminhando, dialogando na sua língua materna.

Figura 2.9 Os famosos pacotinhos de the best

Fonte: fotografia tirada na internet, 2022.

O homem influencia e é influenciado pelo contexto sócio-histórico em que vive e, dessa forma, as mudanças que ocorrem na lógica de funcionamento da sociedade –

com base em sua política, cultura e economia – repercutem diretamente na forma de organização social, levando-o a reorganizar-se de acordo com as novas demandas que surgem no fluxo desse processo de constantes alterações (Freitas, 2015: 67).

Sendo assim, para dar respostas aos problemas da sociedade moderna marcada por crises económicas constantes e com grande impacto na vida das populações, principalmente os mais jovens, que no enfrentamento destas crises económicas, acabam por criar estratégias produtivas como forma de responder essas demandas e, ao mesmo tempo, criar emprego e renda, de forma a garantir a sua sobrevivência. É de realçar que estas lutas acontecem de maneira mais notável nas cidades, uma vez que, de acordo com a perspetiva de Leon (2008) foi nas cidades, e não no campo, que a "chama criativa" humana queimou de forma mais brilhante, pois, durante milênios, tem sido o centro comercial, científico, político e cultural. É com base a estas situações entre outras já mencionadas ao longo do nosso trabalho que aparecem atividades como as dos roboteiros.

Dinâmicas do mercado de trabalho e suas implicações para os jovens

As transformações que a sociedade tem vindo a registar não tem deixado de lado o mundo do trabalho, que tem sido obrigado a adaptar-se a estas mudanças profundas, com grandes implicações para a vida das pessoas no seu todo.

É de realçar que a abordagem neoclássica, no ponto de vista das ciências económicas, é tida como um modelo essencial na abordagem problemática à volta da transformação do mercado de trabalho. Desta forma, o argumento central dessa perspetiva reside no facto de que o mercado de trabalho, tal como um outro mercado, se organiza por si mesmo, não existindo por isso um certo desequilíbrio.

Ainda segundo esta mesma teoria, tal como noutros mercados se realizam trocas de bens e serviços, o mesmo acontece com o mercado de trabalho, em que a troca se efetua na lógica do empregador que adquire o trabalho

por parte do empregado que em troca do seu esforço recebe uma remuneração. Nesta linha de pensamento, a procura e a oferta de trabalho constituem ambas visões independentes em que se determina um preço por lado, e por outra, uma certa porção de trabalho.

Neste ponto de vista, Duarte (2008), afirma que:

> "A desistruturação consolidado no desemprego, chamado natural é uma situaçõa passível de respostas, atendendo as politicas de controlo salarial, uma vez que a mesma regula o mercado de trabalho, bem como o número de trabalho almejado. Neste sentido, os assuntos relacionados com desemprego apesar de permanecerem, são de reduzida consideração, solucionando-se com o decréscimo da remuneração" (Duarte, 2008: 4).

É de realçar ainda, que a questão da oferta e procura, tendo em conta a abordagem concorrencial, canaliza o aspeto do vencimento e da busca pelo emprego. Neste sentido, o fator salário exerce uma grande influência

na entrada e na saída de um número considerável de trabalhadores no mercado de trabalho. Por outras palavras, vencimentos mais elevados traduzem um pequeno número de trabalhadores integrados no mercado de trabalho e mais desemprego.

A abordagem neoclássica foi alvo de inúmeras contestações, entre as quais temos a destacar por um lado, a ideia de que o nível de trabalho se sujeita aos salários e que é este motivo que estabiliza o mercado. E por outro lado, a contestação desta teoria prende-se com a escassa atenção relativamente às instituições no contexto amplo e no contexto micro das empresas, isto na perspetiva da procura e oferta de emprego.

Tendo em conta a primeira ideia levantada, podemos fazer uma menção à análise levantada por Keynes, citado por Duante (2008: 5), realça que o autor não traz um paradigma do mercado de trabalho propriamente dito, pelo contrário, ele centra-se na óptica macro de estudo da economia, em que a abordagem do emprego e do desemprego alcançaram um ponto central. No ponto de vista Keynesiano,

ao contrário da perspetiva liberal, o desemprego é encarado como uma realidade constantemente na atualidade, sendo o acréscimo do emprego e o decrescimento do desemprego está absolutamente dependente da interferência do Estado, através da criação de políticas públicas que visam a dar respostas a esta situação.

O desemprego nesta perspetiva é resultado da procura atenuada e escassa de bens de consumo, própria de momentos de crise económica e complicada pela estagnação salarial. Esta situação conturbada pode encontrar respostas por meio do incentivo da produção local, bem como em potenciar a remuneração dos funcionários, que impulsionam a busca permanente, permitindo desta maneira a geração de mais postos de trabalho.

Tendo em conta a abordagem acima citada, este mercado de trabalho não se adapta voluntariamente, tal como foi evidenciado pela perspetiva neoclássica. Contrariamente a esta perspetiva, podemos constatar que o Estado desempenha uma função relevante como interveniente e estimulador do desenvolvimento económicos, quer por meio

de políticas públicas, quer por via de investimentos públicos-privados, de maneira a dar respostas a aperfeiçoamento das taxas de desemprego.

O mercado de trabalho pode ser entendido mediante a compreensão e estudo profundo que prestamos às empresas, uma vez que elas são a base fundamental da criação e da oferta de emprego. Sendo assim, é por meio delas que se projetam e se arquitetam o ideal de profissionais que pactuam, bem como as políticas à volta de mão-de-obra que destinam.

Desta forma, o problema da junção mais uma vez aplica-se de forma distinta, uma vez que o ajustamento ou desajustamento relativamente à oferta e procura de emprego sujeita-se claramente a questão da posição da oferta, ou seja, ao absorvimento da mão-de-obra dentro das empresas, depende fortemente da conjuntura económica global, que de certa maneira influencia nos níveis de exigência a adotar por parte dos gestores de recursos humanos destas mesmas empresas.

É de realçar que as abordagens evidenciadas até

ao momento diferenciam-se de maneira clara, relativamente aos aspetos ligados à oferta e a procura de emprego, no mercado de trabalho, a destacar que, se por um lado a abordagem concorrencial encara o mercado de trabalho como sendo um espaço de conflito entre oferta e procura organizado pelo princípio da racionalidade económica, sujeitado pela busca de acérrima de emprego, por sua vez, a abordagem da segmentação encara o mercado de trabalho de maneira contrária daquela que foi evidenciada pela abordagem acima referenciada.

Segundo a abordagem da segmentação, que entende que no atual sistema de mercado existem interesses de alguns capitalistas em manter a mão de obra dividida, o mercado de trabalho é encarado como um lugar fragmentado e dualizado de disposições em que as empresas dominam a contato. Apesar desta abordagem ter surgido numa época em que o problema do desemprego não era tão evidenciado como no presente momento, traz uma grande contribuição no estudo das empresas e das políticas de seleção e recrutamento, como sendo fatores fulcrais para o progresso

do mercado de trabalho, bem como a sua coordenação versus desconexão dos trabalhadores no referido mercado.

A ideia central desta abordagem acima referida reside da ordem da procura de emprego, em que os indivíduos na ânsia de ocupar um lugar (emprego) concorrem com as respetivas potencialidades no mercado de trabalho, sobretudo no que toca às idênticas qualificações escolares, deve-se ter em conta a questão da oferta de emprego.

A abordagem do problema do emprego hoje oferece um panorama distinto em comparação a tempos atrás. O mercado de trabalho atualmente passa a ter a designação de sistema de emprego e essa transformação ocorre porque os agentes e as organizações acabaram por adquirir diferentes significados com o passar dos anos. Entre os elementos que se relacionam com a problemática do sistema de emprego, temos a realçar a estrutura de classe.

Diante do exposto, consideramos que se a perspetiva em análise reconhece o sistema de emprego por meio das instituições, quer do ponto de vista geral e quer do ponto de vista particular, é de fato um lugar organizado

e agregado, afigurando-se desta maneira a perspetiva da Segmentação como uma dos potenciais perspectivas críticas face a abordagem liberal.

Se por um lado a perspectiva neoclássica considerava que a oferta e procura são independentes e a procura sujeitava a oferta, por outro lado na abordagem do sistema de emprego a oferta e procura não são autónomas, uma vez que são encaradas num contexto complexo das relações sociais, que abarcam vários elementos, existindo uma ligação social necessária que organiza o processo no seu todo, isto é, a ligação existente entre trabalho e capital. Nesta lógica, embora permaneça uma ligação constante entre os dois elementos, pelo facto de eles atuarem reciprocamente é notório a hegemonia da oferta relativamente à procura.

Sendo assim, nos encontramos perante uma perspetiva mais ampla que a abordagem da Segmentação, embora dominada por esta e que adote um horizonte multidimensional na sua abordagem sobre o problema em estudo. Isso quer dizer que analisaremos o caso dos jovens roboteiros em Luanda como parte de um segmento

populacional submetido a um desemprego estrutural, precarizado, marginalizado e vulnerabilizado por uma sequência de estruturas político-econômico-sociais que coloca esses jovens migrantes, muitas vezes órfãos, da guerra ou de outros fatores, na situação social em que se encontram, cabendo ao Estado políticas públicas de empregabilidade e inserção social que possam melhorar suas condições de vida.

O mercado de trabalho no contexto angolano: cenário de atuacão dos roboteiros

O mercado é considerado, dentro do sistema capitalista, como sendo uma das instituições de maior importância, tal como o capital, a empresa, o dinheiro e o Estado. Segundo Domingos (2013: 9), os mais importantes mercados são "os mercados de capital, o mercado de trabalho, os mercados produtivos são negociados".

Neste sentido, a demanda e a oferta constituem o instrumento principal dos mercados, uma vez que no

mercado de trabalho, como a demanda quer a oferta, influenciam significativamente os preços do trabalho. A organização do mercado de trabalho apresenta uma forte relação com o grau de desenvolvimento econômico de um país, uma vez que a divisão do trabalho é causada pela expansão dos grandes centros de poderes em zonas com desenvolvimento essenciais. Por outro lado, o papel desempenhado por essas grandes zonas, bem como a aquisição das mudanças tecnológicas pela força de trabalho nas diferentes áreas ocupadas por este sistema económico, vão refletir nos modelos tecnológicos de produção existentes nos mais variados locais.

No contexto angolano, podemos ver que a organização e a dinâmica do mercado de trabalho têm sido estabelecidas pela sua inclusão no contexto da divisão internacional do trabalho, uma vez que a mesma se manifestou como não sendo independente, tal como outros Estados que também vivenciaram a mesma realidade da escravidão e da colonização, bem como as suas particularidades históricas, sociais e econômicas.

Sendo assim, a maneira como Angola integrou-se na divisão internacional do trabalho ocasionou profundamente o desenrolar do seu mercado de trabalho, como sendo não estruturado, onde a estrutura de oferta e a procura da força de trabalho não vai de acordo com os pressupostos capitalistas de produção descritos para os países do Norte global, uma vez que podemos afirmar que este é um problema característico do sistema de produção que baseia-se em conceber uma dualidade sistêmica de maneira a proporcionar uma preferível valorização da mais-valia.

Podemos dizer que o processo de transformação da economia angolana atual é resultado deste legado da expansão do sistema capitalista que o país vivenciou ao longo do seu percurso histórico, voltado a escravidão e colonização, tornado desta maneira numa economia totalmente dependente do seu principal recurso de exportação. Tal como já referenciado no primeiro capítulo deste trabalho, o conflito armado que este país viveu durante aproximadamente trinta anos, a seguir ao processo

de independência, destruiu grande parte das suas estruturas de produção, causando desta forma profundos problemas sociais, principalmente a questão da geração de postos de trabalho.

Sublinhamos que, após o conflito armado, a economia angolana registou um processo de transformações, mas que de certo modo não tem se repercutido na distribuição da renda nacional. Sendo assim, a dependência da economia do país ao setor petrolífero sofreu um grande impacto com a crise econômica de 2008, onde o preço deste principal produto registou baixas consideráveis, o que influenciou drasticamente o ritmo de crescimento que a economia vinha registando antes desta situação.

Nesta perspetiva, estudos levados a cabo pelo CEIC , apontam que o crescimento econômico observado entre 2002-2008 – embora em 2007 e 2008 com uma menor intensidade – foi de natureza essencialmente quantitativa, que beneficiou de uma elevada taxa de poupança global, com incidência nos empréstimos externos e no investimento estrangeiro direto, em particular nos setores do petróleo,

diamantes e construção civil.

Sendo assim, com a situação económica vivenciada em 2009 devido a crise, verificou-se uma baixa acentuada no PIB, realidade esta que veio a melhorar mais tarde, isto até 2013, altura em que se registou a baixa do barril de petróleo no mercado, afetando profundamente a taxa de desemprego neste período em estudo. Ressalta-se que a taxa de desemprego ainda é muito elevada, uma vez que ainda não são contabilizados o trabalho precarizado e outras formas de ocupações nas estatísticas oficiais.

Podemos dizer também que a política de redistribuição setorial levada a cabo no país nos últimos anos não teve grande reflexo no mercado de trabalho, uma vez que não se traduziu em novas oportunidades de trabalho.

Ainda, a redução referente ao domínio da indústria petrolífera, passando as tarefas anteriormente aliadas ao ramo externo para o interno, não produziu impactos relevantes no mercado de trabalho, uma vez que a mesma intenção não se refletiu na redução da taxa de desemprego no país.

A situação atual do mercado de trabalho em Angola é reflexo da sua inclusão na divisão internacional do trabalho, em que a dependência do seu principal produto de exportação no mercado internacional pressiona os outros setores da economia angolana, levando desta forma o predomínio das outras atividades ditas informais. Neste sentido, a questão da informalidade em Angola, tal como já referenciado acima, tem sido o principal mecanismo de amparo para um grande número de trabalhadores, que se encontram excluídos do mercado de trabalho formal. Sendo assim, podemos afirmar que a informalidade é uma realidade bem patente na economia angolana, com grande impacto no seu mercado de trabalho.

Parafraseando Rocha (2014), a exclusão notória de muitos trabalhadores do mercado formal, vai influenciar a dinâmica da organização do mercado de trabalho em Angola, bem como a questão da informalidade, que é de certa maneira o pano de fundo do nosso trabalho. Segundo Domingos et al (2013:15), "os elementos acima referenciados vão permitir a coexistência de dois sistemas:

o formal e o informal, sendo o primeiro regulamentado e pouco dinâmico e o segundo dotado de uma flexibilidade extraordinária".

Vimos também que essa informalidade atuante e central na economia angolana comporta um espectro amplo de atividades, várias delas também exercidas com diferentes graus de heterogeneidade. Portanto, embora os trabalhadores informais em Luanda possuam uma série de características em comum, como a precariedade traduzida na ausência de rendimentos certos, falta de proteção laboral e por vezes perseguição da polícia, existem trabalhadores e trabalhadoras em melhor ou pior situação dentro dessa precariedade, a depender da atividade exercida, do tempo e do local onde a exercem e se possuem ou não os meios e ferramentas necessários para esse exercício. Podemos dizer que, dentre os diferentes níveis de precariedade, a maior parte dos roboteiros encontram-se entre aqueles em pior condição, por difícil que seja realizar tal medida entre grupos privados de direitos básicos, como segurança do trabalho e algum tipo de proteção em situações como

doença ou envelhecimento.

Na discussão sobre os jovens migrantes no mercado de trabalho informal em Angola é fundamental caracterizar certas mudanças que vem acontecendo no contexto global, em particular, aquelas que têm grande impacto no mundo do trabalho. Os problemas da globalização são tidos como sendo o núcleo central deste novo sistema que tem aumentado o grau de interdependência e integração produtiva e comercial entre os diferentes países.

Segundo Dias (2005:16), esse novo modelo de "organização produtiva pautado no capitalismo mundial marca uma nova etapa da sociedade que se configura pela predominância das tecnologias da informação e pela centralidade do conhecimento".

Sendo assim, essa nova transformação social não caracteriza um rompimento, mas sim uma reestruturação das suas circunstâncias de produção. Também de acordo com Dias (2005: 13), trata-se de um "movimento de reestruturação capitalista que acirrando a concorrência no âmbito dos processos produtivos, amplia os mecanismos de

aumento da produtividade e da intensificação do trabalho, provocando mudanças de ordem política, econômica e cultural".

Essas mudanças estruturais permitiram o aparecimento de novos obstáculos no mercado de trabalho, com grandes repercussões na economia nacional. Na sociedade angolana, com a implementação deste sistema económico no país, por volta da década de 1990, observou-se um amplo movimento de deterioração deste mercado, com grandes consequências da reorganização produtiva é sem sombra de dúvidas o agravamento do desemprego aberto, bem como do subemprego qualificado de desemprego pouco perceptível, principalmente para a juventude, representado um motivo elevado de inquietação para a sociedade em geral, face ao perigo que esta situação representa.

O mesmo autor aponta ainda a expressiva presença dos jovens na sociedade, realçando a taxa de desemprego que em consequência do reduzido crescimento da economia angolana têm contribuído na dificuldade de inclusão de jovens no mercado de trabalho, bem como, a insuficiência

de políticas particulares para esta área estratégica, o que de certa forma complica profundamente a situação desta juventude no contexto em análise.

As mudanças que têm sido levadas a cabo no mundo do trabalho em função dos vários fatores conjunturais já referidos, têm se refletido profundamente na vida dos jovens, pelo facto destas transformações constituírem dificuldades de integração deles no mercado de trabalho. Nesta ordem de ideia, com base nos pressupostos evidenciados neste trabalho, podemos mencionar que o desemprego e a precariedade das vagas de trabalho destinados aos jovens, com particularidade do emprego informal precário, manifestam –se nas mais variadas cidades, mas possuem uma concentração notória na capital do país.

Manifestando o debate do ponto de vista não idêntico da juventude, Samba (2018:82) realça que, em Angola, apesar da etapa de vida juvenil estar presente em todas as classes sociais, a forma de vivê-lo não acontece de forma idêntica, e um dos espaços onde se manifesta profundamente essa diferenciação é o mundo do trabalho.

O mesmo autor estuda a composição dos desempregados em Angola e realça que a crise do emprego alcança centralidade dentre os temas abordados nas discussões a volta dos principais problemas do momento, em que o país regista taxas elevadas de desemprego com maior incidência para os jovens, que procuram nos grandes centros urbanos oportunidades com vista a satisfação das suas necessidades.

Sendo assim, podemos analisar que, com a alta dimensão do desemprego, compreende-se que a situação dos desempregados afeta as várias parcelas da força de trabalho, bem ao contrário do que se constata nos tempos passados, quando o desemprego se mencionava essencialmente ao trabalhador com reduzido grau académico e com pouco percurso de trabalho.

Neste sentido, Samba (2018: 14) aponta que a crise não constitui que o fenômeno do desemprego alcance de maneira idêntica a força de trabalho no seu todo. Sendo assim, existe grupos sociais considerados mais vulneráveis, que representam a maior probabilidade do desemprego.

O desemprego neste grupo em análise na visão o autor, alcança índices sem precedentes na história do país e que "as ocupações que restam aos jovens são, no mais das vezes as mais precárias, em postos não-assalariados ou sem registro formal. Tal como evidenciado pelo autor, a realidade angolana não foge à regra, uma vez que, esse grupo social também é visto como um dos mais vulneráveis da população ativa em Angola.

Os vários autores que abordam a questão da empregabilidade juvenil em Angola levantam inquietações bastante pertinentes, relativas à relação entre a qualificação dos jovens e o mundo do trabalho.

Tendo em conta as inquietações levadas por estes estudiosos angolanos, podemos constatar que os grandes problemas se referem entre aqueles grupos que se encontram profundamente em grandes situações de vulnerabilidade, compreendendo assim, aqueles que estão na total inatividade, bem como aqueles que se encontram fora da escola e sem vontade ou condições - materiais, físicas ou psicológicas para encontrar um emprego. Desta

forma, a dificuldade principal reside na qualificação destes jovens.

Ainda de acordo com este assunto, notou-se que as dificuldades vivenciadas por estes jovens para se integrar no mundo do trabalho são diversas, ou seja, uma vez que o carácter do desemprego é heterogênea, encontram-se aqueles que precisam de uma certa formação, mas que necessitam de experiência de trabalho, bem como aqueles que se encontram nesta situação de desempregados pelo facto de serem bastante cautelosos na busca pelo emprego, também devido às condições em que esse existe, quando existe.

Na perspetiva de Rua (1998), citado por Dias (2005: 20), ao analisar a realidade brasileira, em alguns pontos comparáveis à angolana, realça que:

> "A exigência dos empregadores acerca de experiência de trabalho marca um posicionamento bastante estranho: o investimento em educação e em capacitação profissional é bastante reduzido no Brasil e no entanto, exige-se experiência de tra-

> balho para o que não são oferecidas oportunidades" (Dias, 2005:20).

A realidade apontada por Rua e Dias se assemelha ao nosso contexto angolano, neste sentido Samba (2018: 64) aponta que nas novas exigências do mundo de trabalho, a escolaridade é apenas mais um critério entre outros – como idade, idioma, conhecimento específico, conhecimento geral, competências – para os processos seletivos, devido à grande mão-de-obra para poucos postos de trabalho.

Dizemos que o trabalho informal tem registado um aumento considerável, desde os anos 90, ainda que escasso para responder à demanda destes jovens. Desta forma, podemos constatar que há um número elevado de postos de trabalho no mercado informal que são precários, caracterizando-se por poucos rendimentos, instabilidade e elevadas horas de trabalho, bem como a falta de proteção social para os envolvidos nestas atividades informais.

Em função da realidade do mundo do trabalho atual, há uma grande necessidade em prestar a máxima atenção aos grandes problemas vivenciados pelos jovens

angolanos, uma vez que o presente modelo ocupacional dos jovens no país aponta para um quadro bastante grave da situação de vulnerabilidade e fragmentação social originados pelas políticas macroeconômicas levadas a cabo pelo governo, que de certa forma são adversas ao mercado de trabalho.

O desemprego no seio dos jovens surge como um dos grandes problemas da integração deles no mundo do trabalho, pois a situação de carência de empregos, em função do enorme excedente de mão-de-obra, coloca estes jovens numa situação difícil.

Políticas sociais de formação e geração de emprego para os jovens em Angola

No presente item procuramos abordar as políticas de formação e geração de emprego para os jovens em Angola, como forma de caraterizar os mecanismos de formação dos jovens que se encontram no desemprego, levados a cabo pelo governo angolano, de maneira a potenciar os referidos

jovens de forma a inverter tal situação a que se encontram, uma vez que a taxa de desemprego no nosso país nessa faixa etária tem se situado nos últimos anos entre os 45% e 48% (Governo de Angola, 2018).

Em Angola, a população acima de 35 anos de idade tem apresentado índices elevados de emprego, em comparação com a população mais jovem, que apresenta taxas elevadas de desemprego. A população desempregada, encontra-se constituída por aqueles indivíduos que não encontram trabalho, apesar de estarem prontos para tal.

Estão nesta situação referenciada acima cerca de 1.739.946 indivíduos, representando uma taxa nacional de desemprego de 24%, com grande realce para jovens com idades compreendidas entre os 15-24 anos, caracterizando 18,2%, num universo de 4.684.938 jovens nessa faixa etária (INE, 2016). É necessário recordar que os resultados do censo da população realizado em 2016 pelo INE, a província de Luanda apresenta a maior taxa de desemprego do país, com uma taxa acima dos 30%, seguido das províncias Lunda Norte e Lunda Sul.

Contudo, as transformações profundas que o mundo do trabalho tem vivenciado, obrigam os estados a envidar um conjunto de esforços, de maneira a se criar estratégias de geração de empregos, permitindo desta forma a inclusão da população jovem que se encontra excluída do mercado de trabalho formal. Sendo assim, podemos afirmar que o trabalho desempenha um papel fundamental na estruturação de qualquer sociedade e na integração dos seus membros, uma vez que permite ou possibilita o homem a se ajustar numa determinada sociedade.

As alterações profundas que surgiram no mundo do trabalho contribuíram para que um número considerável de indivíduos ficasse excluídos do trabalho assalariado, o que favoreceu a reinvenção de uma nova forma de cooperativismo com grande notabilidade global, o denominado movimento da economia solidária, de maneira a dar resposta a esta situação provocada pelas transformações ocorridas no mundo do trabalho.

No contexto angolano, o trabalho informal representa um papel indispensável na vida da população

em geral e dos jovens em particular, representando uma condição fundamental deste grupo significante da população angolana que encontram nesta atividade o principal recurso para garantir a vida.

De acordo com o Plano Nacional de Desenvolvimento (2018:187), define um plano de emprego a ser projetado num curto espaço de tempo, com vista a o problema da informalidade em Angola, bem como levar acabo um processo amplo de formalização das atividades informais, de maneira a garantir melhores condições de trabalhos para todos, com base nas orientações da Organização Internacional do Trabalho.

De maneira a dar resposta a esta situação, o Estado angolano criou a Lei de Base do Sistema Nacional de Formação Profissional, Lei n.º 21A/92 de 28 de Agosto, que afirma o seguinte:

> "Considerando que a formação de trabalhadores qualificados constitui fator determinante para o desenvolvimento económico e social, assumindo uma importância estratégica face às condições atuais que o País

> atravessa, criou-se o Sistema Nacional de Formação Profissional que enquadra e regulamenta as diferentes atividades a desenvolver nesse domínio" (MAPTSS, 2008:1).

De acordo com a informação acima citada, pode-se apreender que nesta área da formação profissional, o Governo angolano pretende levar a cabo um conjunto de políticas sociais do emprego e de formação profissional, de maneira a acompanhar as dinâmicas do mundo de trabalho, executando desta forma investigações sobre um conjunto de ações ou políticas sociais de formação de maneira a responder às expetativas de crescimento do país e da mão-de-obra especializada.

Sendo assim, o Sistema Nacional de Formação Profissional (SNFP), aprovado pelo governo angolano, é uma ferramenta que tem como linha mestra assegurar a formação profissional dos trabalhadores angolanos, de ambos os sexos, que requerem os programas de desenvolvimento regional (MAPTESS , 2008:21).

Por outro lado, salientamos que o Plano Nacional

de Formação Profissional emerge pelo facto da problemática do emprego ser um alvo estratégico que deve ser abraçado pelo Estado e para o alcance dos seus resultados implica uma ação coordenada com os vários atores, bem como a coordenação das políticas levadas a cabo pelo governo, de maneira a dar respostas aos propósitos pela qual foi elaborada. Desta forma, o presente Programa Nacional do Emprego e Formação Profissional apresenta as seguintes linhas orientadoras:

- Melhorar quantitativa e qualitativamente a formação inicial e contínua, e promover o desenvolvimento dos recursos humanos para reforço da empregabilidade;
- Aumentar os níveis de escolaridade e qualificação profissional dos ativos através de ações tendentes à melhoria do sistema de educação e formação profissional;
- Reforçar a aplicação das políticas, medidas e programas de emprego com a participação ativa

dos vários sectores económicos e parceiros sociais;

- Desenvolver a iniciativa e o espírito empresarial para incremento das possibilidades de criação de emprego e das capacidades e competências da classe empresarial (Empreendedores;
- Reforçar a igualdade de oportunidades priorizando medidas e programas conducentes à inserção socioprofissional, à justiça social e à inserção no mercado de trabalho dos segmentos da população mais desfavorecida.

Salientamos também que no referido programa, os níveis de formação vão do primeiro ao quarto nível. Tendo em conta este aspeto, podemos dizer que a base do Sistema Nacional de Formação Profissional (SNFP) está estruturada com o Ensino de Base Regular e o Ensino Técnico Profissional.

Desta forma, os Centros de Formação Profissional desempenham um papel fundamental na implementação

deste projeto de formação profissional, uma vez que é responsabilidade destes centros garantirem uma formação completa aos jovens e não só, de maneira a possibilitar a inclusão deles na sociedade, alterando assim a situação social em os mesmos se encontram. Sendo assim, de maneiras a garantir a execução e acompanhamento das Políticas Públicas de Formação Inicial e Contínua da População em idade de trabalhar, bem como também a execução das políticas relativas à organização do mercado de emprego, o governo, ao abrigo do Diploma nº 1228/15 de 2 de junho, criou-se o INEFOP , com as seguintes atribuições expressas no artigo 5o. deste decreto:

- Assegurar a execução das políticas sobre a organização do mercado de trabalho e formação profissional;
- Assegurar a coordenação dos sistemas nacionais de emprego e formação profissional e sua articulação com o sistema de educação;
- Promover a divulgação e o conhecimento dos

programas públicos de emprego e formação profissional;

- Participar na organização do mercado de emprego com vista a valorização socioprofissional dos recursos humanos a nível nacional;
- Promover as atividades que visam a certificação de competências profissionais em cooperação com as entidades empregadoras, representações profissionais e outras;
- Promover e assegurar a igualdade de oportunidades no acesso à informação, orientação e formação profissional e ao emprego, especialmente aos jovens e outros grupos sociais mais vulneráveis;
- Contribuir para a melhoria da produtividade das empresas mediante o apoio a realização de programas e ações de formação profissional inicial e contínua da mão-de-obra nacional nas diversas modalidades e nos diferentes níveis

de qualificações;

- Colaborar na definição e avaliação das políticas sobre a organização do mercado de emprego e formação profissional, em articulação com os órgãos competentes;
- Apoiar e executar programas e ações no domínio da reabilitação profissional e prestar colaboração com as entidades que realizam projetos e atividades neste âmbito;
- Propor, orientar e acompanhar a execução de programas conducentes a preparação de formadores e gestores de instituições no âmbito do sistema de formação profissional;
- Conceber, aplicar e desenvolver programas e ações de formação profissional em coordenação com as organizações empresariais e demais parceiros económicos e sociais;
- Propor, orientar e acompanhar a execução de programas no âmbito dos sistemas de emprego e de formação profissional;

- Estabelecer relações de cooperação e de intercâmbio, com entidades congéneres de outros países, com vista a adoção de medidas para a melhoria do desempenho dos sistemas nacionais de empregos e de formação profissional;
- Atuar nas diversas competências emanadas pela lei.

Atendendo às atribuições acima referenciadas, podemos ver o grande papel que o governo atribuiu ao INEFOP, na consecução dos objetivos da formação profissional dos jovens angolanos, de maneira a proporcionar aos mesmos melhores condições de vida e de trabalho. Sendo assim, para esta empreitada, o INAFOP controla 141 centros públicos de formação profissional em todo país, enquanto outros 35 centros de formação profissional, encontram-se sob tutela de outros organismos (MAPTSS, 2017).

Relativamente a cidade de Luanda, o INEFOP

dispõe de 35 centros de formação profissional controlados por si, 15 centros públicos de outros organismos, quatro centros de integração especial de formação profissional (CIEFP), quatro centros móveis, 14 pavilhões e 301 centros privados, fazendo um total de 351 centros de formação profissional (MAPTSS, 2017 :15).

Apontamos que, do 1º Semestre de 2013 a 1º trimestre de 2017, registou-se um crescimento exponencial dos centros de formação profissional, passando de 541 para 635, sendo este crescimento possível graças à construção de vários centros de formações, tendo em conta as políticas públicas levadas governamentais e o grande empenho empreendido pelo sector privado neste período em estudo.

Com base no plano acima citado, pode-se observar que existe um grande interesse do governo angolano relativamente ao investimento nos recursos humanos, até mesmo porque a informalidade implica também na perda de grandes volumes de arrecadação tributária, além dos problemas sociais derivados da pobreza, interesse governamental este demonstrado com a criação de um

conjunto de diplomas que ajudam a alicerçar esta intenção do governo. Neste sentido, foi visível a execução de projetos com vista a consecução das políticas direcionadas à formação profissional de forma a dar respostas ao problema do desemprego que afeta principalmente os jovens.

É de realçar ainda que a intenção do governo em potenciar o capital humano deste país pode não ser suficiente, caso não haja de facto um compromisso real de acabar com desemprego que de certa maneira condiciona a população em idade ativa de desempenhar a sua função de cidadania na sociedade, afastando-os assim da vida social.

Diante das situações referidas, acreditamos que a formação profissional que é administrada nos mais variados centros de formação profissional, sobretudo, as formações profissionais dadas pelos centros controlados pelo INEFOP, representa a vontade do governo angolano em abrandar o desemprego de curta e longa duração, não sendo uma solução como tal, uma vez que grande parte dos jovens que cursaram nos referidos centros de formação profissional acabam não sendo absorvidos no mercado de trabalho,

situação que nos leva a questionar a falta de coordenação da concessão das referidas ofertas formativas e os propósitos reais das carências verificadas no mercado de trabalho.

De acordo com Félix (2021):

> "Há muitos aspetos a serem melhorados para que tais cursos constituam em uma resposta ao problema de desemprego dos jovens, sobretudo no que diz respeito a divulgação das políticas ativas de emprego e formação profissional que há no país, pois nem todos os jovens têm conhecimento da existência dos antigos e novos centros de formação profissional criados pelo Estado e que estão sob a tutela do INEFOP, uma vez que poucos jovens vão aos centros privados por serem muito elevados" (Félix, 2021 :133).

Importa sublinhar que, até a presente data, o setor privado tem se destacado em relação ao público em vários sentidos, uma vez que este sector tem respondido as expetativas em termos de oferta no mercado de trabalho. Pensamos que para o alcance dos objetivos traçados,

o governo deveria aprofundar ainda mais os aspetos ligados à promoção e difusão da educação financeira e empreendedorismo, uma vez que grande parte dos jovens que frequentam tais cursos não dominam estes conhecimentos. Ainda nesta linha de ideia é fundamental a criação de mecanismos funcionais de inclusão dos jovens formados nestes centros.

Desta forma, de maneira a garantir melhores condições de vida e dignidade para os jovens, o Governo de Angola lançou a política de formação e geração de emprego, de maneira a possibilitar a integração dos jovens no mundo trabalho. Desta forma, apegando-se ao Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022, podemos observar que o mesmo plano procura "Promover o ingresso destes jovens e não só no mercado de trabalho de forma qualificada, garantindo assim a valorização dos quadros nacionais" (PND, 2018:187).

O referido plano pretende ainda promover o emprego dos jovens, combater o desemprego de longa duração de adultos, promover a igualdade de género no

acesso ao emprego, incentivar a criação de condições adequadas de trabalho e promover novos modelos de organização do trabalho, nomeadamente no sector formal.

No entender de Félix (2021: 91), trata-se ao que parece de outras práticas que conferem legitimidade a outros modos de uso do trabalho e que acaba por estender algumas das lógicas do menos pior ou do que "é melhor que nada" a todo um novo conjunto de auxílios, bolsas, clientelas, filantropias ou responsabilidade social das empresas, programas de todos os tipos que com graus variáveis de sucesso que acabam por redefinir velhas formas em uma nova tessitura, com um novo componente bastante transversal: as novas combinações e negociações entre ilegalidades e violências e ilegalidades que redesenham as formas de vida social da população pobre nas periferias das cidades.

Trata-se de uma realidade que na óptica desta mesma autora (Félix, 2021: 192) parafraseando Guimarães (2004), considera como a proliferação dos aspetos de sub aproveitação do trabalho representado no elevado número

de pessoas desempregadas, nas mais variadas maneira, afetando assim os indivíduos diferente da sua idade, habilitações literárias , entre outros aspetos.

Sendo assim, as complicações que envolve este trabalho, nomeadamente a zunga, os roboteiros, os candongueiros, os lavadores de carros, bem como as kinguilas, refletem a desregulamentação do trabalho e da precarização em que os mesmos estão inseridos.

Nesta perspetiva, o trabalho informal fruto da sua complexidade, tem levado várias organizações a procurar soluções ideias para lidar com este problema. Neste sentido, a União África estabeleceu como agenda do seu programa a melhoria das condições de vida das populações, por meio da implementação de um trabalho digno.

Por outro lado, a mesma organização apelou aos membros a criação de políticas que visa a fomentar o empego, principalmente no seio da juventude, uma vez que estes jogam um papel importante no desenvolvimento do continente. Neste sentido, o setor informal tem sido, encontrar vias para ajustar este setor tem sido a aposta desta

organização nas suas agendas de trabalho.

Ainda neste aspeto, o PND, na sua linha 328, realça a Agenda das Nações Unidas número 2030, que estabelece um conjunto de metas para se inverter esta situação em que se encontram um número significativo de pessoas, tendo estabelecido a promoção de ambiente de trabalho digno para todos, com base na criação de políticas de fomento ao emprego. Neste aspeto, temos a destacar o apelo ao empreendedorismo, como base aos incentivos de geração de empregos, bem como velar pela proteção deles.

Podemos dizer que estas estratégias acima referenciadas podem ser encaradas na oportunidade de superação da pobreza através do desenvolvimento econômico bem como das políticas públicas, direcionadas para baixar as deficiências da atividade do processo económico.

Outro Programa a destacar no presente trabalho trata-se do programa de Promoção da Empregabilidade realizado pelo Governo angolano, com objetivo de valorizar mais a mão de obra nacional qualificada, priorizando a

criatividade, o empreendedorismo e o talento, como forma de impulsionar a economia no nosso país.

Com este programa, prognostica-se o acréscimo das ações levadas a cabo pelo conjunto dos centros de emprego espalhados por todo o país, possibilitando o acesso das populações e impulsionando uma melhor harmonização dos aspetos relacionados com a oferta e procura de emprego, permitindo a integração dos jovens, por meio de ajuda à iniciativa e ao reforço de capacidades e ajuda a criação de pequenos negócios, de maneira a criar oportunidade de geração de emprego em Angola.

A implementação do PAPE em Angola, visa a fomentar o autoemprego no seio das populações, especialmente os jovens, incentivar o empreendedorismo, promover estágios profissionais e capacitações de maneira a permitir a integração da população jovem no mercado de trabalho. Importa realçar que para a efetivação deste programa de empregabilidade. Neste sentido, a sua materialização efetiva implica o esforço de um conjunto de entidades ou ministério, com a fiscalização de outros órgãos

competentes do Estado.

Fazendo uma breve análise ao programa acima referenciado, podemos ver que o mesmo é muito agradável superficialmente, porém na prática poucos são os jovens em situação de desemprego que acabam por beneficiar-se das referidas ações de integração dos mesmos na vida ativa na procura do seu primeiro emprego,

Sublinhar que grande parte dos jovens desempregados em idade para trabalhar, não apresentam qualificação para tal, situação que coloca os mesmos numa posição de precariedade e na ausência de mecanismos de proteção que lhes possibilita sair deste estado de vulnerabilidade em que se encontram e integrá-los na sociedade, permitindo-lhes uma inclusão no mercado de trabalho de maneira a garantir a sua sobrevivência e adquirir melhores condições de vida.

Fazendo uma apreciação rápida de alguns programas de geração de emprego e renda propostos pelo governo angolano, observou-se que os mesmos não abarcam na totalidade os jovens que se encontram na situação de

desempregados, particularmente aqueles jovens que não tendo os requisitos exigidos por parte dos bancos e outras instituições voltadas ao apoio aos projetos de geração de empregos e rendas, acabam por encontrar grandes obstáculos, levando grande parte desses jovens a desistir de tais programas. Principalmente, novamente, jovens migrantes das zonas rurais, órfãos de guerra ou da pobreza, com baixíssima ou nenhum grau de escolaridade.

É de realçar ainda que apesar dos constrangimentos referenciados a juventude angolana tem estado no centro das políticas do Estado, pelo facto de considerar este segmento como sendo os principais propulsores da mudança e do desenvolvimento deste país.

Sendo assim, apesar de todo o esforço empreendido no tocante a formulação de um conjunto de normativos voltados à formação e empregabilidade dos jovens, até ao presente momento da realização deste trabalho, podemos constatar que o problema do emprego no país continua a representar um grande desafio, visto que a realidade económica que o país viveu e ainda continua a viver,

arrastou um número considerável de cidadãos nas fileiras do desemprego, com maior destaque aos jovens.

Atendendo aos pontos acima referenciados, é fundamental que o governo angolano realize esforços de maneira a ajudar a consolidação destas atividades, por meio dos ministérios do comércio e da família e promoção da mulher, bem como outros organismos, de forma a acelerar a efetivação das políticas de proteção social para estas populações envolvidas nestas atividades.

Contudo, entende-se que este instrumento social deve basear-se em aspetos reais e universais que originam o conhecimento dos atores envolvidos nessa atividade informais da venda ambulante. É ainda essencial o reconhecimento destes atores para elaboração de uma base de dados nacional capaz de reconhecer a população envolvida nesta atividade, para que desta maneira se criem políticas para se superar esta realidade. Nesse aspecto, esperamos contribuir com a presente tesse.

Capítulo 2

CONTEXTUALIZAÇÃO DO CAMPO DE INVESTIGAÇÃO

Breve caraterização histórica e sociodemográfica de Angola

A realização de uma breve caracterização histórica sobre o território de Angola, espaço onde se desenvolveu este estudo, é indispensável para a compreensão dos fatores que contribuíram significativamente para a estagnação económica, bem como na destruição da cadeia produtiva do país, comprometendo desta maneira a geração de empregos dignos para a juventude angolana, contexto este que afeta tão duramente os roboteiros. Assim, o nome Angola tem as suas origens na palavra Ngola, título que era atribuído aos soberanos do Estado ou reino do Ndongo. Este reino compreendia os territórios de Anzele, Ambaca e Pungo Andongo, isto é, as províncias atuais do Bengo, Malange, Kwanza Norte e Kwanza Sul, durante a etapa inicial do processo da expansão portuguesa no território do Ndongo, isto no século XVI.

Segundo Samba (2018: 171), "O termo Ngola tem origem no termo Ngolo, que na língua do povo Ambundo

(kimbundo) significa força, que tem significado parecido na língua Kikongo". Ainda na visão deste autor, foi deste termo que os portugueses depreenderam que Ngola era aquilo que tinha força, o poderoso, passando a chamar a região desta terra do Ngola, terras d´Angola. É de realçar que esta denominação atribuída pelos portugueses na altura, propagou-se ao longo de toda a colónia e começou a ser usada nas cartas colónias durante o século XIX.

Como é sabido, Angola foi uma colónia portuguesa durante muitos anos. A presença portuguesa neste território de Angola data de 1482, quando uma comitiva portuguesa chefiada por Diogo Cão chegou na foz do rio Zaire, estabelecendo os primeiros contatos com os povos do antigo reino do Congo.

Relativamente a problemática da ocupação do território de Angola pelos portugueses, os documentos históricos ressaltam que, dos primeiros contatos à colonização, sucederam muitos demorados anos, e que segundo Vieira (2007:31) considera que "o período da conquista do território angolano nunca foi pacífico, uma vez

que as populações angolanas sempre resistiram à dominação colonial". Desta forma, o autor ressalta que:

> "Os portugueses durante os cinco séculos da sua permanência em Angola, sempre tiveram de se confrontar com a rebeldia ou com a insubmissão dos grupos de naturais. Estas confrontações assumiram maior dimensão e significado a partir dos finais do século XIX, quando Portugal se lançou na ocupação do interior e começou de facto o período da dominação colonial" (Vieira (2007: 31).

O território de Angola localiza-se na zona da África Austral, com uma superfície territorial de 1.246.700 quilómetros quadrados, sendo duas vezes maior do que o território francês e catorze vezes maior que o território português. Angola faz fronteira a Norte com o Congo Democrático, a Leste com República da Zâmbia, a Sul com a República da Namíbia e ao Oeste com o Oceano Atlântico. A sua população é formada na sua maioria pelo grupo bantu (Bakongo, Ambundu, Lunda, Cokwe, Baluba,

Ovimbundu, Ngangela, Helelo, Nyanyeka, Kwanyama e Xindonga), provenientes do Vale médio do rio Benué, afluente do rio Niger, situado entre os territórios dos Camarões e da Nigéria. Por outro lado, há também presença no território angolano dos grupos não bantus ou pré bantu. Nesta perspectiva Samba (2018) considera que:

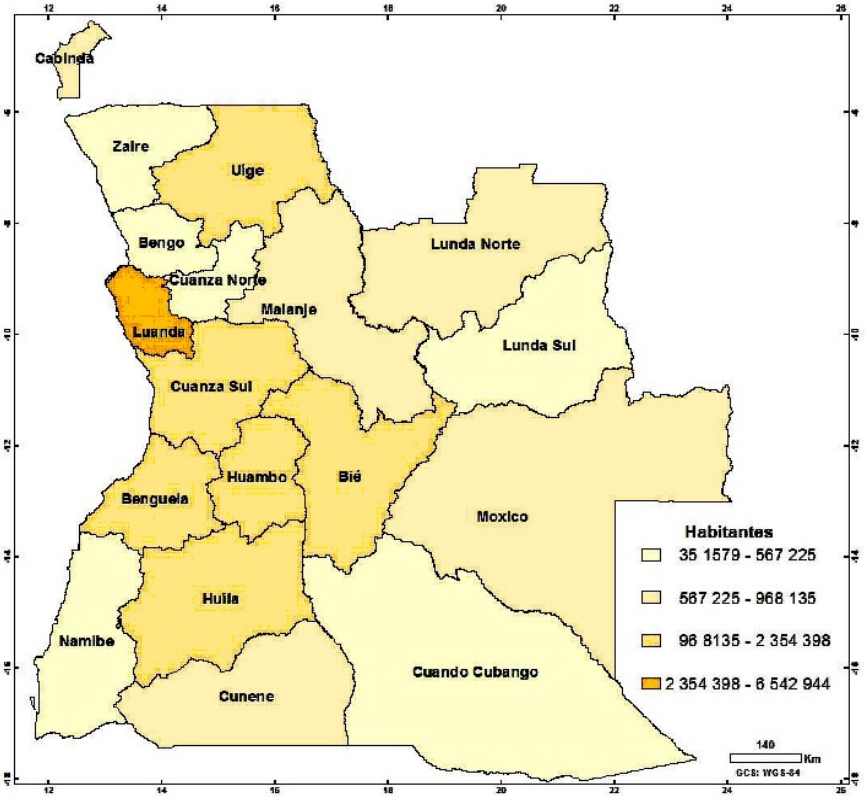
> "A diversidade cultural que caracteriza o país nas suas diferentes dimensões de vida - referentes aos costumes, às tradições, aos hábitos entre outras- também se expressa na sua dimensão linguística, visto que o país apesar de ter o português como língua oficial, conta ainda com uma variedade de línguas nacionais. Desta forma, o Umbundu, Kimbundu, Kikongo, Tchokue e Nganguela, são as mais faladas, o que faz com que o país seja considerado plurilíngue" (Samba, 2018:29).

Quanto à situação climática, o território angolano apresenta um clima tropical que se caracteriza como sendo húmido e seco e que se altera pelas latitudes. Pelas suas

particularidades, encontra-se dentre os países africanos mais ricos do abaixo do Sahara, formando um cenário contraditório visto que esta riqueza não se manifesta quer no aumento da qualidade de vida para a maioria de sua população, quer nos serviços postos ao dispor do povo.

Administrativamente, o país é formado por 18 províncias, perfazendo um total de 164 municípios e 556 comunas. O mesmo tem como capital a província de Luanda, construída no ano de 1575.

Figura 1.1. Mapa de Angola

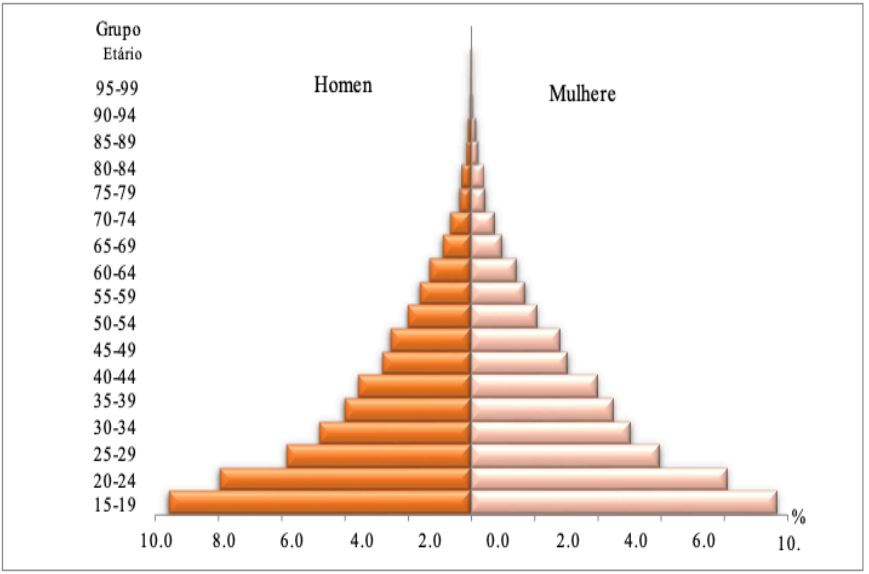


Fonte: INE, 2014.

O regime atual é o presidencialismo, sob regime político de uma democracia parlamentarista. O kwanza é a moeda nacional. A religião predominante é a catolicismo,

com 41% praticantes, seguida pela protestante, com 38% de praticantes no país, sendo 12,3% da população sem religião (INE, 2018). Por conseguinte, os dados definitivos do primeiro censo populacional, realizado em 2014, apontam que a população angolana ronda os25.789.024, dos quais 63% da população reside na cidade. O mesmo censo aponta que 12.499.041 pessoas são do sexo masculino enquanto que 13.289.983 são do sexo feminino. Ainda segundo os mesmos dados do censo, a taxa de crescimento nacional da população angolana é de 3,3 % por ano, apresentando uma densidade populacional de 23 pessoas por km quadrados, apresentando uma distribuição etária em que 47% estão entre os 0- 14 anos, 65% da população entre 0-24 anos, enquanto 2% da população compreende a faixa etária de 65 anos em diante, conforme demonstra o gráfico abaixo.

Figura 1. 2 – Estrutura etária da população por sexo, 2014

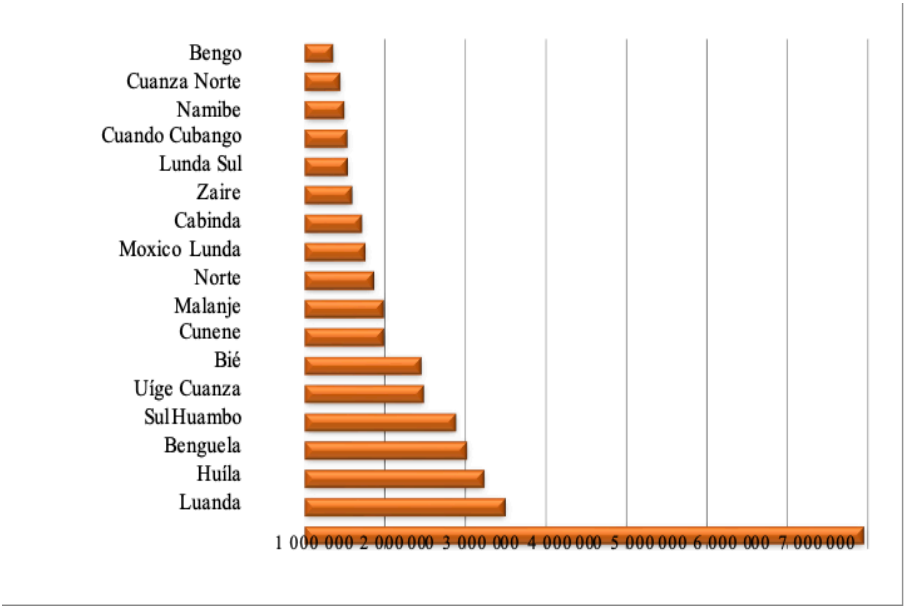


Fonte: INE, RGPH 2016.

Com base a estas informações levantadas pelo censo, pode-se dizer que estamos diante de um país bastante jovem, com alta taxa de natalidade e uma esperança de vida da população compreendida aos 60,2 anos, sendo 63 para as mulheres e 57,5 para os homens. Neste sentido, o referido estudo apontou ainda que dentre as províncias mais habitadas, a província de Luanda destaca-se com 6.945.386

habitantes, seguindo as províncias da Huíla com2.497.4222, e de Benguela com 2.231385, onde as mens habitadas são as províncias do Namibe, com 495.326 habitantes, a província do Cuanza Norte, com 443.386, e do Bengo, com 356.641 habitantes. Seis anos após a realização do censo, a população angolana hoje ronda os 31 milhões de pessoas (Censo, 2014), tal como ilustra o gráfico abaixo.

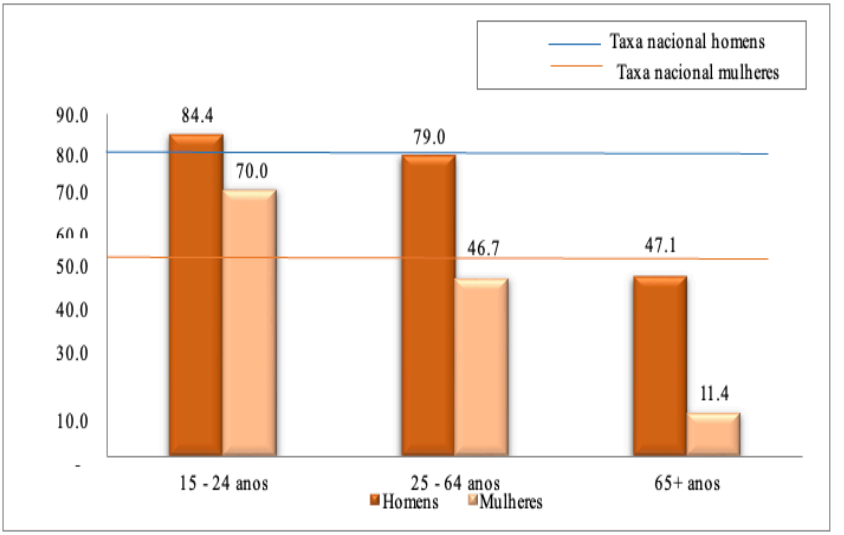
Figura 1. 3 - População por província, 2014



Fonte: INE, 2016.

No que diz respeito a taxa de analfabetismo, segundo os dados do censo realizados em 2014, aponta que, relativamente à população compreendida entre 15 ou mais anos, os que não sabem ler nem escrever rondava aos 66%, perfazendo um total de 41% nas zonas urbanas e um total de 79% nas zonas rurais. Relativamente à população idosa, pode-se observar, que 27% desta faixa etária sabe ler e escrever, tal como ilustra o gráfico abaixo.

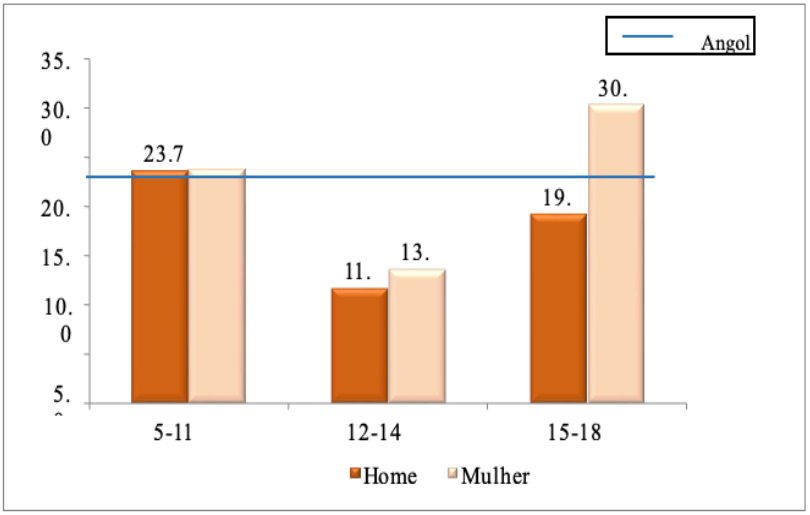
Figura 1.4- Taxa de alfabetismo na população com 15 ou mais anos segundo grupos de idade



Fonte: INE, 2016.

As informações levantadas pelo IIMS no período de 2015- 2016 dão conta de que 62% dos homens e 42% das mulheres, a partir dos quinze anos de idade, finalizaram ao menos o ensino primário. A percentagem da população na faixa etária dos 18 anos ou mais sem nenhum grau de escolaridade rondava aos 48%, demonstrando de facto no seio desta população um reduzido índice de escolaridade, quando comparada com a percentagem da população compreendida entre os 5 aos 18 anos, onde os dados do Censo realizado em 2014 apontam que apenas 22% se encontram fora do sistema de ensino, tal como ilustra o gráfico que se segue.

Figura 1.5 - Proporção da população com 5-18 anos fora do sistema de ensino, segundo grupos de idade e sexo, 2014



Fonte: INE, RGPH 2016.

Quanto à questão do desemprego em Angola, os resultados do estudo levado a cabo para aferir a questão do emprego em Angola (IEA), apontaram que 31,8% da população, sobretudo jovens, encontrava-se desempregada. Esta situação de desemprego referido neste inquérito demonstra as grandes dificuldades que a juventude angolana atravessa, o que tem levado grande parte desses jovens a

recorrer ao mundo do trabalho informal.

É de referenciar ainda, que a maior parte desta concentração populacional está mais concretamente na região Norte, bem como nos territórios situados ao litoral, visto que estas foram pouco assoladas pelo conflito armado que destruiu o país por mais de trinta anos.

Do ponto de vista sociopolítico o território angolano, durante os anos de 1960, foi caracterizado por um amplo movimento contra o colonialismo, que terminou com a Proclamação da Independência de vários países africanos. Neste contexto, com o eclodir do conflito armado, notou-se um acréscimo expressivo de valores políticos que fomentaram o nacionalismo em todo o espaço do país. Nesta perspectiva, Vieira (2007) reforça que:

> "As raízes do nacionalismo angolano não nascem na década de 1960, elas têm as suas premissas históricas desde os tempos remotos da ocupação do território angolano pelos portugueses e das lutas levadas a cabo por resistentes Angolanos nos séculos XVI a XIX, tais como Nimi-ya Lukeni, Ngola Kiluanji,

> Nzinga Mbandy, rei dos Bailundos e tantos outros" (Vieira, 2007 :61).

Desta forma, num período mais recentemente Filho (2019 :54) assegura que "a finalidade desses movimentos consistia em reivindicar a liberdade dos povos oprimidos, o que os levou a se organizarem em grupos e a fazerem diversas manifestações nacionalistas, principalmente a partir da consolidação da colonização portuguesa".

Nesta linha de pensamento, podemos caracterizar a década de 1950, como sendo de grande impulso para o nacionalismo africano e angolano em particular, visto que nesta década, no contexto angolano, deu-se a formação de vários movimentos políticos e lutas pela independência, como já se referenciou neste trabalho.

A luta pela independência do território angolano foi levada a cabo por três movimentos políticos, que de certa maneira manifestavam ideologias diferentes, dentre os quais temos a destacar a UPNA, movimento criado no ano de 1954, organização que mais tarde transformou-se em União do Povos do Norte de Angola (UPA), tendo

designando-se em 1962 como Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA). Ainda neste mesmo período, surgiu o MPLA, Movimento este, criado em 1956, após a junção de outros movimentos patrióticos escondidos, dentre os quais o Partido Comunista Angolano (PCA), criado em 1955, e o Movimento de Independência Nacional Angolano (MINA).

Em 1966, surgiu a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), criada pelo Jonas Savimbi, fruto do desentendimento que se instalou com o então líder da FNLA, onde este exercia a função de Ministro dos Negócios Estrangeiros, no governo do GRAE.

O aparecimento destas organizações políticas em Angola na visão de Filho (2019:68), pode ser observado tendo em conta a ligação destes movimentos com os diferentes grupos linguísticos e as inerentes diferenças sociais e culturais de cada grupo. Pode-se verificar uma divisão destes movimentos, a partir das suas proveniências étnicas e consequentes antagonismos culturais e sociais, particularmente visíveis através das elites que fugiram para fora de África, dos que permaneceram no país e daqueles

que se refugiaram no antigo território do Zaire.

Ainda segundo este autor, no período de 1960 até 1970, o relacionamento externo passa a ser o instrumento basilar na estratégia destas organizações políticas, porque estavam em fase embrionária e sem bases suficientes para lutar isoladamente contra o regime colonial que vigora na altura. Neste período de florescimento dos Movimentos, o mundo enfrentava uma divisão política, submetendo as suas perspetivas ideológicos como fator para garantir os apoios das grandes potências (p.69). Neste contexto, constatou-se que estes movimentos criaram ligações com as potências capitalistas e comunistas da época, como forma destes movimentos viabilizarem seus planos.

Nesta linha de pensamento, Nguluve (2010: 28) afirma que "durante os catorze anos de luta contra o colonialismo (1961-2974), os movimentos, além de lutarem contra o colonialismo, inimigo comum, também procuraram separar-se, passando a ver no outro um segundo inimigo em potência e que, portanto, deveria ser combatido e posto fora do poder" Neste sentido, .Pode-se constatar,

que durante o conflito, cada movimento diligenciou reunir os seus soldados nas diferentes áreas em que o combate era transportado, bem como recrutar jovens militares no interior e no exterior.

É de realçar ainda que, no período que precedeu a independência, a situação do processo político angolano não era pacífica, visto que entre os principais movimentos que lutavam contra o colonialismo não reinava um acordo político de combate face ao colonialismo, mesmo sabendo que nesta altura a união de forças fosse necessária para se alcançar os objetivos almejados.

Na perspetiva de Vieira (2007):

> "Nos meses que antecederam a Proclamação da Independência, os conflitos entre os três movimentos eram já latentes em muitos pontos de Angola e nem mesmo o esforço de alguns países no sentido de criarem uma base de entendimento entre os três movimentos beligerantes conseguiu persuadi-los" (Vieira, 2007: 83).

Podemos apontar que entre os motivos que estiveram na base do insucesso dos vários esforços de unificação entre os movimentos no combate de libertação, destacam-se os motivos de ordem interna e de ordem externa. Dentro das motivações internas, destacam-se a ausência de confiança entre os principais movimentos, a ausência de unanimidade face a formação de uma frente conjunta para lutar contra o colonialismo português, bem como as motivações étnicas que estiveram na base da criação destes movimentos de libertação em Angola. Quanto às motivações externas evidenciam-se as diferenças ideológicas seguidas por cada movimento, as ajudas externas beneficiadas por estes movimentos de libertação, bem como a inexperiência dos negociadores africanos neste processo.

Ainda nesta linha de pensamento, Filho (2019) afirma que:

> "O fracasso da união entre os movimentos de libertação de Angola, concretamente a FNLA e o MPLA deveu-se ao facto dos seus responsáveis destes mesmos movimentos não terem aceites as orientações da

> OUA para a resolução do conflito armado angolano, ressaltavam que tais acordos não se deviam reduzir a união, uma vez que para afluência convergência e organização de ações, mantendo a autonomia de cada movimento, deveria ser também considerada como uma solução, salvaguardando as suas diferenças ideológicas". (Filho, 2019: 73).

Com base no panorama das conversações com Portugal enquanto potência colonizadora, criou-se um cenário de aproximação política entre os Movimentos envolvidos na luta de libertação, que terminou com a assinatura dos Acordos de Alvor, em janeiro de 1975, na presença dos representantes dos três Movimentos de libertação de Angola, em que se estabeleceu os procedimentos para a transição do poder - o que não aconteceu tal como preconizado, fruto de vários condicionantes, o que levou ao eclodir de um conflito entre os principais envolvidos que não se restringiu apenas ao território nacional.

De acordo com Nguluve (2010):

> "Perante uma realidade complicada de ser alterada, em consequência dos desentendimentos anteriores ao Acordos de Alvor entre os Movimentos, e diante do impasse que se vivia na altura da proclamação da independência, isto nos dias 10 e 11 de novembro, à meia noite, o Alto Comissário leu a ordem que o artigo número dois do Acordo de Alvor portava: ceder a independência aos angolanos. Mas que neste dia, enquanto por um lado, o MPLA proclamava a independência em Luanda – a República Popular de Angola (RPA), por outro lado, a coligação UNITA e a FNLA, na província do Huambo, proclamavam a República Democrática de Angola (RDA)" (Nguluve, 2010: 37).

O insucesso do acordo de Alvor fez reaparecer a guerra no país, conflito esse que surgiu logo após a Proclamação da Independência, contou com o apoio externo das grandes potências, fruto dos seus interesses nesta mesma guerra civil. Desta forma, a FNLA era apoiada pelos EUA e alguns países europeus; o MPLA teve o apoio

incondicional da URSS e Cuba, enquanto a UNITA foi apoiada pela África do Sul.

Segundo Samba (2014), "A independência em nada mudou a vida da população, pois a cada ano a guerra se tornava mais desastrosa e com consequências nefastas para a maioria da população, principalmente para as mulheres e crianças" (Samba, 2014: 45).

Por sua vez Vieira (2007) aponta que:

> "Embora no campo económico Angola tivesse obtido um crescimento satisfatório, isto não implicou uma melhoria significativa da vida da população, uma vez que no campo da educação boa parte da população africana da colónia continuava ainda a sentir alguns efeitos da fraca escolarização." (Vieira, 2007: 64).

Podemos constatar também que o sector agrícola antes da independência desempenhou um papel importante para o desenvolvimento económico da colónia de Angola, lançando desta maneira as bases para processo de industrialização da colónia, e com a Proclamação da

Independência este sector paralisou por completo, fruto da guerra civil que se instalou no país.

Segundo Rocha (2013), "Entre 1960 a 1973, o PIB real aumentou a uma taxa de 7% ao ano e, durante o mesmo período, a produção de café passou de 100 mil para 210 mil toneladas, tornando Angola no quarto produtor mundial" (Rocha, 2013: 145). Tendo em conta ao pensamento do autor, podemos observar que nesta altura Angola já era um país com grande produção de alimentos no continente africano, exportando produtos para o exterior, nomeadamente o milho, diamantes e outros minérios, o que lhe deu a posição nº 4 na produção de diamantes no contexto mundial.

A situação do crescimento económico da colónia começa a alterar-se com os prenúncios da Proclamação da Independência do território angolano, que influenciou na retirada das empresas e os seus proprietários, levando consigo os principais recursos que davam sustentabilidade para as populações, originando um grande clima de desestabilização social no território angolano.

No período pós-independência, o país enfrentou

grandes dificuldades, resultantes do regime político que vigorava na altura e que também se manifestaram naquele momento. Neste aspecto temos a destacar o desentendimento entre os principais movimentos de Angola, fomentados de certa maneira pelo regime português na altura para garantir o desequilíbrio no seio dos movimentos políticos, com o intuito de preservar a sua hegemonia neste território. Por outro lado, temos a destacar a competição de outras potências em prol dos seus interesses económicos, bem como a ausência de unidade e de comprometimento de paz entre os líderes dos principais movimentos políticos de Angola.

Na perspetiva de Nguluve (2010):

> "As disputas políticas pelo poder, desencadeadas depois de 1975, entre os movimentos com incentivos externos, permite-nos pensar que a preocupação da luta estava centrada na ascensão ao poder político e no controle da economia, pois não foram medidas as consequências dos meios utilizados para que tal ambição fosse realizada" (Nguluve, 2010: 56).

O conflito que se desenrolou depois da independência, prolongou-se até 1991, altura em que se realizou os acordos de Bicesse em Portugal, entres os lideres dos movimentos envolvidos nesta guerra civil angolana, estamos a falar do presidente de Angola na altura, José Eduardo dos Santos e o líder da UNITA, Jonas Malheiro Savimbi. Fruto deste acordo de Bicesse, realizaram-se as primeiras eleições legislativas e presidenciais em Angola, permitindo desta maneira o surgimento do multipartidarismo.

Tal como aconteceu com os acordos de Alvor, os acordos de paz de Bisesse também não surtiram efeitos duradouros, levando o país novamente a entrar numa guerra civil em 1992.

Neste período, a missão da ONU anunciou que as eleições foram livres e justas, posição que igualmente foi aprovada pelos Estados Unidos e por outros observadores internacionais que participaram destas eleições. Contudo, com a impugnação dos resultados por parte da UNITA, o

conflito retomou depois de algumas semanas da realização do pleito eleitoral. O insucesso dos esforços de negociações empreendidas por Anstee com vista a alcançar um cessar-fogo entre as partes em conflito, o que obrigou a ONU, concretamente o seu Conselho de Segurança, a redução significativa do seu pessoal no território angolano e depois, a retirada completa do seu pessoal militar em missão no país.

Segundo Monteiro (2012), afirma que "muitos angolanos se sentiram desencantados pelo fracasso desse período de transição, acreditando que uma intervenção decisiva seria possível no quadro dos poderes da UNAVEM" (Monteiro, 2012: 39). Neste sentido, a decisão tomada pela ONU naquele momento complicado, levou os movimentos envolvidos a atribuir a culpa a ONU, pelo não cumprimento dos acordos de Bicesse.

O conflito que surgiu depois das eleições de 1992 em Angola pode ser considerado como um genocídio total, que na visão de Samba (2019) "foi uma guerra de muitas tragédias, cada qual com seu nome e sua história, que

podiam ser escritas em livros com páginas incontáveis" (Samba, 2019: 33).

Face a esta situação de instabilidade generalizada que se instalou com o reacender da guerra civil em 1992, grande parte das populações que se encontravam nas zonas onde o conflito era intenso foram obrigadas a refugiar se na cidade de Luanda, apesar da mesma não garantir as condições favoráveis para albergar tanta gente em situação de aflição.

Essa situação, no entender de Monteiro (2012), chamava atenção pelo:

> "(...)agravamento do saneamento da cidade com a rede de esgotos praticamente disfuncional; a degradação dos equipamentos sociais; às escolas insuficientes para atender à demanda de pessoas em idade escolar; o aumento de pedintes pelas ruas; a criminalidade; as famílias mostravam-se incapazes de satisfazer as necessidades dos seus integrantes; o aumento da prostituição em consequência das dificuldades e da presença significativa de crianças órfãos na rua; além da presença

> de pessoas com deficiência física e mental nas ruas." (Monteiro, 2012: 45).

Durante o período de guerra civil que fustigou o povo angolano, o país teve grandes retrocessos em vários domínios, onde temos a destacar a paralisação da economia, a devastação total das principais infraestruturas económicas e sociais, a desestruturação das famílias, o aparecimento dos deslocados de guerra, situação vivenciada principalmente nas grandes cidades, ou seja, naquelas cidades que apresentavam maior segurança, bem como o problema da emigração que se verificou no seio de muitas populações, como forma de manutenção da segurança e sobrevivência das mesmas. Por outro lado, a conjuntura política do período em análise foi caracterizada também por pânico, desconfiança, corrupção, desalento que se revelavam nas exposições da questão social em Angola, sobretudo em Luanda.

Os vestígios dessa realidade vivenciada pela população angolana neste período de guerra civil estavam

patentes nos segmentos sociais mais vulneráveis, isto é, as crianças e idosos, abandonados pela perda de suas famílias no conflito. Além daqueles que fugiram de casa por causa da fome, visto que as suas famílias careciam de recursos para garantir os seus sustentos. Por outro lado, grande parte das famílias viram-se incapacitadas de apoiar seus órfãos, bem como garantir saúde, educação, alimento e proteção das crianças fruto das carências que elas enfrentavam neste período.

Para Nguluve (2010):

> "O conflito armado que surgiu após às eleições foi marcada por uma série de medidas e resoluções tomadas pelo Conselho das Nações Unidas e pela aplicação de várias sanções à UNITA, como forma de pressioná-la a negociar e a reconhecer os resultados das eleições de Setembro de 1992, das quais o MPLA saiu vitorioso" (p.45). Ainda segundo o mesmo autor, o ponto mais alto destas medidas e resoluções fez-se valer com a assinatura do Acordo de Paz para Angola em Lusaka, em 20 de novembro de 1994, cinco dias após a data previs-

ta." (Nguluve, 2010: 45).

É de realçar as várias imposições impostas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas não impediram de maneira alguma que acabasse o conflito entre os dois movimentos armados, tendo aumentado consideravelmente os confrontos nos últimos anos, vindo a terminar com o passamento físico de Jonas Savimbi, em fevereiro de 2002, permitindo o país a restabelecer a paz definitiva até ao período atual.

Com base na estabilidade política que o país alcançou em 2002, realizou-se em 2008 as segundas eleições legislativas, dando início a Terceira República.

Podemos constatar que com a o alcance da paz definitiva em 2002, o povo angolano voltou a sorrir, mostrando-se confiante para uma Angola melhor, onde os seus filhos poderiam ter oportunidades de uma vida melhor, sem distinção de raça, etnia ou cor partidária. Do ponto de vista político, o país registou avanços significativos com a aprovação de uma nova constituição, isto em 2010. Por

outro lado, o país registou grandes investimentos, frutos de avultados empréstimos, principalmente da linha de crédito concedida pela China, com objetivo de dar resposta aos grandes desafios propostos no plano de governação do partido que governa Angola desde a Proclamação da Independência, isto em 1975.

Segundo Samba (2012) afirmou que: "Apesar deste investimento, ainda hoje o país é marcado por altas taxas de vulnerabilidade; de exclusão, de mortalidade infantil, a situação das crianças fora do sistema de ensino, bem como desemprego e o analfabetismo" (Samba, 2012: 33). Nesta vertente, podemos constatar que apesar do país ter alcançado a paz a 20 anos atrás, constatamos ainda hoje, problemas nos mais variados setores, nomeadamente na educação, saúde entre outros, demonstrando assim um baixo investimento por parte do governo no setor social.

Com base na perspetiva do referido autor, podemos apontar que a má qualidade dos serviços é resultado da escassez de quadros técnicos, que possam prestar serviços com qualidade em todo o território nacional, da carência de

meios de trabalho entre outros, que dificultam a prestação de um bom serviço à população.

É de realçar ainda que o plano de governação traçado no período de 2008 a 2017 não teve grandes repercussões na vida do povo angolano, visto que os grandes beneficiários deste período de prosperidade económica que o país viveu, foi apenas uma pequena elite política dentro do partido no poder, que usando e abusando das suas posições privilegiadas, acabaram saqueando o erário público para fins de acumulação primitiva de capital, relegando os interesses do povo angolano para depois.

Fruto dos interesses particulares em detrimentos dos interesses coletivos, o país não aproveitou este período de crescimento económico para diversificação da sua economia em outras áreas, o que deveria proporcionar ainda mais a criação de vários postos de trabalho e consequentemente a redução da taxa de desemprego que se encontra atualmente a 29% da população, afetando sobretudo a juventude. É de realçar ainda, que a situação de crise profunda que Angola se encontra atualmente não resume se simplesmente na

desvalorização do petróleo, mas também da gestão danosa e irresponsável do tesouro público por parte dos dirigentes do MPLA, seus familiares e os mais chegados.

É fundamental salientar que a situação de guerra que o país viveu contribuiu claramente para a limitação das oportunidades de vida dos jovens e adolescentes, que tiveram de abdicar prematuramente da escola, uma vez que foram forçados a integrar as fileiras dos grupos armados em conflito. É de facto esta parte da população angolana que muito tem sentido no seu quotidiano os grandes problemas sociais, tais como a escassez de trabalho e formação técnica, levando-os a refugiar-se ao trabalho informal como principal garantia da sua sobrevivência e de suas famílias em momento de paz.

Por outro lado, a situação de vulnerabilidade social vivenciada por este segmento da população, é visível nas elevadas taxas de desemprego e de miséria extrema em quase todo o território nacional, o que se tem repercutido no aumento considerável dos casos de criminalidade em que os principais atores são os jovens.

Caraterização da província de Luanda

A cidade de Luanda é a capital da República de Angola, cidade esta que aquando da sua construção em 1576 por Paulo Dias de Novais foi denominada Vila de Assunção de Luanda. Esta cidade foi o principal centro de tráfico de pessoas escravizadas para o Brasil, no espaço que vai de 1550 a 1585, quando a cidade se limitava a funções militares e administrativas, numa altura em que a indústria era praticamente ausente e o ensino público pouco evoluído.

De acordo com Lopes (2007):

> "Apesar das dificuldades resultantes da transição do tráfico negreiro para o comércio lícito, Luanda continuou a crescer – em 1800, habitavam 6500 indivíduos em Luanda, dos quais 433 europeus, enquanto, em 1887, eram registados 14500 habitantes, dos quais 2000 eram europeus, como resposta ao rápido impulso e a renovação das atividades económicas" (Lopes, 2007: 24).

O território de Luanda – espaço onde decorreu

o nosso estudo - está situado na região tropical do Hemisfério Sul da África Ocidental, ou seja, na costa ocidental do Oceano Atlântico, o que a torna o principal centro económico e administrativo do país. Na atualidade, a cidade é a maior e a mais povoada de Angola, com 6.945.386 residentes, ocupando uma superfície de 2.417,78 quilómetros quadrados, ou seja, 0,19% da superfície do território nacional.

A população que habita a cidade de Luanda pode ser descrita pela ótica do rápido aumento e pela fusão de pessoas vindas de diferentes zonas e grupos etnolinguísticos do país, o que torna esta cidade um verdadeiro mosaico étnico-cultural. Os habitantes desta cidade são formados, na sua maioria, pelos três principais grandes grupos étnicos do mosaico angolano, nomeadamente: Ambundu, Ovimbundu e Bakongos. Conta também com uma reduzida população europeia, formada principalmente pela população portuguesa. Nessas circunstâncias, resultantes das situações causadas pelo conflito armado que assolou o país, não se podem afastar a possibilidade dessa diversidade

ser constituída também por populações pertencentes a outros grupos étnicos do país.

Logo, esta cidade apresenta hoje um formato populacional diversificado, fruto da forte interação das pessoas e grupos portadores de distintos graus de adaptação no espaço urbano, fruto dos diferentes tempos de estadia neste território. Neste sentido, a sua população neste preciso momento corresponde a 6.945.386 de habitantes significa superlotação, visto que foi arquitetada para 600 mil habitantes. Essa situação da superlotação nesta cidade se deve ao conflito armado, que devastou o país, sendo uma das poucas cidades que oferecia condições em vários domínios para receber as populações de outras zonas do país devastadas pela guerra.

Durante o período de 1970 em diante, Luanda cresceu anarquicamente quer a nível de pessoas, quer a nível das construções, o que originou grandes problemas sociais vivenciados até aos dias de hoje. É de realçar que o percurso do desenvolvimento não foi seguido por um aumento em termos de infraestruturas e outros áreas fundamentais,

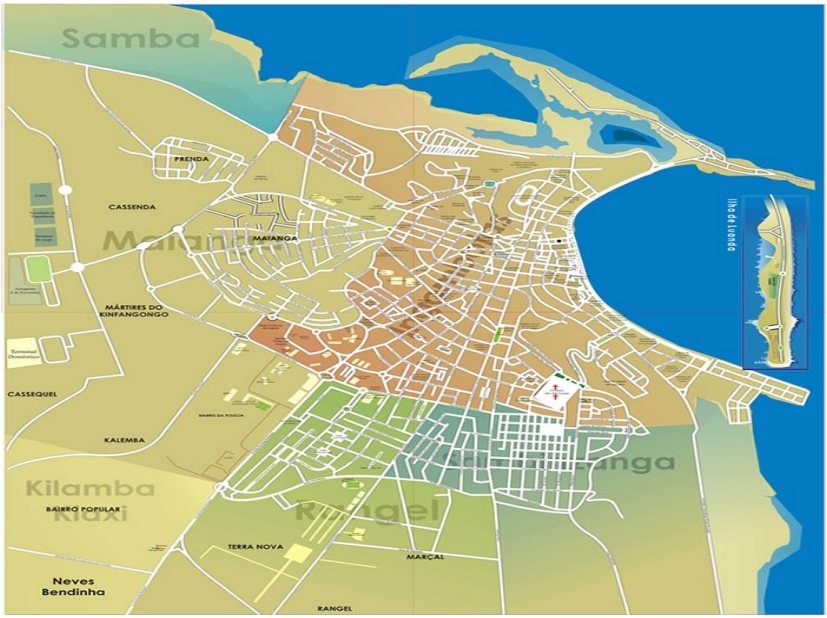
entre elas, o fornecimento de água, eletricidade, transportes públicos, saneamento e habitação. No plano habitacional, para além das centralidades e vários condomínios que surgiram a volta desta, podemos afirmar de que estas habitações não estão ao alcance da grande maioria da população, situação que tem influenciado no surgimento de novos bairros sem obedecer a qualquer critério, e a sua fixação depende apenas da vontade do cidadão.

Nesta linha de pensamento, Rela (2005) diz que "As principais cidades de Angola, e sobretudo Luanda, que nunca foi nenhum modelo de organização, quando sobrevoado dão ao observador uma ideia de gigantescos acampamentos de carácter precário sem qualquer vestígio de organização interna e onde a zona urbanizada e de construção definitiva aparece como uma realidade aberrante e espacialmente desfasada do enorme caravansará que o rodeia" (Relas, 2005: 147).

Quanto ao saneamento básico, a cidade de Luanda apresenta uma grande insuficiência, face à demanda populacional, caracterizada por grandes amontoados

de lixo por remover, criando surtos de doenças para os seus citadinos, tais como a cólera, entre outras doenças endémicas. Por outro lado, a distribuição da energia elétrica também é insuficiente dado o crescimento acelerado e desordenado desta cidade, o que tem levado os seus citadinos a práticas de ligações anárquicas de energia da rede geral, como resposta à falta de capacidade distributiva deste bem essencial. Portanto, o setor dos transportes públicos na cidade de Luanda pode ser considerado também inexistente, visto que a capacidade de oferta não satisfaz a procura dos seus citadinos, causando grandes constrangimentos ao nível da mobilidade espacial. Desta forma, no tocante a sua divisão administrativa, essa cidade contava, até 2011, com nove municípios, nomeadamente: Sambizanga, Cazenga, Ingombota, Samba, Viana, Maianga, Cacuaco, Rangel e Kilamba Kiaxi.

Figura 1.6. Mapa da Província de Luanda



Fonte: http://www.cidadeluanda.com

Podemos dizer que a cidade de Luanda dispõe de uma infraestrutura moderadamente admissível, mas deficiente perante a procura e necessidades da população. A verdade é que as condições singulares que a mesma cidade dispõe e a sua formação como centro económico do país, despertou no seio das populações das outras províncias do país (principalmente na camada juvenil) a ideia de "cidade el

dorado", onde os seus sonhos e perspectivas de vida melhor poderiam se realizar com certa facilidade e tranquilidade.

De acordo com os dados do inquérito de Bem-estar da População (IBEP), efetuado em 2008 pelo Instituto Nacional de Estatística, a cidade de Luanda apresenta a maior taxa de migração, na ordem de 30%, Esta situação demográfica aumentou a pressão na melhoria dos principais serviços básicos, o alargamento de serviços sociais e equipamentos, que passam pela construção de mais estradas, escolas, hospitais, escolas, água potável, que mesmo constando nos vários programas de governação, estão longe de satisfazer as expectativas da população do país em geral, em particular desta grande cidade.

A cidade de Luanda atualmente vive grandes problemas relacionados com a questão da habitação, principalmente para a população mais jovem. É nesta perspetiva que Samba (2018) afirma que:

> "Os jovens são obrigados a permanecerem com os seus pais, mesmo depois de formarem novas famílias, porque muitos jovens são desem-

> pregados e não possuem condições de adquirirem a casa própria, tendo em conta os preços praticados no mercado imobiliário na atualidade devido ao valor que muitos auferem" (Samba, 2018:44).

Nesta linha de pensamento, visto que grande parte dos jovens se encontram desempregados e os poucos que trabalham auferem um salário ínfimo, que não lhes dá possibilidade de concorrer nos grandes projetos habitacionais, as chamadas centralidades levadas a cabo pelo executivo angolano, situação esta que remete estes jovens aos musseques a volta desta cidade. Por outro lado, Luanda, tal como outras cidades do país, não tem capacidades para responder à questão da empregabilidade da camada juvenil.

O contínuo aumento de desemprego modificou as principais vias das zonas periféricas e seus acessos em áreas com aglomeração de indivíduos, onde transportes automóveis dos mais variados tipos, vendedores ambulantes e grupos contínuos de transeuntes se misturam sem nenhuma ordem.

De acordo com Rocha (2010):

> "Luanda é atualmente, um verdadeiro melting pot, onde se entrecruzam diferentes culturas angolanas e se aglutinam hábitos e costumes que representam todas as parcelas do território. Se fosse mais igualitária – tivesse menos pobreza, mais acesso à habitação, educação, saúde e saneamento, menos condomínios de luxo, maior equilíbrio no acesso ao emprego e as oportunidades de negócio, poderia ser considerada um case study, do duplo ponto de vista económico e político" (Rocha, 2010:43).

Tais evidências mostram aquilo que o próprio autor referenciado chama de "assimetrias regionais" que, assentes no critério da localização dos recursos naturais e da produção, escondem o facto de que os resultados financeiros e económicos dessas atividades se concentram em Luanda, fazendo da capital do país o maior centro financeiro nacional e o mais importante centro de negócios de Angola (Rocha, 2010: 69).

Em síntese, podemos afirmar que as razões da afluência de um número elevado de pessoas à capital não se deve apenas a expulsão causada pelo fator guerra nas demais províncias do país, mas também à atração que o centro urbano proporciona às populações do interior, relativamente as melhores possibilidades de vida. Diante do exposto, ressalta-se que a realidade de Luanda tem mostrado que o desemprego entre os jovens angolanos é significativamente superior ao restante da população e, consequentemente, esse é o maior segmento da população inserido no trabalho informal, fruto da exclusão desse grupo social e da limitada oferta de oportunidades de emprego.

Por outro lado, a situação de vulnerabilidade social vivenciada por este segmento da população, é visível nas elevadas taxas de desemprego e de miséria extrema em quase todo o território nacional, o que se tem repercutido no aumento considerável dos casos de criminalidade em que os principais atores são os jovens.

Breve caracterização do mercado do Catinton, Trinta e Kifica em Luanda.

O presente trabalho de investigação a volta dos jovens migrantes no mercado de trabalho informal em Luanda, centrou-se no estudo profundo dos jovens que se dedicam ao trabalho de transportes de mercadorias, vulgos roboteiros, nos mercados do Trinta, Catinton e Kifica.

Segundo Lopes (2007), aponta que "os mercados de Luanda constituem a par da venda ambulante, o espaço onde grande número de agentes encontram ocupações e obtém rendimentos que contribuem para a sua subsistência e das suas famílias". Neste sentido, podemos ver a grande importância que estes mercados desempenham na vida de grande parte da população luandense que vivem e sobrevivem do mercado de trabalho informal, sendo o setor de maior empregabilidade do país.

Ainda na perspetiva o mesmo autor, "o crescimento dos números de mercados e de operadores neles ativos é consequência, por um lado, do acréscimo populacional

acelerado da capital angolana e, por outro lado, do peso crescente que a economia informal foi adquirindo, no contexto da economia da cidade, com maior intensidade a partir da década de 90 do século XX". Sendo assim, podemos observar que esse crescimento não tem sido igual, uma vez que foi regulamentado por vários fatores, tais como o olhar impávido das autoridades, o crescimento da cidade, as populações migrantes que afluíram nesta cidade por motivos já referenciados ao longo deste trabalho, bem como o problema crise económica e social que assolou o país, em particular a cidade de Luanda, contribuindo assim para os níveis altos de inflação.

Com base nas informações recolhidas durantes a pesquisa de campo que efetuamos nos mercados do Catinton, Trinta e Kifica, podemos apurar que os fatores acima mencionados contribuíram significativamente no surgimento de tais mercados informais na cidade de Luanda.

O mercado do Catinton, localiza-se no bairro com o mesmo nome em Luanda, bairro este que foi construído de forma desorganizado, habitado maioritariamente por

populações de baixa renda ou pobres, com casas e ruas não numeradas, tal como acontece em grande parte dos bairros que foram surgindo nos últimos tempos na Província de Luanda, sendo a origem do nome do referido mercado e do bairro respetivamente relacionados ao Rio Catinton que atravessa no interior do bairro.

É um mercado maioritariamente de céu aberto, provocando assim grandes constrangimentos para os seus vendedores e compradores principalmente em tempo de chuva, uma vez que as vias que dão acesso ao mesmo mercado ate ao momento não se encontram asfaltadas, o que de certa maneira dificulta a vida das populações que encontram neste mercado a principal fonte de sobrevivência das suas famílias, tal como os jovens roboteiros objeto desta pesquisa, que apesar de todas estas dificuldades que o mercado apresenta, transportam mercadorias de um lado para o outro, como forma de garantir a sua sobrevivência.

Pela sua localização, o mercado do Catinton em tempos de chuva tem ficado alagado em alguns pontos, dificultando não só o trabalho destes jovens roboteiros, mas

também de todos os que lá frequentam, obrigando assim as pessoas a usar sacos nas pernas em formatos de meias devidamente fitacolados por cima, como forma de aceder os vários lugares do mercado.

O mercado do Catinton é um mercado com grande afluência não só pela sua proximidade, mas pelo fato de ser um mercado onde se vende produtos nacionais principalmente de origem agrícola, com preços ao alcance de todos.

Relativamente ao seu funcionamento, as informações recolhidas no local, o mercado do Catinton funciona de segunda a sábado, das 05h até aproximadamente as 18horas, ou ainda mais cedo, fruto da onda de assaltos a que os vendedores têm sofrido nos arredores do referido mercado, em consequência da falta de policiamento no referido bairro.

A população que procura este mercado é tão elevada, que chegam ao ponto de causar um certo constrangimento na mobilidade interna do mercado, fruto dos pontos onde se encontram os produtos não serem de fácil

acesso, fruto da distância a percorrer ao longo do mercado, sendo os produtos comercializados em bancadas; fruto do estado atual do mercado, sendo os produtos guardados nas casas de processos aos arredores do mercado.

O mercado do Catinton encontra-se organizado em vários setores tais como: setores de produtos agrícolas, materiais de limpeza, roupas usadas, entre outros. O referido mercado é abastecido por produtos provenientes das províncias de Benguela, Kwanza Sul, Huambo, e alguns produtos vindos da Funda (Luanda), sendo os mesmos produtos transportados por camionistas, o que torna este mercado como um polo de atração para os retalhistas e grossista que aí se deslocam, uma vez que o preço dos produtos comercializados neste mercado é resultado de pequeno acordo entre as partes ou seja, entre o vendedor e o potencial comprador.

O mercado do Trinta está localizado na província de Luanda, concretamente no município de Viana, no bairro do 30, isto nas proximidades do caminho-de-ferro de Luanda. Este mercado apesar de encontrar-se no quilómetro

28, a população apelido o mesmo de mercado do 30, pelo fato do mesmo mercado encontrar-se no bairro do trinta. De acordo com as informações recolhidas no campo, este mercado foi aberto 2006, pelas autoridades administrativas do município de Viana, que é a responsável pelo controlo e organização do mesmo.

Com base nas informações recolhidas durantes a pesquisa de campo que efetuamos no mercado do Trinta, podemos constatar que a sua expansão se deveu ao encerramento dos mercados do Roque Santeiro e estalagem, que durantes décadas marcaram histórias na vida dos vendedores e compradores que neles frequentaram, marcando assim a trajetória das suas vidas e da cidade de Luanda. Neste sentido, com o encerramento destes grandes mercados acima mencionados, o mercado do Trinta no município de Viana em Luanda, tornou-se num polo de atração por parte dos vendedores e agentes económicos saídos dos mercados encerrados.

Por outro lado, este mercado cresceu também por causa do surgimento dos grandes vendedores de produtos

diversos provenientes das mais diversas províncias do país que acabaram se instalando de forma permanente na província de Luanda, concretamente no município de Viana. Atualmente este mercado é considerado como sendo o maior mercado de Luanda, onde podemos encontrar e comprar os mais variados produtos, dentre os quais: os produtos agrícolas, frescos, roupa, bebidas, entre outros produtos. Neste sentido, a zona de comercialização de produtos agrícolas absorve o maior número vendedores.

Tal como acontece com o mercado do Catinton, o mercado do Trinta é abastecido por produtos agrícolas provenientes das províncias do Kwanza Norte e Kwanza Sul, Malange, Uíge, Bengo, Benguela, Huambo, Bié, Huíla e Luanda.

Os produtos entram no mercado do 30 através dos camiões devidamente carregados com caixas e sacos de diversos produtos agrícolas, sendo a sua entrada feita por meio de uma autorização por parte da administração do mercado, mediante o pagamento de uma taxa que lhe permitirá a sua permanecia temporária no espaço do

mercado.

O mercado do 30 funciona a partir das 5 horas da manhã às 7 horas da noite, todos os dias da semana, com particularidade da segunda-feira dia de repouso para os vendedores que ai desenvolvem as suas atividades e de trabalhos de limpeza por parte da administração local, tal como acontece em outros mercados da província de Luanda.

Os vendedores desempenham um papel importante na vida de qualquer mercado, uma vez que são os elementos fundamentais pela existência do mesmo. Ou seja, sem os vendedores a administração não tem como arrecadar receitas no mercado, pondo assim em causa a sua continuidade. Desta forma, para o exercício das suas atividades diárias, os mesmos têm de cumprir com as obrigações sujeitas pela Direção do mercado.

Relativamente a organização administrativa, no mercado do 30 existe uma administração que tem como função de garantir o normal funcionamento do mercado com as seguintes capacidades: Facultar a identificação dos vendedores frequentes do mercado, cobrar a taxa

anual, mensal e diária destinadas a construção de áreas de apoio ao mercado, manter a segurança dos vendedores e frequentadores do mercado. Neste sentido, a administração do Trinta é composta por um administrador, uma secretária-geral, uma administradora adjunta e os demais funcionários, entre os quais, colaboradores e efetivos.

Tal como acontece nos outros mercados da província de Luanda, no mercado do 30 o administrador é também o principal impulsionador e encarregado das normas e taxas atuais no mercado, sendo ainda o principal agente distribuidor das várias tarefas que permitem o normal funcionamento do respetivo mercado. O administrador do mercado é o principal responsável pela comunicação entre o mercado e a respetiva administração municipal, que em consonância com os serviços comunitários da respetiva circunscrição, encontram as melhores vias para administrar as atividades informais aí desenvolvidas.

Ainda no capítulo da organização administrativa do mercado do Trinta, dados fornecidos pela referida administração dão conta de que cada sector ou área do

mercado é dirigida por um fiscal, que tem como função de identificar os vendedores com cartões, fazer cobrança, manter organizado o local de trabalho. Por outro lado, os seguranças dentro do mercado têm a função de manter a ordem, retirando desta forma todo tipo de desordem feitos provocado por terceiros, garantindo desta maneira um clima de paz e harmonia entre as pessoas e bens no referido espaço sob sua tutela. Estes funcionários têm a obrigação de informar aos fiscais todas as situações ocorridas no mercado.

Por último, o mercado do Kifica é um mercado de pequena dimensão em comparação com os mercados do Catinton e do 30, situa-se no bairro do Benfica. Este mercado encontra-se localizado numa zona bastante privilegiada e de fácil acesso, quer para os vendedores quer para os compradores que aí se dirigem para adquirir os mais diversos produtos.

Em comparação com outros mercados estudados, o mercado do kifica constatamos a venda de produtos diversos em pequenas dimensões, quando comparado

com o mercado do trinta e do Catinton. Uma das maiores atividades observadas neste mercado é a venda de materiais de construção, com uma procura bastante elevada por parte das populações que se encontram aos arredores do referido mercado. Sendo o seu funcionamento igual aos demais mercados, que mantem as suas atividades de terça a domingo, reservando assim o dia de segunda para os serviços internos, mais concretamente a limpeza do espaço, depois de uma semana intensa de trabalho.

Quanto a organização administrativa, tal como nos outros mercados, o Kifica também tem uma administração que garante o normal funcionamento do mercado, mantendo uma interação permanente com os seus parceiros e vendedores que neste espaço desenvolvem as suas atividades informais diárias. Neste sentido fazer cumprir as regras de trabalho dentro do mercado é de fato uma das principais tarefas da administração do referido mercado.

Ao longo do nosso trabalho de campo, podemos constatar a presença dos jovens roboteiros neste mercado, transportando produtos de construção civil e outros, dentro

e fora do mercado.

Capítulo 3

CARATERIZAÇÃO SOCIOECONÓMICA E LABORAL DOS JOVENS ROBOTEIROS

Caraterísticas sociodemográfica dos inquiridos

Neste item, apresentamos a caraterização dos nossos inquiridos tendo em conta os aspetos relativos ao estado civil, a faixa etária e a naturalidade, conforme pode-se observar na tabela abaixo:

Quadro 4.1 Estado civil dos inquiridos por faixa etária.

Estado Civil			Faixa Etária				Total
			15-25	26 - 35	36 - 45	46 - 55	
	Solteiro	Nº	88	51	7	1	147
		%	59,90%	34,70%	4,80%	0,70%	100,00%
	Casado	Nº	5	8	3	0	16
		%	31,20%	50,00%	18,80%	0,00%	100,00%
	União de Fato	Nº	4	25	7	1	37
		%	10,80%	67,60%	18,90%	2,70%	100,00%
	Divorciado	Nº	1	1	0	1	3
		%	33,30%	33,30%	0,00%	33,30%	100,00%
	Viuvo	Nº	1	6	1	1	9
		%	11,10%	66,70%	11,10%	11,10%	100,00%
Total	Nº		99	91	18	4	212
	%		46,70%	42,90%	8,50%	1,90%	100,00%

Fonte: elaboração própria.

Quanto à faixa etária dos sujeitos de pesquisa, a tabela acima ilustra que os jovens que exercem a atividade de roboteiro em Luanda, mais especificamente nos mercados do 30, Catiinton e Benfica, inquiridos neste estudo, encontram-se maioritariamente entre os 15 aos 25 anos que corresponde a 46,7% do total, e entre os 26 aos 35 anos correspondendo a 42,9% dos inquiridos. Logo, quase 90% têm menos de 35 anos, e quase metade tem menos de 25 anos de idade.

Atendendo os resultados referenciados acima, percebe-se claramente que a maioria das pessoas que se encontram inseridas neste tipo de atividade - 89,6% - são jovens, o que ilustra a situação da falta de políticas concretas de geração de emprego e renda da camada juvenil da sociedade angolana em particular a província de Luanda.

Verifica-se uma diminuição expressiva de pessoas que exercem atividade de roboteiros no bairro Benfica que estejam na faixa etária dos 36-45 anos de idade, bem como na faixa de 46-55 anos. No momento da pesquisa, ambas as faixas perfaziam um total de 10,6% dos inquiridos. Essa

situação pode levar-nos também a fazermos uma outra leitura, de que os dados acima apresentados evidenciam uma realidade segundo a qual a situação de empregabilidade, embora afete mais os jovens na conjuntura contemporânea do país, começa também a refletir-se nos adultos.

Fazendo uma análise exaustiva dos dados referenciados acima, percebe-se claramente que os mesmos estão de acordo com as observações feitas pelos autores que abordaram esta problemática no contexto angolano, particularmente na província de Luanda, sobretudo quanto à faixa etária e o estado civil.

Nesta senda, se nos atermos a faixa etária de 15 aos 35 anos de idade, percebe-se que a mesma representa em média mais da metade do total dos jovens roboteiros envolvidos nesta atividade informal. Este fato demonstra um perfil de adolescentes e jovens adultos no auge do seu ciclo de vida produtiva, e também indica a impossibilidade de reverter sua posição na ocupação, a medida que o exercício de outro tipo de atividade é dificilmente alcançado por essa mão-de-obra, pois em geral lhes falta

experiência, qualificação profissional e oportunidades para o desempenho de outras atividades ditas formais.

Segundo autores como Samba (2018), Lopes (2010), Félix (2021) e Santos (2010), em estudos publicados aproximadamente ao longo da última década, a faixa etária de 26 a 35 anos de idade representa maior peso dentro da atividade informal. Tal situação deve-se a falta de opção destes jovens adultos e ao facto de o mercado formal exigir uma experiência que muitas vezes estes jovens não possuem, induzindo-os inclusive a obter essa experiência numa ocupação informal, que os leva para um ciclo de vulnerabilização e precariedade da qual é difícil sair.

Já entre a faixa de 36 a 45 anos, observa-se uma falta de opção ainda maior, devido a idade mais avançada. Esse facto pode ser observado pelo peso da faixa etária na composição dos ocupados nessa atividade informal. Já a faixa etária dos 46 a 55 anos ou mais, apresentam uma tendência decrescente, uma vez que o fator idade pode pesar bastante, com o esforço empreendido no dia a dia do roboteiro, possível razão de se verificar uma presença

bastante reduzida, já que se trata de uma atividade que exige grande esforço físico.

Diante destes dados aqui apresentados e analisados, percebe-se claramente que, como a literatura já demonstrou ser maioritário em atividades informais, a atividade levada a cabo pelos jovens roboteiros da província de Luanda, enquadra-se numa estratégia de sobrevivência, diante da falta e ausência de políticas e programas de geração de emprego e renda por parte do Estado.

Relativamente ao estado civil, os dados da tabela acima demonstram que 69,3% jovens roboteiros inquiridos neste trabalho são solteiros, 7,5% são casados, 17,4% vivem em união de facto, 1,4% são divorciados e 4,2% dos são viúvos.

Constata-se também que em cada cinco inquiridos, três deles são solteiros e concentram-se nas faixas etárias acima referenciadas, ou seja, do total dos jovens inquiridos, que corresponde a 212, na sua maioria são solteiros, indicando como a situação de empregabilidade combinada com as condições de vida estão a levar os nossos jovens

a constituírem famílias mais tarde, pois do número total de inquiridos já referenciado acima apenas 16 afirmaram serem casados.

Outro aspeto considerado neste estudo está relacionado com as habilitações literárias dos jovens que exercem atividade de roboteiro. Relativamente a esta questão, os resultados apontam que a maioria fez o ensino primário, como pode-se observar na tabela abaixo:

Quadro 4.2- Distribuição dos inquiridos segundo habilitações etárias e por tempo de serviço no ensino segundo o grau académico

	Habilitações Literárias						Total
			Sem grau formal de escolaridade	Ensino Primário (1ª a 6ª)	1º ciclo de ensino secundário (7ª a 9ª)	2º ciclo de ensino secundário (10ª a 12ª)	
Faixa Etária	15-25	Nº	25	56	14	4	99
		%	25,3%	56,6%	14,1%	4,0%	100,0%
	26 – 35	Nº	16	53	16	5	90
		%	17,8%	58,9%	17,8%	5,6%	100,0%
	36 – 45	Nº	7	9	2	0	18
		%	38,9%	50,0%	11,1%	0,0%	100,0%
	46 – 55	Nº	3	1	0	0	4
		%	75,0%	25,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Total	Nº	51	119	32	9	211	
	%	24,2%	56,4%	15,2%	4,3%	100,0%	

Fonte: Pesquisa de campo realizado pelo pesquisador em Maio de 2022

Relativamente às habilitações literárias dos jovens roboteiros, a tabela acima ilustra-nos que a maioria destes jovens tem o ensino primário que é de 1ª a 6ª e que corresponde a 56,4%, já 24,2% dos inquiridos afirmaram não possuírem nenhum grau formal de escolaridade. Por outro lado, 15,2% dos jovens roboteiros inquiridos, declaram ter estudado até ao 1º ciclo do ensino secundário, que compreende da 7ª a 9ª classe, e finalmente 4,3% dos nossos inquiridos afirmaram ter concluído o ensino médio, que vai da 10ª a 12ª classe.

Dentre os jovens que se dedicam a esta atividade de roboteiro e que foram inquiridos, não foi possível identificar alguém com frequência no ensino superior, ainda que parcial. Esses resultados confirmam os pensamentos dos autores da literatura consultada ao apontarem que a maioria das pessoas que exercem atividades informais em Angola têm pouca escolaridade, ou seja, uma das maiores dificuldades de integração destes jovens no mercado formal de emprego reside no baixo grau de escolaridade.

Neste sentido, fica claro que o baixo nível de

escolaridade e a idade têm peso fundamental na permanência em atividades informais e precárias para os jovens. Essa situação resulta dos acontecimentos que ocorreram e têm ocorrido no país, pois grande parte destes jovens perderam os seus familiares durante a guerra civil, ficando muitos deles impossibilitados de continuarem seus estudos devido às deslocações forçadas em busca de segurança, e porque tinham de desenvolver alguma atividade no intuito de garantirem recursos para o sustento de suas vidas e dos demais membros de suas famílias, como muito bem ilustram os depoimentos abaixo:

"Na munha vida não sei o que ir na escola.. O meu pai e a minha mãe , vivem separados, já vivem separados há 12 anos. Eu ficava com a minha avó e lá na província é difícil viver com avô porque ele vai na lavra às vezes eu quero comprar algo não posso não tenho dinheiro e o mano sabe que nas províncias o dinheiro não aparece à toa e então vim bora em Luanda e o meu primo me acolheu mais eu não sabia que ia realizar este trabalho e aprendi sozinho a carregar mercadorias." (roboteiro, 23 anos).

"Eu vim embora só, estudei assim muito pouco. Como a minha mãe faleceu e me deixou com a minha tia, eu preferir lutar com as minhas forças para conseguir viver e vim em Luanda porque me falavam que em Luanda há muito dinheiro afinal aqui só vive quem tem muitos estudos." (roboteiro, 24 anos).

Ressalta-se que a baixa ou inexistente escolarização influencia significativamente o percurso profissional de qualquer indivíduo, uma vez que a escolarização é um dos principais elementos que condicionam pela positiva ou pela negativa a integração dos indivíduos numa sociedade estranha, as trajetórias dos sujeitos e os processos de mobilidade social. Acrescenta-se ao exposto acima que o impacto deste fator tende a ter um efeito alargado e significativo sobre o processo de recomposição social, ainda que com consequências diferentes para os jovens e para as mulheres (Santos, 2010:142).

Buscou-se igualmente saber dos inquiridos sobre sua naturalidade conforme ilustra a tabela abaixo:

Quadro 4.3. Inquiridos por Província de Naturalidade

		Nº	%	% acumulativa
Província de Naturalidade	Bié	11	5.2	5.2
	Bengo	5	2.4	7.6
	Benguela	81	38.6	46.2
	Cuanza Norte	2	1.0	47.1
	Cuanza Sul	22	10.5	57.6
	Cunene	11	5.2	62.9
	Huambo	26	12.4	75.2
	Huila	45	21.4	96.7
	Cuando Cubango	1	.5	97.1
	Malange	4	1.9	99.0
	Namibe	1	.5	99.5
	Uige	1	.5	100.0
	Total	212	100.0	

Fonte: elaboração própria

No que diz respeito à proveniência dos nossos inquiridos, a tabela 4.3 aponta que os jovens envolvidos na atividade de roboteiros são provenientes de diferentes províncias do país, sendo a província de Benguela a mais representada, com 38,6% do total dos sujeitos de pesquisa. Posteriormente tem-se a província da Huíla, com 21,4%, Huambo com 12,4%, e a província de Cuanza Sul com 10.5%.

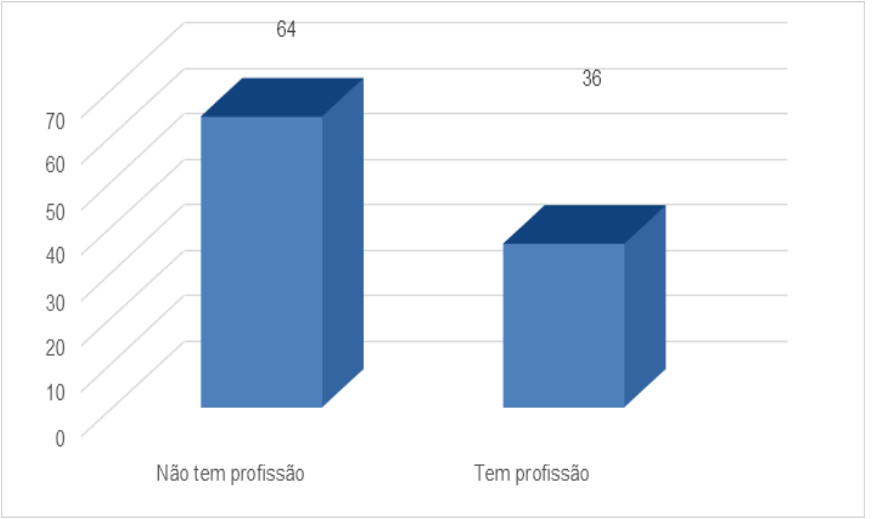
Por outras palavras, os dados acima referenciados ilustram de forma clara que a maior parte dos jovens que se dedicam a atividade de roboteiro na província de Luanda são provenientes de outras províncias, não se encontrando nesta estatística jovens originários da província de Luanda, o que demonstra em certa medida o investimento desigual dado as demais províncias em detrimento de Luanda capital do país, quanto ao seu desenvolvimento e a criação de oportunidades sobretudo para os jovens.

Nesta lógica, tendo em conta os relatos dos nossos inquiridos, pode-se compreender que uma das causas que tem influenciado significativamente na saída de um

número considerável de jovens na província de Benguela para Luanda, relaciona-se com a falta de oportunidade de empregos. Por outras palavras, esta situação é reflexo do reduzido investimento nas províncias do interior do país, tornando-as incapazes de dar respostas aos grandes problemas que afligem esta franja da população.

Por outro lado, questionou-se os sujeitos de pesquisa se possuíam alguma formação profissional, cujas respostas encontram-se ilustradas no gráfico abaixo:

Figura 4.1. Inquiridos por ocupação socioprofissional.



Fonte: elaboração própria.

Quanto à formação profissional, o gráfico acima indica que 64% dos jovens roboteiros inquiridos não têm formação profissional mais 36% destes afirmaram terem uma formação profissional embora não exerçam por falta de enquadramento. Ressalta-se que entre os jovens que apresentam qualificações profissionais, o maior destaque recai para pedreiros, sapateiros, barbeiros e lavradores.

Assim sendo, os dados aqui apresentados mostram com clareza que grande parte dos jovens migrantes que atuam como roboteiros em Luanda não têm formação profissional que lhe permita concorrer para uma vaga de emprego no mercado formal de trabalho que se tornou cada vez mais exigente para quem nele deseja se inserir.

É essa situação descrita acima que remete estes jovens a viver e conviverem na informalidade e na precariedade laboral. Há consciência entre os jovens que desenvolvem esta atividade de que a situação socioeconómica que vivem em Luanda está relacionado tanto pelo baixo nível de escolaridade que eles apresentam, quanto pela falta de qualificação profissional de grande parte destes

jovens, gerando obrigação desta forma a quem de direito a elaborar políticas sociais e públicas que atendam as grandes necessidades dos jovens, sobretudo no que refere a criação de empregos.

Local de residência dos inquiridos

Para uma maior compreensão da temática em estudo e de modo particular dos jovens envolvidos na atividade de roboteiros na província de Luanda, entendeu-se questionar os mesmos para se saber com quem vivem, cujos resultados encontram-se na tabela abaixo:

Quadro 4.4. Residência dos inquiridos.

			Vive em casa de quem?				Total
Com quém vive?			Casa própria	Casa Familiares	Casa de aluguer	Outra	
	Familiares	Nº	10	40	48	2	100
		%	10,0%	40,0%	48,0%	2,0%	100,0%
	Amigos	Nº	0	3	70	1	74
		%	0,0%	4,1%	94,6%	1,4%	100,0%
	Sozinho	Nº	0	4	22	0	26
		%	0,0%	15,4%	84,6%	0,0%	100,0%
	Familiares e Amigos	Nº	0	1	6	0	7
		%	0,0%	14,3%	85,7%	0,0%	100,0%
Total	Nº	10	48	146	3	207	
	%	4,8%	23,2%	70,5%	1,4%	100,0%	

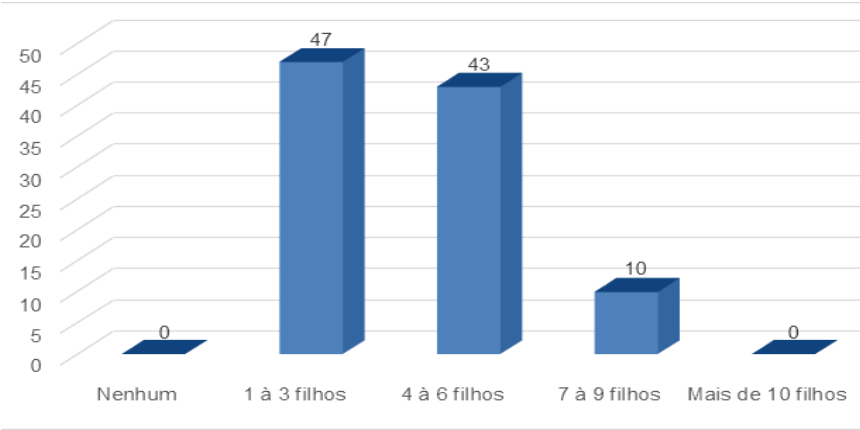
Fonte: elaboração própria.

Analisando essa tabela, percebemos que a maioria dos jovens inquiridos neste estudo - que corresponde 70,5% - vivem em casa de aluguer com amigos, sozinhos ou com familiares, o que é compreensível uma vez que os dados anteriores apontam que muitos, se não todos, são migrantes, ou seja, são jovens vindos de outras províncias que compõem o mosaico angolano, daí terem grandes problemas em termos de residência na cidade de Luanda.

Ressalta-se, que atendendo os preços de aluguer praticados em Luanda, muitos destes jovens acabam por preferir viver em grupos no sentido de poderem poupar um pouco da pouca renda que conseguem auferir, além dos que não têm outra escolha. A mesma tabela mostra que apenas 4,8% vivem em casa própria, 23,2% vivem em casa de familiares, enquanto 1,4% vivem em outras casas.

Ainda nesta senda, da compreensão do aspecto familiar dos jovens inquiridos, buscou-se saber o número de pessoas com que os nossos sujeitos de pesquisa vivem, ou seja, seus agregados familiares, conforme ilustra o gráfico a seguir:

Figura 4.2. Número de pessoas a viver com o inquirido no mesmo agregado.



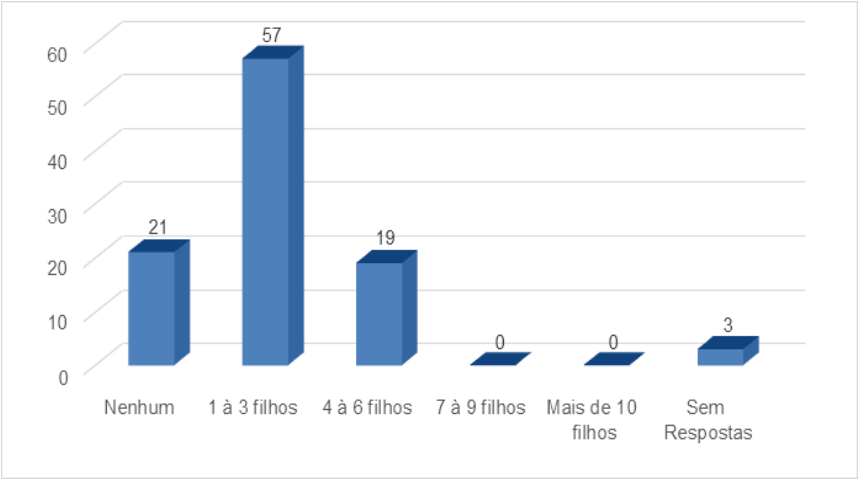
Fonte: elaboração própria.

Quanto à questão colocada acima, sobre os agregados familiares dos jovens roboteiros em Luanda, o gráfico ilustra que na sua maioria são constituídas por uma a três pessoas, correspondendo a 47% do total dos inquiridos, e de quatro a seis pessoas, que corresponde a 43%. Diante dos dados acima referenciados, percebe-se que se trata de famílias numerosas, próprias da cultura africana em geral e da cultura angolana em particular.

Foi igualmente questionado aos sujeitos de

pesquisa quanto ao número de filhos que possuem e que estejam sob sua responsabilidade. Quanto a esta questão, os resultados apontam que a maioria, que corresponde a 57%, tem de um a três filhos, tal como ilustra o gráfico abaixo:

Figura 4.3. Número de filhos sobre a responsabilidade do inquirido.



Fonte: elaboração própria

Neste item buscou-se conhecer de forma exaustiva as razões da migração dos jovens para Luanda, já que todos os jovens inquiridos e que exercem atividade de roboteiro

no bairro Benfica são provenientes de outras províncias que compõem o mosaico angolano, bem como os motivos do envolvimento deles nesta atividade laboral. Assim sendo, a primeira questão colocada aos jovens foi saber as razões da migração para Luanda, cujos resultados encontram-se na tabela a seguir:

Quadro 4.5. Inquiridos por Província de Naturalidade segundo a Razão de Emigração para Luanda

			Indica razão de emigração para Luanda					Total
			Guerra	Falta de emprego	Fome	Estudo	Outro	
Provincia de Naturalidade	Bié	Nº	2	6	2	1	0	11
		%	18,2%	54,5%	18,2%	9,1%	0,0%	100,0%
	Bengo	Nº	0	4	1	0	0	5
		%	0,0%	80,0%	20,0%	0,0%	0,0%	100,0%
	Benguela	Nº	7	65	2	3	0	77
		%	9,1%	84,4%	2,6%	3,9%	0,0%	100,0%
	Cuanza Norte	Nº	1	1	0	0	0	2
		%	50,0%	50,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
	Cuanza Sul	Nº	0	21	0	1	0	22
		%	0,0%	95,5%	0,0%	4,5%	0,0%	100,0%
	Cunene	Nº	1	8	1	1	0	11
		%	9,1%	72,7%	9,1%	9,1%	0,0%	100,0%
	Huambo	Nº	4	17	4	1	0	26
		%	15,4%	65,4%	15,4%	3,8%	0,0%	100,0%
	Huila	Nº	3	36	2	1	1	43
		%	7,0%	83,7%	4,7%	2,3%	2,3%	100,0%
	Malange	Nº	1	1	0	0	0	2
		%	50,0%	50,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
	Namibe	Nº	0	1	0	0	0	1
		%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
	Uige	Nº	0	1	0	0	0	1
		%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%

Total	Nº	19	161	12	8	1	201	
	%	9,5%	80,1%	6,0%	4,0%	,5%	100,0%	

Fonte: elaboração própria.

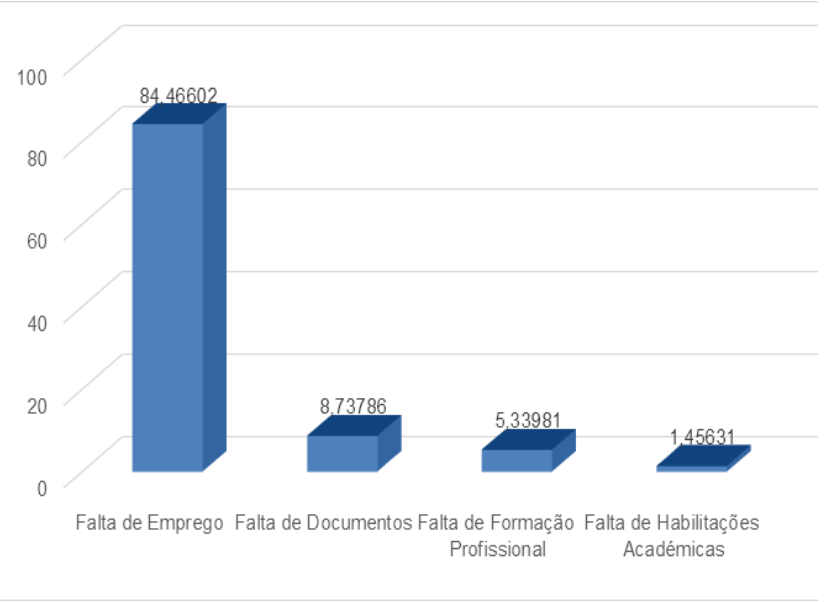
Atendo-se aos dados constantes na tabela acima, percebe-se que a emigração para Luanda dos jovens envolvidos na atividade de roboteiro prende-se com a falta de empregos nas suas respectivas províncias, correspondendo a 80,1% do total dos inquiridos, ou seja, em cada dez inquiridos, oito emigraram para Luanda por falta de emprego. Além desta causa, outras apresentadas pelos jovens inquiridos foram a guerra, com 9,5%, a fome, com 6%, principalmente nos municípios mais afastados das sedes das províncias, sendo que 5% indicaram outras causas e 4% que emigraram para estudar.

Esses dados vão de encontro com os autores consultados que apontam a questão da migração dos jovens no contexto angolano, em particular para Luanda, como relacionada a falta de emprego e a questão da guerra que assolou o país. Ressalta-se que esta última situação foi apontada sobretudo pelos inquiridos vindos das províncias do Cuanza Norte e Malange.

Outra questão colocada aos jovens roboteiros inquiridos foi a razão da dedicação desta atividade, cujos

resultados podem ser observados no gráfico a seguir:

Figura 4.4. Razões para dedicação a atividade de roboteiro.



Fonte: elaboração própria.

Conforme demonstra este gráfico, a maioria dos jovens inquiridos, correspondente a 84,5% aponta a falta de emprego na cidade de Luanda como sendo a principal razão para se dedicarem a esta atividade de carregamento de mercadorias, ou seja, de roboteiro.

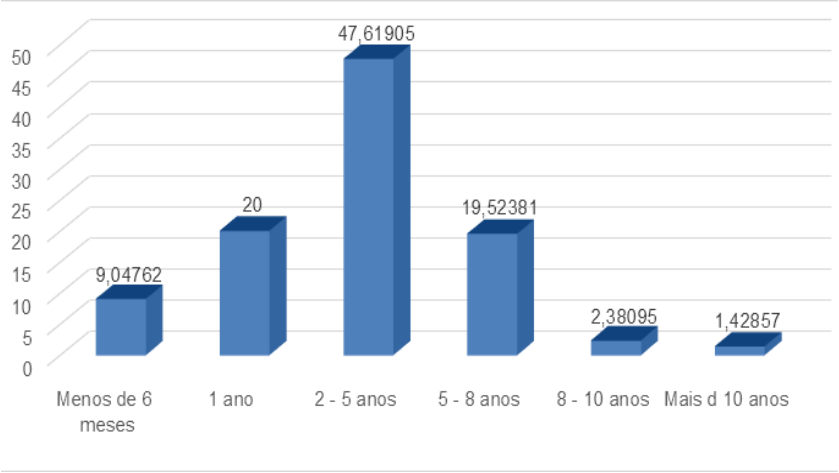
Os resultados ilustrados acima evidenciam que o problema da empregabilidade é conjuntural e estrutural em quase todas as províncias de Angola, embora em algumas mais acentuadas em relação a outras. Isso porque se por um lado nas suas províncias não há políticas de criação de emprego, e daí o motivo da vinda a metrópole Luanda, por outro acabam percebendo que a realidade tampouco lhes será fácil na capital, mas aqui também a questão é a falta de uma preparação técnica e profissional que lhes permitam inserir-se num espaço de trabalho bastante concorrido.

Ressalta-se que estes resultados apresentados acima vão de acordo com os aqueles obtidos quer Lopes (2010), quer por Samba (2018), nos seus estudos onde apontam a falta de emprego como sendo a causa principal que leva um número considerável de jovens a dedicarem-se a trabalhos informais em Luanda. Nesta lógica, vê-se que grande parte dos jovens migrantes, que não adquirem empregos formais, são sujeitos a integrar-se em atividades informais e precárias, de maneira a garantir o próprio sustento e o dos seus familiares.

Tempo de exercício da atividade

Os jovens, sujeitos da presente pesquisa, foram questionados sobre o tempo que trabalham como roboteiro, tendo as suas respostas ilustradas no gráfico a seguir:

Figura 4.5 - Tempo de Trabalho como Roboteiro



Fonte: elaboração própria.

Além do tempo de trabalho, aspeto analisado acima, os jovens roboteiros, sujeitos da presente pesquisa foram questionados sobre o tempo laboral, ou seja, o

horário que iniciam a sua jornada de trabalho como pode-se observar na tabela abaixo (Quadro 4.6):

Quadro 4.6. Tempo laboral

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Hora de início do trabalho	4	1	,5	,5	,5
	5	10	4,7	4,9	5,4
	6	116	54,7	57,1	62,6
	7	56	26,4	27,6	90,1
	8	16	7,5	7,9	98,0
	9	3	1,4	1,5	99,5
	10	1	,5	,5	100,0
	Total	203	95,8	100,0	
Ausente	Sistema	9	4,2		
Total	212	100,0			

Fonte: elaboração própria.

A tabela ilustrada acima diz respeito as horas que os jovens roboteiros, sujeitos da presente pesquisa, iniciam suas atividades laborais. De acordo com os resultados da pesquisa, a declaração de hora do início do trabalho situa-se no intervalo entre 4 e 10 horas da manhã. Assim sendo, os dados apontam que a maioria dos sujeitos de pesquisa, que corresponde a 62,6% do total de inquiridos, afirmam iniciar suas atividades às 6 horas da manhã, enquanto 27,6% dos sujeitos afirma iniciar as atividades às 7 horas. Podemos, portanto, afirmar que, entre os roboteiros inquiridos por nossa pesquisa, um pouco mais do que oito em cada dez, dentre os 212 que responderam aos questionários, começa a trabalhar entre 6 e 7 horas da manhã, sendo que maia de metade afirma começar às 6 da manhã. Desses dados, observamos que, de uma forma geral, a jornada de trabalho dos roboteiros começa bastante cedo.

A mesma tabela ilustra que 7,9% destes sujeitos iniciam as atividades às 8 horas. Há também aqueles que iniciam as atividades já às 5 horas da manhã, que corresponde 4,9% do total. Outros afirmaram iniciarem as

atividades às 9 horas, que são 1,5%, enquanto 0,5% iniciam às 4 horas.

Paralelamente a questão referenciada acima, os mesmos sujeitos foram questionados quanto a hora que terminam ou encerram suas atividades, como ilustra a tabela abaixo (Quadro 4.7):

Quadro 4.7: A que hora terminas o trabalho?					
		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
	12	2	1,0	,5	1,0
	13	2	,9	1,0	2,0
	14	8	3,8	3,9	5,9
	15	29	13,7	14,3	20,2
	16	27	12,7	13,3	33,5
	17	53	25,0	26,1	59,6
	18	65	30,7	32,0	91,6
	19	14	6,6	6,9	98,5
	20	3	1,4	1,5	100,0
	Total	203	95,8	100,0	
Ausente	Sistema	9	4,2		
Total	212	100,0			

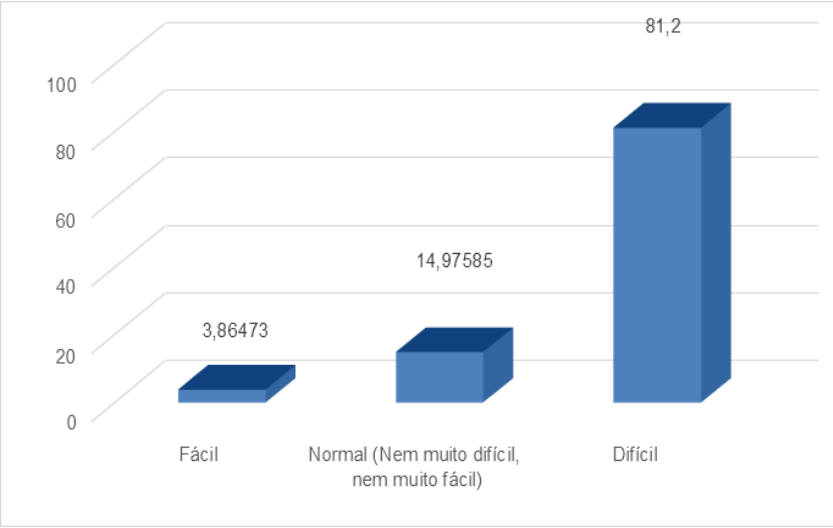
Fonte: elaboração própria.

Quanto a questão referenciada acima, as declarações referentes a hora em que os sujeitos de pesquisa terminam o trabalho varia entre 12 e 20 horas. Nesta conformidade, mais da metade dos sujeitos inquiridos declarou finalizar o trabalho às 18 horas, enquanto 26, 1% diz terminar as suas atividades laborais às 17 horas.

Analisando os dados das duas tabelas, percebe-se que o trabalho realizado por estes jovens constitui de facto uma atividade difícil e ao mesmo tempo precária, se termos em conta as condições com as quais desenvolvem a mesma. Por outro lado, tais resultados demostram um tempo de trabalho bastante elevado, pois a sua atividade se prolonga ao tempo normal. Se mais de metade deles diz iniciar sua Jornada às 6 horas da manhã, e mais de metade diz encerrar essa mesma jornada 18 horas, temos um tempo de trabalho de cerca de doze horas diárias em média e vemos que alguns roboteiros trabalham ainda mais do que isso.

Diante desta situação é que se questionou os sujeitos de pesquisa sobre as dificuldades que encontram na realização desta atividade, como ilustra o gráfico abaixo.

Figura 4.6. Visão dos roboteiros sobre a dificuldade do próprio trabalho.



Fonte: elaboração própria.

No que refere ao grau de dificuldade dos jovens roboteiros no exercício das suas atividades, as informações do gráfico acima revelam que grande parte destes jovens, na realidade, uma grande maioria, que corresponde a 81,2% do total de inquiridos, encaram esta atividade como sendo difícil, 15% dos roboteiros encaram esta atividade como

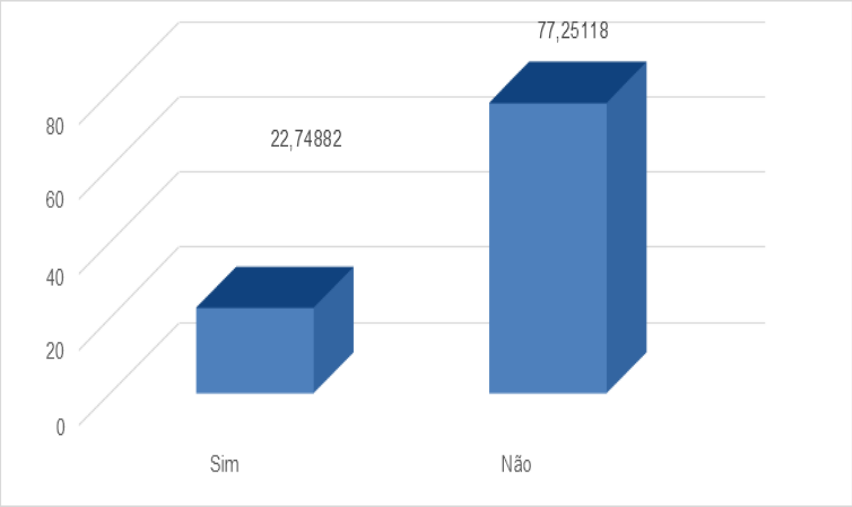
sendo normal, enquanto 3,9% dos roboteiros inquiridos encaram esta atividade como sendo fácil.

Neste sentido, podemos dizer que esta atividade é encarada como sendo difícil para grande parte dos jovens, pelo facto de exigir um esforço enorme por parte destes ao longo do dia, por baixas remunerações e ao longo de jornadas cansativas.

Sentimento de realização com esta atividade de roboteiro

Para uma compreensão mais exaustiva sobre a perceção que os jovens roboteiros têm sobre atividade laboral que exercem, foram questionados se sentem-se realizados com atividade que desenvolvem. Quanto a esta questão os resultados apontam que a maioria dos jovens inquiridos afirma que não, como pode-se observar no gráfico abaixo:

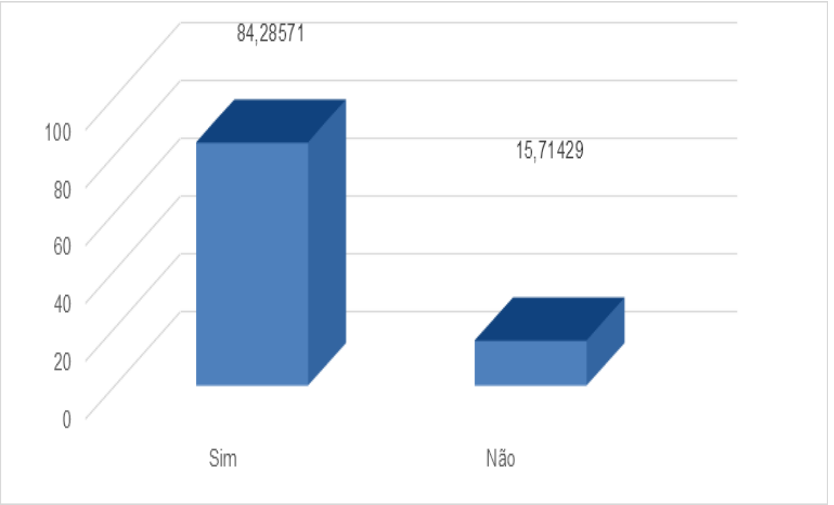
Figura 4.7. Realização com a atividade.



Fonte: elaboração própria.

Analisando os dados ilustrados no gráfico acima, percebe-se a grande maioria dos jovens roboteiros, que corresponde a 77,3% dos inquiridos, afirmam que não se sentem realizados. Já 22,7% dos inqueridos afirmam sentirem-se realizados com esta atividade. Neste sentido, por não proporcionar a realização, um número considerável de jovens pensa em deixar um dia esta atividade, como pode-se observar nos dados ilustrados no gráfico abaixo:

Figura 4.8. Planos de deixar a atividade de roboteiro.



Fonte: elaboração própria

Relativamente aos dados apresentados no gráfico acima, nos dão a entender que a maioria desses jovens têm esta atividade como sendo transitória, uma vez que por meio desta atividade braçal, estes jovens procuram acumular o máximo de valor possível para então partir para outras atividades de maior rendimento e prestígio.

Neste caso, a compra de uma motorizada foi mencionada por grande parte dos roboteiros como sendo

o caminho a seguir depois de deixar esta atividade de roboteiro. Logo, a atividade dos moto-táxis parece ser considerada como uma possibilidade de ascensão para esses jovens, apesar das precariedades igualmente envolvidas que já mencionamos, talvez por ser uma atividade que exija menor esforço físico e tenha a possibilidade de rendimentos um pouco melhores que a dos roboteiros.

Nessa linha, outro aspeto que buscou-se saber nos nossos sujeitos de pesquisa foi o valor médio de rendimento mensal dos trabalhos que realizam. Quanto a esta questão as respostas dos mesmos podem ser observadas na tabela abaixo:

Quadro 4.8. Valor médio de rendimento do seu trabalho durante o mês

Válido	163
Ausente	49
Média	20,592
Mediana	22,000
Modas	20,000 e 22,000
Mínimo	12.000
Máximo	62,000

Fonte: elaboração própria.

Relativamente a questão colocada acima, a tabela ilustra que o valor médio de rendimento do trabalho durante o mês dos jovens inqueridos é de 20.592 Kz, que corresponde atualmente a aproximadamente 40 euros. Os dados mostraram também que o valor mínimo mensal dos jovens roboteiros inqueridos é de 12.000 kz, equivalente a aproximadamente 22 euros, e o máximo de 62.000 Kz, em torno de 118 euros.

Considerando-se que o salário mínimo nacional de Angola é de 32.181,15 Kz, estabelecido no Decreto Presidencial Nr 54/22, em vigor desde 17 de fevereiro de 2022, e equivalente a aproximadamente 65 euros, verificamos que a maior parte dos roboteiros consegue auferir em média menos do que o salário mínimo nacional, confirmando a situação de precariedade e vulnerabilidade social desses jovens.

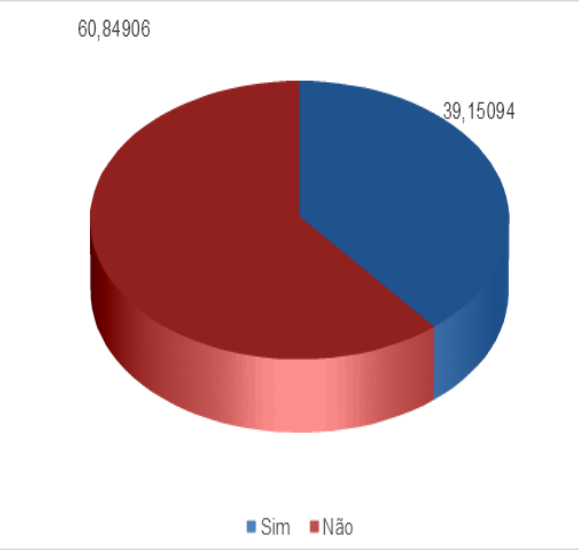
Analisando estes dados, pode-se afirmar de uma forma geral que metade dos jovens roboteiros inquiridos tem rendimento inferior ou igual à 22.000Kz e os outros 50% dos

inquiridos ganha um rendimento maior à 22.000Kz. Assim sendo, os rendimentos mais frequentes são de 20.000Kz e 22.000Kz, e, portanto, abaixo do mínimo nacional, que já é considerado baixo para a subsistência, fazendo inclusive que muitas pessoas que têm empregos formais acumulem atividades informais para complementar seus rendimentos, como tratamos anteriormente.

Quanto a aplicação dos rendimentos advindos desta atividade de roboteiros, os inquiridos confirmaram que parte desses é canalizado na alimentação, aluguel da casa e saúde, enquanto outra parte é canalizada para a poupança e para o sonho de mudar de atividade.

Por outro lado, questionou-se os mesmos jovens inqueridos se consomem algum tipo de droga, atento à situação social e o contexto em que se encontram, uma vez que muitos jovens que vivem uma condição igual recorrem a esse tipo práticas. Quanto ao exposto acima, os resultados encontram-se no gráfico abaixo:

Figura 4.9 - Consumo de drogas



Fonte: elaboração própria.

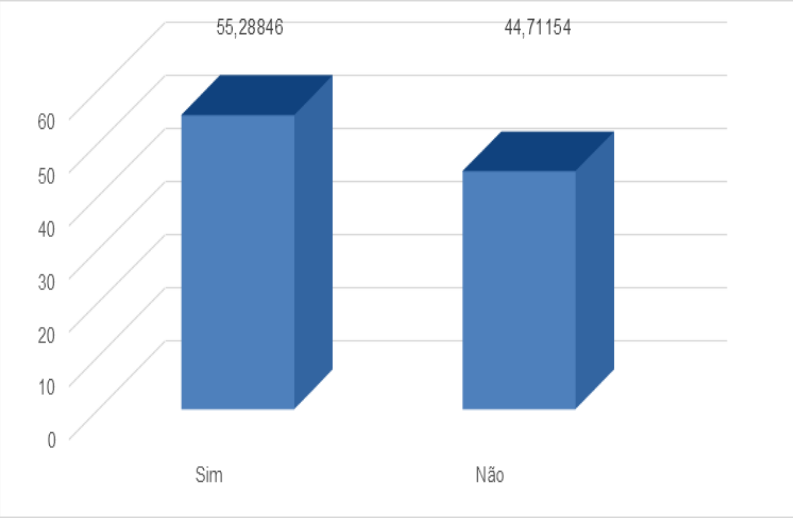
Relativamente ao consumo de algum tipo de droga, o gráfico acima mostra que 60,8% dos nossos inquiridos afirmam não consumir algum tipo de droga, enquanto 39,2% afirmaram que fazem uso da droga.

Quanto ao exposto acima, nos parece importante realçar que, apesar de grande parte dos roboteiros terem apontado o uso do tabaco como sendo a principal droga utilizada, nas nossas observações podemos constatar o consumo elevado da liamba (ganza) no seio dos jovens

roboteiros. Por outra, podemos constatar igualmente, durante o período da observação, de que este consumo é frequente, principalmente nos dias em que a atividade não correu tal como perspetivado por estes, recorrendo assim a esta substância (liamba/ganza) como forma de esquecer o dia ou o desgaste advindo desta mesma atividade.

Nesta mesma senda, questionou-se os jovens se fazem uso de algum tipo de bebida alcoólica, cujos resultados encontram-se no gráfico abaixo:

Figura 4.10. Consumo de bebida alcoólica.



Fonte: elaboração própria.

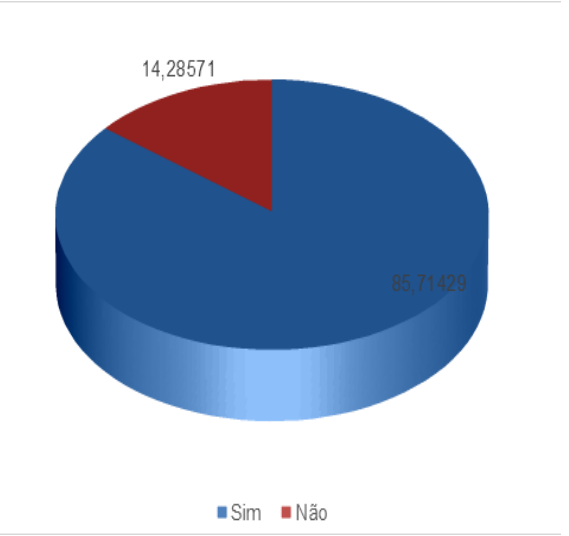
Quanto a questão colocada sobre uso de bebidas alcoólicas, o gráfico apresentado acima ilustra que a maior parte dos jovens roboteiros sujeitos desta pesquisa, significando 55,3% dos roboteiros inquiridos, afirmam fazer uso de bebidas alcoólicas, enquanto 44,7% afirmam não fazer uso das mesmas.

É importante sublinhar que entre os jovens inqueridos que fazem o uso da bebida alcoólica apontam o famoso "the best" (Whisky) em pacote como sendo o mais consumido, que na ótica dos mesmos este tipo de bebida repõe supostamente a energia empreendida no exercício desta atividade de carregamento de mercadorias. Por outro lado, é fundamental dizer que o consumo excessivo desta bebida tem causado sérios problemas de saúde no seio destes jovens, acabando em muitos casos em mortes.

Os sujeitos da pesquisa foram igualmente questionados se têm contactos regulares com os seus familiares, uma vez que todos os jovens que realizam esta atividade de roboteiros e foram inquiridos são provenientes

de outras provinciais do país, cujas respostas observam-se no gráfico abaixo:

Figura 4.11. Contatos com os familiares



Fonte: elaboração própria

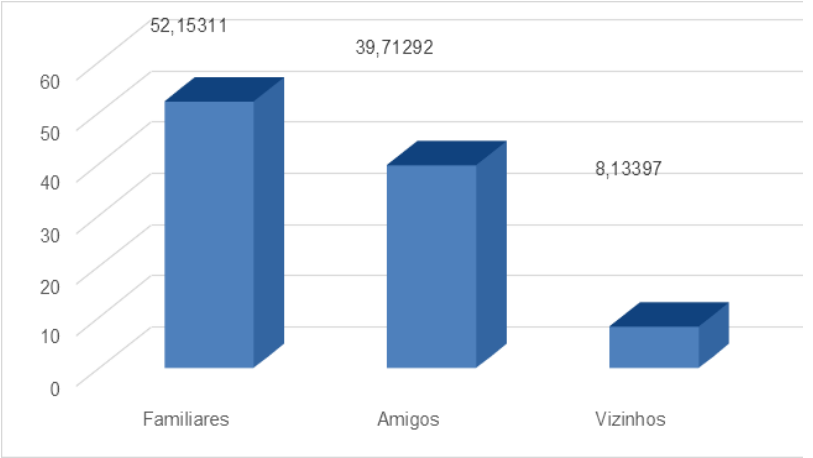
Respondendo a questão referenciada acima, uma vez que estes jovens encontram-se distante das suas famílias por razões já mencionadas atrás, o gráfico mostra que 85,7% dos inquiridos tem tido contactos regulares com suas famílias, enquanto 14,3% dos nossos inquiridos declararam

não ter nenhum tipo de contacto com os seus familiares.

Neste aspeto podemos ver que, apesar da distância, os inquiridos na sua maioria interessam – se com a família, que por meio de telemóveis os mesmos procuram manter contactos, sabendo assim como estes estão, bem como quais as necessidades que os mesmos enfrentam, pois muitos deles é que sustentam as suas famílias, apesar da distância e dos parcos rendimentos auferidos.

Por outro lado, os nossos sujeitos de pesquisa foram questionados quanto as pessoas que recorrem quando precisam de ajuda. Quanto a esta questão, os dados mostram que 52, 2% recorrem a familiares, apesar de estarem distantes, como pode-se observar no gráfico abaixo:

Figura 4.12. Redes de apoio



Fonte: elaboração própria.

Apesar do resultado já referenciado acima, o gráfico espelha que os jovens roboteiros, quando precisam de ajuda além da família como apresentou-se anteriormente, também recorrem a ajuda de amigos em caso de necessidades, que corresponde 39,7% dos inquiridos. Já 8,1% dos inquiridos dizem que recorrem em caso aos vizinhos.

Neste caso, importante realçar que estes jovens não contam com ajuda de instituições de caridade, muito menos se beneficiam de qualquer programa do Estado, mas

sim de suas próprias famílias e das redes de solidariedade que criam e das quais fazem parte amigos, muitos deles colegas do trabalho que realizam, e vizinhos, que são na verdade o braço solidário para amenizarem alguns dos vários problemas a que se deparam no seu dia-a-dia. Relembramos que um dos objetivos específicos deste trabalho era investigar as redes de solidariedade disponíveis para este grupo, dos jovens roboteiros, e nossa pesquisa constata a ausência do Estado ou de instituições privadas com as quais possam contar, confirmando que dependem uns dos outros, de seus familiares e vizinhos em casos que precisam de ajuda, por exemplo, por ocasião de doença.

Esta situação demonstra claras restrições, carência e transtornos de uma política de proteção social disfarçada na assistência sanitária e médica, que não é sentida nem vivida na prática pelas camadas sociais mais necessitadas da população, ficando simplesmente plasmada Constituição angolana.

> "O Estado promove e garante as medidas necessárias para assegurar a todos o direito à assistência médica e sanitária, bem

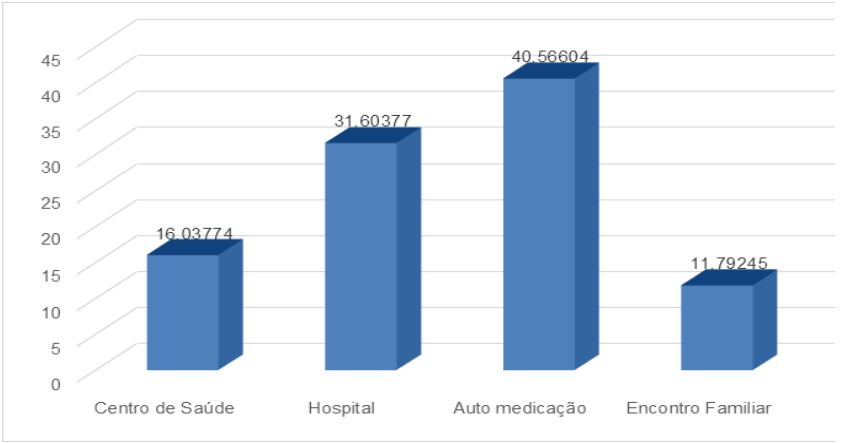
> como o direito à assistência na infância, na maternidade, na invalidez, na deficiência, na velhice e em qualquer situação de incapacidade para o trabalho, nos termos da lei. 2. Para garantir o direito à assistência médica e sanitária incumbe ao Estado: a) Desenvolver e assegurar a funcionalidade de um serviço de saúde em b) todo o território nacional; c) Regular a produção, distribuição, comércio e o uso dos produtos químicos, biológicos, farmacêuticos e outros meios de tratamento e diagnóstico; d) Incentivar o desenvolvimento do ensino médico cirúrgico e da investigação médica e de saúde. 3. A iniciativa particular e cooperativa nos domínios da saúde, previdência e segurança social é fiscalizada pelo Estado e exerce-se nas condições previstas por lei" (CRA, 2010:.32).

Neste sentido, podemos dizer que, na política social angolana efetiva não foi possível observarmos um plano particular para os jovens roboteiros, com vista a dar respostas demandas sociais destes jovens na província de Luanda, deixando assim os mesmos a sua sorte. Neste sentido Samba (2018:134), realça que "em um mercado de trabalho cada vez mais exigente, a atividade informal tem sido uma alternativa à fome, à miséria, e à exclusão". Sendo assim, o autor realça à presença de oposições no país que

insistem a falta de soluções às demandas vivenciadas por estes jovens. Observa-se que estes jovens roboteiros estão submetidos a diversas situações de violação de direitos. Sendo assim, com base ao exposto acima, podemos dizer que estamos além de falar de políticas sociais, uma vez que os nossos entrevistados não se beneficiam dos mesmos programas levados acabo pelo governo angolano.

Nessa linha, procurou-se também ao longo da pesquisa compreender mais especificamente as possibilidades de apoio em caso de doença, na falta de qualquer acesso aos direitos trabalhistas, e saber dos jovens roboteiros sobre a solução que adoptam em caso de problemas de saúde, cujos dados encontram-se especificamente ilustrados no gráfico abaixo:

Figura 4.13. Solução a adoptar no caso de doença



Fonte: elaboração própria.

Quanto a questão colocada cima, relativamente a solução adotada pelos jovens roboteiros em caso de doença, o gráfico acima mostra que a maioria, 40,6% dos roboteiros inquiridos, quando estão doentes fazem a automedicação, 31,6% vão ao hospital, 16% vão ao centro médico mais próximo, enquanto 11,8% vai ao encontro da família na província, isto já em caso de gravidade da doença.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (1998), a automedicação é definida como a seleção e o uso de medicamentos sem prescrição ou supervisão de

um especialista, e é encarada como uma resposta urgente para o alívio de dores e sintomas de determinada doença. Entretanto, a automedicação, no caso concreto de Angola e dos jovens roboteiros em particular, pode ser justificada devido o tipo de atendimento que existe nas unidades hospitalares, pois são muitos os problemas quanto ao funcionamento destas instituições do país.

Podemos dizer que tomar medicamentos sem que haja a prévia consulta médica, por qualquer que seja o especialista, tem sido uma prática frequente no seio da população angolana, em particular para os jovens roboteiros, tal como mostram os resultados do gráfico acima referenciado, em que os mesmos, para não perderem tempo e dinheiro, preferem recorrer a prática de automedicação como principal forma de combater a doença que lhes atormenta.

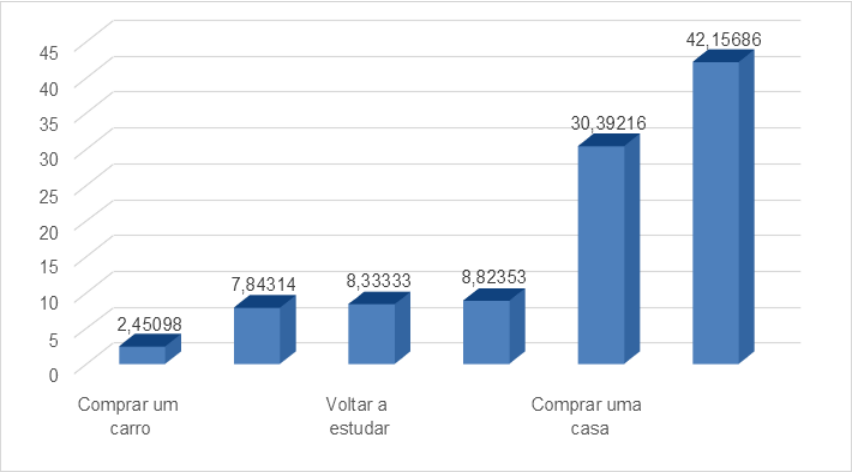
É de realçar que a automedicação na sociedade angola é uma prática presente no quotidiano da vida das pessoas, embora tenhamos assistido os esforços a volta das políticas de descentralização dos serviços de saúde

em quase todo o território nacional, porque as populações ainda se debatem com enormes dificuldades de acesso aos mesmos. Por outro lado, fruto ainda da procura elevada, grande parte da população opta assim em não procurar unidades hospitalares, ou dirigem-se apenas aos hospitais em casos em que a doença se encontra em estado avançado.

Neste sentido, devemos ter a noção que um medicamento pode ser um fármaco, um remédio, uma droga, um veneno. Sendo assim, o conjunto destas propriedades que envolvem os medicamentos, na sua ingerência sem acompanhamento, podem causar situações que põem em perigo a vida de quem recorre aos mesmos sem a devida prescrição.

Finalmente, foram apresentados alguns objetivos aos jovens roboteiros, sujeitos da nossa pesquisa, para que escolhessem dois objetivos que gostariam de realizar na sua vida e que apresentamos no gráfico abaixo:

Figura 4.14. Objetivos para o futuro



Fonte: elaboração própria.

Atendendo a questão, o gráfico acima coloca os objetivos apresentados aos jovens roboteiros, e percebe-se que a maioria dos jovens inquiridos, correspondente à 42,2%, almejam alcançar o objetivo de comprar uma motorizada para mudarem a atividade laboral que realizam de roboteiro para mototaxista. Já 30,4% destes jovens apontaram como objetivo principal a realizar a compra de uma casa.

Quanto a mesma questão, o gráfico aponta que 8,8% deseja conseguir um emprego e 8,3% deseja voltar

a estudar, pois percebem o estudo como uma ferramenta que pode lhes ajudar a mudar sua condição de vida. Por sua vez, 7,8% gostaria de regressar a sua província de origem e 2,5% gostaria de comprar um carro, um objetivo que muitas vezes só pode permanecer no sonho, atendendo o custo de um carro hoje, mesmo aqueles considerados de segunda mão, diante do rendimento que os mesmos têm tido nesta atividade.

Capítulo 4

TRAJETÓRIAS DOS JOVENS ROBOTEIROS NO MERCADO INFORMAL EM LUANDA

A migração dos jovens para Luanda

Luanda, a capital do país, tem conhecido um explosivo e descontrolado crescimento populacional, primeiro devido a situação da guerra civil que o país viveu, que fez com que a grande maioria da população de outras províncias buscassem alguma segurança no deslocamento para a capital, e segundo por razões económicas, já que é uma das províncias mais desenvolvidas do país, o que atrai sobretudo jovens de outras províncias a procura de melhores condições de vida.

O conflito militar, por sua vez, agudizou a situação económica e social nas zonas rurais, contribuindo desta forma no abandono do campo para as cidades, sobretudo da população jovem, mesmo quando a insegurança física não está em causa. Neste sentido, a cidade de Luanda tornou-se no espaço acolhedor durante os 27 anos de guerra que o país viveu1. Esta situação fez com que a cidade se estendesse

1 Dados preliminares do censo 2014, apontam que a província de Luanda é a mais populosa, concentrando 27% da população do país (INE, 2014).

ainda mais, ocupando novas áreas nos municípios de Cacuaco, Samba (Benfica), Viana e Kilamba Kiaxi.

A pesar desta situação da vinda das populações para Luanda ser um problema antigo, justificado sobretudo pela questão da guerra como já foi referenciado acima, é com o alcance da paz, em 2002, que a tendência do deslocamento populacional para a cidade de Luanda aumentou consideravelmente. É de realçar que esta tendência de deslocamento da população para as grandes cidades é um problema mundial, não sendo assim um problema exclusivo de Angola. Nesta logica, é falso pensar que as pessoas só vinham para Luanda por causa da guerra. A guerra era um problema sim, mas as migrações e o abandono do meio rural para os grandes centros urbanos a procura de melhores oportunidades de vida é um fenómeno global, agravado, no caso angolano, pela situação económica das províncias e suas características.

Sendo assim, ao procedermos a análise das entrevistas, verificamos a não existência de homogeneidade quanto aos motivos do deslocamento da população para

as grandes cidades, principalmente para Luanda, tal como ilustra o gráfico 4.4.2, no capítulo anterior.

Não obstante o nosso grupo ser relativamente homogéneo do ponto de vista geral, os motivos estruturais que levaram os jovens "roboteiros" a emigrarem para Luanda são diversos. Dentre estes destacam-se a falta de emprego, o conflito armado, a fome, prosseguição de estudos, entre outros. Esses elementos acima referenciados, principalmente a falta de emprego e o conflito armado que o país viveu e que afetou consideravelmente as províncias do interior, faz com que grande parte destes jovens tenham uma grande atração à cidade capital, centro económico do país e uma das províncias que mais investimentos recebe em quase todas as áreas estruturantes de desenvolvimento de um país.

Quando questionados sobre os motivos da vinda a Luanda, os jovens roboteiros apontam nos seus depoimentos o seguinte:

> "Vim à Luanda para melhorar a minha vida e tenho parentes aqui, que

me trouxeram aqui, porque a vida lá em Benguela é mais difícil." [roboteiro, 23 anos]

"É pá, eu vivia em Benguela. Eu sou de benguela. A guerra me fez fugir, é por isso que eu vim parar aqui em Luanda." [roboteiro, 27 anos]

"Sou natural de Katumbela, província de Benguela, estou em Luanda a procura de melhores condições de vida." [roboteiro, 19 anos]

"Eu vim da Huila para cá no sentido de melhorar a minha vida, por que lá para pegar dinheiro é muito difícil." [roboteiro, 18 anos]

"Sou da província de Benguela, vim para Luanda para trabalhar e ajudar a minha família, porque lá a vida estava muito difícil." [roboteiro, 22 anos]

"Sou da província da Huila, município da Chibia, vim para Luanda a procura de emprego, para conseguir organizar a vida." [roboteiro, 23 anos]

"Eu saí da província de Benguela, município do Chongoroi porque lá a vida tá difícil, então eu pensei em vir para Luanda para conseguir fazer qualquer coisa porque lá a vida não tá dar." [roboteiro, 29 anos]

"Vim da província da Huila, município da Matala, com os meus

> amigos, porque lá não tem emprego para ganhar algum dinheiro, já aqui em Luanda, dá para ganhar um pouquinho e ajudar a família lá." [roboteiro, 27 anos]

Ao analisarmos os depoimentos referenciados acima, percebe-se que os mesmos estão plenamente de acordo com os pontos de vista dos autores referenciados ao longo do nosso trabalho. Por exemplo, quando referem as grandes dificuldades presentes no território de origem dos entrevistados, que são, entre outras, a falta de emprego e as dificuldades para a satisfação das necessidades básicas da família, que de alguma forma incentivam a vinda destes jovens para a cidade de Luanda.

Podemos constatar que o ponto fundamental da decisão destes jovens emigrar para a cidade de Luanda foi a procura por melhores condições vida. Nesta ordem de ideia, esta realidade pode ser explicada quer do ponto de vista das teorias micro, quer do ponto de vista das teorias macro.

Neste sentido, a perspetiva clássica push-pull, difundida por Ravenstein e seus continuadores, aponta que

o fator expulsão (pull) nas zonas de partida, principalmente no caso dos jovens provenientes do interior da província de Benguela e da Huila, pode ser explicado por este modelo, pelo fato da principal atividade realizada por estes jovens nestas localidades (quer agricultura de subsistência, quer a criação de gados) já não produzirem lucros satisfatórios para dar respostas aos grandes problemas dos membros da família.

Diante do exposto acima é que normalmente os jovens alimentam a ideia de migrar, manifestando que o ciclo de vida é uma variável essencial na decisão de migrar, tal como realçam as perspetivas sociológicas referenciadas ao longo deste trabalho. Outro aspeto importante na abordagem da migração destes jovens das suas áreas de origem para a cidade de Luanda reside na inexistência de condições para investimento no capital humano, tal como evidenciados pelos nossos entrevistados. Nesta perspetiva, Brito e Carvalho (2006, citados por Ghuzi, 2012: 37) afirmam "que a ausência de requisitos educacionais e de treinamento são também fatores de expulsão".

Atendendo ainda ao pressuposto acima referenciado, podemos afirmar que para estes jovens a cidade de Luanda representa um fator de atração, pelo facto destes jovens migrantes verem nesta província a resposta dos seus problemas, como pode-se observar nos depoimentos abaixo:

> "Sou da província da Huila, vim para cá porque aqui tem boas escolas, bons hospitais e muitas possibilidades de ganhar algum dinheiro, o que não acontece lá na nossa província." [roboteiro, 24 anos]
> "Vim de Benguela para cá, no sentido de ter uma profissão e melhorar a minha vida, por que lá o trabalho no campo é muito esforço e pouco dinheiro." [roboteiro, 24 anos]

Já a perspetiva histórico-estruturalista realça que o fenómeno migratório é um problema social, uma vez que encontra como causas estruturais os problemas de âmbito económico (Singer, 1998: 71). Numa visão geral, podemos afirmar que as províncias do interior de Angola têm vivido um longo período de estagnação. Esta situação é

ainda complicada nos municípios do interior das províncias referenciadas, onde as condições de vida das populações são de certa maneira deploráveis.

O exposto acima ocorre porque essas populações na sua maioria vive uma realidade de esquecimento total por parte do Estado, com sua sobrevivência baseando-se em uma agricultura de subsistência, que no contexto atual já não responde as necessidades destas populações, mesmo as mais básicas. Nesta perspetiva, é que Singer (1980: 33) realça que o problema da migração é historicamente condicionado, sendo, portanto, uma resposta a uma determinada situação.

Ressalta-se que as reduzidas possibilidades de melhorar a condição de vida e de desenvolvimento do capital humano, bem como a falta de investimentos tecnológicos no sector agrícola nestas províncias do interior do país, entre outros problemas vivenciados, funcionam como potenciais fatores de expulsão nestes municípios, sendo os jovens os principais alvos desta saída em detrimento da população adulta. É de referir também que esta situação da saída da população ativa no espaço rural, coloca estas

áreas numa situação complicada, pois com a situação de envelhecimento da população adulta, que se observa nestas localidades, pode ocorrer o desaparecimento das mesmas.

Como nos ensina Samba (2018:149), a migração é vista, portanto, por alguns jovens como uma possibilidade para reunir condições que lhes permitam viver com dignidade. Para muitos deles, partir para cidade é seguir uma viagem de incertezas, não sabem o que vão encontrar.

Segundo este mesmo autor, a mobilidade da juventude para as grandes cidades tem um conjunto de explicações indissociáveis, como a pobreza, a falta de oportunidades no campo, o desejo de maior autonomia, de mais liberdade para o consumo, o mercado de trabalho mais atrativo e a ilusão de ter um trabalho seguro. Junta-se a isso, as transformações advindas da modernização do meio rural e a situação crítica do trabalhador do campo, que vê cada vez mais o seu mercado de trabalho a diminuir e o seu trabalho desvalorizado.

Dentre os vários motivos que justificam a vinda dos jovens para a cidade de Luanda, tendo em conta os nossos

entrevistados, temos a destacar as grandes dificuldades que o conflito armado causou, fazendo desta cidade o ponto de chegada para grande parte das populações, que perante a situação de guerra e a procura de melhores condições de vida, acabaram por abandonar as suas terras de origem, como ficou evidenciado nos depoimentos referenciados acima.

Tendo em conta as respostas dos entrevistados, apontaram que a vinda para a cidade de Luanda, campo de estudo da problemática em análise neste trabalho, deve-se inicialmente a falta de oportunidade de emprego nas zonas de origem, a procura de segurança, formação, proteção e melhores condições de habitabilidade, capazes de dar respostas aos problemas da família.

Ainda na visão de Samba (2018:145), essa vinda para a capital por parte desses jovens é movida pela ideia de que a cidade proporciona melhor qualidade de vida em relação à zona rural. Por outra, a opção do Estado em desenvolver apenas algumas províncias do país em detrimento de outras criou grandes desigualdades, que são

persistentes no país e cujas consequências tornam-se cada vez mais visíveis no atual contexto, causando um fosso social e uma desintegração socioeconómica nunca antes vista.

Ainda segundo o mesmo autor, a falta de emprego e de espaços de formação nas áreas de origem dos jovens constituem os principais motivos da migração dos jovens para Luanda. Por outro lado, é importante ressaltar que essa escassez de postos de trabalho que ocupe o tempo dos jovens, sobretudo nas capitais de províncias, também contribui para o aumento do alcoolismo, da infração e da prostituição.

Concordamos plenamente com o pensamento do autor acima citado, ao afirmar que a falta de programas e de políticas concretas voltadas a integração dos jovens no mercado de trabalho, influencia diretamente os mesmos a desenvolverem certas práticas que possam mais tarde constranger as suas expetativas.

Por outro lado, apesar desses jovens estarem há bastante tempo em Luanda, nossa pesquisa indica que

apenas consideram-no como um lugar de estar, de ganhar a vida para garantir a sobrevivência, e não um espaço de pertencimento, tanto é que quase sempre relatam querer retornar para as suas províncias depois de algum tempo, quando juntarem dinheiro necessário para o sustento da sua família no lugar de origem, como evidenciam os depoimentos abaixo:

> "Pretendo regressar na minha província de origem (Huila) com o dinheiro que vou juntar, para comprar terreno e construir a minha casa" [roboteiro, 26 anos].
> "Eu vim para Luanda simplesmente para ganhar algum dinheiro e não para ficar o tempo todo." [roboteiro, 28 anos]
> "Eu vim de Benguela para cá no sentido de melhorar a minha vida, comprar uma motorizada e voltar para a terra onde nasci." [roboteiro, 22 anos]

A falta de oportunidades, de trabalho nas demais províncias do país, estimula a mobilidade dos jovens em busca de outras formas de ganhos suficientes para suprir os

grandes custos de suas necessidades básicas pessoais e de suas famílias.

De acordo com a abordagem econômica, a zona rural, por apresentar uma reduzida produtividade, acaba por influenciar significativamente a emigração de um número significativo da sua população para a cidade, onde na maioria dos casos acabam tendo maior produtividade e ganhos.

Tendo em conta os depoimentos dos nossos sujeitos de pesquisa, podemos observar que os mesmos desejam regressar depois de um certo tempo nas suas zonas de origem. Sendo assim, esse dado vem confirmar que a causa da migração destes jovens para Luanda consistiu fundamentalmente no rendimento insuficiente resultante das atividades que exerciam nas suas zonas de origem, caracterizando desta maneira um importante aspeto desse processo migratório campo- cidade.

É importante referenciar que apesar destes jovens terem se ausentado das suas zonas de origem, as suas terras foram sempre protegidas e muitas delas cultivadas com os

valores enviados por eles. Nesta ótica, Peixoto (2010: p?) realça que em muitos casos a ideia de partir foi levada a cabo com bastante prudência, o que supõe o recurso da racionalidade.

Ainda na senda da migração destes jovens para a cidade de Luanda, podemos observar que a mesma teve como pano de fundo a motivação econômica, reflexão esta que vai de acordo com os pressupostos da abordagem migratória levados acabo por Ravenstein (Klein et al.; Peixoto, 2010, citados por Guzhi (2012: 41), ao apontarem a influência das motivações econômicas dentre as causas para migrar.

Outro subsídio importante para a compreensão desta problemática é a abordagem histórico-estruturalista, que aborda a questão da desigualdade econômica existente entre as diferentes zonas, ou seja, entre as zonas desenvolvidas e as zonas não desenvolvidas. Neste sentido, as províncias com maiores desenvolvimentos, tal como a cidade de Luanda, acabam atraindo os jovens migrantes, estando províncias como Benguela, Huila e Huambo,

de onde a maioria dos nossos sujeitos de pesquisa são provenientes do polo oposto.

Neste sentido, a forma de desincentivar a saída massiva destes jovens nas províncias em que grande parte dos nossos sujeitos de pesquisa são provenientes, reside na criação de políticas públicas de incentivo para que estes jovens migrantes possam viver e prosperar nas suas zonas de nascença, sem precisar abandonar as mesmas em busca de melhores oportunidades em outras zonas. Isso para dizer que, enquanto não existir políticas concretas voltadas a estimular a vida nas zonas rurais, continuaremos a assistir a saída considerável de jovens do espaço rural, em busca de melhores condições de vida no espaço urbano, no caso concreto da cidade de Luanda, permanecendo esses jovens sujeitos à informalidade e à precariedade laboral, com todos os seus desdobramentos e problemas sociais associados.

Integração dos jovens no sector informal em Luanda: o caso dos jovens roboteiros

Neste item, sobre a integração dos jovens migrantes no sector informal, procuramos identificar os fatores que estão base do seu ingresso nesta atividade informal em Luanda. Após migrarem para a capital, como os estes jovens se tornam roboteiros?

Para essa abordagem partimos do princípio de que a integração dos recém-chegados num espaço desconhecido é normalmente feita pelos indivíduos que já lá se encontram há mais tempo, proporcionando assim as bases fundamentais para a integração destes jovens migrantes no novo espaço.

Os autores citados ao longo deste trabalho apontam que a deslocação dos jovens para a cidade no sentido geral, e em particular para a cidade de Luanda, carregam consigo várias aspirações e esperanças, mas que em um curto espaço de tempo, os mesmos começam a lidar com alguns obstáculos de inserção no mercado de trabalho. Desta forma, por falta das principais exigências determinadas

pelo mercado de trabalho, tais como a formação académica e profissional, entre outras, estes jovens acabam por serem excluídos do mercado de trabalho formal, não lhes restando outras possibilidades a não ser se enquadrarem nas mais variadas atividades informais.

Neste contexto, as influências dos amigos e familiares que se encontram a mais tempo na cidade jogam um papel importante na integração destes jovens no setor informal na província de Luanda. No caso concreto dos jovens roboteiros, acabam entrando nesta atividade de carregamento de mercadorias, mediante o ensinamento daqueles que já se encontram nesta atividade a mais tempo, dando-lhes todas as estratégias a volta do funcionamento do mercado, as técnicas de conseguir o cliente no meio de tanta disputa, bem como adquirir o principal meio de trabalho, isto é, o cangulo, ou carro de mão.

Os depoimentos dos nossos sujeitos de pesquisa demonstram claramente a maneira como estes jovens integraram-se nesta atividade de roboteiro, onde a influência dos amigos que já praticavam esta atividade desempenhou

um papel importante na integração destes jovens recém-chegados à Luanda, na atividade de roboteiro, tal como evidenciam os depoimentos abaixo:

> "Acontece que íamos observando que os primeiros que vinham de Luanda para esta atividade, voltavam em condições diferentes em relação aos que viviam na província. Então optamos por vir fazer o mesmo para ver a vida melhorada" [roboteiro, 24 anos]
> "Comecei a fazer este trabalho de carregar mercadoria, por causa dos meus amigos que me falaram que mais vale fazer este trabalho do que fatigar os outros" [roboteiro, 19 anos]
> "Hoje em Luanda encontrar um emprego está malé malé, cada um se preocupa consigo mesmo e não quer saber do outro. Desta forma, como a nossa sociedade vai mudar se para conseguir emprego é preciso ter padrinho na cozinha? Muitas vezes é preciso pagar algum dinheiro para te empregar, e para você que vem do zero é muito complicado. Pior ainda para nós que viemos de outras províncias que não estudamos quase nada" [roboteiro,

> 20 anos]
> "Comecei a carregar aqui na praça do campo com os meus brads, porque outros trabalhos melhores que procuramos na baixa, nos pediram bilhetes, certificados da escola, entre outros mambus que nós não temos." [roboteiro, 24 anos]
> "Não é nossa vontade ser roboteiro, mas a situação em que nos encontramos exige, pois muitos de nós deixamos famílias na banda para sustentar, isto nos leva a fazer este trabalho para garantir a sobrevivência da família e satisfazer as nossas necessidades no geral." [roboteiro, 26 anos]

Como podemos ver, os jovens realçam que realizam esta atividade não por vontade própria, mas por circunstâncias de suas vidas, o que ilustra de forma clara que as pessoas ingressam para as práticas de trabalhos informais, como forma de estratégia de sobrevivência, que segundo Samba (2018: 133), essa estratégia se opera, tanto através da migração para os centros urbanos em busca de oportunidades económicas, quanto pelo ingresso no trabalho informal da cidade. Na ótica de Santos (2010:02),

as estratégias são vistas como estruturas de opção ou de decisões, atuando de modo interdependente – como práticas de trabalho de procriação e de socialização dos filhos de migração.

De acordo com a explanação do autor acima citado, podemos ver que o procedimento dos indivíduos nestas estratégias pode ser, por um lado, uma forma de auxiliar a renda familiar num contexto em que a inflação tirou o poder de aquisição das famílias, e por outro lado, esta estratégia pode representar a única fonte de renda para a família, situação esta que se enquadra com a realidade de uma parte considerável da população angolana, que não possuindo os requisitos exigidos, acabam vivendo e convivendo na informalidade.

Estes jovens migrantes, uma vez deparando-se com estas dificuldades impostas pela nova realidade em que se encontram, sentem-se obrigados a recorrer a esta estratégia de carregamentos de mercadorias, fazendo assim o uso da força física de maneira a adquirir os recursos necessários para garantir a sua sobrevivência e de sua família, num país

onde às politicas sociais para dar respostas a estas situações são praticamente inexistentes do ponto de vista prático.

Sendo assim, Domingues (2019: 91), afirma "que esta é uma realidade que afeta grande parte das populações dos países africanos que se deparam com situações de várias ordens no seu quotidiano, sendo forçadas a adotar estratégias para obterem os recursos que lhe possam assegurar o seu sustento diário".

As estratégias de sobrevivência que esses indivíduos adotam em Luanda são determinados em função de uma série de fatores. Nesta ótica, os estudos realizados por Lopes (2010) e depois por Félix (2021) relatam que, diante desta realidade vivenciada por estes jovens, os mesmos acabam ingressando no setor informal, pelo fato deste oferecer uma grande facilidade e oportunidades para que esta franja populacional possa assim garantir a sobrevivência, ainda que em condições vulneráveis, face ao grande problema de empregabilidade que os mesmos vivenciam.

Neste sentido, podemos afirmar que a integração destes jovens no setor informal em Luanda pode ser

resultado da exclusão dos mesmos no acesso a empregos formais, uma vez que grande parte destes não possuem qualificações e competências necessárias para concorrer por um emprego na cidade, sobrando apenas a inserção no mercado informal, como muito bem nos ilustram os depoimentos abaixo:

> "Optei em fazer este trabalho de roboteiro, porque é o único trabalho que eu vi, porque os outros trabalhos não aceitam pessoas como nós que não estudamos." [roboteiro, 25 anos].
> "Eu só sei trabalho do campo, por que lá ninguém te pede bilhete ou documento da escola para trabalhar. Aqui em Luanda todo trabalho é preciso documento da escola e nós que não temos, não somos aceites lá." [roboteiro, 29 anos].

Tendo em conta os depoimentos dos nossos sujeitos de pesquisa, podemos observar que grande parte destes apontam o baixo grau de escolaridade, a falta de qualificação profissional e a falta de documentos pessoais

como sendo fundamentais para se conseguir um emprego e que a ausência destes elementos referenciados os coloca numa situação de desvantagem. Nesta conformidade, os jovens em estudo optam por esta atividade de roboteiro como um recurso possível, uma vez que o mais importante para eles é ganhar dinheiro de forma humilde, ou seja, como resultado do seu trabalho e esforço.

Neste aspeto, concordamos com a perspetiva de Nzatuzola (2006), realçar que:

> "As diferentes categorias de população que afluem aos grandes centros, principalmente Luanda, atesta um grande número de pessoas sem qualificações profissionais e um baixo nível de escolaridade de muitas delas. A maioria destas populações é de origem camponesa e a sua concentração nas grandes cidades levanta sérios problemas de inserção como o de acolhimento e resposta quanto à satisfação das necessidades" (Nzatuzola, 2006:13).

Tal como referenciado acima, os nossos sujeitos de pesquisa apresentam um grau académico bastante reduzido, situação evidenciada também em seus depoimentos, por outro lado, apesar destes jovens roboteiros terem na sua maioria frequência do ensino primário, muitos não sabem ler nem escrever. É de ressaltar que essa situação pode ser consequência de um conjunto de situações ligadas as trajetórias sociais dos mesmos.

Nesta visão, as pesquisas sobre o trabalho informal em Luanda realizadas por Lopes (2006, 2010, 2014) retratam a pobreza e realçam um aspeto encontrado também entre os sujeitos deste trabalho. As narrações dos nossos entrevistados demonstram que esta atividade tem como objetivo garantir a sobrevivência, ainda que em padrões minimamente aceitáveis, tornou-se uma prorrogativa essencial em relação a qualquer outra expectativa considerada necessária na busca de melhores condições de vida.

Por sua vez Félix (2012:113), realça que os participantes da pesquisa por ela realizada, zungueiras, ou vendedoras ambulantes - possuem baixo nível de instrução,

confirmando assim que desde a sua infância os imperativos de sobrevivência sempre foram superiores em detrimento dos estudos. Neste sentido, podemos dizer que esta conjuntura apresentada pelos nossos sujeitos de pesquisa, que partilham dessa caraterística do baixo nível de instrução formal, representa aquilo que muitos autores chamam de reprodução da pobreza, visto que todo o cenário narrado por eles, submete-os a estes cenários de vulnerabilidade.

Assim sendo, consideramos a vulnerabilidade social como sendo toda aquela situação capaz de criar prejuízos latentes aos indivíduos como consequência de uma conjugação de fatores que provocam uma determinada situação em que a vida e o sustento de uma pessoa são postas em risco por um fato verificado na sociedade em que o mesmo se encontra.

Segundo Domingues (2019: 71), a vulnerabilidade social refere-se também às características de uma pessoa ou grupo em termos da sua capacidade de antecipar, enfrentar, resistir e recuperar-se do impacto de um perigo natural. Também se refere à resiliência das comunidades quando

confrontadas com pressões externas relacionadas com a saúde ou catástrofes naturais ou provocadas pelo homem, ou ainda fragilidades internas como a baixa autoestima, depressão ou sentimento de privação.

Por sua vez, Lopes (2014: 37) ressalta que a falta de rendimentos suficientes e de segurança, bem como a deficiente qualificação profissional, são responsáveis por algumas das privações que determinam o elevado grau de vulnerabilidade dos trabalhadores da chamada economia informal, que são, segundo este autor, maioritariamente mulheres, jovens e crianças, todos com baixo nível de escolaridade. Assim, ao reduzir a vulnerabilidade social, pode-se diminuir tanto o sofrimento humano quanto a perda económica.

Com base nestes argumentos, achamos urgente pensar em programas e políticas de empregabilidade capazes de darem respostas aos trabalhadores informais, particularmente aqueles que se encontram mais excluídos, como é o caso da grande maioria em Angola.

É de realçar que os programas que têm sido levados

acabo neste sentido, não tem tido um impacto tal como se esperava, uma vez que a aplicabilidade de tais programas de geração de empregos é bastante problemática, já que os que deveriam usufruir dos mesmos, acabam por não ser tidos nem achados. Ou seja, os critérios para tal, acabam por excluir os que realmente necessitam dos mesmos programas.

O quotidiano dos jovens roboteiros em Luanda

Falar do quotidiano significa realçar uma categoria de análise fundamental, uma vez que surge integrado no processo de desenvolvimento sócio – histórico da sociedade angolana e com grandes repercussões no quotidiano dos jovens migrantes que atuam no mercado informal, em particular, do jovem roboteiro, uma vez que as experiências do passado são pilares fundamentais para a vida presente e não só. Nesta linha de pensamento, Monteiro (2012), apresenta:

> "O quotidiano como uma categoria indispensável, entendido como a repetição de dias, como uma rotina, mas também como um processo histórico, político, económico e estético, de ação, reflexão e transmissão de ideias, conhecimentos, crenças e costumes, que influenciam os sujeitos e passam de geração em geração pela cultura. Não se trata de uma prática meramente mecânica ou automatizada, mas espontânea, fundamentada da consciência" (Monteiro, 2012:103).

Sendo assim, podemos compreender que a vida quotidiana é uma vida em que o indivíduo coloca em disposição todas as suas aptidões, ideias e sensibilidades, com a finalidade de alcançar os objetivos que a vida impõe. É, de certa maneira, uma situação que identifica uma série de ações que caracterizam a criação do homem particular, facilitando assim a reprodução social, ou seja, o conjunto das ações que realizamos durante a vida, os quais apresentam um caráter normalmente repetitivo, tal como ocorre com a atividade realizada por estes jovens migrantes

que encontram no mercado de trabalho informal as mesmas rotinas cotidianas na satisfação das suas necessidades diárias, como muito bem ilustram os depoimentos abaixo:

> "A vida que nós levamos é muito difícil, mas temos que fazer mesmo esse trabalho todos os dias, para conseguir lá um pão, porque conseguir aqui em Luanda um trabalho é muito difícil, ainda mais nós que não temos documentos, e também não estudamos, só nos resta mesmo dar no duro para viver." [roboteiro, 24 anos]
> "É só mesmo aguentar com a vida para conseguir qualquer coisa para comer, porque se não fazeres isso, quem mais vai te dar dinheiro para viver e mandar qualquer coisa lá na família para as crianças, por isso, aguentamos mesmo assim com este sofrimento até um dia que Deus nos ajudar a sair desta vida." [roboteiro, 28 anos]

Os nossos sujeitos de pesquisa, ao falarem da atividade que exercem e das demais exercidas dentro do setor informal utilizam os termos "dar no duro", "fazer

esquema" e "desenrascar". Eles mesmos, em sua maioria, definem a sua situação como precária e como de sofrimento.

Os jovens roboteiros descrevem nos seus depoimentos as carências e dificuldades que encontram no dia-a-dia, entre os quais destacam, a poeira, a criminalidade, os abusos das autoridades e o atormentador cansaço com o qual se debatem ao chegarem em casa.

O quotidiano de trabalho destes jovens roboteiros é marcado pela precariedade, e a intensidade do trabalho, em função de uma jornada de trabalho extenso, com elevadas horas e a exigência de uma força física elevada, o que torna o cotidiano destes jovens roboteiros marcante de lutas e de persistência, uma vez que este trabalho é realizado em ambiente aberto, em que são afetados tanto pelo sol intenso, devido as altas temperaturas, como pela chuva, que acaba tornando ainda mais complicado o seu trabalho de carregamento de mercadorias. Tais dificuldades estão expressas nos depoimentos abaixo:

> "Esse trabalho de carregar mercadoria com o carro de mão é muito

> duro. Muitos amigos acabam ficar doente e voltam lá para banda, porque aqui para viver deste trabalho tens de ter mesmo força e coragem para aguentar esse trabalho todos os dias. É só mesmo Deus, porque essa vida que carregamos em Luanda não é fácil." [roboteiro, 26 anos]
> "Todos os dias eu vou na cama cansado de tanto andar com o esse cangulo em todos os lugares da praça e no bairro, até parece que nasci para esse sofrimento de todos dias. Por isso, eu bebo lá uns pacotinhos para me dar mais energia para aguentar esse trabalho difícil que eu faço aqui na praça." [roboteiro, 22 anos]
> "Mas vale aguentar o sofrimento que nós passamos aqui em Luanda com este trabalho de carregar coisas todos os dias, do que voltar na minha [terra] sem nada, porque lá no nosso município para conseguir um dinheiro é difícil, por que não tem mbora biscato como aqui em Luanda." [roboteiro, 27 anos].

Tal como podemos observar nos depoimentos dos nossos sujeitos de pesquisa o cotidiano por eles vivenciado em Luanda é muito difícil. Por isso Samba (2018: 140)

realça que: "As experiências e vivências de trabalho e vida dos jovens são determinadas pelas suas trajetórias e tramas da cidade em que estão inseridos". Desta forma, podemos dizer que os jovens roboteiros compõem e recompõem as suas trajetórias, suas práticas de vida e de trabalho nas dificuldades vivenciadas no meio social em que se encontram inseridos.

É de reforçar ainda que o cotidiano destes jovens roboteiros é reflexo das suas trajetórias de vida, marcadas pelo baixo grau de escolaridade e pela ausência de formação profissional, tão exigidas para uma integração dos mesmos no mercado de trabalho formal e que não lhes foi oferecida oportunidade justa de obter, e uma vez que os mesmos não se fazem acompanhar de tais requisitos, acabam trilhando no seu cotidiano os caminhos da informalidade.

Para Matsuo (2009:114), a análise das trajetórias sociais possibilita verificar as formas identitárias profissionais, centradas nas relações entre o mundo da formação e o mundo do trabalho e emprego. Sendo assim, as identidades profissionais podem ser consideradas

identidades sociais na medida em que, num dado sistema social, as instituições, a posição social, a riqueza, o status/ ou prestígios dependem do nível de formação, da situação de emprego e das posições no mundo do trabalho.

Ainda segundo o autor, ao abordar a questão das trajetórias sociais, destaca dois aspetos fundamentais: o aspeto ligado a trajetória objetiva, que pode ser entendida como a sequência das posições sociais que o indivíduo ocupa durante a vida, e por outro lado, a trajetória subjetiva, que pode ser trazida nos relatos biográficos através de histórias pessoais e que apresentam as visões que os indivíduos têm de si e do mundo.

Neste contexto, a abordagem sobre o quotidiano dos jovens roboteiros, enquadra-se nesta perspetiva do autor acima referenciado, uma vez que estão presentes quer o aspeto objetivo apontado pelo mesmo, como sendo as experiências institucionais acumuladas pelos sujeitos, tendo em conta aos aspetos académicos, profissionais e culturais, como o aspeto subjetivo, voltado para a narração biográfica das categorias próprias do sujeito, tendo em conta o percurso

do mesmo sujeito, ilustrados neste trabalho, por meio dos depoimentos dos nossos sujeitos e que nos ajudaram a compreender o seu cotidiano.

Nesta ótica, concordamos com Becker (2009: 176), ao afirmar que o que estamos a apresentar não é uma visão destorcida da realidade, mas aquela que se apresenta às pessoas que estudamos, a realidade que elas criam da qual agem, pois só desta forma podemos compreender a problemática que nos propusemos estudar.

De acordo com os nossos sujeitos de pesquisa, a sua jornada de trabalho começa logo nas primeiras horas do dia, isto entre as 6h/ 7h, marcando desta forma o início das atividades intensas no mercado, bem como em outros lugares em que a presença dos mesmos é indispensável, terminando assim a sua jornada intensa de trabalho entre às 17 e 18 horas. Realçamos ainda que durante os nossos trabalhos de campo, constatou-se existir dias de reduzida atividade no mercado, sobretudo aos domingos, fazendo com que estes jovens se ausentassem mais cedo do que nos dias de intensa atividade no mercado, como ilustram os

depoimentos abaixo:

> "Nós começamos a trabalhar as 6 horas da manhã, porque temos de ajudar a tirar as mercadorias das casas de processo para as bancadas, depois de despachar as cotas, começamos já apoiar os clientes que vão chegando no mercado para fazer compras." [roboteiro, 22 anos]
> "Normalmente, o nosso trabalho é mais reforçado nos dias 20 à 31, porque muita gente já tem salário e vem para o mercado fazer muitas compras, o que nos leva a sair mais tarde do mercado nesses dias." [roboteiro, 26 anos]
> "O dia mais gato para o nosso trabalho é nos domingos, porque grande parte das vendedoras não trabalham e o número de clientes que vem no mercado também é muito reduzido, o que nos leva a sair muito cedo ou mesmo não vir trabalhar" [roboteiro, 21 anos].

Tal como podemos observar nos depoimentos dos nossos sujeitos de pesquisa, os mesmos chegam muito cedo ao mercado, trabalhando exaustivamente como forma

de ter maior rentabilidade no fim do dia. Trata-se de uma atividade braçal cuja rentabilidade é em função do esforço empreendido por cada um, ao longo da jornada de trabalho.

Também, estes jovens roboteiros estão sujeitos às condições precárias de trabalho no seu dia-a-dia e esta situação torna-se ainda mais complicada pelo facto destes indivíduos inseridos nestas atividades informais não gozarem quaisquer direitos. Essa realidade vivenciada por estes jovens mostra claramente que a cidadania no nosso país não é para todos.

Diante do exposto acima, concordamos com a perspetiva de Matsuo (2009: 73), em sua análise sobre a realidade brasileira, que ao nosso ver se a próxima da nossa realidade, ao afirmar que a rutura do vínculo empregatício formal representa, na prática, a perda de direitos e benefícios sociais. Ainda na visão desta autora estes jovens, ao ingressar no setor informal, se convertem numa espécie de "cidadãos de segunda classe", perdendo inclusive direitos garantidos pela Constituição. Neste sentido, é fundamental que as políticas de proteção social, emprego e renda levadas

a cabo pelo executivo angolano sejam de fato extensivas para todos os cidadãos, de forma a garantir o mesmo direito de cidadania absoluta.

Ainda relativamente as dificuldades vivenciadas por estes jovens roboteiros no seu cotidiano, podemos enumerar outras que observamos durante a pesquisa de campo, tal como referenciados nos seus depoimentos abaixo:

> "Fica muito cangulo cheio, fica muito cheio. Você para conseguir bom produto tem que correr muito atrás dos carros." [roboteiro, 24 anos]
> "O trabalho às vezes corre mal em feriados às vezes as lojas fechams." [roboteiro, 22 anos]
> "Apenas é só esses miúdos que batem à toa, você quando pega, se andaste mal leva um catucão depois com o cansaço as vezes não carregas nada." [roboteiro, 21 anos]
> "Aqui só temos o problema com os gatunos, quando nos roubam nada se faz." [roboteiro, 24 anos]

De acordo com os depoimentos, podemos

considerar que o quotidiano do roboteiro é difícil, uma vez que se depara com inúmeras dificuldades, tais como: dificuldades na aquisição de mercadorias, quer pelas distâncias, quer pelos entraves que encontram nos diversos pontos onde adquirem a mercadoria ou ainda as dificuldades na transportação após adquirirem a mesma; criminalidade, pois grande parte dos entrevistados relatou casos em que foram alvos de agressões físicas e assaltos por parte de meliantes, e nestes casos muitos perdem o dinheiro do dia laboral; o cansaço diário, que tem sido uma das grandes reclamações advinda desta atividade.

Não obstante, os "roboteiros" constituem uma franja de jovens que se deslocaram à situação de precariedade económica e social que enfrentam, e consequentemente, a uma estratégia de sobrevivência económica. Dos depoimentos colhidos no decorrer do trabalho de campo, podemos constatar que a representação, ou seja, da "definição de situação" que elas fazem de si mesmas, reflete a situação de marginalização social e de precariedade de estatuto socioeconómicas em que se

encontram mergulhadas.

Apesar dos relatos da árdua jornada que atravessam, os jovens alegram-se, cantam, falam de seus problemas, brincam e interagem, e sobretudo, libertam-se de muitas angústias e frustrações do quotidiano em Luanda.

Redes de solidariedade e de proteção social entre os jovens roboteiros

Neste item procuramos abordar a questão das redes de solidariedade e de proteção social que se desenvolvem no âmbito das estratégias empreendidas pelos jovens "roboteiros" inseridos no mercado de trabalho informal em Luanda, um dos nossos objetivos específicos com a presente pesquisa.

Falar de redes de solidariedade e de proteção social, remete-nos a navegar no âmbito da sociologia, psicologia social e antropologia, onde esta problemática das redes de solidariedade sociais foi motivo de grandes discussões, face a sua importância na vida dos indivíduos, principalmente

aqueles que mais sofrem com o abandono estatal e com a situação de pobreza.

É essencial realçar que as redes de solidariedade desempenham um papel importante na vida dos jovens migrantes que se dedicam a atividade de roboteiros em Luanda, visto que estes jovens deparam com inúmeras dificuldades no seu cotidiano marcado por situações de precariedade, pobreza extrema e exclusão social, em que o papel destas redes de solidariedade contribuem para responder as necessidades pontuais destes jovens, em situações tais como alimentação, saúde e habitação, minimizando assim a situação vivenciada por estes jovens.

Nesta lógica apresentada acima, a edificação de uma rede solidária e de proteção tem como objetivo lutar contra a pobreza e a exclusão a que estão submetidos estes jovens migrantes. Assim sendo, a formação de redes de solidariedades baseia-se no privilégio dos laços de proximidade e de confiança, contribuindo desta forma para compreender como as lógicas presentes na criação de redes de solidariedade articulam a informalidade e a pessoalidade.

As redes sociais, segundo Furini citado por Santos (2010: 83): "Emergem de organizações sociais nas quais os seres humanos se unem para sustentar a vida social, material e afetiva. Estes laços sociais se dão com diferentes intensidades de acordo com o contexto e a estrutura interna da sociedade".

Neste caso, utilizando a tipologia apresentada pelo referido autor, podemos dizer que no contexto por nós estudado cruzam-se a "rede social espontânea" e as "redes sociocomunitárias."[2]

Este aspeto, relacionado à solidariedade, foi explorado nas entrevistas realizadas com os sujeitos de pesquisa e nas observações diretas feitas no decorrer do trabalho de campo. Assim, podemos registar que uma das principais expressões da rede de solidariedade é o circuito

2 O conceito de rede social refere-se a "estrutura de laços entre os atores de um sistema social. Estes atores podem ser papéis, indivíduos, organizações, sectores ou Estado- Nação. Os seus laços podem basear –se na conversação, afeto, amizade, parentesco, autoridade, troca económica, troca de informação ou qualquer outra informação ou qualquer outra coisa que constitua a base de uma relação" (NOHRIA e ECCLES apud SANTOS, 2012).

de ajuda mútua que os jovens "roboteiros" realizam. Por exemplo, diante da escassez de capital inicial em situação de doença e quando alguém perde o seu cangulo.

Para uma maior compreensão da temática em estudo e de modo particular dos jovens envolvidos na atividade de roboteiro na província de Luanda, entendeu-se questionar os mesmos para se saber com quais redes de solidariedades e de proteção contam em casos de necessidades, cujas respostas encontram-se nos depoimentos abaixo:

> "Temos de fazer, tem que fazer isto porque se o amigo está doente temos que lhe ajudar. Há tempos um dos nossos amigos lhe demos dinheiro para voltar na banda porque não estava a aguentar mais e nós vivemos 6 a 8 pessoas na mesma casa para poupar dinheiro e nos ajudar a ter um pouco para regressar com alguma coisa lá na banda." [roboteiro, 24 anos]
> "Só fizemos isto porque é fixe. Na hora da comida associamos, comemos nosso mukako e amanhã vamos na batalha. Sempre sonhamos que um dia esta vida vai passar apesar do emprego ser difícil." [robo-

teiro, 18 anos]

"Às vezes nós guardamos o nosso dinheiro numa conta de todos e no fim ele nos dá para confirmar, às vezes quem tem mais dinheiro pode ajudar o outro quando só fez 500 kwanzas ou mesmo 300 kwanzas por dia porque o nosso trabalho dá pouco às vezes, depende do dia, às vezes no fim-de-semana há mais clientes porque no parque tem muitos armazéns dos senegalês que vendem frescos e os de Luanda vem aqui e nós carregamos até nos seus cúbico e nos pagam aquilo que nos combinamos ou 200 kwanzas ou 100 kwanzas. E mesmo quando o nosso amigo está doente, juntamos dinheiro e lhe emprestamos roupas para ele se vestir e acompanhamos até no hospital." [roboteiro, 18 anos]

"No fim do mês quando recebo dinheiro faz-se uma poupança para aumentar os meus rendimentos. É só ajuntar o dinheiro se tem mocado, ajuntamos para comprar ou fazer compras do jantar. Nós, nos dividimos esse mês uma pessoa vai comprar isso, outro mês uma pessoa vai comprar aquilo." [roboteiro, 21 anos]

"Para se ajudar nós associamos

> dinheiro para o mata-bicho. Em Luanda é difícil viver sem dinheiro porque aqui se não trabalhas as pessoas também não te ajudam." [roboteiro 25 anos]
> "Sim, temos roboteiros de outras províncias mais preferimos às vezes só ficar com os da nossa banda porque falamos umbundu e temos os mesmos hábitos e entre nós não se insultamos muito e ficamos só assim para evitar problemas, às vezes ficamos mais só entre nós quanto alguém bebe ou abusa muito o outro." [roboteiro, 20 anos]

Do grupo entrevistado, constatamos a existência de uma forte rede de solidariedade entre eles, principalmente quando oriundos da mesma região, que acabam proporcionando as bases para uma convivência de mútua ajuda. Podemos, a partir daí, constatar também a existência da interajuda na compra dos cangulos, pois às vezes nota-se que existem já "roboteiros" que estão em Luanda e chamam os seus amigos. Por outro lado, essa interajuda ocorre também para os recém-chegados e os que estejam a passar por necessidades, ou seja, emprestam o seu dinheiro

ao recém-chegado para este pagar quando tiver.

Relativamente a outros apoios recebidos para minimizar as grandes dificuldades a que se deparam na cidade capital, os jovens apontam os apoios e suportes emocionais recebidos dos seus familiares, tal como ilustram os depoimentos abaixo:

> "Tenho contado muito com o apoio da minha família, principalmente quando estou incomodado, eles ficam bastante preocupados comigo, que até ligam sempre para saber como estou a passar." [roboteiro, 25 anos]
> "Aqui em Luanda, a vida que levamos é muito difícil e sem o apoio da família não sei mesmo o que seria de mim." [roboteiro, 19 anos]
> "A vida de roboteiro é muito desgastante, mas o bom é que tenho sempre apoio dos meus familiares que se encontram cá mesmo em Luanda, que mesmo quando o trabalho tá duro, eles me dão sempre alguma coisa para comer, isso já é muito bom." [roboteiro, 27 anos]

Ainda questionados sobre a existência de redes

de solidariedade entre os vizinhos, tal como acontece com os amigos e familiares, os jovens apontam que têm recebido dos seus vizinhos um certo apoio, tal como ilustra o depoimento abaixo:

> "Depois dos meus amigos que viemos juntos da província, os meus vizinhos são a minha segunda família aqui em Luanda, eles me ajudam bastante quando não tenho nada, principalmente quando estou doente, eles também ficam muito preocupados comigo, isso é de agradecer mesmo". [roboteiro, 21 anos].

No que concerne a redes de solidariedade e de proteção social vindos do Estado, os jovens entrevistados realçaram o seguinte nos seus depoimentos:

> "Nunca recebi nenhum apoio do governo e se existe esse apoio é só mesmo entre eles, porque nós aqui ninguém nos conhece, não somos família de ninguém nesse país." [roboteiro, 30 anos]
> "Se dependeres da ajuda desse governo você morre, porque tudo

> é feito só para eles nesse país, o povo só é procurado no momento do voto, depois ninguém mais quer saber se você tá comer ou beber." [roboteiro, 27 anos]
> "Não sei se eu tenho mesmo direito de receber qualquer ajuda neste país, porque desde que eu nasci, nunca me deram alguma coisa, só me lembro mesmo da ajuda do meu pai e dos meus amigos." [roboteiro, 23 anos]

Como podemos observar, os jovens roboteiros afirmam em seus depoimentos que não têm recebido nenhuma ajuda por parte do governo, muito menos têm conhecimento dos seus direitos enquanto cidadãos em casos de crise ou quaisquer outras situações latentes que venham a acontecer nas suas vidas, tal como a situação vivenciada por estes jovens durante o período do confinamento da população provocado pela pandemia, em que os mesmos foram fortemente afetados, tendo estes vivenciado situações complicadas, pelo facto de não terem benefícios tal como outros segmentos da população que vive e sobrevive do trabalho informal e tiveram um apoio por parte do governo.

Neste sentido, dentre as categorias sociais que vivenciaram situações de desigualdades acrescidas e outras atingidas por novas situações de desigualdades na perspetiva de Costa (2020: 15), estão os trabalhadores independentes, tal como os sujeitos da nossa pesquisa, que foram um dos mais afetados pelo agravamento das desigualdades, uma vez que com o confinamento de pessoas e das atividades, muitos ficaram sem atividade profissional e sem rendimentos de qualquer origem, colocando-os numa situação de pobreza instantânea.

Essa inquietação, levantada pelos jovens roboteiros, demonstra que apesar desta proteção aos mais vulneráveis constar da Carta Magna angolana, a sua aplicabilidade está longe de se efetivar. Ou seja, apesar de se falar em vários mecanismos de combate a pobreza criados pelo governo em prol da sua política de governação, estes programas nunca foram sentidos na vida da maior parte da população angolana, o que nos leva a questionar sobre os mesmos, uma vez que os verdadeiros destinatários desconhecem até da sua existência.

Ainda relativamente as redes de solidariedade e de proteção social, os jovens entrevistados, ao realçarem nos seus depoimentos o grande apoio recebido por parte dos seus familiares e uns dos outros, acabam por concordar com a perspetiva dos autores que referenciamos ao longo deste trabalho.

Essa linha de pensamento é defendida também por Dowbor (2005:42), ao referir que a família constitui um processo de reprodução social que se constrói através de laços de solidariedade. Neste sentido, a família, sendo a base fundamental da reprodução social como destaca o autor acima citado, o aspeto da solidariedade constitui a base fundamental para alicerçar os laços entre os seus membros, principalmente quando os mesmos se encontram em situações de carências tal como as vivenciadas pelos nossos sujeitos de pesquisa.

Nesta ordem de ideias, a rede primária de proteção foi a mais evidenciada pelos nossos sujeitos de pesquisa, onde a família e os amigos mais próximos têm desempenhado um papel importante no domínio das redes de solidariedade e de proteção no cotidiano destes jovens roboteiros na província de Luanda.

Estigmatização

A noção de estigma sugerido por Goffman (1988: 43) é mediada com base na existência de indivíduos ou grupo de estigmatizados e normais, ou seja, todos os argumentos anunciados por este autor colocam na abordagem desta problemática a situação da presença corporal entre os diferentes grupos envolvidos nesta situação.

Neste sentido, o problema da estigmatização é um ponto assente no cotidiano dos jovens roboteiros, uma vez que a maneira como os mesmos exercem esta atividade (mau cheiro das roupas, que estão sempre sujas pela própria situação de trabalho, suor de trabalhar sob o Sol por muitas horas, roupas velhas e em mau estado), essa situação é resultante de ideias preconceituosas que se assumem como padrão em torno da maneira pelo qual eles se arrumam, situação que lhes tornam alvos de descriminação e marginalização, piorando a vulnerabilidade social em que já se encontram.

Como forma de compreendermos a questão da discriminação a que são alvos estes jovens roboteiros, podemos encará-los como sendo um pequeno grupo dentro deste grande grupo, de trabalhadores informais em Luanda, em que os mesmos se encontram.

Nesta lógica, Goffman (1988, citado por Carvalho, 2008:294), assegura que os estigmatizados (sejam eles deficientes físicos, sejam minorias étnicas, raciais ou religiosas), se circunscrevem a um dos dois subsistemas do sistema social – o subsistema dos estigmatizados, que coexiste com o subsistema dos normais. Tal como evidencia Carvalho (2008), no seu estudo sobre os deficientes físicos em Luanda, também podemos considerar os jovens roboteiros como uma minoria estigmatizada, de maneira a compreendermos melhor a situação da discriminação a que os mesmos estão submetidos no seu cotidiano.

Nesta ótica, para compreendermos realmente a problemática da estigmatização é fundamental termos em conta de que o contexto determina o nível de depreciação a que estão submetidos os jovens roboteiros. Sendo assim,

podemos constatar durante a realização do nosso trabalho de campo de que estes jovens são vítimas de marginalização, fruto do trabalho braçal que os mesmos realizam e da situação de pobreza económica em que se encontram. Por outra, podemos verificar que a marginalização vivenciada por estes jovens manifesta-se de diferentes maneiras, tal como evidenciado nos depoimentos abaixo:

> "Muitas vezes uma pessoa a trabalhar no bairro com o meu cangulo, às crianças nos abusam, e às vezes começam a nos chamar de maluco, roboteiro sujo de […]. Eles pensam que nós não somos pessoas tal como eles." [roboteiro, 28 anos].
> "Esses putos às vezes nos faltam muito respeito, pensam que por fazermos esta atividade de roboteiros somos já os burros deles, que podem fazer tudo que bem lhes apetece." [roboteiro, 22 anos].
> "Quando vamos na praça, nós os roboteiros estamos a trabalhar e às vezes as pessoas nos insultam que estamos a cheirar mal, pra não lhes tocarmos." [roboteiro, 26 anos].
> "Muitas vezes pela roupa que nós utilizamos, fruto do trabalho que realizamos, as pessoas tentam nos

> confundir, até ao ponto de nos chamarem de bêbados sujos, benguelense de […] Essas coisas, até a pessoa fica maldisposta, mas é só não ligar para evitar problemas." [roboteiro, 26 anos]
> "É pá, nós sofremos, às vezes estes de Luanda nos roubam os nossos carros, nos chamam de boelos só para nós lutarmos. Tem que parar este sofrimento." [roboteiro, 28 anos]

Neste sentido é frequente observarmos estas zombarias por parte de certos indivíduos ditos como "normais". Na ótica de Goffman (2008:43), essas pessoas ditas normais manifestam tais comportamentos de maneira constante, em muitos casos tais reações acabam indo além do normal, chegando ao ponto de impedirem os jovens roboteiros de não entrarem nos táxis onde por exemplo encontram-se certos indivíduos "normais", chegando mesmo a serem empurrados e levados a desculpar-se ao agressor por conta da agressão de que foram alvo.

Ajustando na relação entre as identidades real e virtual mencionadas pelo autor referenciado acima, pode-se

dizer que, a abordagem sobre estigmatização não acontece em função da presença do atributo em si, mas sim pela ligação contraditória entre os atributos e os estereótipos. Sendo assim, os "normais" concebem estereótipos diferentes dos atributos de um certo indivíduo, descrevendo, logo, o percurso da estigmatização. Desta forma, podemos dizer que o estigma é estabelecido sempre em relação com um "normal", estabelecido pelas relações sociais como distinto dessa referência, distinção esta a qual é atribuída uma valorização negativa. Trata-se de uma dinâmica de poder e preconceito.

A abordagem da estigmatização pode alterar com realce a situação da exibição das características das pessoas. Essa persprtiva de Goffman (2008:14), aponta duas condições ou grupos de indivíduos: a "condição do desacreditado" e a "condição do desacreditável". Neste sentido, na condição de desacreditado o individuo apresenta características manifestadas em comparação aos "normais", sendo estas sabidas e compreensíveis por estes. Por sua vez, os indivíduos que se encontram na condição

desacreditável também apresentam características diferentes em relação aos chamados normais, mas nem sempre sabidas e compreendidas por eles. Essas duas condições podem encontrar-se reciprocamente na abordagem entre estigmatizados e normais.

As etiquetas sociais possibilitam a presença e uma separação nítida entre dois grupos ou categorias, nomeadamente o "nós" e o "eles". Sendo assim, o "nós" é construído em torno dos valores que traduzem a ideia de um ser humano "normal" declarada pela ideologia dominante da sociedade. Por sua vez, o "eles" é expresso pelos indivíduos que não são iguais a "nós", desta forma, por serem diferentes a nós, são os etiquetados negativamente. Nesta ótica é que o autor designou este grupo ou categorias no seu estudo sobre o estigma de "normais" e "estigmatizados".

É igualmente nesta perspetiva que Link e Phelan (2001, citados por Siqueira e Cardoso, 2011: 97) realçam que "as pessoas são estigmatizadas quando são rotuladas e ligadas a características indesejáveis, dando-lhes uma experiência de perda de status e discriminação". Com

base na explanação dos autores acima citados, podemos considerar que os resultados negativos advindos pelo facto de ser etiquetado e estampado causam uma situação de inferioridade no contexto social em que o indivíduo se encontra, o que pode produzir consequências impróprias em suas oportunidades. Neste sentido, a perca do status por parte do individuo, constitui o elemento fundamental da discriminação.

Como podemos ver, os jovens roboteiros muitas vezes são alvos de insultos, que acabam em situações de agressões físicas e verbais, por parte de certos indivíduos ditos normais, que em forma de diversão partem por cima destes jovens, tal como ilustram os depoimentos abaixo:

> "Aqui em Luanda as pessoas às vezes ficam tipo não batem bem, um gajo que só venho mesmo para trabalhar ficam toda hora a se meter contigo (a porque mbalu, sujo e te confundir de gatuno) tipo você estas a lhes a dever qualquer coisa, mas não." [roboteiro, 19 anos]
> "O importante é só mesmo procurar evitar, porque muitos cassules tentam te zombar, te fatigar para ver se

> tu reages e começar a briga com o grupo dele, mas você fica tipo não tens mbora força, só mesmo para não arranjar problemas." [roboteiro, 28 anos]

Os indivíduos estigmatizados apresentam um sinal, traduzindo assim de que a sua identidade social é adulterada para associar-se com os outros. Neste sentido, Goffman (2008: 23) realça que normais e estigmatizados são perspetivas que são geradas em situações sociais durante os contatos mistos, em virtude de normas não cumpridas que provavelmente atuam sobre o encontro.

Nesta ótica, Link e Phelan (2001, citados por Siqueira e Cardoso, 2011:97) afirmam que "estigma existe quando elementos de rotulação, estereotipização, separação, perda de status e discriminação ocorrem simultaneamente em uma situação de poder que permite tais componentes acontecerem". Nesta ótica, podemos constatar que os autores citados vão de acordo com a perspetiva de Goffman (2008), tendo acrescentado a noção de poder, bem como outros aspetos na ligação que constitui o estigma.

Relativamente a forma como os jovens roboteiros reagem aos insultos e agressões a que são alvos, podemos ver nos depoimentos dos nossos sujeitos de pesquisa que na primeira instância os mesmos procuram não reagir perante os insultos e agressões a que são vítimas, mas em determinado estado de saturação de tais insultos, os mesmos procuram responder de tais práticas, tal como ilustram os depoimentos abaixo:

> "Nós procuramos evitar, mas quando vimos que alguém já está a fatigar um dos nossos cambas, também procuramos reagir pra nos defendermos destes cassules que pensam que nós aqui em Luanda não somos ninguém e que podem nos fazer tudo que eles quiserem." [roboteiro, 19 anos].
>
> "Um dia, um cassule no bairro onde vivemos, nos insultava de sujos bagageiros de […], eu fiquei muito nervoso naquele dia, porque o cassule pensava que nós não tínhamos força de lutar ou de lhe bater, depois de tanta falta de respeito, lhe atirei no chão e lhe rebentei com uma garrafa na cabeça, e depois voltei mbora por um tempo na minha pro-

víncia." [roboteiro, 23 anos].

Com base nos depoimentos dos nossos sujeitos de pesquisa, podemos afirmar que os jovens roboteiros têm enfrentado grandes dificuldades no seu cotidiano, resultante da discriminação a que são vítimas, o que os leva a adotar uma postura de resistência face as situações de exclusão e de estigmatização vivenciadas por estes, o que de certa maneira tem um grande impacto na integração dos mesmos na cidade de Luanda.

Expetativa dos jovens roboteiros

A situação de vida em que se encontram grande parte dos jovens roboteiros, ou seja, destes jovens migrantes que se dedicam a este trabalho de carregamento de mercadorias em Luanda, nos leva a ter uma grande preocupação quanto ao seu futuro. Trata-se de jovens que apesar de vivenciarem grandes problemas no seu cotidiano, repleto de persistência e luta dura para se afirmarem no contexto luandense, não

deixam de pensar num amanhã melhor, ou seja, pensam em sacrificar-se para que os seus filhos possam viver melhor do que a situação em que os mesmos se encontram a vivenciar em Luanda.

Sendo assim Samba (2018:190), realça que "apesar da realidade do país e da província em si, estes jovens ainda inspiram sonhos, que embora muitos deles sejam simples, tem um significado muito peculiar em suas histórias e trajetórias de vida", como muito bem evidenciam também os depoimentos dos nossos sujeitos de pesquisa apontando expectativas que almejam em relação ao futuro, sobretudo o papel da formação académica como elemento fundamental da mudança da vida destes:

> "Em relação ao futuro, espero que as coisas venham a mudar, dando mais atenção e oportunidade aos jovens de ter emprego digno, capaz de se sentir valorizado perante a família e a sociedade. Acredito que os jovens não irão mais precisar de abandonar a sua província para vir fazer este trabalho cá em Luanda." (roboteiro, 27 anos).
> "O meu sonho é lutar para a forma-

> ção dos meus filhos, para que amanhã eles não possam passar pela humilhação que eu estou a sofrer cá em Luanda, porque neste país quem não tem formação é abandalhado e não é respeitado por ninguém." (roboteiro, 23 anos).

Tal como podemos ver nos depoimentos dos nossos sujeitos de pesquisa, apesar dos mesmos vivenciarem no seu quotidiano grandes problemas causados pela situação do país e não só, apontam expetativas que desejam alcançar num futuro próximo, contemplando nos mesmos sonhos referentes a realização dos seus filhos e de toda a família. Nesta ordem de ideia, podemos constatar nos seus depoimentos a importância que atribuem a formação dos seus filhos, como forma de potenciá-los aos grandes desafios da sociedade e do mercado de trabalho, de maneira a evitarem que os mesmos possam, no futuro, trilharem os passos da informalidade em que estão mergulhados, marcados por situações de exclusão quer ao nível do mercado de trabalho, quer ao nível do acesso á educação e demais direitos constitucionalmente consagrados.

Está evidente nos seus depoimentos a opção que fazem no investimento da formação futura dos seus filhos, o que acaba por ir de acordo com os autores citados ao longo do nosso trabalho, que ressaltam o grande papel da educação na integração do individuo na sociedade.

Neste sentido, a entrevista acima exposta é clara, pelo fato de evidenciar a sua a posta na formação dos filhos como sendo a razão da sua permanência neste trabalho em Luanda, o que pode mostrar assim a sua preocupação de anular a entrada dos seus filhos no mercado de trabalho informal em Luanda, evitando assim que os seus filhos possam viver no futuro, a situação de vulnerabilidade em que os mesmos se encontram em Luanda.

Apontando a importância da educação, Justo (2003: 62) realça que o desenvolvimento de um país é diretamente proporcional aos índices de escolaridade e a capacidade produtiva do país. Ainda na perspetiva do autor, apostar na educação significa combater a pobreza, o desemprego e a desintegração social. Sendo assim, podemos entender que aposta na educação por parte dos nossos sujeitos de

pesquisa visa de alguma forma aumentar a oportunidade futura dos seus filhos em conseguirem um trabalho digno na sociedade, como ilustram os depoimentos abaixo:

> "O que mais espero é que o meu grande sonho desde o momento que eu vim para Luanda [seja alcançado], que é mesmo conseguir construir uma casa na minha província, para que a minha família possa se sentir bem e em paz." [roboteiro, 21 anos)
> "O meu grande sonho se Deus me ajudar é mesmo conseguir comprar uma motorizada para melhorar a minha vida, porque com a idade este trabalho de carregar mercadoria já não vou conseguir." [roboteiro, 27 anos]

Por outro lado, podemos ainda observar que nos seus depoimentos, os jovens roboteiros aspiram alcançar aspetos que ao nosso ver parecem ser muito simples, mas que para eles, têm grandes significados nas suas vidas, como por exemplo, construção da casa própria, bem como a compra de uma motorizada. Relativamente ao desejo da

construção da casa própria, podemos dizer que é de fato um problema que aflige não só a juventude angolana, mas também de outras sociedades, onde a obtenção da casa própria não tem sido uma tarefa fácil de se realizar, o que tem levado a maioria dos jovens a permanecer longos períodos em casas dos seus pais, mesmo depois de terem constituído as suas próprias famílias, ou a dividir habitações com várias outras pessoas.

Essa situação descrita acima acontece pelo fato das políticas habitacionais levadas a abo no país não terem acompanhado o crescimento da população. Por outra, podemos dizer que a aposta pela construção de focos habitacionais por parte de privados em Angola, veio ainda a complicar a situação da obtenção da casa própria por parte dos jovens, uma vez que os preços das mesmas excluírem a possibilidade destes em adquiri-las, remetendo assim grande parte destes jovens a permanecerem nas casas dos pais, ou então, a recorrerem ao aluguel em bairros onde se ajustam aos seus bolsos, normalmente com outras pessoas.

Outro desejo apontado pelos nossos sujeitos de

pesquisa, foi a compra de uma motorizada, de maneira a realizar a atividade de mototáxi ou vulgo kupapata. Isso porque, quando um roboteiro compra uma motorizada, no seio destes jovens quer dizer que o mesmo teve uma mobilidade ascendente, o que aumenta o próprio prestígio do individuo dentro deste grupo. Por esta razão, a compra deste meio depois da casa, representa uma grande conquista do ponto de vista social e económico, mas a concretização deste sonho implica grande esforço e sacrifício por parte destes jovens, fruto do preço da aquisição da mesma no mercado. Para que o exposto acima ocorre entendem ser necessário a criação de oportunidades de emprego, como pode-se observar nos depoimentos abaixo:

> "Gostaria que o nosso governo fizesse mais para a nossa juventude, criando assim possibilidades de emprego para os mais jovens em todas as províncias, de maneira a evitar futuramente que os jovens deixem as suas províncias e vir fazer este trabalho de roboteiro cá em Luanda." [roboteiro, 29 anos]
> "Gostaria que houvesse grandes mudanças no nosso país, porque a

> população esta a sofrer muito. Para viver cá em Luanda é preciso fazer este tipo de trabalho de carregar mercadoria ou zungar e eu peço mesmo que o governo encontrasse uma forma de ajudar esta que vive e sobrevive destes trabalhos." [roboteiro, 26 anos]

Como podemos observar nos depoimentos dos nossos sujeitos de pesquisa, os mesmos se mostram agastados com as políticas levadas acabo pelo executivo até ao presente momento, uma vez que as mesmas não têm surtido efeitos nas suas vidas e das suas famílias. Ainda nos depoimentos, os jovens apelam que haja grandes mudanças nas políticas levadas a cabo pelo executivo, de maneira a responderem as reais necessidades enfrentadas pelas populações. Ou seja, que as "brilhantes" políticas anunciadas não sejam bonitas simplesmente no papel, mas também na prática, de maneira que a grande maioria da população possa sentir os reflexos das mesmas na sua vida cotidiana.

Também podemos perceber, nos seus depoimentos, que os mesmos clamam a criação de mais oportunidades

de trabalho para os jovens em todo o território nacional, por parte do executivo, de maneira que os mesmos possam levar uma vida digna nos seus territórios de pertença.

Os rendimentos e sua aplicabilidade

Ao abordarmos este item, pretendemos compreender os ganhos advindos da atividade realizada por estes jovens roboteiros, bem como em que situações estes aplicam estes mesmos rendimentos.

De realçar que estes jovens roboteiros, obtém os seus rendimentos única e exclusivamente através do trabalho de transporte de mercadoria realizado por estes nos mercados, bem como em outros contextos da cidade de Luanda, sendo para muito destes, razão pelo qual muitos deles são obrigados a empreender o seu máximo de esforço porque é dos valores advindos desta atividade que os mesmos garantem a sua subsistência e sobrevivência, além de muitas vezes as dos seus familiares.

Nesta ordem de ideia, perguntou-se aos jovens

roboteiros quanto aos rendimentos obtidos desta atividade, bem como a aplicabilidade dos mesmos, tal como evidenciam os depoimentos abaixo

> "O meu rendimento neste trabalho não é fixo, ele varia consoante os dias da semana, onde os fins de semana, isto na sexta e sábado tenho mais ganhos do que no princípio da semana." [roboteiro, 28 anos]
> "Neste trabalho consigo mesmo ter algum ganho, principalmente no final do mês, altura em que a maioria da população vem para o mercado fazer as suas compras." [roboteiro, 25 anos]
> "O meu rendimento durante o mês de chegar mesmo 60 e tal mil kwanzas, o que já dá para fazer muita coisa na minha vida e da minha família lá na banda." [roboteiro, 29 anos]

Tal como podemos perceber nos depoimentos dos jovens roboteiros, esta atividade gera rendimentos ou ganhos que podem ser maiores em relação a outras atividades ditas formais, apesar de em média ganharem

menos de um salário mínimo, como vimos anteriormente, esses ganhos são flutuantes e dependem de muitos fatores - época da semana e do ano, se está chovendo, etc - ajudando desta maneira estes jovens que se encontram excluídos do mercado formal de emprego a resolver algumas das suas necessidades cotidianas e criando alguma possibilidade de terem esperança de melhorarem suas condições de vida e trabalho. Importante destacar também que mesmo o que é pouco dinheiro para viver em Luanda, uma parte enviada para as províncias pode ainda ser bastante significativa nesses locais.

Por outro lado, podemos também observar nos depoimentos destes jovens que os seus rendimentos ou ganhos aumentam consideravelmente no final de cada mês, pelo facto de ser a altura em que grande parte dos funcionários públicos recebem os seus salários e acabam correndo aos mercados, vulgo praça, para adquirirem produtos de consumo, pelo fato do preço destes locais serem mais acessível do que nos supermercados formais, espalhados pela cidade, escolha esta que acaba por beneficiar

no rendimento destes jovens que encontram nesta atividade informal a sua principal fonte de rendimentos.

Nesta ótica, Samba (2018:195) realça que os sujeitos da pesquisa consideram "lucros muitas vezes aquilo que irá permitir a realização de seus sonhos […] que lhes proporciona o bem-estar, ou seja, os recursos resultantes de seu trabalho". Além do fim do mês em que o rendimento destes jovens aumenta consideravelmente, também podemos observar durante a nossa estadia no terreno, que no tempo chuvoso há um acréscimo nas suas receitas, fruto das dificuldades em transitar a volta dos mercados, pois como afirma um dos sujeitos de pesquisa:

> "Quando chove aumentamos mesmo os preços porque é muito complicado circular com este carro na lama e nas águas, é mesmo muito difícil." [roboteiro, 24 anos]

Ainda segundo o mesmo sujeito de pesquisa: "quando chove, os nossos preços começam nos 1500 ou mais, e quando isso acontece, podemos faturar um bom

dinheiro mesmo durante a semana, só para não falar durante o mês.

Numa conversa divertida com alguns jovens roboteiros, a jeito de brincadeira afirmam que "ganham mais do que muitos que dizem estar na empresa". Nesta lógica, questionando os nossos entrevistados sobre a aplicabilidade dos seus rendimentos, os mesmos responderam o seguinte:

> "Parte do lucro do trabalho que eu realizo durante o dia é para a minha alimentação em casa onde vivemos, uma vez que cada um deve contribuir com um camucado de dinheiro." [roboteiro, 23 anos].
> "Quanto ao rendimento da nossa atividade como roboteiro, a sua aplicação ou gasto depende de cada um, ou seja, depende dos planos que cada um tem, é assim que nos tiramos uma parte para a comida, outra parte para contribuir no aluguel da casa onde vivemos e outra parte para guardar muito bem para outros planos lá na banda." [roboteiro, 28 anos].
> "Há outros que por serem ainda muito novos, acabam por gastar o seu dinheiro de tanto sofrimento na bebida, nas mulheres e ficam

> mesmo sem nenhum dinheiro para mandar na família lá em Benguela, depois começam a pensar que os outros que estão a se organizar com qualquer coisa são feiticeiros, a final não, é só mesmo visão." [roboteiro, 30 anos].

Tendo em conta os depoimentos dos jovens roboteiros, nossos sujeitos de pesquisa, podemos constatar que a aplicação dos ganhos advindos deste trabalho, pode ser compreendida tal como apontou Santos (2010:102), isto é, "atendendo os fatores idade e a responsabilidade familiar". Isto quer dizer que os jovens roboteiros com responsabilidades familiares cá ou na sua província de origem, tendem a maximizar o máximo dos seus rendimentos, para ações concretas que visam a satisfação das necessidades dos seus filhos e não só, aplicando assim os seus ganhos não só para a alimentação, aluguel, saúde, mas também para outros investimentos futuros, e enviar dinheiro para sua casa de origem.

Dentre estes investimentos futuros acima referenciados consta a poupança visando a realização do

sonho de comprar um terreno e construir uma casa, bem como comprar uma motorizada, sonho tanto evidenciado pelos nossos sujeitos de pesquisa. Por outro lado, encontramos aqueles jovens roboteiros que por serem mesmo jovens, acabam entrando na euforia citadina, ou melhor, acabam aplicando grande parte dos seus rendimentos na diversão, no consumo de bebidas alcoólicas, por vezes esquecendo assim o real objetivo que lhes trouxe para a cidade capital.

Também foi possível observar que grande parte dos rendimentos obtidos por parte destes jovens é aplicada na alimentação, situação que de certa maneira dificulta determinar a renda total adquirida durante o mês, visto que após o trabalho, estes jovens compram os alimentos para fazer assim as suas refeições diárias, tal como afirma um dos nossos sujeitos de pesquisa:

> "O essencial para mim é aguentar algum dinheiro para o aluguel da casa e garantir a minha alimentação todos os dias." [roboteiro, 24 anos]

Riscos a que estão submetidos os jovens roboteiros em Luanda

Tal como foi constatado nos depoimentos referenciados anteriormente, grande parte destes jovens que se dedicam a esta atividade de roboteiro estão submetidos a um conjunto de situações de riscos que provocam grandes consequências na sua vida. Tendo em conta a perspetiva de risco que pretendemos abordar neste item do trabalho, concordamos com a visão dos vários autores que abordam esta temática tendo como referências as situações precárias em que estes jovens se encontram na cidade de Luanda.

No que toca as condições de moradia destes jovens, podemos dizer que os mesmos vivem em casas precárias, localizadas maioritariamente em bairros periféricos, sem as mínimas condições de habitabilidade, tal como evidenciado nos depoimentos abaixo:

> "Vivemos numa casa sem luz nem água potável, e quando chove grande parte da água acaba por entrar pelas chapas que não se encontram

> em condições, mas como esta casa é barata, então aguentamos mesmo assim com este sofrimento." [roboteiro, 26 anos]
> "É mesmo só uma casa para dormir e ponto final, não temos televisor para se divertir com um filme ou futebol, parece até que não estamos na cidade, mas estamos mesmo aqui a viver com a nossa pobreza, é só mesmo aguentar." [roboteiro, 25 anos].
> "A situação que nos vivemos é muito triste! Vivemos tipo animais numa casa de um quarto e sala com oito pessoas, tipo na unidade dos tropas, não temos fogão, cozinhamos no carvão ou nas lenhas." [roboteiro, 28 anos].

Como podemos observar nos depoimentos dos nossos sujeitos de pesquisa, a situação de risco em que estes jovens vivem ou se encontram, está agravada com privações de várias ordens ou necessidades fundamentais não atendidas, tal como reduzidas condições socioeconómicas, entre elas o desemprego, a exclusão social, moradias precárias, a ausência de saneamento básico e a pobreza, que

fazem parte do quotidiano de sua vidas, ou seja, o risco neste contexto representa um estado de vulnerabilidade e ameaça.

Nesta lógica é que Lidskog e Sundvist (2013, citados por Mendes, 2015:22), ressaltam que o olhar sociológico sobre o risco situa sempre os riscos nos contextos sociais e das comunidades. Por isso, é necessário compreender e acudir as desigualdades relacionadas ao risco, sobretudo a maneira como as sociedades compõem a diferença social, tendo em conta a significação de pessoas em risco e pessoas ou indivíduos vulneráveis.

Por outro lado, podemos verificar que a situação de risco em que se encontram estes jovens roboteiros na cidade de Luanda, tem concorrido para a entrada destes jovens para o mundo das drogas e do consumo de bebidas alcoólicas, como forma de ocultar ou supostamente aliviar as situações de precariedade em que se encontram, tal como relatado nos depoimentos abaixo:

> "Comecei a fumar um pouquinho de liamba, por causa mesmo da si-

> tuação que estou a viver aqui, pelo menos assim posso relaxar um pouco a vida e sentir um ar diferente deste que um gajo vive aqui." [roboteiro, 27 anos]
> "Esse mambu aqui nos dá um power para aguentar essa vida malaik que nós vivemos aqui, então para não ficar a lamentar desse sofrimento de viver nesta situação, mais vale beber uns pacotinhos de whisk e deixar a vida andar até onde der." [roboteiro, 24 anos]
> "Temos mesmo colegas aqui que quando consomem estas liambas em casa, começam a fazer muita confusão com os outros, porque pensam já que os outros são putos deles, o que muitas vezes acaba mesmo por se fatigar de verdade." [roboteiro, 24 anos]

Tendo em conta os depoimentos dos nossos sujeitos de pesquisa, podemos dizer que a maneira de pensar e agir do individuo é influenciado pelo meio em que o mesmo se encontra, neste contexto, a situação em que estes jovens roboteiros vivem, associando assim o cansaço oriundo da atividade realizados por estes, representa uma situação

favorável para que encontrem nestas substâncias o suposto consolo das situações em que os mesmos se encontram.

Sendo assim, o comportamento de risco na situação em análise diz respeito a toda a ação que compromete o bem-estar destes jovens, uma situação que tem atingindo níveis inquietante na realidade angolana, onde os níveis de consumo de bebidas alcoólicas entre os jovens, em particular os roboteiros, têm sido elevados, o que pode colocar ainda mais em risco as suas pretensões futuras.

Por outro lado, as situações de violências presentes no seio do cotidiano desses jovens, podem ser entendidas como sendo reflexo da realidade recente angolana, em que muitos destes jovens vivenciaram situações de violência e de riscos, pelo fato de muitos destes jovens terem participado direta ou indiretamente nas frentes de combate que ocorreu em Angola, muitas vezes com ainda muita pouca idade, tendo grande reflexo no comportamento destes jovens no presente, agravando-se com a situação de vulnerabilidade em que os mesmos se encontram.

Neste contexto, para a solução desta situação de

risco em que se encontram estes jovens é importante que se criem políticas sociais credíveis de maneira que estes possam melhorar as suas condições de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente tese dedicou-se a pesquisar os jovens roboteiros de Luanda, com o objetivo geral de estudar as trajetórias de vida dos mesmos, a partir da compreensão de que esses dados são importantes para mais estudos e para a elaboração de políticas públicas e ações afirmativas que apoiem os mesmos, e também, como objetivos específicos, pretendeu-se compreender os motivos que ocasionaram a migração interna desses jovens de outras regiões de Angola para Luanda, as condições e riscos de seu trabalho cotidiano e as redes de solidariedade existentes entre e para os mesmos, que denunciam a ausência de assistência do poder estatal para esse grupo social.

Para uma melhor compreensão do tema da pesquisa, realizou-se uma investigação aprofundada sobre o campo de estudo, tanto sobre Angola quanto sobre sua capital Luanda, e sobre a informalidade no mercado de trabalho, inicialmente de uma forma mais geral e progressivamente em particular, no continente africano, em Angola, relacionado às migrações e, por fim, para os jovens migrantes em Luanda, afunilando-se até o grupo específico

dos roboteiros.

Desse estudo, apresentamos que Angola, país com grande diversidade étnica-cultural e que foi colónia de Portugal até a década de 70 do século XX, sendo catorze vezes maior em território do que Portugal e duas vezes maior do que a França, passou por trinta anos de uma guerra civil devastadora, sendo a paz alcançada apenas em 2002. Essa guerra civil foi desencadeada pelos principais movimentos de libertação de Angola, fruto das divergências existentes entre os mesmos, ocasionadas pela conjuntura política internacional que vigorava naquela altura. Vimos também que o país, com mais de 31 milhões de habitantes, tinha cerca de dois terços da sua população sem saber ler e escrever em 2014, sendo que as taxas de analfabetismo são consideravelmente maiores na zona rural dos que nas áreas urbanas, e que são das províncias rurais de onde vêm a maioria dos roboteiros. Além disso, os números de desemprego são altos, atingindo quase um terço da população em idade economicamente ativa, e essa taxa é maior entre os mais jovens, informação também essencial

para compreender a realidade dos jovens roboteiros.

Vimos também que Luanda, uma cidade fundada em 1576 e que foi o principal centro do tráfico de pessoas escravizadas para o Brasil, é a mais povoada de Angola e formada por um complexo caldeirão multi-cultural de diferentes etnias e idiomas, sendo três os grupos étnicos maioritários na cidade: Ambundu, Ovimbundu e Bakongos. Indicamos também a questão da superlotação da cidade, visto que hoje tem mais de dez vezes o número de habitantes para o qual foi planejada, gerando problemas profundos relacionados à serviços públicos como transporte, saneamento e acesso à saúde, e também problemas graves de habitação, que como é usual afetarão de maneira particularmente brutal a vida das camadas mais economicamente desfavorecidas, novamente sendo um dado central para compreender a realidade dos roboteiros, que como vimos, vivem em situações precárias mesmo em comparação com os demais trabalhadores e trabalhadoras informais da cidade, sendo alvo de considerável preconceito e discriminação xenófoba, sofrendo com ataques e ofensas

na sua vida cotidiana enquanto trabalham carregando mercadorias nos principais mercados da capital.

Sobre a informalidade, destacamos que o tema tem merecido grande atenção e estudos em perspectiva global, datando ainda da década de 70 o primeiro estudo da OIT sobre a problemática, que só veio a se agravar com o passar das décadas. No continente africano, o trabalho informal possui um lugar de especial destaque na vida da população, sendo central em muitas camadas dessas sociedades. Apontamos alguns dos principais pontos destacados pela literatura especializada, como o trabalho infantil precoce, o desfasamento entre as expectativas dos jovens e as possibilidades da realidade para a maioria desses, a expansão do subemprego, a discriminação sofrida pelas mulheres e a ineficiência dos órgãos estatais. Vimos também que 72% do emprego não-agrícola na África Subsaariana, da qual faz parte Angola, está na economia informal, segundo dados da OIT. Em Luanda, 56% da população economicamente ativa (idade a partir dos dez anos) está exclusivamente dependente da economia informal para sua sobrevivência.

Se considerada a parte da população que combina o exercício de atividades informais com um emprego formal, em decorrência dos baixos salários e dos custos de vida elevados, esse número é ainda maior.

Finalmente, pode-se concluir que as hipóteses levantadas foram confirmadas uma vez que o estudo demonstrou que a entrada dos jovens no mercado de trabalho informal na sociedade luandense é resultado da falta de oportunidades de emprego nas zonas de origem, do baixo nível de escolaridade que faz com que estes jovens exerçam atividades que não exigem elevada qualificação técnico-profissional e, por último, da falta de políticas públicas voltadas a diminuição do fenómeno das migrações internas, como se observa nos parágrafos anteriores.

Vimos ainda que as principais causas para o aumento desenfreado da informalidade em contexto laboral em Angola, foi o conflito armado de mais de três décadas, que reduziu as possibilidades de desenvolvimento económico, a má gestão pública, a transição para um sistema de economia de mercado dentro de um contexto de guerra,

a destruição ou funcionamento deficiente dos mecanismos de distribuição de riqueza, a hiperinflação e a dependência de produtos importados.

Dentro da relação entre migrações e trabalho informal, estudamos fatores de repulsão e de atração, vendo como razões de ordem económica são centrais para que muitas pessoas, principalmente jovens, saiam de suas regiões de origem. Nossos questionários e entrevistas com os jovens roboteiros confirmaram que, para esse grupo, o principal motivo para deixarem as províncias onde nascerem e irem trabalhar nas ruas de Luanda é justamente não conseguirem, da agricultura de subsistência local, obterem dinheiro suficiente para sobreviver, e não existirem empregos disponíveis nesses locais de origem.

Apresentamos diferentes grupos de trabalhadores informais em atividade na cidade de Luanda, como as zungueiras (vendedoras ambulantes), os candogueiros (táxis e vans que fazem transporte semiformal na ausência ou insuficiência de transportes públicos), os lavadores de carros, as kinguilas (comércio ilegal de divisas, devido às

restrições de circulação de moeda estrangeira), os kupapatas (mototaxistas), e os roboteiros, que carregam mercadorias em carrinhos de mão chamados cangulos.

A atividade dos roboteiros caracteriza-se pelo intenso esforço físico envolvido, já que consiste basicamente em carregar objetos pesados, a disputa intensa por clientes, a exposição aos fatores climáticos - desde o Sol intenso até chuvas fortes, o risco constante de serem roubados, a discriminação sofrida por parte de outras pessoas na rua, e a ausência de regulamentação ou qualquer sistema de previdência ou apoio social em caso de doença, envelhecimento ou parentalidade.

O trabalho dos roboteiros começa bem cedo pela manhã e estende-se até o fim do dia, quando em geral percorrem lentamente o caminho de volta para casa, a pé e em companhia uns dos outros, as vezes bebendo "the best" (whisky em pacotes) que dizem manter as energias, por vezes fazendo uso de "liamba" (ganza) para relaxarem das dores musculares extenuantes. A língua materna desses jovens em sua maioria não é o português, e tendem a ser

mais próximos dos roboteiros vindos da mesma região, conversando entre si principalmente em suas línguas maternas. Das respostas aos nossos questionários (212) e entrevistas em profundidade (16), vimos que grande parte vive em habitações precárias, divididas com outras pessoas, são solteiros (69.3%), têm filhos (76%) e não têm água potável, saneamento ou eletrodomésticos em casa, como nos demonstrou, por exemplo, o relato de um deles de que precisam se juntar e cozinhar à lenha.

Registramos que esses jovens mantém a capacidade para a alegria e a dança apesar das condições de vulnerabilidade em que vivem, e que a maioria pretende um dia conseguir dinheiro suficiente para retornar as províncias de origem. Também averiguamos que a maior parte mantém contato com suas famílias nas províncias, e muitas vezes enviam dinheiro para as mesmas. O objetivo financeiro mais próximo para a maioria é a compra de uma motorizada que lhes permita passar a exercer a atividade de mototaxistas, também informal e arriscada, mas com menor esforço físico e menos alvo de ataques e agressões

preconceituosas pelo restante da população.

Quase a totalidade dos roboteiros inquiridos têm menos de 35 anos, sendo que quase metade têm menos de 25 anos, o que é congruente com o esforço físico exigido para a realização do trabalho.

Nos parece particularmente relevantes os dados recolhidos sobre a escolaridade e formação dos roboteiros, que escancara a falha brutal do Estado em oferecer estudos e qualificação profissional para grande parte da população, principalmente nas áreas rurais: cerca de um quarto do total de inquiridos não possui qualquer escolaridade, e metade possui apenas o ensino primário. Nenhum deles jamais acessou o ensino superior, mesmo que de forma parcial, e uma parcela mínima terminou o ensino secundário. Sendo o ensino primário correspondente ao período que vai da 1a. a 6a. classe, temos que quase dois terços do total de roboteiros inquiridos só estudou até aproximadamente os 12 anos de idade ou nunca estudou.

Isso nos provoca a refletir sobre a desigualdade de oportunidades, reflexão está confirmada pelos relatos dos

roboteiros entrevistados em profundidade. Foram repetidos os depoimentos sobre como em Luanda sentem que não são sequer considerados "gente" e que por não saberem ler e escrever ou por terem pouca instrução não tem nenhuma possibilidade de acessarem empregos. Para se pensar em melhorar as possibilidades desses jovens, seria essencial um extenso apoio público ou privado que lhes garantisse ensino gratuito, em locais acessíveis com relação as suas moradias e em horário noturno, com apoios sociais e programas de redistribuição de renda que lhes permitisse trabalhar menos duramente por menos horas e assim ter condições físicas para aprendizagem. A necessidade de políticas públicas educacionais para as zonas rurais também se revela urgente.

A mesma questão da escolaridade repete-se na questão da qualificação profissional, sendo que quase dois terços dos roboteiros inquiridos não tem formação para exercer outra profissão. Dos restantes que possuem alguma formação profissional, as mais comuns são pedreiros, sapateiros, barbeiros e lavradores.

A maior parte dos roboteiros inquiridos vem de

Benguela, província cuja capital dista 418 quilômetros de Luanda, e foi palco de um longo conflito armado entre as forças militares da UNITA e as forças militares do MPLA, estes que controlaram a cidade durante a guerra intensa que assolou esta provincia. As outras províncias que reúnem a origem de um maior número de roboteiros são Huíla (45), cuja capital está há 900 quilômetros de Luanda, bem como as províncias do Huambo e Cuanza Sul, com 26 e 22 do total de roboteiros inquiridos, respectivamente.. Huíla foi das províncias mais afetadas pela Guerra Civil Angolana e pelos conflitos pela independência que a antecederam, sendo local de diferentes combates. Huambo também foi uma província particularmente devastada pela guerra, tendo sido palco de um dos conflitos mais sangrentos desta. Esses dados confirmam o que imaginávamos no início dos estudos, apoiados pela literatura existente, de que a guerra civil possui um papel decisivo na destruição dos meios de desenvolvimento de grande parte do interior do país, refletindo-se nas condições precárias de grande parte das gerações atuais, que herdam as consequências, aliado

aos outros fatores já mencionados, fazendo com muitos jovens desses locais migrem para Luanda e lá encontrem no mercado informal sua única possibilidade de inserção.

Uma larga maioria dos inquiridos classifica a atividade realizada como roboteiro como "difícil", o que se compreende devido ao peso que carregam, ao sol forte sobre Luanda durante a maior parte do ano, por vezes sob a chuva torrencial, sendo justamente nos dias de mais chuva que ganham um pouco melhor. Uma das contribuições mais específicas obtida pela pesquisa realizada é justamente o registro mais específico sobre as condições e dificuldades desse grupo social, dos roboteiros, entre os diferentes trabalhadores informais em atividade diária em Luanda. Como vimos, possuem muito em comum com esses outros trabalhadores informais, mas também suas vivências possuem particularidades significativas, como o tipo de preconceito ao qual estão expostos nas ruas (agravado pelo fato de serem migrantes, da aldeia, camponeses, e de estarem constantemente com as roupas sujas e a cheirar mal, pela forma como passam o dia) e o fato de serem todos

(entre os inquiridos, e acredita-se que na imensa maioria do conjunto de roboteiros na cidade, se não em sua totalidade) originários de outras partes do país que não a capital, tornando-os representativos não só dos problemas sociais da cidade de Luanda, mas de todo o país após a devastação de séculos de tráficos de pessoas escravizadas, colonização e guerra civil. Trazem em suas narrativas o registo da fome que existe no interior do país, do analfabetismo estrutural desse mesmo interior das províncias e do brutal abandono pelo Estado dessas regiões.

Da pesquisa realizada, concluímos que o problema da empregabilidade é conjuntural e estrutural em toda a Angola, que os jovens migram das demais províncias para Luanda em decorrência da falta de emprego e, principalmente no caso das zonas rurais mais distantes das capitais das províncias, também da fome, e que trabalham como roboteiros também pela falta de emprego aliada à falta de formação profissional e educacional, também estrutural. Tudo isso relaciona-se com a história do país, desde a colonização até os conflitos pela independência,

com a posterior guerra civil e a corrupção sistémica estabelecida nesses processos. Tanto os dados recolhidos quanto a literatura consultada indicam a necessidade de políticas públicas efetivas capazes de modificar essas condições estruturais que leva e mantém esses jovens na informalidade e precariedade.

Podemos também, a partir das entrevistas semiestruturadas realizadas, averiguar que maioritariamente mantém a esperança de uma vida melhor e menos sacrificante, para a qual defendemos que tanto o poder público quanto a iniciativa privada têm a obrigação de contribuir. O nível de desigualdade é demasiado brutal e inadmissível, prejudicial para toda a cidade e toda a sociedade.

Os dados recolhidos registram também a existência e o funcionamento das redes de solidariedade entre os roboteiros e dos roboteiros com seus familiares e vizinhos. Novamente, a ausência do Estado revela-se absoluta, exceto quando o braço armado deste, através da polícia, oprime os roboteiros. A maioria diz ter contato com seus familiares, principalmente por telefone, e ser esse apoio muito

importante em suas vidas. Os que têm parentes em Luanda, por vezes tios e primos, também narram como esse apoio familiar é importante para eles. Diferentes relatos contam também de como se apoiam e protegem uns aos outros, apesar da competividade acirrada por clientes, sejam partilhando comida, ajudando a obter o cangulo quanto este se estraga, é roubado ou se trata de um recém-chegado, dividindo todo o pouco que têm e se defendendo contra as hostilidades dos gatunos, preconceituosos ou da polícia.

Com essas informações, concluímos que a presente pesquisa foi capaz de cumprir o seu objetivo geral, de conhecer a trajetória de vida dos roboteiros, em decorrência do número de sujeitos junto aos quais foi possível recolher dados nas áreas de maior concentração da atividade em Luanda, e pelas perguntas dos questionários e das entrevistas abrangerem um espectro largo da vida, passando por origem, razões de migração, condições de trabalho, habitação, vida familiar, rede de apoio, quotidiano e sonhos.

Sobre o objetivo específico de investigar o

percurso e as condições de vida dos roboteiros, também foi possível alcançá-lo, percebendo-se não somente de onde vêm e como é sua rotina, mas também as motivações que os levaram a deixar suas casas e ir para a capital, bem como seus sentimentos sobre o próprio quotidiano, quando percebemos, por exemplo, que a maior parte deles migrou por não encontrarem empregos em sua área e consideram a vida que levam em Luanda difícil.

Com relação ao objetivo específico de identificar os riscos aos quais estão submetidos, também foi cumprido, tendo percebido que são trabalhadores que vivem sob intenso esforço físico e expostos as condições climáticas, inclusive de Sol intenso e chuva forte, o que envolve uma grande sobrecarga para o corpo e coloca em risco constante a sua saúde. Além disso, não têm acesso à saúde, e quando adoecem a maior parte usa automedicação, só indo ao hospital em último caso e para situações graves. Se não podem trabalhar algum dia, ou por um período, não recebem nada, e isso nos leva então ao nosso último objetivo específico, de estudar as redes de solidariedade existentes

entre esses jovens.

Esse último objetivo também foi cumprido, pois como vimos a existência dessas redes foi identificada pela pesquisa e essas exercem um papel fundamental na vida dos roboteiros, que muitas vezes se organizam para proteger uns aos outros em situações como a exemplificada acima, de doença ou acidente, principalmente se vêm da mesma região.

A composição assimétrica e desigual do mercado de trabalho angolano necessita de mais estudos e investigações, e após essa pesquisa parece-nos ainda mais clara a necessidade de políticas públicas e planejamento estatal para modificar as condições estruturais que mantém parte da população, como os roboteiros, em condição tão precárias. Nossas hipóteses iniciais, de que a entrada desses jovens no mercado de trabalho informal de Luanda deve-se a falta de emprego nas suas regiões de origem, da baixa escolarização e da falta de políticas públicas foram confirmadas pelos resultados do campo apresentados, reforçando ainda mais essas necessidades de mais investigações e de programas

político-sociais voltados para esse grupo

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abramo, H.W (1994). Considerações sobre a temática social da juventude no Brasil. Revista brasileira de Ed. São Paulo: Anped.

Afonso, L. (2012). Movimentos migratórios recentes no território angolano.

Afonso, Óscar; Gonçalves, Nuno; Ferreira, Helder (2015), Economia informal e exclusão social. Lisboa, Humus

Araújo, Yara Mendes Cordeiro; Rodrigues, Luciene (2011), "Questão social, redes de solidariedade e estratégias de sobrevivência das famílias entre recursos materiais e simbólicos: uma análise na região do cerrado norte mineiro". Anais do I Circuito de Debates Académicos, Instituto de Pesquisa Económica Aplicada - IPEA, Governo brasileiro.

Azevedo, Juliana Telles de (1998), "As estratégias de sobrevivência e de busca de emprego adotadas por desempregados". São Paulo.

Barbosa, Alexandre de Freitas; Carvalho, Daniela Sampaio de. (2006). O trabalho precário no mundo, na América Latina e no Brasil. Revista Observatório Social, nº10, p.24-35.

Bassan, Dilani Silveira (2017). Mobilidade espacial: a

dinâmica das migrações e a trajetória dos migrantes na região do vale do Paranha- RS/ Brasil. tese de doutoramento apresentado na universidade de SANTA CRUZ DO SUL, RS – UNISC.

Berthoud, Cristiana Mercadante (2004), "Grupos focais como método qualitativo de pesquisa em psicologia: desafios e perspectivas no ensino e na utilização do método. São Paulo.

Cacciamali, Maria Cristina (2000), Globalização e processo de informalidade. Economia e Sociedade, Campinas, nº14.

Cacciamali, Maria Cristina (1982) Um estudo sobre o sector informa urbano e formas de participação na produção. Tese apresentada na USP.

Capucha, Luís (1998). Pobreza, exclusão social e marginalidade. Oeiras, Celta.

Capucha, Luís (1998). A pobreza, exclusão social e marginalidade. Oeiras, Celtas.

Carmo, Renato Miguel do; Matias, Ana Rita (2019), Retratos da precariedade: Quotidiano e aspirações dos trabalhadores jovens. Lisboa: Tinta da China.

Carvalho, Paulo de (2008), A exclusão Social Em Angola: O caso dos deficientes físicos: Luanda. Kilombelombe.

Costa, Ana Bénard da (2002), Famílias na periferia de Maputo: Estratégias e Reprodução Social. Tese de doutoramento em Estudos Africanos, Lisboa, Escola de Sociologia e Políticas Públicas, ISCTE.

Costa, António Firmino da (2020) In Carmo, Renato Miguel do; Tavares, Inês; Cândido, Ana Filipa (orgs). UM OLHAR SOCIOLÓGICO SOBRE A CRISE COVID-19. Lisboa: Observatório das desigualdades: CIES, ISCTE.

Cruz, Elisabete da Conceição de Fátima de Ceita Vera (2011), Ser jovem em Angola: valores e identidades dos estudantes universitários angolanos. Tese de doutoramente em Sociologia, Lisboa, Escola de Sociologia e Políticas Públicas, ISCTE.

Dias, Luciana Campos de Oliveira (2005), Estratégias de sobrevivência de jovens estudantes e o programa Agente jovem de jovem. Mestrado em Educação, Goiânia, Universidade Católica de Goiás.

Domingos, Anacleto Aníbal Xavier; Brito, Alexsandro Sousa; Paul, Ricardo Zimbrão Afonso (2013), Mercado de trabalho em Angola: dinâmica contemporânea e informalidade.

Disponível em: file:///C:/Users/Pc/Downloads/trabalho_submissaoId_600_6005cc8dd3628844%20(6).pdf

Domingues, Justiana Stella de Vasconcelos (2019), O mercado Informal em Luanda. Dissertação em Ciências Jurídico-Financeiras, Lisboa, Faculdade de Direito, Universidade de Lisboa.

Domingos, José Luís António (2012). Candongueiro, Problemática da Contratação Atípica na Actividade de Taáxi em Angola. Coimbra, Almedina,

Dowbor, Ladislau (2005), "Economia da Família". In: Família, Redes, Laços e Políticas Públicas. São Paulo. Cortez.

Duarte, Alexandra Francisco (2008). A dinâmicas do Mercado de Trabalho: O caso dos trabalhadores em tecnologias de informação e comunicação. Trabalho apresentado no ISCTE.

Félix, Indira Lazarine Catoto Monteiro (2021), Trajetórias e desafios do trabalho informal de venda ambulante nas ruas de luanda. Trabalho apresentado na Pontíficia Universidade Católica de São Paulo.

Ferreira, Helder; Gonçalves, Nuno; Afonso, Ócar (2014)

Sobre (vidas): economia informal e a inclusão social de públicos desfavorecidos. Humus, Porto.

Ferreira, Helder; Gonçalves, Nuno; Afonso, Óscar (2014) Sobre(vidas): a economia informal e a inclusão social de públicos desfavorecidos. Humus, Porto.

Filho, J.M.C. (2019), Influência ideológica dos movimentos de libertação nacional no eclodir da guerra civil em Angola. Luanda, Eco7.

Freitas, L.Ferreira (2015). Qualidade de vida dos trabalhadores mototáxistas de aparecida de Goiânia. Dissertação apresentada na PUCG.

Ghuzi, Juliana (2012), Migração Interna: o estudo do fenômeno no município de Jacuizinho. Trabalho de Economia. Florianopólis, Universidade Federal de Santa Catarina.

Goffman, Erving (2008), Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4ª ed, Rio de Janeiro: LTC.

Goffman, Erving (2008). Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada, 4ª ed, Rio de Janeiro: LTC.

Groppo, Luis Antonio (2000). Juventude: Ensaios sobre

Sociologia e história das Juventudes Modernas. Rio de Janeiro: Difel.

Jacob, Edgar Essuvi de Oliveira (2018). Estudantes no Ensino Superior em Angola: Origens e Perfil sociais, trajetórias e escolhas escolares e expetativas escolares e profissionais. Tese em Sociologia. Lisboa, Escola de Sociologia e Políticas Públicas, ISCTE.

Justo, Carmen Sílvia Sanches. (2003). Os meninos fotógrafos e os educadores: viver na rua e no projeto casa. São Paulo: Unesp.

Lopes, Anibal Agostinho (2016), Migrações em Angola: preocupações acerca dos fluxos ilegais. Dissertação de Mestrado. Évora, Escola de Ciências Sociais, Departamento de Economia, Universidade de Évora.

Lopes, Aníbal Agostinho (2016). Migrações em Angola: preocupações acerca dos fluxos ilegais (Dissertação de mestrado apresentado na universidade de Évora).

Lopes, C. (2013). O impacto da Migração para o desenvolvimento: Desafios e oportunidades para Angola. OIM.

Lopes, C.M; Rodrigues, C; Simas, G. (2013) Migrações

Internas, Urbanização e saúde em Angola. Bruxelas: Observatório ACP para as Migrações.

Lopes, Carlos Manuel Mira Godinho (2000), "Luanda: Cidade informal? Estudo de caso sobre o bairro Rocha Pinto". Comunicação apresentada ao IV Congresso Luso-Brasileiro de Ciências Sociais. Lisboa.

Lopes, Carlos Manuel Mira Godinho (2004), "Candongueiros, kinguilas, roboteiros e zungueiros: Uma digressão pela economia informal de Luanda". VII° Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra.

Lopes, Carlos Manuel Mira Godinho (2007), "Comércio informal, transfronteiriço e transnacional: que articulações? Estudo de caso no mercado de S. Pedro (Huambo) e nos mercados dos Kwanzas e Roque Santeiro (Luanda). Revista Economia Global e Gestão, v. 12, nº3, Lisboa.

Lopes, Carlos Manuel Mira Godinho (2014), "Processos de organização na economia informal: revisitação ao Sindicato dos Trabalhadores do Comércio Informal". In Revista Angolana de Sociologia, n.º 14, pp. 133-150, Luanda.

Martinelli, Maria Lúcia. (2005). Os métodos na pesquisa: A pesquisa qualitativa. Revista Temporalis. Recife.

Martinelli, M.L. (2005). Os métodos na pesquisa. A pesquisa qualitativa. Recife,Temporalis.

Matsuo, Myrian (2009), Trabalho informal e desemprego: Desigualdades sociais. Trabalho em Tese, Universidade de São Paulo.

Melucci, Alberto (1997). Juventude, tempos e movimentos sociais. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, Anped.

Monteiro, Indira Lazorone (2012). Modo de vida e de Trabalho da Mulhres que zungam em Luanda. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Nguluve, Alberto Kapitango (2010). Educação angolana: Políticas de Reformas do Sistema Educacional. São Paulo, Biscalchin.

Nzatuzola, J. B. (2006). População e mercado de trabalho em Angola: Alguns elementos essenciais e as suas incidencias sobre o emprego e o desemprego em Luanda. Luanda: Nzila.

OIT, 2012, Economia informal e o trabalho digno: Guia de recurso sobre as políticas apoiar a transição para a formalidade.

Pais, José Machado. (2003). Culturas juvenis.Lisboa

Paploma, J.B. (2000). Actividade informal do comércio de rua, São Paulo.

Peixoto, João (2004). As teorias explicativas das migrações: teorias micro e macrossociológicas. Socius Working paper.

Pires, Rui Pena (2003) Migrações e Integração: Teoria e Aplicações à Sociedade Portuguesa. Celta: Oeiras.

PNUD (2004), Relatório de Desenvolvimento Humano. Angola.

Queiroz, Laís Helena Custódio Rodrigues de (2016), Entre legados coloniais e agências: as zungueiras na produção do espaço urbano de Luanda. Trabalho de Mestrado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional., Universidade de Brasília.

Rela, José Manuel Zenha (2005). Angola: O futuro já começou. Luanda, Nzila.

Rocha, Manuel José (2013), As transformações económicas estruturais na África subsariana. Luanda: CEIC-UCAN.

Rocha, Manuel José (2010), Desigualdades e assimetrias

regionais em Angola: os factores de competitividade territorial. Luanda: CEIC- UCAN.
Rocha-Trindade, Maria Beatriz (1995), Sociologia das migrações. Lisboa: Universidade Aberta.

Ruivo, Pedro (2006), A Imigração: Uma visão geral. Universidade de Coimbra. Disponível em: http://www4.fe.uc.pt/fontes/trabalhos/2005022.pdf

Samba, Simão João (2012). Adolescentes em Situação de Rua em Angola e a educação Social em Angola. São Paulo, Paco.

Samba, Simão João (2018), O trabalho informal em Luanda: Luta e persistência dos jovens migrantes. São Paulo: Cortez

Santos, Orlando (2010), Do pregão da Avó Ximinha ao grito da Zungueira: trajetórias femininas no comércio de rua em Luanda. Dissertação, Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos, Universidade Federal da Bahia.

Siede, Mário Ale. (1994). O trabalho Informal: Estudo dos camelos de Porto Alegre. (dissertação apresentada na UFRGS.

Silva, Alexandre (2009). Jovens no mercado de trabalho: O caso de um bairro social. trabalho de mestrado em

Planeamento e Avaliação de Processos de Desenvolvimento. Lisboa, ISCTE.

Silva, Omarildo Luís. (2010). O Impacto da Economia Informal no Processo de Desenvolvimento na África Subsariana. Tese de Mestrado, Universidade Técnica de Lisboa.

Siqueira, Luana (2013), Pobreza e Serviço Social: diferentes concepções e compromissos políticos. São Paulo: Cortez.

Siqueira, Ranyella de; Cardoso, Hélio (2011). O conceito de estigma como processo social: uma aproximação teórica a partir da literatura norte-americana, revista Imagonautas. São Paulo.

Souza, Joseane; Terra, Denise (2020) Migrações, pendularidades e mercado de trabalho no segmento upstream da indústria do petróleo na Bacia de Campos. EURE, vol. 46, núm. 137, 2020 Pontifícia Universidad Católica de Chile, Chile.

Tavares, Arlindo Semedo (2013), Pobreza, Exclusão Social e Desenvolvimento Social: O Caso do Programa Rede Social em Almada. Dissertação de Mestrado em Economia e Políticas Pública. Lisboa, ISCTE.

Temóteo, Anny Glayni Veiga. (2014). Vidas cansadas: Cotidiano e trabalho no universo dos mototáxi em Campina (dissertação apresentada ao programa de pós-graduação e Antropologia, UFP.

Trivino, Augusto Nibaldo (1995), Introdução a pesquisa em ciências sociais. A pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas.

Vianna, M. C. de Segadas. (2006) A Discussão Histórica da Informalidade: Significados e Formas de Representação (Tese de Doutoramento) Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

Vieira, L. (2007). A dimensão Ideológica da Educação em Angola. Luanda, Nzila.

Agradecimento

A concretização do presente trabalho só foi possível, graças ao contributo prestado por um conjunto de pessoas, que na qual desejo deixar os seus nomes bem patentes neste trabalho, como forma de manifestar o meu profundo agradecimento por tudo quanto fizeram.

A Deus, Pai Todo-Poderoso, por abençoar o meu percurso e estar sempre presente em todos os momentos da minha existência.

Ao Professor Doutor Renato Miguel do Carmo, pela dedicação, competência e paciência empreendida durante o processo de elaboração deste trabalho.

Ao meu co- orientador Professor Doutor Simão João Samba, cuja sua entrega e disponibilidade demonstrada ao longo deste percurso foi fundamental para a concretização deste trabalho.

Ao Professor Doutor Alfredo Gabriel Buza, Reitor da Universidade de Luanda, pelo confiança e apoio depositado em mim neste processo formativo.

Os meus agradecimentos estendem-se á Academia de Ciências Sociais e Tecnologia (ACITE) na pessoa do Professor Doutor Pedro Bengue (Reitor), ao Lopes Ferreira Baptista (Vice Reitor p/ os Assuntos Academicos) e ao Doutor André Caputo (Vice Reitor P/ Área Científica), pela confiança e oportunidade que me foi concedida.

Aos professores que fizeram parte deste doutoramento, pela forma preciosa e idónea como levaram acabo este processo de formação em Sociologia.

Aos meus amigos e colegas, Pitra dos Santos Bondo, Garcia Quitari, Sérgio Prata, Gabriel Benguela, João Manuel Correia Filho, Daniel Muondo, Mac-Mahon, Teresa da Silva, Adriana Campos, Sónia Correia, Isabel Afonso (in memória) e tantos outros, pelo incentivo e companheirismo demonstrado ao longo desta caminhada.

Aos meus familiares, em particular o meu irmão Augusto Gabriel Singui, pelo grande esforço empregado

para que este acontecimento se tornasse uma realidade efetiva.

A minha esposa, Marlene Pedro e as minhas filhas (Gabriela Singui, Daniela Singui, Graciela Singui e Nataniela Singui), as minhas sinceras desculpas pelos vários momentos de ausência ao longo de todo este processo de formação.

A direção do antigo Instituto Superior de Serviço Social, pela autorização concedida para a continuação da minha formação no exterior.

Por último, aos jovens migrantes que exercem a atividade de roboteiros na Província de Luanda, o nosso muito obrigado pela disponibilidade e atenção demonstrada em participar neste trabalho, sem o qual não seria possível a concretização do mesmo.

Do autor

Osvaldo Adão Gabriel Singui

É natural do Uíge, Província do Uíge (Angola). Doutorado em Sociologia pelo Instituto Superior das Ciências do Trabalho

e das Empresas (ISCTE), Lisboa, Portugal. É mestre e licenciado em sociologia pela Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto. Foi professor colaborador do curso de Serviço Social do Instituto Superior João Paulo II. É desde 2011, professor do Antigo Instituto Superior de Serviço Social, Actualmente Faculdade de Serviço Social, Actualmente Faculdade de Serviço Social da Universidade de Luanda, onde desempenhou as funções de coordenador Adjunto para a Área Científica, Chefe de Departamento de Investigação e Ensino em Serviço Social e chefe de Departamento de Investigação Científica e Pós Graduação.

Política e Escopo da Coleção de ebooks Humanas em Perspectiva

A Humanas em Perspectiva (HP) é uma coleção de livros publicados anualmente destinado a pesquisadores das áreas das ciências humanas. Nosso objetivo é servir de espaço para divulgação de produção acadêmica temática sobre essas áreas, permitindo o livre acesso e divulgação dos escritos dos autores. O nosso público-alvo para receber as produções são pós-doutores, doutores, mestres e estudantes de pós-graduação. Dessa maneira os autores devem possuir alguma titulação citada ou cursar algum curso de pós-graduação. Além disso, a Coleção aceitará a participação em coautoria.

A nossa política de submissão receberá artigos científicos com no mínimo de 5.000 e máximo de 8.000 palavras e resenhas críticas com no mínimo de 5 e máximo

de 8 páginas. A HP irá receber também resumos expandidos entre 2.500 a 3.000 caracteres, acompanhado de título em inglês, abstract e keywords.

O recebimento dos trabalhos se dará pelo fluxo continuo, sendo publicado por ano 10 volumes dessa coleção. Os trabalhos podem ser escritos em portugês, inglês ou espanhol.

A nossa política de avaliação destina-se a seguir os critérios da novidade, discussão fundamentada e revestida de relevante valor teórico - prático, sempre dando preferência ao recebimento de artigos com pesquisas empíricas, não rejeitando as outras abordagens metodológicas.

Dessa forma os artigos serão analisados através do mérito (em que se discutirá se o trabalho se adequa as propostas da coleção) e da formatação (que corresponde a uma avaliação do português e da língua estrangeira utilizada).

O tempo de análise de cada trabalho será em torno de dois meses após o depósito em nosso site. O processo de avaliação do artigose dá inicialmente na submissão de

artigos sem a menção do(s) autor(es) e/ou coautor(es) em nenhum momento durante a fase de submissão eletrônica. A menção dos dados é feita apenas ao sistema que deixa em oculto o (s) nome(s) do(s) autor(es) ou coautor(es) aos avaliadores, com o objetivo de viabilizar a imparcialidade da avaliação. A escolha do avaliador(a) é feita pelo editor de acordo com a área de formação na graduação e pós-graduação do(a) professor(a) avaliador(a) com a temática a ser abordada pelo(s) autor(es) e/ou coautor(es) do artigo avaliado. Terminada a avaliação sem menção do(s) nome(s) do(s) autor(es) e/ou coautor(es) é enviado pelo(a) avaliador(a) uma carta de aceite, aceite com alteração ou rejeição do artigo enviado a depender do parecer do(a) avaliador(a). A etapa posterior é a elaboração da carta pelo editor com o respectivo parecer do(a) avaliador(a) para o(s) autor(es) e/ou coautor(es). Por fim, se o trabalho for aceito ou aceito com sugestões de modificações, o(s) autor(es) e/ou coautor(es) são comunicados dos respectivos prazos e acréscimo de seu(s) dados(s) bem como qualificação acadêmica.

A nossa coleção de livros também se dedica a pu-

blicação de uma obra completa referente a monografias, dissertações ou teses de doutorado.

O público terá terão acesso livre imediato ao conteúdo das obras, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.

Indice remissivo

A

Angola

página 208

página 261

página 293

página 321

página 433

I

Identidade

página 29

página 227

página 268

página 404

página 408

L

Luanda

página 172

página 221

página 320

página 337

página 354

R

Roboteiros

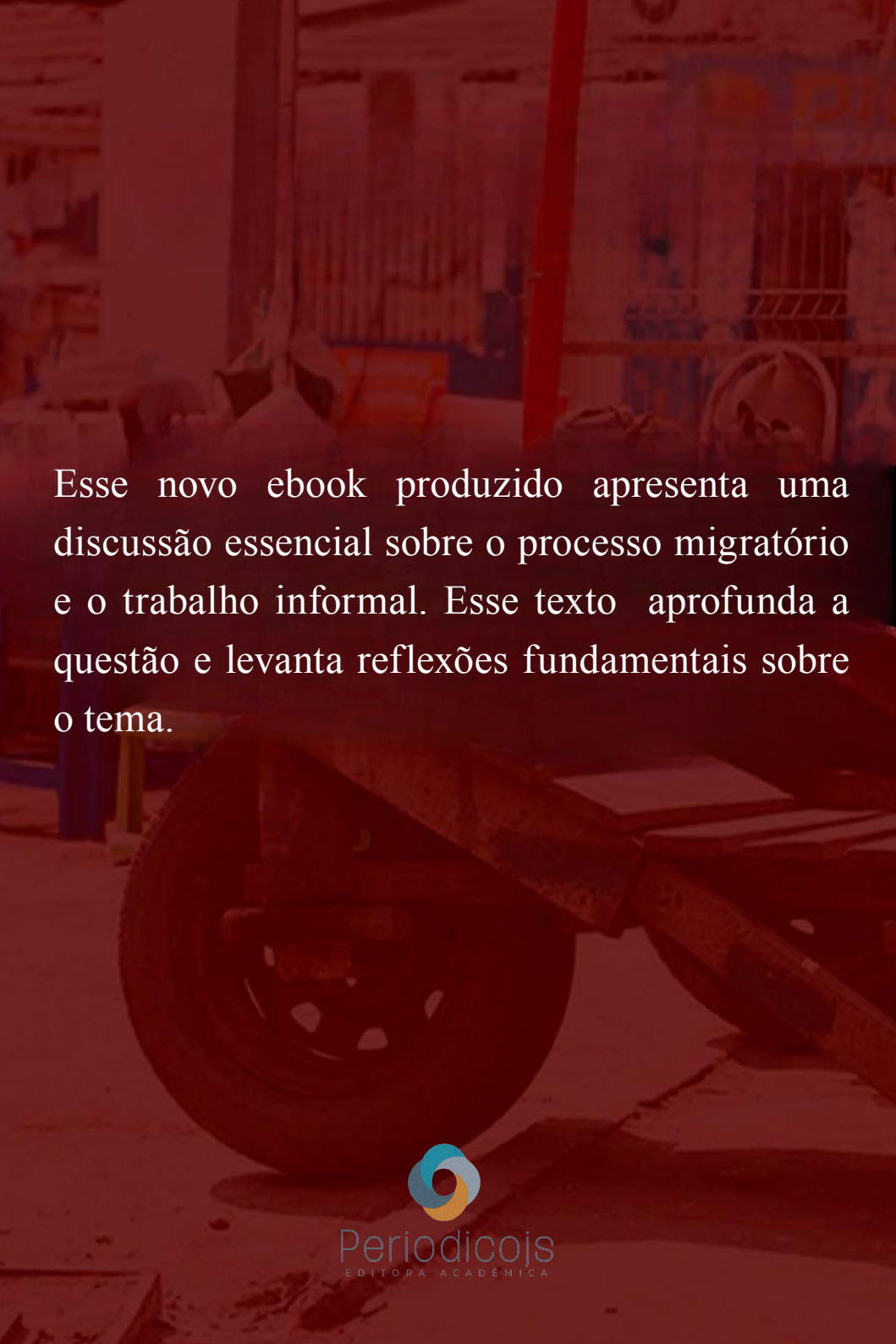
página 153

página 323

página 333

página 349

página 446



Esse novo ebook produzido apresenta uma discussão essencial sobre o processo migratório e o trabalho informal. Esse texto aprofunda a questão e levanta reflexões fundamentais sobre o tema.

Periodicojs
EDITORA ACADÊMICA